

JOÃO FÉLIX PEDRO CANDUMBA

**A RELAÇÃO DOS MEDIA E O PODER PÚBLICO EM
ANGOLA**

Orientador: Professor Doutor José Augusto Bragança de Miranda

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação**

Lisboa

2021

JOÃO FÉLIX PEDRO CANDUMBA

**A RELAÇÃO DOS MEDIA E O PODER PÚBLICO EM
ANGOLA**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Doutor
em Ciências da Comunicação no Curso de
Doutoramento em Ciências da Comunicação,
conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor José Augusto Bragança de Miranda

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa
2021

JOÃO FÉLIX PEDRO CANDUMBA

A RELAÇÃO DOS MEDIA E O PODER PÚBLICO EM ANGOLA

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 05 de maio de 2021, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 14/2021 de 22 de janeiro para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação perante o júri com a seguinte composição:

Presidente – Prof. Doutor Mário Moutinho – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Vogais:

Prof. Doutor Luís Cláudio Ribeiro, Professor catedrático da ECATI/ULHT.

Prof. Doutor Jorge Bruno Ventura, Professor auxiliar da ECATI/ULHT.

Prof. Doutora Carla Rodrigues Cardoso, Professora auxiliar da ECATI/ULHT.

Prof. Doutor Supriano Dembe, Professor Associado da Universidade Agostinho Neto (UAN), Luanda, Angola.

Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa, Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Orientador: Professor Doutor José Augusto Bragança de Miranda

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2021

“O Jornalismo de Desenvolvimento é entendido como a tentativa de aplicar a ciência da comunicação humana à transformação de um país, fazendo com que ele passe da pobreza a um estado dinâmico de crescimento económico que possibilita maior igualdade económica social e resulte em melhor qualidade de vida”.

(Nora Quebral)

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de Doutorado ao meu irmão Pedro Guimarães Neto (*in memória*) pelo apoio moral e financeiro que me concedeu em momentos difíceis da minha vida. Incondicionalmente, todo o meu carinho e apreço. Que a sua alma descanse em paz do Senhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter-me concedido o dom da vida através da sua imagem e semelhança, dando-me forças, raciocínio de poder ter a capacidade de pensar e discernir o bem social.

Os meus inalteráveis agradecimentos eternos para a amiga Maria Helena Cô que, muitas das vezes, me hospedou na sua humilde casa sem me cobrar nenhum valor monetário. Que Deus lhe conceda a graça e o amor para que continue a ajudar mais pessoas.

Agradecimentos à direção da Televisão Pública de Angola pela “Licença Sem Remuneração” que me foi concedida, embora depois de muitos percalços e entraves, ou seja, fica também a falta de apoio negado no momento em que mais precisei. O mesmo recai também à Reitoria da Universidade Metodista de Angola, que não me cedeu o apoio para a formação.

Os meus agradecimentos ao Professor Doutor José Bragança de Miranda, que aceitou este desafio logo no primeiro contato. Obrigado pelos ensinamentos, orientações, apoio moral e social que me prestou. Levarei para sempre essa responsabilidade de gratidão e de bem servir o Outro.

Obrigado ao secretário do curso de Ciências da Comunicação, na pessoa do senhor Fernando Catarino que, além de colega, me esclareceu todas as dúvidas e inferências encontradas no processamento deste Doutoramento. Grosso modo, aos colegas da turma de 2014, que, sabiamente, prestaram o seu apoio moral nos momentos mais difíceis da minha vida e desta ação formativa, nomeadamente: à Juliana e Vânia Oliveira, Júlio Lopes, José Vasconcelos, ao André Pereira, Paulo Fino, Rui Teixeira e José Flamarion Pelucio.

Aos professores Manuel José Damásio, João Canto, Paulo Viveiros, Vitor Flores, Cláudia Alvarez, Célia Quico, Conceição Costa e Maria João Silveira.

Ao Professor Doutor Supriano Dembe pela força e incentivo moral em fazer o curso de Doutoramento.

A jovem Nadza Ceita pelo auxílio e compreensão prestados, quando sempre a solicitei.

Os meus agradecimentos para a Ana Ngueve, Laureta Ndongua Sábado, Preciosa Aldina Metcha, aos jornalistas Abel Abraão, *in memória* (Rádio Bié), Tudiwila Menene Caxala e Zaqueu Dias André, aos Bispos Dom José Nambi da Diocese do

Bié, Dom Francisco Viti da Diocese do Huambo, Padre Soma, Padre Adriano Carlos Katiavala, aos estudantes Yoran Mendes e Osvaldo Quiabiti, que sempre se preocuparam com o progresso da pesquisa. Ao professor João Serrote e ao colega Dorivaldo Quingongo que avaliaram a parte linguística do texto dando acabamento ao mesmo.

Por fim, agradeço à minha família pela paciência das vezes que tive que viajar para o Brasil, Portugal e nas localidades do interior de Angola, aos dias que fiquei concentrado na pesquisa e consulta de livros e documentos, dispensando o carinho e acompanhamento aos meus filhos.

Muito obrigado a todos que de forma direta e indireta contribuíram para a finalização desta tese de Doutorado em Ciências da Comunicação.

RESUMO

O presente trabalho de investigação subordinado ao tema “A Relação dos *Media* e o Poder Público em Angola” trata dos aspetos marcantes da comunicação social de forma histórica e prática, realçando os elementos da democracia, opinião pública e da identidade cultural a partir das diversas formas de comunicação. São igualmente discernidos termos como a opinião pública, a esfera pública de modo geral, as diversas formas de democracia (representativa e participativa), o espaço público e o desdobramento dos meios de comunicação social no mundo e em Angola. Atrelamos também o jornalismo na construção da democracia, visto que é um elemento fulcral para a cristalização das sociedades e/ou com o jornalismo de desenvolvimento como fundamental para este processo. Abordamos também da relação entre o jornalismo e a política, as dificuldades encontradas a partir das liberdades de imprensa, expressão e outras que são de índole universal e nacional. Destaca-se também a ética e deontologia no jornalismo angolano, a satisfação dos profissionais que trabalham na área de jornalismo.

Por outro lado, apresentamos também o funcionamento dos *media* audiovisuais sobretudo a rádio e a televisão, sua relevância depois da independência, o surgimento de novos canais de rádio e televisão, a concentração destes *media* em Luanda e sua divergência da não extensão em todo o país. Finalizamos a nossa pesquisa com os aspetos ligados à internet, o jornalismo feito pelos cidadãos, o surgimento de novas plataformas de informação, as discussões e a esfera pública digital em Luanda, assim como o posicionamento do poder público.

Palavras-Chave: Media, Democracia, Esfera Pública, Internet e Sociedade

ABSTRACT

The present research work about “The Relationship of the Media and Public Power in Angola” deals with the important aspects of the social communication in a historical and practical way, underlining the elements of democracy, public opinion and cultural identity from various ways of communication. Terms such as public opinion, the public sphere in general, the different forms of democracy (representative and participative), public space and the deployment of the media in the world and in Angola are also discerned. We also link journalism in the construction of democracy, as it is a key element for the crystallization of societies and the development journalism as fundamental to this process. We studied here also the relationship between journalism and politics, the difficult found from press freedoms, expression and others that are universal and national. We underline here Ethic and Deontology in Angola Journalism, the satisfaction of the professionals who work in journalism.

On the other hand, we present the functioning of audiovisual media, mainly radio and television, their relevance after the independence, the appearance of new radio and television channels, the concentration of these media in Luanda and their divergence from non-extension in the country. We finish our research with the aspects related to the internet, the journalism done by the citizens, the emergence of new information platforms, the discussions and the digital public sphere in Luanda, as well as the positioning of the public power.

Key words: Media, democracy, Sphere Public, Internet and Society

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AIDA- Associação da Imprensa Desportiva Angolana.

AIPA- Associação de Imprensa Privada de Angola.

AJECO- Associação dos Jornalistas Económicos.

AMUJA- Associação da Mulher Jornalista de Angola.

AO- Angola.

B.O.- Boletim Oficial de informação de Angola, considerado como o primeiro a circular no país em 1845.

CR- Constituição da República.

ERCA- Entidade Reguladora da Comunicação Social em Angola.

EUA- Estados Unidos da América.

FAA- Forças Armadas Angolanas.

FAPLA- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola.

IMETRO- Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola.

ISIA- Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola.

J.A. - Jornal de Angola.

J.D.- Jornalismo de Desenvolvimento.

KZ- Kuanzas, Símbolo do nome da moeda de Angola.

LAC- Luanda Antena Comercial.

LDA- Luanda a capital de Angola.

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola.

R.E. – Rádio Eclésia, pertencente a Igreja Católica.

RNA- Rádio Nacional de Angola.

SIC- Serviços de Informação Criminal.

SJA- Sindicato dos Jornalistas Angolanos.

TJ- Telejornal da Televisão Pública de Angola.

TPA- Televisão Pública de Angola.

TV- Televisão.

UMA- Universidade Metodista de Angola.

UNIA- Universidade Independente de Angola.

UNITA. União Nacional da Independência Total de Angola.

Índice Geral

Epígrafe.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Abreviaturas, siglas e símbolos.....	ix
INTRODUÇÃO.....	15
Problema de estudo.....	25
Argumento desenvolvido.....	26
Metodologia.....	29
CAPÍTULO I: CONCEITOS PRIMÁRIOS DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA NO CONTEXTO SOCIAL.....	32
1.1. O papel da comunicação na sociedade contemporânea.....	32
1.1.1. As diversas formas de comunicação e perspetivas sociais.....	40
1.1.2. A comunicação como elemento formativo da identidade cultural.....	46
1.1.3. A comunicação como essencial na construção da esfera pública.....	51
1.1.4. Fundamentos da comunicação para a construção da democracia.....	58
1.2. Abordagens sobre a democracia participativa e representativa.....	64
1.2.1. A democracia, opinião pública e comunicação.....	72
1.2.2. Os desafios da comunicação para a sociedade.....	81
1.2.3. Os cidadãos no exercício da comunicação social para a democracia.....	84
CAPÍTULO II: O ESPAÇO PÚBLICO E AS PRÁTICAS DO JORNALISMO DE CIDADANIA vs DE DESENVOLVIMENTO.....	91
2.1. Teorias do espaço público e o contexto angolano.....	91
2.2. A importância do jornalismo no espaço público.....	96
2.3. Conceitos iniciais de jornalismo de cidadania e desenvolvimento.....	101
2.4. O jornalismo de desenvolvimento como fundamento social.....	105

2.4.1. As diferentes concepções de jornalismo de desenvolvimento e suas variantes.....	110
2.4.2. Algumas experiências do jornalismo de desenvolvimento nos estados africanos.....	118
2.4.3. A atividade e o papel do jornalismo de desenvolvimento em Angola.....	123
CAPÍTULO III: O JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA.....	130
3.1. Os meios de comunicação social e a informação noticiosa.....	130
3.2. O papel dos meios de comunicação e o público após a independência	136
3.3. A programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação.....	141
3.4. O jornalismo na construção da democracia participativa.....	146
3.5. A relação do jornalismo e a política na sociedade angolana.....	150
3.6. O choque das liberdades na emissão das informações e deontologia da ética no jornalismo angolano.....	157
3.6.1. O grau de satisfação dos profissionais com o exercício do jornalismo.....	163
CAPÍTULO IV: OS MEDIA AUDIOVISUAIS DE RÁDIO E TELEVISÃO E O PODER PÚBLICO EM ANGOLA.....	168
4.1. Conceitos iniciais sobre a atuação dos <i>media</i> em Angola.....	168
4.1.1. A relevância da comunicação depois do período da independência.....	173
4.1.2. A modernidade do campo mediático.....	179
4.1.3. A conjuntura da rádio na divulgação de informações e construção social.....	187
4.2. A atividade informativa da televisão em Angola.....	195
4.2.1. A concentração do audiovisual da rádio e da televisão em Luanda e suas filiais.....	200
4.2.1.1. A produção de notícias pelos <i>media</i> audiovisuais em Angola.....	210
4.3. O público e os media: relação, contribuição e desafios.....	216
4.3.1. A sociedade angolana e a crítica mediática no audiovisual.....	220
4.3.1.1. O debate que acontece nos <i>media</i> e a opinião do público.....	224
4.3.1.2. Contributo do poder público para o desenvolvimento dos <i>media</i> no país.....	227
4.3.1.3. O posicionamento dos media privados perante o poder público.....	232

4.4. As fontes de informação e o jornalismo atual em Angola.....	237
4.4.1. O produto de informação no audiovisual e a satisfação dos consumidores.....	242
CAPÍTULO V: OS NOVOS MEDIA NA SOCIEDADE ANGOLANA E O JORNALISMO DE CIDADÃOS: CASO DE LUANDA.....	248
5.1. A Internet e a participação dos jovens nas discussões dos problemas sociais.....	248
5.2. O surgimento das novas plataformas de informação.....	252
5.2.1. O uso das redes sociais: discussão mediática e público.....	256
5.2.2. O posicionamento do poder público com o campo dos novos <i>media</i>	264
5.2.3. As literacias como lugar de discussão sobre a democracia em Angola.....	268
5.2.4. Os problemas discutidos a partir do campo dos <i>media</i> em Luanda.....	272
5.2.5. A construção da esfera pública e formação dos cidadãos no espaço público.....	276
5.2.6. O jornalismo de cidadãos na educação, formação e construção social.....	281
6. CONCLUSÕES.....	286
7. REFERÊNCIAS.....	294
APÊNDICES.....	304
ANEXOS.....	322
Índice de Quadros.....	xiii
Índice de Gráficos.....	xiv

Índice de Quadros

Quadro 1- Grupos Económicos dos meios de Comunicação em Luanda.....	184
Quadro II- Meios de comunicação isolados.....	185
Quadro III-Extensão da Rádio Nacional de Angola nas 18 Províncias.....	194
Quadro IV- Representação das Rádios locais do Grupo Radio Nacional de Angola.....	195
Quadro V- Denominação das Rádios Comunitárias, mas pelo exercício de transmissão não são consideradas como comunitárias.....	196
Quadro VI- Representação das delegações provinciais da Televisão Pública de Angola..	199
Quadro VII- Representação da Rádio Mais por províncias.....	202
Quadro VIII-Representação de correspondentes da Rádio Eclésia em todo o país.....	203
Quadro IX- Representação de correspondentes da Rádio Despertar em todo o país.....	204
Quadro X- Concentração do Serviço de Rádio em Luanda.....	207
Quadro XI- Localização e concentração das TVs em Luanda.....	254
Quadro XII- Plataformas de informação usadas pelo público.....	257
Quadro XIII- Tipos de interação de acordo com a divisão feita por Thompson.....	259
Quadro XIV- Páginas individuais de Facebook de alguns comentadores sociais.....	260
Quadro XV- Páginas de Grupos Colectivos na rede do Facebook.....	261
Quadro XVI- Páginas de Grupos Sociais na rede Facebook.....	262
Quadro XVII- Páginas de Grupos Políticos durante a Campanha Eleitora de 2017.....	200

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Representação dos grupos Económicos: Públicos e privados.....	187
Gráfico 2- Rádios locais do grupo Rádio Nacional de Angola.....	196
Gráfico 3- Rádios Comunitárias de acordo com o Ministério da Comunicação Social de Angola.....	197
Gráfico 4- Representação das Rádios em Luanda (Públicas e Privadas)	208
Gráfico 5- Audiência da Rádio em Luanda.....	209
Gráfico 6- Serviço Público e Privado de televisão em Luanda.....	211
Gráfico 7- Audiência de informações através da televisão.....	211
Gráfico 8- Representação das Redes Sociais usadas em Luanda	254
Gráfico 9- Páginas Coletivas e Individuais no Facebook.....	261
Gráfico 10- Distribuição de Grupos políticos durante as Eleições de 2017.....	262
Gráfico 11- Temas discutidos pelos jovens nas Redes Sociais.....	276

INTRODUÇÃO

Ao redigirmos esta tese intitulada “*A Relação dos Media e o Poder Público em Angola*”, partimos da premissa de que a Comunicação Social em Angola, face aos problemas sociais, culturais, económicos e políticos a que está submetida, carece, grosso modo, da contribuição e participação eficaz dos *media* para a concretização de um Estado Democrático e de Direito. Assim sendo, os *media* desempenham um papel fundamental dentro de uma sociedade desde que a sua dimensionalidade seja devidamente feita e concretizada a partir de seus fazedores de informação, os gestores e todos os participantes sociais, ao mesmo tempo em que parte de uma perceção do conteúdo que é produzido pela conjuntura dos *media* em Angola. Por outro lado, ainda é difícil atermo-nos numa produção mediática, mesmo que todas as ferramentas estejam ao nosso alcance para o fazermos sem antes buscarmos compreender o mundo longe da história da comunicação e suas teorias, além dos grandes precursores deste campo comunicacional. Este trabalho está direcionado para o estudo dos aspetos da comunicação social quanto à produção, transmissão e divulgação de informações de carácter social para os diferentes públicos que correspondem a sociedade angolana e não só, assim como a relação que existe entre os *media* e o poder público. Um direcionamento complexo para se estudar num momento em que o país vive um período de crise económica e financeira, além dos próprios aspetos da política que também devem ser devidamente compreendidos dentro da esfera pública nacional.

A tese sobre *A Relação dos Media e o Poder Público em Angola* visa, igualmente, indagar sobre como os *media* determinam o processo da comunicação em Angola. É, todavia, um mundo ainda marcado por várias dificuldades de atuação dos órgãos de comunicação no país, pois ela não consegue atingir todas as localidades e, por conseguinte, onde há representações dos meios de comunicação à cobertura não se faz de forma eficiente.

Para tal, julgamos que estes aspetos demonstram todo um interesse por nossa parte ao estabelecermos o tema como premissa de estudo, que permite a compreensão e interpretação da atuação dos *media* em Angola, mas, sim, percebermos como ela se enquadra em termos de história dos *media*, assim como a sua produção de conteúdo, tendo como foco os *media* na área dos audiovisuais como rádios e TVs. Assim sendo, começamos, desde já, por estudar com alguma profundidade as rádios e TV existente em Luanda, capital de Angola, onde, estão localizadas as sedes das respetivas empresas.

Partindo desta ideia de pesquisar a relação entre os *media* e o poder público, este estudo pode ser caracterizado através da estrutura que elaboramos como um roteiro para se conhecer as formas e maneiras de como os *media* estão enquadrados, não só em Luanda, bem como em todo o país. Assim sendo, apresentamos cinco (5) capítulos, onde cada um é percorrido de acordo com o que nos propusemos a estudar.

No primeiro capítulo, apresentamos os conceitos primários de comunicação e democracia, no contexto social, abordando de forma genérica o papel da comunicação na sociedade contemporânea. As diversas formas de comunicação e perspectivas sociais são também o foco de compreensão sobre as modalidades de comunicação engendradas pela comunicação na sociedade e merecem ser conhecidas. Nesta lógica, buscamos compreender estes e outros aspetos a partir das abordagens de Bordenave (1982:17-20); Jesús Martin-Barbero, Mauro Wolf, José Pacheco, Santos e outros autores que são fundamentais neste campo da comunicação social em todas as suas dimensões. São também aqui mencionados a comunicação como elemento formativo da identidade cultural (Martin-Barbero, 2008:175; Thompson, 2011 e 2014), a comunicação como essencial na construção da esfera pública, fundamentos da comunicação para a construção da democracia, a abordagem sobre a democracia participativa e representativa, a democracia, opinião pública e comunicação, os desafios da comunicação para a sociedade e os cidadãos no exercício da comunicação social para a democracia. Todos os aspetos deste primeiro capítulo preliminar da nossa pesquisa remetem-nos a conhecer como cada um destes itens é apresentado na sociedade desde os primórdios da comunicação, suas teorias e teses, sua desenvoltura na sociedade, assim como a convergência dos *media* com os cidadãos¹.

Este capítulo leva-nos a perceber as diversas formas de comunicação que são aplicáveis à sociedade, funcionamento e tipos de comunicação de acordo com as postulações de autores primários até ao período contemporâneo. Por conseguinte, são também perceptíveis aspetos de como são aplicadas as modalidades da comunicação nas diversas sociedades, tendo sempre como destaque as sociedades evolucionistas da Europa através das Escolas de Frankfurt, na Alemanha, considerada como a principal e primeira nos estudos sociológicos sobre a comunicação, em França e Inglaterra e América onde se destacam as Escolas dos EUA e Canadá, enquanto as sociedades de África e Ásia apresentam-se como últimas em termos de desenvolvimento

¹ Wolf (2003:22-135).

comunicacional principalmente no que se refere a comunicação social e suas vertentes. Bordenave (1982) fala-nos também do poder da comunicação nas diversas épocas da sociedade da vida social dos sujeitos que de forma peculiar, mas também, segundo Habermas (1988:103), sofreu alterações na forma de se comunicar garantindo assim as ações de fala, interações linguisticamente mediadas e o mundo da vida. De acordo com Bordenave (1982:101), “deseja-se colocar o poder da comunicação a serviço da construção de uma sociedade onde a participação e o diálogo transformantes sejam possíveis”.

O desenvolvimento do próprio campo da comunicação trouxe também diversas ideologias de pensamento sobre a cultura e as diferentes formas sociais e económicas nas sociedades, assim como o posicionamento dos cidadãos perante a comunicação social, dando origem a liberdade das pessoas poderem ter as suas liberdades de expressar um determinado pensamento, ter opiniões próprias em qualquer momento ou estágio social (Habermas, 2014 [1986]:239; Taylor, 2010; Arendt, 2001 [1958]:64; Correia, 2006 e Barreiros, 2012), dando assim o que se denominou como opinião pública na representação democrática da esfera pública postulada por (Habermas, 2014:239-263) e retomada por vários autores precedentes.²

Como disse Hannan Arendt (2001 [1958]:55), um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. A autora sustenta ainda que “em vez de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou reação inusitada” (Idem).

O surgimento da sociedade de massas, pelo contrário, indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares haviam antes sido absorvidas por grupos sociais: com o surgimento da sociedade de massas a esfera social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com a mesma força, todos os membros de determinada comunidade (Arendt, 2001 [1958]:55).

As novas políticas, que são aplicadas no campo da comunicação social, também

²Habermas (2014:239). A auto compreensão da função da esfera pública burguesa se cristalizou no *tópos* da “opinião pública”. Sua pré-história, estendendo-se à articulação de seu significado nos fins do século XVIII, é certamente longa e até agora só pode ser vista em grandes linhas.

compreendem o vasto funcionamento desta área que é cada vez mais exigente e competitiva entre os intervenientes da sociedade, fazendo cada vez mais a aplicabilidade e inovação nas estruturas físicas assim como dos seus agentes humanos. O progresso da comunicação social em vários ramos suscita melhor gestão e liderança que recai nos desafios à concorrência e na oferta de melhor comunicação para o público que é cada vez mais exigente e diversificado nas sociedades modernas. Hoje, com o fluxo da comunicação feita através da Internet, tornou-se mais fácil a obtenção das informações, mas o consumidor quer qualidade na produção de informação, o conteúdo deve ser bem elaborado constituindo assim como os desafios a serem aplicáveis nos níveis comunicacionais. O cidadão não depende só dos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação social, ele passa a ser também um produtor ativo de informações que circulam nas diversas plataformas de comunicação.

As teorias do espaço público são aqui também analisadas no decorrer deste trabalho como primordiais para avaliarmos o espaço público no contexto angolano que, de modo geral, ainda é bastante embrionário o uso e *praxis* desta terminologia. Para esta perceção, procuramos perceber esta nomenclatura dissipada por Santos (2006:96). Este autor analisa o espaço público português, mas partindo também das postulações anteriores como (Habermas, 2014; Arendt, 2001 [1958]; Taylor, 2010 e Bourdieu, 1997:25), assim como a função que os *media* desempenham na divulgação social das informações que garantam a participação dos cidadãos em todos os estágios da vida política, económica, cultural e social, além de outras áreas determinantes que correspondam ao espaço público. Desta feita, relaciona-se também a importância do jornalismo no espaço público, conceitos de jornalismo e cidadania e desenvolvimento.

No processo de jornalismo de desenvolvimento por ser um jornalismo praticamente pouco divulgado e conhecido no mundo, principalmente nas redações e universidades. É um tipo de jornalismo que tem origem nas Filipinas, através de Nora Quebral,³ criadora deste mesmo termo que disserta sobre o assunto objetivando-o como o jornalismo que tem a função de informar o estado de precariedade das políticas sociais que não são desenvolvidas pelo Estado ou governantes. O jornalismo de desenvolvimento é praticado principalmente nos países em vias de desenvolvimento ou desenvolvido, assumindo

³Kunczik (2002:135). O desenvolvimento não apenas significa a transição da pobreza para a propriedade material, mas implica também dignidade humana, segurança, justiça, e igualdade. Muitos teóricos da modernização consideram que um requisito indispensável para a implementação bem-sucedida desse desenvolvimento é a eliminação das desigualdades sociais internas.

assim a posição de mediador ou de tirar um país do estado de pobreza para um estado de desenvolvimento (Quebral, 1975:2, citado por Kunczik, 2002:339).

Compreende-se também que o jornalismo de desenvolvimento através da sua preeminência funcional desempenha um papel importante no desenvolvimento das nações desde que o mesmo seja devidamente exercido. Por conseguinte, este aspeto pode ser visto a partir das postulações feitas por Kunczik (2002:134) apontando as duas formas básicas de jornalismo de desenvolvimento. O autor na elaboração de sua obra, todavia, não deixa de chamar também a atenção sobre a prática do jornalismo de desenvolvimento como ideal, pois este assunto ou tipo de atividade só pode encontrar seu espaço caso os países exerçam um modelo de governo democrático. Ele salienta que o jornalismo de desenvolvimento em países em desenvolvimento depara com muitas inferências, visto que a democracia não é patente. Por outro lado, há também dificuldades com a liberdade de imprensa, visto que reside mais a autoridade dos líderes sem a participação de um espaço público aberto. Para muitos autores que defendem essa linhagem, discorrem que “o jornalismo de desenvolvimento deve aplainar o desenvolvimento, manipulando seletivamente a informação, mas tendo sempre em mente o bem-estar público” (Kunczik, 2002:136).

Experiências desta dimensão do jornalismo de desenvolvimento aconteceram na década de 1960, período também da sua divulgação na Universidade de Los Baños, precisamente em 1967, assim como há também o registo das independências em países de África (Kunczik, 2002:134-137), uma outra forma de jornalismo de desenvolvimento é encontrada no partido Socialista da China que através da crítica que é feita pelos *media*, os governantes aplicam para a correção dos erros e melhorar a gestão. Neste mesmo capítulo, falamos também de como o jornalismo de desenvolvimento é feito em Angola, se joga um papel importante dentro da sociedade tendo em conta os vários problemas que acontecem, desde os crimes, a desigualdade social, a pobreza, problemas de saneamento básico, falta de luz, água potável, violações, perseguições e a limitação das liberdades plasmadas universalmente e na Constituição da República.

Outrossim, a prática da atividade do jornalismo de desenvolvimento, a nosso ver, consiste em realizar um trabalho que visa objetivar o interesse público, ao contrário quando os profissionais dos *media* em Angola se dedicam à produção de informação que interessa aos governantes do poder público ou pessoas isoladas do país. Assim sendo, em Angola, este jornalismo ainda não é uma realidade, embora o passado do surgimento do jornalismo angolano em 1845 possa levar-nos que o referido jornalismo

mesmo com todas as dificuldades encontradas, é um jornalismo de desenvolvimento.

Entretanto, ao contrário que aconteceu no século XIX, em Angola no que concerne ao jornalismo de desenvolvimento, ou seja, toda a prática do jornalismo como um todo, o século XX também foi importante para o crescimento deste estágio, visto que mais pessoas, principalmente, angolanos nativos e angolanos oriundos do cruzamento entre os homens brancos e às mulheres negras angolanas, dedicaram-se à produção desta atividade em busca da conquista da independência. Portanto, Ervedosa (1980) apelidou de mestiços ou mulatos os filhos nascidos deste cruzamento, pois o jornalismo praticado era de honestizar o público e formá-lo em busca das liberdades que não eram concebíveis aos angolanos. Depois da independência, o paradigma foi diferente, embora desde lá em 1975, o jornalismo não tivesse encontrado seu espaço e papel devido ao percurso da guerra civil em Angola que durou quase três décadas.

O nosso objetivo neste capítulo, todavia, é também analisarmos se o jornalismo de desenvolvimento se encontra consolidado nos *media* angolanos, visto que desempenha um papel preponderante e necessário para o desenvolvimento, crescimento e construção da democracia em Angola.

Numa terceira análise do nosso trabalho, precisamente, discorreremos a temática do jornalismo na construção da democracia em Angola, considerado como o mais polémico de ser relacionado com os *media*. Através da própria função que os mesmos exercem, é possível, se assim o fizermos que essa atividade em termos de prática de como são produzidas as matérias que fazem eco de consumo para o público. Assim sendo, traçamos o nosso itinerário investigativo a partir da observação da informação que é emitida pelos meios de comunicação social no sistema do audiovisual em Luanda.

Ao redigirmos este terceiro capítulo, fizemos também abordagens como o papel dos meios de comunicação em Angola e o público após a independência, a programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação, o jornalismo na construção da democracia participativa, a relação do jornalismo e a política na sociedade angolana, o choque das liberdades na emissão das informações, a liberdade de imprensa e a deontologia da ética no jornalismo e a satisfação dos profissionais no exercício do jornalismo.

Estes temas ora apresentados remetem-nos a percepção sobre o seu desdobramento na nossa sociedade, na medida em que a mesma ainda atravessa uma diversidade de situações que acarretam uma prática que deve fluir para o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país. Por conseguinte, para essa compreensão, remetemo-nos ao postulado por

autores como Castro Lopo, Carlos Ervedosa, que posteriormente são retomados por Sebastião Coelho e Muanamosi Matumona⁴, estes últimos analisam a comunicação social no período pós-independência de Angola. Ou seja, é a partir destes autores que se pode perceber a origem, desenvolvimento e crescimento dos meios de comunicação em Angola, além de suas contradições ou da falta da feitura de um jornalismo de honestizar os fatos sociais.

Encontramos, igualmente, neste capítulo, autores estrangeiros que teorizam a atividade jornalística desde os primórdios e que merecem também nesta pesquisa alguma citação. Pois, a compreensão do jornalismo na construção em Angola não é possível sem o contributo deles. Daí, Michael Kunczik (2002) apresenta-nos os caminhos do jornalismo de desenvolvimento; Habermas (1986) com a sua pesquisa sobre a esfera pública burguesa, que hoje é praticamente o foco de estudos sobre a democracia, a desenvoltura da comunicação social, Barreiros (2012) falando da democracia, liberdade, comunicação e *media*, Santos (2002) fazendo abordagens interessantes sobre a educação para os *media*. Seguem-se também outros autores que desdobram suas ideias como Nelson Traquina (2007), Paquete de Oliveira (1985), Nilson Lage (2002 e 2001), Ricardo Noblat (2003) e Karam (1997) para a compreensão dos caminhos do jornalismo, ética e liberdade de imprensa no Brasil, no mundo e, de um modo geral, serve-nos também para a contextualização em Angola.

Outrossim, neste capítulo foi também possível dissertarmos através de práticas jornalísticas feitas no Brasil, França e Portugal, visto que, a maior parte das obras usadas neste trabalho foram editadas nestes países, já referenciados. Por conseguinte, recorreremos também Chaparro (2007:13),⁵na obra *Pragmática do Jornalismo: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*, Neveu (2005:48-49), sobre o campo do jornalismo que partilha os campos do espaço cultural, Ferry (2007:31), fazendo referência em sua obra do aspeto

⁴Muanamosi Matumona, autor da Obra *Jornalismo Angolano: História, desafios e expectativa*, editada na província do Uíge, em 2002. É uma obra que apresenta a história do jornalismo angolano com um aprofundamento em termos de pesquisa e análise científica de dados, além de diferenciar-se muito de autores como Castro Lopo, Carlos Ervedosa e Sebastião Coelho que também são cruciais sobre o conhecimento das teorias do jornalismo angolano.

⁵Chaparro, Manuel Carlos (2007). Há quem confunda objetividade com precisão. Pois são coisas diferentes. Objetividade pertence ao universo das atitudes mentais. É um conceito de “objeto real” a ser visto pelo que é, não pelo que significa. Já a precisão é o resultado do uso competente de um conjunto de técnicas (de observação e captação) que servem aos fundamentos da linguagem jornalística, para que nela seja preservada a natureza asseverativa, sua principal característica. Estes dois aspetos podem ser também conferidos nas obras de Nelson Traquina (2007), Muniz Sodré (1996) e Érik Neveu (2003 e 2005 [2001 e 2004]), em *Sociologia do Jornalismo*.

do Balanço sobre o mito da “*transparência comunicativa*”. Muitos outros autores podem ser encontrados no desenvolvimento deste trabalho, pois durante a pesquisa conseguimos reunir autores que dissertam sobre os pontos aqui destacados como jornalismo, democracia, política, cultura e sociedade de um modo em geral. Todavia, estes autores alertam-nos da responsabilidade de se fazer um jornalismo que vá de acordo com o interesse público, mas no contexto angolano estas premissas ainda são embarreiradas pelo próprio poder público e boa parte dos funcionários que lideram a gestão dos meios de comunicação social públicos.

No quarto capítulo, recai a responsabilidade de descrevermos nesta pesquisa a parte que dá sustentabilidade aos *media* audiovisuais como a rádio e a televisão em Angola, tendo como foco os conceitos de atuação dos meios de comunicação social, a relevância da comunicação depois do período da independência, a modernidade do campo mediático, a conjuntura da rádio na divulgação de informações e construção social, a atividade informativa da televisão em Angola, a concentração do audiovisual da rádio e da televisão em Luanda e suas filiais. Por conseguinte, apresentamos também situações como a produção de notícias pelos *media* audiovisuais no país, sendo que muitas vezes ainda encontram limitações em termos de produção e divulgação de informação (Candumba, 2015; Matumona, 2002). Seguem-se também outros itens como o público e os *media*, relação, contribuição e desafios do sistema audiovisual na emissão das informações, o debate que acontece nos *media* e a opinião do público, o contributo do poder público para o desenvolvimento dos *media* no país. Outrossim, encontramos ainda o posicionamento dos meios de comunicação social privados perante o poder público, assim como as fontes de informação e o jornalismo atual. Ou seja, este é um tema que tem suscitado muitos debates sobre essa relação das fontes com os *media*, principalmente, quando se tratam dos *media* privados, em que os dirigentes dos governos passados não eram flexíveis neste campo.⁶ O governo liderado por João Lourenço pode, decerto, ser diferente caso cumpra com o que foi apresentado durante o discurso de tomada de posse em 26 de setembro de 2017.

O último item deste trabalho está reservado à observação das mensagens transmitidas perante a aceitação do público consumidor, que, ultimamente devido à diversidade do surgimento de muitos meios de comunicação social tanto nacionais

⁶ Realização do encontro sobre a Liberdade de Imprensa em Angola, no Centro de Imprensa João de Melo, em Luanda aos 14 de outubro de 2017.

como internacionais, passou a ser mais exigente na escolha e filtragem do produto a consumir, além do surgimento da Internet que, todavia, trouxe outros modelos de acesso à informação e de partilhar na sociedade (Cardoso, et al, Castells, Kivasch & Rosenstiel, 2004:245). Assim sendo, ainda recorrendo com as interpretações de pesquisas feitas por Kivasch & Rosenstiel (2004:245), são unânimes em sua obra denominada *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*, onde se destaca também o princípio segundo o qual os jornalistas devem escrever com “finalidade de fornecer às pessoas informação que precisam para entender o mundo”.⁷

Neste caso, essa situação é um fator de preeminência nas redações quase de todos os meios de comunicação, ou seja, a dupla de autores americanos salientam também dois fatores importantes:

“Infelizmente, numa época em que o público dispõe de alternativas mais excitantes e interessantes que as notícias e se mostra mais e mais cético em relação ao jornalismo, o corte de pessoal nas redações reduz ainda mais as equipas, resultando em mais quantidade do que qualidade de matérias. Outro fator é o tempo necessário para que o jornalista entenda bem o assunto de que trata. O bom texto jornalístico é sempre resultado de uma reportagem sólida, profunda, unindo numa única peça detalhe e contexto. Nem todas as matérias exigem os sete anos que Caro gastou no livro sobre Robert Moses, mas um bom trabalho mais do que comparecer a um evento e depois sentar diante do computador”. (Kivasch & Rosenstiel, 2004:227).

É com o pensamento destes dois autores referenciados na citação anterior, que analisamos também no desenvolvimento dos dois últimos itens deste capítulo, no qual reiteramos aplainar e aprofundar com estudos de autores como (Traquina, 2007:171-204⁸; Sodré, 1996 e Neveu, 2005), ressaltando desde já a importância e responsabilidade dos fazedores das informações, precisamente, os jornalistas em produzirem informações que tenham coerência, coesão e lógica de acordo com os critérios do valor de noticiabilidade (Cf, também em Lage, 2002:41).

Já no último capítulo, nossa premissa principal é sobre a atuação dos novos *media* na sociedade angolana e o jornalismo de cidadãos, tendo como caso de estudo a cidade de Luanda, que é a capital de Angola, que constitui o cerne da nossa pesquisa. Embora com alguma limitação no desenvolvimento deste capítulo, procuramos estudar os

⁷Cf. Kivasch & Rosenstiel (2004:226-245).

⁸ Cf. Traquina (2007:171). Itens da “Cultura da notícia”.

assuntos relacionados com o sistema de Internet e a participação dos jovens nas discussões dos problemas sociais, o surgimento das novas plataformas de informação, o uso das redes sociais, analisando assim a discussão em grupos das redes do Facebook e WhatsApp por serem as redes mais usadas pelos angolanos.

Em seguida, é analisado o posicionamento do poder público em relação ao campo dos novos *media*, as literacias como lugares de discussão sobre a democracia, destacando assim os problemas mais discutidos como de educação, cultura, culinária, políticas públicas e, por vezes de assuntos económicos. Destacam-se também os casos de saneamento básico, falta de água e energia, assim como de violências nas famílias, serviços, além da crítica aos meios de comunicação social. Por outro lado, a construção da esfera pública e formação dos cidadãos no espaço público angolano, onde o debate se tornou como peculiar para as liberdades sociais e da opinião pública, muitas vezes, censurada pelas entidades do governo, violando assim o que Habermas denominou como Esfera Pública das Sociedades.

É neste capítulo ainda que através do exercício dos novos *media* assim como dos *media* audiovisuais em Luanda, se pretende compreender como os indivíduos têm contribuído em termos de produção, divulgação e partilhas de informação. A Internet trouxe, embora tardiamente para os angolanos, uma maneira diferente de enxergar a sociedade face aos problemas que nela ocorrem em relação ao século passado, pois mais desenvolvimento se regista em Angola, onde, Luanda é o espelho através do qual tudo se reflete, por concentrar as diversas formas de comunicação a partir da própria tecnologia, as plataformas de comunicação em rede e dos meios audiovisuais do país, desde rádios e televisões.

Por conseguinte, neste nosso trabalho ao falarmos sobre o uso dos novos *media* na sociedade angolana, recorreremos também a uma breve apresentação que é feita pelo autor Manuel Castells (2003), quando chama a atenção para a importância central que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) representam nas sociedades modernas ocidentais, nas quais dizem respeito não só a transformações de carácter tecnológico, mas também a alterações na organização social e nas estruturas de base das sociedades. Elas ligam o mundo e dão forma `aquilo a que Castells chama de “Sociedade em Rede”. Por elas passam os fluxos de imagens e sons, de riqueza e poder: são também elas que dinamizam e estão na base dos fluxos de informação e conhecimento, provocando a emergência de um novo modelo de sociedade, no qual a geração, o processamento e a

transmissão de informação se tornam fontes fundamentais de produtividade e poder⁹. Schmid e Cohen (2013:302) dissertam que a participação das populações em cerimónias e em ciclos de informação que lhes permitam exprimir de forma organizada os seus motivos de queixa (talvez as comunidades recorram a algoritmos de mapeamento para categorizar os contributos mais importantes) permitirão conquistar a confiança de grupos que, uma vez findo o conflito, poderiam começar a sentir-se negligenciados. Se em muitos países este processo é possível através do recurso dos novos *media*, em Angola ainda constitui como uma pragmática devido ao próprio contexto sociocultural impregnado no país assim como do receio profundo das pessoas. Isso pode também ter a sua dimensão em que:

“Os observadores políticos receiam sempre que um Estado em pós-conflito sofra uma recaída de autoritarismo, e estão bem alerta para qualquer sintonia disso. A revelação completa das malfeitorias do anterior regime (como foi exatamente que brutalizou os dissidentes, como é que espiou as atividades *online* dos seus cidadãos, como é que escondeu dinheiro no estrangeiro) contribuirá para excluir essa possibilidade”. (Schemidt e Cohen, 2013:302).

Assim sendo, nossa pesquisa está determinada em conhecermos a relação dos *media* e o poder público em Angola. Mas, para este processo de pesquisa propusemo-nos em formular uma pergunta de partida para determinar o nosso objeto de estudo que é o audiovisual em Luanda. Deste modo, formulou-se então a seguinte pergunta de estudo:

- Qual é a relação que existe entre os *media* e o poder público em Angola na divulgação de informações que permitam a educação, formação e conscientização dos indivíduos?

Entretanto, além da pergunta de partida, denominada como a principal para este tema fortalecer, para o nosso trabalho de pesquisa, consideramos também como essencial determinar outras perguntas auxiliares para darem azo e suporte à pergunta de partida. Ademais, julgamos ser, um tema polémico devido às circunstâncias da sociedade angolana e dos arcabouços de liberdade de imprensa, fragilidade na produção, divulgação e transmissão de informações que ainda não se apresentam sólidas, por um lado. Por outro lado, consiste também no clima sociopolítico e, às vezes devido ao sistema de autoritarismo por parte do governo, que ainda limita a atuação e extensão dos meios de comunicação aqui estudados, ou na conjuntura de todos os *media* em Angola.

- Será que os cidadãos angolanos encontram liberdade em fazer uso dos meios de comunicação social para um diálogo construtivo?

⁹Cf. Cardoso, et al., (2009:134). *Media, Rede, Comunicação: Futuros Presentes*, Quimera, Lisboa.

- Os consumidores estão satisfeitos com a produção de conteúdos feitos pelos meios audiovisuais em Luanda?
- O governo tem contribuído com políticas necessárias para o uso dos meios de comunicação social na divulgação de políticas públicas.
- O cidadão angolano revê-se como um produtor de informação para divulgar conteúdo de interesse nas comunidades?
- A liberdade de imprensa é respeitada de acordo com o que está plasmado na Constituição da República de Angola?
- Os serviços de Internet são usados sem interferência do Estado quando o governo ou os governantes do país são criticados?

Com estas perguntas incidem sobre o nosso objeto de estudo, mostram a relação que existe entre os estágios dos *media* e o poder público.

Este trabalho mesmo sendo inicialmente voltado para a relação dos *media* e o poder público em Angola, circunscreve-se à cidade de Luanda, embora analisemos também as rádios Morena em Benguela e Rádio 2000 no Lubango por pertencerem ao grupo SOPOL.

Esta pesquisa visa, fundamentalmente, contribuir e objetivar o conhecimento sobre o desdobramento da comunicação social no mundo e em Angola desde o início da feitura do jornalismo, seu desenvolvimento e evolução. Desta feita, ela destina-se para a aquisição de informações sobre as diversas formas em que são encarados os *media* em Luanda, a restrições existentes, a produção, seleção e divulgação de conteúdos para o público, além da liberdade de imprensa e de expressão. É um trabalho diferenciado desde a sua escolha, pesquisa e feitura final, como já fizemos referência que vai além do dia-a-dia do que já foi pesquisado em Angola. Os autores mais conhecidos em estudar a comunicação social no contexto angolano como Sebastião Coelho, Muanamosi Matumona e Carlos Ervedosa, além de Júlio Castro Lopo, este considerado como o primeiro a realizar estudos sobre essa dimensão, em suas pesquisas apresenta algumas limitações em termos de aprofundamento do assunto.

Nesta sequência, determinamos a presente pesquisa em estudar os serviços de audiovisual na província de Luanda (nos municípios de Belas, Cacuaco, Cazenga, Luanda e Viana), além de recolha de algumas informações nas províncias do Bié, Bengo, Benguela, Cuanza Norte, Huambo, Huíla e Namibe, precisamente nas sedes de capitais onde constatamos alguns gestores e funcionários autorizados e jovens

que foram inqueridos. Mas, o grosso da pesquisa está centrado na província de Luanda.

Sendo assim, para encontrarmos as respostas necessárias da pergunta de partida e das perguntas auxiliares, apresentamos as seguintes hipóteses de estudo:

H1- Os *media* em Angola têm proporcionado a educação da população para o desenvolvimento sociocultural e económico de acordo com a sua responsabilidade social e de interesse público.

H2- A relação entre os *media* e o poder público em Angola pode ser vista como positivo na consolidação de um Estado democrático e de direito.

H3- O serviço de audiovisual preocupa-se com a seleção, produção e transmissão das informações que satisfazem o interesse público em todas as suas dimensões sociais.

H4- O público consumidor revê-se nos meios de comunicação social através dos serviços que são apresentados e das políticas comunicacionais na esfera pública angolana.

H5- As liberdades de imprensa e expressão constituem pilares essenciais e fundamentais para a solidez de uma atuação eficiente e consciente dos *media* em todos os países, o mesmo acontece em Angola.

H6- As novas tecnologias de informação e comunicação proporcionam para o contexto angolano a liberdade de se fazer uma produção de conteúdos de informação, tornando o cidadão como um produtor de conteúdos sem restrições ou represálias das autoridades de forma positiva.

Para justificar a escolha deste trabalho, partimos do princípio da sua contextualização comunicacional por ser um tema de difícil compreensão da comunicação, precisamente na área de jornalismo que já funciona desde o século XIX, embora ainda encontre dificuldades na sua execução devido às circunstâncias da própria sociedade que já engendramos no discorrer desta pesquisa. Desta feita, trouxemos à tona como tema de pesquisa para se conhecer de forma científica como ela iniciou, seu desenvolvimento ou crescimento até aos dias de hoje. Partimos também numa perspetiva de enxergarmos essa área de conhecimento tento em vista a falta de uma bibliografia exaustiva que possa esclarecer algumas dúvidas sobre a demanda da comunicação e da atuação fiável da prática do jornalismo.

Por conseguinte, o presente tema em estudo surge como primordial para enriquecer o campo da comunicação em Angola, para que futuros pesquisadores nas áreas de ciências

sociais e humanas encontrem nesta pesquisa informações que os fortaleçam em suas pesquisas, consultas ou buscas diversas sobre a comunicação e jornalismo. Deste modo, este é um tema que preocupa muito a sociedade angolana em conhecer como os *media* se desdobram em Luanda, pois poderá responder a algumas dúvidas existentes no consciente dos indivíduos.

Os objetivos aqui apresentados são, todavia, essenciais para podermos ter conhecimento sobre o que terminamos como fundamental para a nossa pesquisa, partindo também dos interesses sociais em que se direciona o próprio trabalho de pesquisa. Assim sendo, para este tema, definimos um objetivo geral, que alude a toda conjuntura do tema em si, além de mais cinco objetivos específicos que, grosso modo, podem também ser vistos para ilustrar outras áreas do próprio campo dos *media* em Angola. Seguindo essa linhagem, elegemos primeiro o objetivo geral que se direciona em:

- Analisar os aspetos da atividade jornalística desenvolvida pelos *media* em relação ao poder público em Angola na formação, educação e conscientização dos indivíduos.

Tendo estabelecido o objetivo geral, nossa pesquisa buscou também selecionar mais cinco objetivos específicos para esclarecer o que pretendemos apresentar no decurso deste trabalho:

- Identificar como o processo da produção de conteúdos nos *media* em Angola ajuda na educação dos indivíduos na consolidação de um Estado Democrático e de Direito;
- Compreender se a relação entre os *media* e o poder público ajuda na construção de uma sociedade democrática e de bem-estar para os angolanos e não só;
- Perceber como este processo é feito entre os profissionais da comunicação do audiovisual na produção, seleção e transmissão de informações para o público;
- Explorar a partir das matérias emitidas em rádios e TVs em Luanda se ajudam na formação dos indivíduos de acordo com o interesse público da responsabilidade social dos *media*;
- Explicar como os sistemas audiovisuais produzem conteúdos que espelham a realidade do país para o público ou quando o deixam de fazer sem seguir a responsabilidade social e dos critérios jornalísticos.

Definidos os objetivos, segue-se a seleção dos pressupostos metodológicos, isto é, o caminho a seguir para o alcance desse desiderato, a metodologia de pesquisa. Dada a

complexidade da pesquisa, o nosso posicionamento está centrado numa abordagem de estudos na área das Ciências Sociais e Humanas. Sendo assim, partimos desde já em usar inicialmente como centro de todas as atenções desta pesquisa um estudo a partir da metodologia qualitativa, pois julgamos que a partir dela alcançaremos o que nós objetivamos em estudar. Segundo Bulmer (1977), citado por José Vilelas (2009:113), a pesquisa qualitativa é utilizada para interpretar fenómenos, ocorre por meio de uma interação constante entre a observação e a formulação conceptual, entre a pesquisa empírica e o desenvolvimento teórico, entre a percepção e a explicação. Como se trata de um tema que está voltado em descrever o assunto, faremos o uso das pesquisas exploratórias, descritivas e de pesquisas explicativas ou de causalidade, sendo essa, por um lado muito diferente das exploratórias e descritivas (Dias, 2010:83-90).

Por outro lado, fizemos também o uso da técnica de entrevista¹⁰ que consiste na determinação entre o pesquisador e o informante para, através da conservação, obter informações pertinentes Lacatos e Marconi (2013:42). Todavia, fez-se ainda o uso das entrevistas dirigidas e não-dirigidas ou livre aos nossos informantes, visto que nosso interesse é recolher unicamente informações e explicarmos sobre o que acontece com os *media* em Angola, fazendo o uso de questionários e formulário¹¹, além de entrevistas com o uso de gravadores e por e-mail para alguns especialistas.

A relação dos *media* em Angola carece ainda de muitos estudos, ou seja, existe uma carência de investigação nesse campo devido à sua fraca presença e atuação em termos de responsabilidade social, assim como a falta de investigadores em comunicação social, desde sociólogos, jornalistas e políticos ou também de pessoas de outras áreas de conhecimento que se interessam em desenvolver as perspetivas e desafios da comunicação social. Entretanto, para esta pesquisa de investigação, determinamos alguns itens para a estratégia metodológica que consiste em:

- Exploramos o tema a partir de análise de diversos métodos (o empírico, explicativo e entrevistas), seguido também da exploração teórica através da análise bibliográfica essencial para analisar a informação das diferentes fontes bibliográficas entre (livros, documentos, revistas e sites).

¹⁰Lakatos (1980:94-95). A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

¹¹Lakatos e Marconi (2013:40). O questionário visa levantar dados através de uma série organizada de perguntas escritas, cujas respostas serão fornecidas pelo pesquisado sem contato direto com o investigador.

- Num segundo momento, o estudo consiste nas entrevistas realizadas com alguns profissionais da área da comunicação social, sociólogos, advogados, psicólogos, estudantes e pessoas de outros estágios da sociedade angolana¹², além do público¹³. Neste caso, as entrevistas foram feitas de forma presencial através de perguntas e respostas, tendo também sido usado um gravador ou caça palavra para o efeito. Nas demais províncias, houve a necessidade de se deslocar lá sede das capitais no período de outubro de 2016 a março de 2017.
- Desta feita, a recolha de dados foi feita no mesmo período, sendo a análise e tabulação dos dados feita já em Luanda com devidos cuidados que a pesquisa nos submeteu durante todo o processo de redação no período de investigação. Dando continuidade, nossa investigação consistiu também na busca de informações através de livros e sites hospedados na Internet, assim como se analisou também informações de páginas no Facebook, como as páginas dos partidos políticos que concorreram nas Eleições Legislativas em 2017, como a APN, CASA-CE, FNLA, MPLA, PRS, UNITA Alemanha, UNITA Bruxelas e UNITA¹⁴. Foram também analisadas as páginas individuais de Celso Manovekeno, Luisa Rogério, Ismael Mateus, Olinda Ku Viê, Marcolino Moco, João Lourenço, Isaias Samakuva, Abel Chivukuvuku, Mariano Almeida, Reginaldo Silva, Ana Paula dos Santos, João Pinto, João Paulo Nganga, Quintino Moreira e Salas Neto que estão na plataforma do Facebook (Cf. Quadro nº14).
- Ainda nesta mesma rede social, foram também analisados as páginas de grupos sociais como o Debate Livre de Universitários, Grupo Kimbundo, Grupo Metropolitana, Gestão e Administração de Empresas, Jornal Informativo Wiweltschia Mirabilis, Opinião Pública em Foco, Amigos do Elson El Israel e Diálogo em Família (Cf. Quadro nº 15).

No decorrer do estudo, devido à importância do tema no contexto da sua abordagem e a complexidade para a aplicação do estudo assim como o contexto em que a pesquisa se desenrolou, fizemos o uso de estudo etnometodológico e fenomenológico.

Na parte da aplicação do estudo etnográfico, embora tendo origem na área da fenomenologia, é muito usado para a investigação do uso da metodologia qualitativa que

¹² Cf. Anexo C.

¹³ Ide.

¹⁴ Cf. Quadro nº 16.

constitui o centro de pesquisa. Todavia, esse modelo de estudos permite a valorização do senso comum para a compreensão do social, onde nós como observadores procuramos interpretar aquilo que o sujeito já tinha interpretado no seio da sua população, neste caso em que podemos observar os agentes sociais sobre o campo da atuação dos *media* em Angola. Buscamos, de certa forma, a partir da compreensão dos dados, mas também a interpretação do significado ou significados que os *media* proporcionam na sociedade angolana e sua relação com o poder público, que aqui podemos situar como a Esfera Pública em Angola.

Já em relação ao estudo fenomenológico, direcionamos a pesquisa de forma que consigamos interpretar melhor todos os dados que recolhemos durante todo o processo da investigação, todavia, por ser um modelo de pesquisa muito aplicado à área das ciências humanas. Perante este modelo, consideramos importante incluímos nessa investigação que nos declaramos aplicar por responder certamente os objetivos traçados nesta pesquisa. Em resumo, o uso desta metodologia pode contribuir também além da recolha de dados, mas na importância de explorar alguns subsídios teóricos para a compreensão do próprio referencial fenomenológico. É, por conseguinte, um tipo de metodologia muito usado em estudos da área da filosofia, como disse nas ciências humanas, por Edmundo Husserl (1859-1938), o fundador dessa área e que possibilitou a interação de outros elementos ou estudiosos a se dedicar com a aplicabilidade desse modelo metodológico.

Para Kôche (2001:37), o conhecimento científico e, pois, o que é construído através de procedimentos que denotem atitude científica e que, por proporcionar condições de experimentação de suas hipóteses de forma sistemática, controlada e objetiva e ser exposto à crítica intersubjetiva, oferece maior segurança e confiabilidade nos seus resultados e maior consciência do limite de validade de suas teorias. Por outro lado, de acordo com Gil (1996:48), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elevado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura corrente ou de referências. Os livros de leitura correntes que abrangem as obras referentes aos diversos géneros literários (romance, poesia, teatro etc.), e também as obras de divulgação, isto é, as que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos.

Enquanto isso, consta-se ainda dentro do que venha a ser as circunstâncias do uso dos documentos para uma determinada pesquisa, o que é espelhado por Gil (1996:51), em que a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Desta feita, “uma explicação é algo sempre incompleto: sempre podemos suscitar um outro porquê: E esse novo porquê talvez leve a uma nova teoria que não só ‘explique’, mas corrija a anterior” (Popper, 1977:139). Ou seja, as demais metodologias mesmo sendo importantes para a investigação de um tema relevante como este a que nos propusemos fazer, consideramos conveniente escolher a metodologia principal como a qualitativa, sendo como a mais que se direciona no nosso contexto, devido às diversidades sociais, o acesso ao material, o tempo de produção e o conhecimento sobre o assunto permitindo assim uma investigação mais exequível para a conclusão do trabalho.

No entanto, esta metodologia “qualitativa” permite também a construção fluente e coerente de um discurso que, sendo linear, há-de cumprir a finalidade de referir e de confrontar realidades complexas da atuação dos *media* em Angola a partir da elaboração do nosso plano de estudos desta investigação.

Desta feita, fica claro por um lado, que usamos alguns aspetos relacionados com a aplicabilidade da pesquisa quantitativa através de alguns dados estatísticos, mas não é o centro desta pesquisa por essência. Ela só aparece para quantificar alguns dados sobre o número e existência dos meios audiovisuais e, às vezes, de jornais também de uma forma geral, assim como os jovens consideram o novo campo dos *media* e os problemas que mais são discutidos. Recorreu-se também ao uso de documentos diversos para a aplicação e busca de informações como a Constituição da República, o regulamento da Entidade Reguladora da Comunicação Social em Angola (ERCA) e outros. Atesta-se também, devido à questão das distintas regras, que a mesma usa na sua forma de abordagem, principalmente na aplicação de inquéritos e de confrontar ou da interpretação de dados quantitativos devido às situações de tempo e acesso aos inqueridos. Assim sendo, o inquérito foi dirigido a um universo de 650 jovens das províncias de Bengo, Benguela, Bié, Cuanza Norte, Huambo, Huíla, Luanda e Namibe, mas a amostra é de 450 jovens que

responderam ao nosso inquérito. O mesmo foi feito de forma presencial, onde os inqueridos responderam as questões fechadas e abertas preenchendo os espaços determinados do inquérito¹⁵. Salientar ainda, devido às circunstâncias sociais que o país vive, assim como o medo de represálias, houve muitas dificuldades para convencer as pessoas a responderem as questões colocadas, principalmente nas províncias do Bengo, Bié, Cuanza Norte, Huambo e Namibe. Essa situação é consumada pelos pelos duzentos jovens que foram solicitados para participarem desta pesquisa, mas não aceitaram responder as questões colocadas alegando medo de perseguições sociais ou serem confundidos como revolucionários como muito acontece no nosso contexto nacional.

¹⁵ Cf. Anexo C. Exemplo do inquérito atribuído desta pesquisa. (Inquérito /Questionário direcionado aos jovens.

I. CAPÍTULO: CONCEITOS PRIMÁRIOS DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA NO CONTEXTO SOCIAL

1.1. O papel da comunicação na sociedade contemporânea

O tempo segue um caminho não linear para a mudança de comportamentos dos indivíduos na sociedade, pois, diversas formas são feitas em simultâneo pelas pessoas originando maneiras diferentes de se posicionar perante qualquer forma e situação do tempo e do contexto dos acontecimentos. Devido à estas situações, as pessoas procuram um elemento em comum denominado “comunicação” que tem a função de manter umnexo entre as pessoas permitindo assim o aspeto comunicativo para interligar as relações de pensamento entre as pessoas facilitando assim o diálogo e a compreensão dos assuntos que fazem parte de uma comunidade ou mesmo em regiões separadas, próximas e distantes. Um processo que, em certa medida, se torna difícil para se estabelecer uma relação recíproca no processo de comunicação. Em tempos remotos, esse processo foi marcado de acordo com a cultura de cada comunidade, à medida que a sociedade se foi desenvolvendo, a capacidade do homem aperfeiçoar o modelo ou modelos de comunicação cresceu e evoluiu segundo as premissas evolucionistas do indivíduo, embora de forma diferenciadas através das regiões.

A própria evolução determina, assim, todavia, uma mudança de comportamento dos indivíduos em sociedade, ou seja, com a evolução decorrente o homem percebe-se da necessidade de estabelecer um processo de mudança na comunicação e que determina neste aspeto a existência de um papel assumido como fundamental para a comunicação. Estudiosos de diversas áreas do conhecimento numa perspetiva interdisciplinar começam a estabelecer perceções para entender então o campo da comunicação para se saber os efeitos que a comunicação social ou toda a comunicação pode provocar nos sujeitos que, de certo modo, podem ser positivos e negativos de acordo com o grau de conteúdo que é produzido assim como o contexto em que a comunicação ocorre. Nossa intenção aqui não é destacar autores ou áreas disciplinares, mas ressaltar como o processo de comunicação entre as pessoas se tornou um elemento chave para a relação entre os indivíduos para poderem estabelecer suas preocupações, ideologias e princípios a partir da vida social em comunidade.

O comportamento de cada sujeito de poder expor sua ideia passa a ser fundamental na própria divisão do espaço e na escolha dos elementos que constituem as formalidades

comunicacionais e os processos que determinam essa ideologia de trocas de mensagens que permitem então, segundo Lasswell, estabelecer o processo de comunicação que determina uma reciprocidade de fiabilidade e fundamental na comunicação, em que o mesmo recebe a nomenclatura de modelo da comunicação. Ou seja, é a partir do modelo estabelecido por Lasswell, que consistia na aplicação de um paradigma de análise sociopolítica (*quem obtém o quê? Como? Quando? De que forma?*), que surgiu em 1948. O estudo consistia também em responder às cinco perguntas que deveriam ser feitas para o processo de comunicação e adotado como os elementos iniciais de um *lead* para uma notícia ou reportagem. “Uma forma adequada para se descrever um ato de comunicação é responder às seguintes perguntas: quem, diz o quê, através de que canal e com que efeito. O estudo científico do processo comunicativo tende a concentrar-se em uma ou outra destas interrogações” (Lasswell, 1948:84, citado por Wolf, 2003:29).

De acordo com Bordinave (1982:17)¹⁶, a comunicação foi o canal pelo qual os padrões de vida de sua cultura lhe foram transmitidos, pelo qual aprendeu a ser “membro” de sua sociedade ou de sua família, de seu grupo de amigos, de sua vizinhança, de sua nação. Assim sendo, a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade. Ou seja, no entendimento do autor, o que podemos denominar como sociedade e comunicação constituem um só elemento, ou seja, numa outra forma de compreensão, são uma só coisa. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação. A comunicação não pode ser melhor que sua sociedade nem esta melhor que sua comunicação, pois, aqui é testada de que cada sociedade tem a comunicação que merece. Perante essas observações, caímos numa indagação que nos é colocada por Bordinave com intuito de poder perceber essa dicotomia entre a sociedade e a comunicação. “Diz-me como é a tua comunicação e te direi como é a sua sociedade” (Bordinave, 1982:16).

Compreendendo essa relação que existe entre a sociedade e comunicação como dois elementos essenciais para a vida dos homens, eles são inseparáveis para a compreensão da existência do homem, mesmo que nos deparámos com concepções diversificadas e contraditórias sobre este aspeto. Para tal, é próprio da comunicação contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem às coisas. E, através da modificação de significados, a comunicação colabora na transformação das crenças, dos valores e dos

¹⁶Cf. Bordinave, Juan E. Díaz é paraguaio de nacionalidade, agrónomo, Mestre em Jornalismo Agrícola pela Universidade de Wisconsin (EUA) e PhD em Comunicação pela Universidade de Michigan (EUA). É Professor visitante em várias Universidades de países latino-americanos.

comportamentos. Daí o uso que o poder faz da comunicação (Bordinave, 1982:92).

Assim, Bordinave, em sua compreensão leva-nos numa outra perspectiva em perceber que a comunicação tem poder que permite o homem estar em sociedade e compreender de forma conjunta o que se passa em volta dele e não só. Ou seja, no primeiro sentido, o poder da comunicação assenta-se no momento em que as pessoas em geral não desenvolvem todo o seu potencial de comunicação, embora, certamente, poderiam elas, com um pouco de orientação e treinamento, aproveitar construtivamente suas capacidades de expressão, relacionamento e participação. Num segundo sentido, o autor indaga-se se a comunicação pode definir-se como “a interação social através de mensagens”, porque não aprender a formular e trocar mensagens que elevem a qualidade da interação social? (Bordinave, 1982:93).

Bordinave (1982:93), nessa perspectiva de sabermos sobre a comunicação, coloca-nos várias questões no sentido de criar uma ideologia reflexiva sobre o papel que a comunicação desempenha na sociedade em que os sujeitos são os próprios autores da execução da comunicação como extensões da relação entre os indivíduos, mas também como indissociáveis na sociedade. Ou seja, para ele “se os meios de comunicação são verdadeiras “extensões do homem”, porque não aprender a usá-los desde a infância em sentido construtivo de auto-expressão e de construção de uma nova sociedade mais justa e solidária? Porque não promover o acesso de toda a população ao usufruto dos meios de comunicação para que possam dizer sua palavra e pronunciar o mundo”? Portanto, desta feita, é certo de que mesmo com todas essas inferências que Juan Bordinave nos apresente, fica claro neste mundo comunicacional que “o aproveitamento ótimo do poder da comunicação para a expressão, o relacionamento e a participação, dentro de um projeto geral de transformação social, implica a tomada de uma série de medidas pela sociedade, começando pela procura de novas formas de apropriação e administração dos meios, até melhores formas de capacitação das pessoas no uso da comunicação”.¹⁷

Por outro lado, se tratarmos de uma comunicação que esteja direcionada para uma comunicação da educação, novos modos de preparação para a comunicação devem ser desenvolvidos a vários níveis. Nesse processo, o autor apresenta-nos os seguintes elementos que asseguram de forma fundamental o funcionamento da comunicação a partir de seu papel social e de cidadania, a saber a partir de dois elementos que ele considera como fiáveis e fundamentais:

¹⁷ Cf. Bordinave (1982:93).

- Desde o pré-escolar até ao segundo grau, à matéria Comunicação e Expressão deveria receber a maior ênfase. Ela poderia até ser um eixo central de todo o currículo, sobretudo nas primeiras séries. Usar-se-ia uma abordagem a partir de problemas reais. Através de “estudo situacional” inicial, podem ser escolhidos “núcleos geradores” que levem uma melhor compreensão da realidade graças a diversas “leituras” da mesma: leitura denotativa, leitura conotativa e leitura estrutural. Nestas leituras entrariam, como auxiliares do conhecimento, todas as demais disciplinas: biologia, botânica, história, matemática, etc.

- Na educação formal e não formal de adultos, o potencial de comunicação deve também ser desenvolvido. Na educação formal dando mais importância à capacidade de comunicar do que de absorver conhecimentos, isto é, de socializar o aprendido em benefício da aplicação social da profissão ou ocupação.

A função social da comunicação não é de agora, embora muito antes não tivesse havido estudos que mostrassem esse percurso inicial do papel e o poder da comunicação, mas aos poucos, o homem foi se habituando a esse poderio que a comunicação a partir de suas diversidades e formas manifestantes aparece na sociedade.

Nesta ideia do poder da comunicação apresentada por Bordinave (1982:95), é, por conseguinte, de fazer perceber a postulação feita por ele, que só recentemente alguns agentes de mudança deram conta de que é muito mais importante do que adotar conhecimentos e práticas específicas é desenvolver a capacidade de identificar problemas da realidade. Pois, é através da interação com os demais e com o meio ambiente que se realizam várias dinâmicas, para depois articular estes problemas e dando-lhes solução ou, caso os recursos próprios do grupo sejam insuficientes, levá-los ao conhecimento dos poderes públicos pertinentes. Um recente processo de mudança, embora estejamos no século XXI, mas que teve o seu início, no ano de 1982 (Cf. a referência acima), em que foi publicada a obra).

A aquisição do poder de reivindicação implica a coesão grupal, a autoconfiança e a posse de habilidades de exposição, argumentação e persuasão da opinião pública, todas estas capacidades baseadas na comunicação, exige o desenvolvimento da capacidade de comunicar, que perante esta situação, precisamente, estamos em um terceiro nível onde o poder da comunicação pode ser desenvolvido pela educação que são as faculdades e escolas de comunicação. Com efeito, a formação atual dos comunicadores sociais dá ênfase aos aspetos técnicos e administrativos do manejo dos meios de comunicação, mas pouca atenção às estratégias de utilização da comunicação num sentido educativo e

dinamizador das transformações sociais. Os comunicadores saem da faculdade moldados para o trabalho em meios do tipo comercial empresarial e, orgulhosos de seu profissionalismo, caem na tentação de esquecer que a capacidade de comunicar deve ser entendida por toda a população, desmistificando os meios, se se quer conseguir a construção de uma sociedade participativa.

Bordinave (1982:97) é insistente em suas pesquisas em saber profundamente sobre a comunicação, mas busca compreender, a partir dos desdobramentos do campo da comunicação, aquilo que já foi sustentado pelos autores anteriores a eles, como os da Escola de Frankfurt, Chicago e Canadá, ou mesmo de outras escolas da Europa como França, Inglaterra, dissertando o extraordinário poder da comunicação para o desenvolvimento da criatividade no auto-expressão, da fraternidade na convivência e da força política na luta pela transformação das estruturas sociais está ainda à espera de uma teoria social que valorize ou um método que o concretize.

O papel da comunicação passa também pelo fator do desenvolvimento do homem e das técnicas que são necessárias para uma comunicação exequível entre os homens garantindo assim a eficácia do próprio poder de comunicação em vários níveis e domínios da vida social. Bordinave (1982:97), ao dissertar sobre a comunicação do poder, uma inversão dos termos, informa-nos que o inesperado desenvolvimento e difusão da consciência associativa e a multiplicação consequente de grupos ecológicos, associações de classe, associações de bairro e de vizinhança, comunidades eleitorais de base etc., mostram que foi quebrado – oxalá definitivamente – o antigo conformismo e passividade da sociedade civil. Antes, ela ergue-se toda uma tradição de monopólio e de manejo da comunicação pelas classes dominantes, dispostas a perpetuar os padrões de elitismo, privilégio, coerção e exploração que caracterizaram nossa história. O uso da comunicação social, evidentemente, foi apenas um dos meios empregados, junto a sanções económicas, discriminação educacional, nepotismo e, ainda, exílio, tortura e outros de triste memória.

Para Enzensberger (1979:139), os programas de indústria de consciência têm que absorver seus próprios efeitos, as reações e correções que provocam. Por isso, não se podem considerar como meios de consumo, mas sim, meios para sua produção. Para tal, os meios de comunicação também suprimem a velha categoria da obra que só pode conceber como objeto isolado, não independente de seu substrato material, pois, também, os meios não produzem tais objetos, mas sim criam programas de diversas escalas e compreensão da consciência humana. Ou seja, seguindo o entendimento do que é apresentado por Emmanuel Kant, o objeto já não é mais um elemento distanciado ao sujeito, mas sim ele se

apresenta ao sujeito para ser investigado ou desdobrado.

Os avanços registrados no período contemporâneo e que até hoje nesta segunda década do século XXI, a comunicação encontrou mecanismos na sua forma de atuar e de agir, a partir do pensamento consciente do homem. É, todavia, uma comunicação que apresenta diversos ângulos de convergência e divergências no que o seu papel fundamental na sociedade, onde a questão de participação se tornou importante para a concretização dos objetivos comuns. Wolton (2006:21) salienta também que a comunicação é o resultado de um extraordinário movimento de emancipação ao mesmo tempo social, cultural e político, nascido no Ocidente há mais de dois séculos. Assim como as técnicas são apenas a ponta deste icebergue, a comunicação hoje, onnipresente, só é compreensível tomando em consideração as mutações que, em dois séculos, afetaram a estrutura das nossas sociedades e o campo político. Porque, como a comunicação, não se trata apenas de uma mudança do modelo social e cultural, mas também de uma mutação democrática. Por outras palavras, é impossível falar de comunicação sem falar de democracia. Paradoxalmente, as duas guerras mundiais, para além da sua dimensão trágica, foram aceleradores dessas mutações.

Mas, mesmo com todo o processo de avanço e de crescimento que se regista na esfera comunicacional, percebe-se também uma situação, às vezes, de violência. Ou seja, percebe-se que a violência destes eventos catalisou essas mudanças, particularmente na Europa e no Ocidente e, depois, progressivamente pelo resto do mundo. A comunicação existe desde que os homens vivem em sociedade, pois eles produzem, trocam, sonham, combatem e se organizam. Contudo, não é um valor central nas sociedades hierarquizadas e também desiguais. Isto não significa que não haja comunicação neste tipo de sociedade, mas esta realidade, e com certeza esta aspiração e estas práticas, não estão no panteão dos valores das sociedades tradicionais, que funcionam segundo outros sistemas simbólicos, culturais e sociais. Para que a comunicação se imponha como um valor e uma realidade incontornáveis em relações humanas e sociais, é preciso uma sociedade móvel, aberta, virada para a mudança, que privilegie a iniciativa, separe o religioso, o direito de expressão, a liberdade de opinião, e, finalmente, o pluralismo político. Em suma, inúmeras condições que explicam por que razão a comunicação, como valor legítimo, só pode aparecer no fim do movimento, iniciado no século XVII, a favor do reconhecimento do sujeito e da sua liberdade. É preciso também uma sociedade liberta da dominação pela natureza e pela matéria e na qual as relações sociais são mais livres. Quando a ordem social e política está diretamente relacionada com os ciclos da natureza, ou da hierarquia

religiosa ou militar, existem trocas, mas cada coisa, cada um, fica no seu lugar. A comunicação existe, mas num esquema vertical, o da ordem estabelecida. O que se altera com a modernidade é não só a emancipação em relação à matéria e à natureza, mesmo se pagamos muito caro o seu custo antropológico, mas também o fato de entrarmos numa sociedade móvel, na qual as trocas comunicacionais entre os indivíduos têm um valor intrínseco, reconhecido.

Assim, perante estas trocas comunicacionais através dos seus diversos produtos fornecidos pela indústria cultural,¹⁸ Wolton (2006:22) frisa ainda que a comunicação toma o seu lugar normativo quando se passa de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta. Ou seja, ela desenvolve-se muito com o crescimento urbano, o êxodo rural, a fragmentação das estruturas sociais tradicionais, o enfraquecimento das classes sociais e da família alargada. É o símbolo da libertação em relação à tradição, da mobilidade em relação à estabilidade, de uma sociedade menos hierarquizada, mais centrada sobre si e sobre uma relação com o outro. Comunicar, afinal, é sempre desejar compreender o mundo. Isto pressupõe que homem se possa abrir ao mundo. Daí o impulso formidável, desde o século XVII, do livro, da imprensa, do telefone, da rádio, da televisão, da Internet. Comunicar é ser livre, mas é sobretudo reconhecer o outro como um igual. Reencontramos, assim, toda a batalha para a democracia, isto é, o direito de oposição, o pluralismo – a liberdade, portanto – e também os direitos do homem – a igualdade. Não foi, aliás, de forma neutra que a ONU inscreveu os valores da liberdade, da comunicação, do despeito pelas identidades, das religiões, etc, no centro da comunidade internacional, pois estas são indispensáveis para organizar a coabitação das culturas e das civilizações.

Como expressa Wolton (2006:22) em suas reflexões, a comunicação é apenas a ponta emergente do icebergue construído pela sociedade moderna democrática, é simplesmente um “progresso” em relação à tradição e à ordem aristocrática, é simplesmente outra coisa, mas uma outra coisa que está em vias de se tornar – ainda que com alguns acertos culturais que não devemos de forma alguma subestimar - a referência mundial desde o fim da oposição capitalismo-comunismo.

¹⁸ Conceito cunhado por Teodoro W. Adorno e Max Horkheimer no livro *Dialética do Esclarecimento* > *Fragmentos Filosóficos*, em 1944 (1947).

Não nos devemos deixar iludir por este triunfo da modernidade no seu duplo aspeto cultural e político, mas devemos também reconhecer que, desde há dois séculos, a batalha para a comunicação, sob todas as suas formas, constituiu o símbolo da tal abertura. Com a comunicação, podemos sempre olhar para baixo, para o mercantilismo, as intenções de manipulação e outras situações que podem ocorrer na sociedade, como a vida política, religiosa, as diversas manipulações e seus confrontos, mas devemos sobretudo olhar para cima, para aquilo que eleva os homens. Ou seja, de certo modo, estamos perante uma comunicação determinante e perante os valores sociais que dignificam a magnitude do homem.

Desta feita, nossa sociedade depara com diversas formalidades de formação e educação dos cidadãos a partir dos meios de comunicação e, todavia, com essa conjuntura mediática, daí o seu papel na responsabilidade de informar e formar as mentalidades dos homens que compõem as diversas comunidades desde os tempos antepassados até aos nossos dias. Como frisa Thompson (2000:219), o “papel das instituições dos *media* é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineiras e continuamente apresentadas a nós”. Na mesma senda de pensamento, o autor explica que “dia a dia, semana a semana, jornais, estações de rádio e televisão nos apresentam um fluxo contínuo de palavras e imagens, informação e ideias, a respeito dos acontecimentos que têm lugar para além de nosso ambiente social imediato”.¹⁹

1.1.1- As diversas formas de comunicação e perspetivas sociais

O desenvolvimento da área de comunicação desde a sua origem em tempos primórdios tem proporcionado para os sujeitos diversas formas de manifestações comunicativas. É nesta demanda de pensamento que outras formas de comunicação foram surgindo na sociedade fazendo com que os indivíduos se adaptem a estes modelos. Para essa compreensão, buscamos apresentar as formas de comunicação que são apresentadas pelo pesquisador Bordenave que nos propõe três formas de comunicação que emergem do processo ou campo da comunicação.

Para Bordenave (1982:98), na manipulação da comunicação, as classes dominantes

¹⁹ Cf. Thompson (2000:219).

mobilizam tantos tipos de medidas que sua enumeração seria impossível. Entretanto, uma tentativa de classificação destas medidas distingue entre:

- *Comunicação dirigida* que consiste na manipulação da linguagem, obrigatoriedade de certos significados, imposição de certos conteúdos, proibição de outros (censura), utilização de adjetivos laudatórios para as autoridades do momento.
- *Comunicação limitada* que envolve qualquer medida para a manutenção das massas na ignorância; a educação sendo orientada para forçar as classes baixas a manterem seus códigos restritos, que não lhes permitem articular seus interesses e participar do jogo político.
- *Comunicação constrangida* que está submetida aos esforços realizados por grupos privados e governamentais para estruturar e limitar a comunicação pública com a finalidade de conseguir que prevaleçam seus interesses: a obrigação imposta pelo proprietário de um jornal no sentido de que todos os jornalistas obedeçam à linha editorial mesmo com os ditames de sua consciência, controlo da opinião dos jornais através do monopólio estatal de distribuição do papel; a manutenção de jornalistas radialistas nas folhas de pagamento oficiais para que veiculem matérias favoráveis ao governo; a influência das firmas anunciadoras na política editorial dos meios de comunicação, etc.

As perspectivas atuais da comunicação são tão efémeras que ainda dependem dos produtores ou agentes económicos, que são os protagonistas de escolher os programas que devem constar numa grelha de televisão ou rádio, pois, são eles os proprietários das empresas que encontramos na sociedade. Em algumas situações ou partes, essa organização é da responsabilidade do Governo ou Estado, mas também, de certo modo cai na mesma balança de controlar as ações da comunicação para a defesa dos interesses de uma minoria e não para o bem-estar social dos cidadãos a partir de uma educação de fiabilidade. Bordenave (1982:99) disserta que existe ainda as táticas divisionistas do governo quando, para apartar a atenção do povo dos problemas de base, fomenta filmes, programas de rádio e de televisão isentos de qualquer valor educativo ou conscientizador, como os programas de calouros, os jogos competitivos, os concursos com prémios, as “porno-chanchadas”,²⁰ assim como também os horóscopos, colunas sociais de numéricos, suplementos dominicais de orientação frívola e consumista etc.

²⁰ Cf. Bordinave (1982:99). É um termo brasileiro.

A modernidade apresenta uma transversalidade forma de se fazer comunicação nos diversos moldes dos meios de comunicação social, ou a partir das demais formas de organizações sociais que são determinadas pelos diversos agentes sociais. O homem, todavia, como elemento pensante e agente de mudança, percebe das suas competências de raciocínio e de reação e começa a transformar essa maneira de fazer a comunicação de forma a inculcar novos elementos e perspectivas. Há uma mudança na própria dinamização dos meios de comunicação desde o jornal, à rádio, à televisão e mais adiante com o surgimento da Internet, tudo muda com as novas mentalidades de introduzir novos elementos dinamizadores na comunicação, uma nova linguagem, nova produção, há mais exigências do público, ou seja, por conseguinte, um olhar dos proprietários e fazedores de comunicação é determinante nesse estágio da diversidade dos modelos de comunicação. Se antes, o indivíduo estava preso as insígnias dos profissionais dos *media*, principalmente na rádio e na Televisão, com o evoluir do tempo tudo mudou, parece que a responsabilidade recai mais para os profissionais, pois, no entanto, os consumidores leigos também estão mais atentos aos produtos oferecidos pelos *media*.

A programação começa a ser diferenciada dentro dos programas dos meios audiovisuais, o que não foge também com os jornais e revistas, visto que há uma perspectiva de mudança racional e exigente do público. Novos formatos no jornalismo impresso são estipulados assim como diversos modelos ou tiragens de revistas também surgem nesses modelos de comunicação. As empresas, organizações e instituições em vários padrões, também alinham nesses projetos visionistas da nova filosofia da comunicação. É praticamente um momento de tudo ou nada para a evolução da comunicação, agora, já não são só os grandes burgueses ou líderes que precisam a comunicação ou os que a determinam, a noção é, segundo o que Bordenave estipula, cinge-se ao poder da comunicação que abarca toda a sociedade, ou seja, é um direito para todos. Ou ainda como nos adianta Santos (1992:123), “os grupos sociais mais valorizados têm maior potencial para fornecer heróis que são bem-sucedidos no ato de matar porque pertencem a uma classe vencedora”. Enquanto isso, Bordenave ao estudar os modelos ou formas de programação nos *media* audiovisuais, traz-nos elementos que mostram essa mudança de paradigmas, que a nosso ver, foram mais introduzidos numa realidade sul-americana, embora a Europa e EUA não ficassem de fora nestas mudanças, visto que foram programas que deram um outro alento no campo da comunicação desde os programas de auditório com os espetadores e telespectadores a participarem durante a

emissão de programas de diversas ordens e géneros.

No Brasil, programas de género deram sucesso nas TVs Manchete, Tupi, Gazeta, Rádio Roquete Pinto, Globo e Record, o que se estende até hoje. Outros elementos são também determinados desde o surgimento de programas com os nomes de apresentadores que se tornaram modelos para a sociedade e que marcaram histórias no espaço audiovisual brasileiro. Programas antigos como de Amorim Júnior, Chacrinha, etc. Ou seja, por outro lado, são programas que funcionam com uma diversidade de premissas, geralmente pela repetição dos mesmos e a inovação de quadros que compõem a programação do mesmo dia, muito usado nas TVs brasileiras.

Nos programas do tipo “Pão e Circo”, aplicam-se métodos de repetição rítmica e ritual que condicionam as pessoas embotando seu sentido crítico e estético e evitando o desenvolvimento da sua consciência crítica. As crianças participantes destes programas recebem forte dose de doutrinação consumista e mercantilista, ficando condicionadas a uma crescente dependência dos reforços e gratificações oferecido pela indústria cultural. Mas, mesmo com o forte desenvolvimento que a indústria cultural nos apresenta, Thompson (2000:219) afirma que “as indústrias dos *media* nem sempre desempenharam um papel tão fundamental”. Ou seja, o autor apresenta-nos a seguinte versão de acordo com o fluxo de desenvolvimento dos *media* assim como o processo de comunicação no mundo desde o surgimento das primeiras impressões:

“O surgimento e desenvolvimento dessas indústrias foi um processo histórico específico que acompanhou o surgimento das sociedades modernas. As origens da comunicação de massa podem ser ligadas ao século XV, quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutemberg foram assumidas por uma variedade de instituições nos maiores centros comerciais da Europa e exploradas para fins de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos”. (Thompson, 2000:219).

Ou ainda segundo o mesmo autor,

“Esse foi o início de uma série de desenvolvimentos que, a partir do século XVI até hoje, conseguiu transformar radicalmente as maneiras como as formas simbólicas foram produzidas, transmitidas e recebidas por indivíduos no curso de suas vidas cotidianas. É essa série de desenvolvimento ao que chamo de mediação da cultura moderna. Esse é um processo que caminha lado a lado com a expansão do capitalismo industrial e com a formação do sistema moderno de estados-nação”. (Thompson, 2000:291-220).

Face a esta situação histórica, atrela-se também o desenvolvimento dos sistemas de correios, da indústria de publicação e da comercialização de livros, da indústria de filmes e

das correspondentes cadeias de cinema, das redes de difusão de rádios e de televisão e assim por diante, são exemplos de emergência de modalidades de transmissão cultural, segundo as explicações de Thompson ao fazer uma abordagem sobre os aspetos da transmissão cultural.²¹ Nesta mesma perspetiva, podemos dizer como a cultura de massa é engendrada numa abordagem feita por Edgar Morin, na sua obra intitulada de “*Cultura de Massa no Século XX: Neurose*”, *Volume I, Edição Brasileira de “O Espírito do tempo”*. A imprensa da cultura de massa abre suas colunas para os fatos variados, isto é, para os acontecimentos contingentes que só se justificam por seu valor emocional (Morin, 2007:14). Depois disso, há o surgimento de uma cultura planetária, segundo as explicações de Morin, que está constituída pela imprensa moderna ilustrada, o cinema, o rádio e a televisão estão hoje em dia em todos os países do globo. Ou seja, o sistema de comunicação é um sistema universal (Morin, 2007:158).²² Ao contrário de toda uma cultura universal que se instala em todas as partes do mundo, alguns países se mostram resistentes através de suas políticas de Estado ou com medo do próprio engendramento de velocidade e emergência dos meios de comunicação de massa e suas culturas industriais. De acordo com Morin (2007:163), fecham-se as portas para não permitirem a entrada dela como na China, enquanto em outras regiões, a religião, o Estado, a família contém e assistem a essa invasão da cultura planetária.

Para Bordenave (1982:100), a Comunicação de resistência; havendo sociedade civil constado que o vasto poder da comunicação não está sendo usado para promover o crescimento integral das pessoas de todas as classes sociais, sendo antes empregada como um narcótico que oferece ao povo “pão e circo” ou cobras e lagartos em troca de sua desistência da luta pela transformação da sociedade, a resistência contra este tipo de comunicação já começou.

Portanto, neste aspeto, a postulação de Bordenave, apresenta-nos algumas formas

²¹Thompson (2000:227). Cada modalidade está baseada em certos meios técnicos que conferem às importantes formas simbólicas certos tipos de fixação e de reprodutibilidade. Cada modalidade implica diferentes tipos de instituições – que Thompson chama de instituições genéricas ou sedimentadas – dentro das quais as formas simbólicas são produzidas e difundidas. Cada modalidade está associada com um certo grau de distanciamento espaço temporal que é tornado possível pela específica combinação do meio técnico e do aparato institucional.

²²Morin (2007:158). Nas palavras do mesmo autor: “os temas culturais que tomaram forma nos Estados Unidos e que constituem o que chamei aqui de cultura de massa estão difundidos nos filmes, na imprensa, no rádio e na televisão das nações ocidentais. Essa expansão ainda vai mais longe. Os filmes de Hollywood se propagam pelos terços do planeta. [...] Apesar das diferenças económicas, a cultura de massa penetra nos países em via de desenvolvimento da Ásia e África.

de comunicação, que para ele constitui a luta que é adotada por movimentos em favor da busca de uma liberdade entre os cidadãos com vista a se poder encontrar o equilíbrio social no que venha a ser os interesses destes mesmos cidadãos. Ao lidar com esse estudo em estabelecer as formas de comunicação, Bordenave situa sete tipos de comunicação nomeadamente: comunicação alternativa, comunicação participatória, comunicação militante, comunicação popular, comunicação de resistência, comunicação folclórica ou tradicional. Essa divisão só é possível devido à presença dos diversos movimentos sociais que se estabelecem na sociedade, assim como o seu grau de comportamento e modos de viver. Embora, na visão ainda de Bordenave, entenda que cada denominação mesmo expressando algumas diferenças de significados, “a ideia comum permeando os diversos movimentos é a de que o homem social, até agora reduzido à qualidade de um parâmetro numa questão económica e submetido a um planeamento hierarquizado que não o consulta seriamente, hoje luta por uma sociedade participativa, igualitária e antielitista”. A transformação de uma sociedade liberal representativa numa sociedade participativa passa forçosamente pela participação pessoal, e esta passa forçosamente pela comunicação.

Assim sendo, o fenómeno da “indústria cultural” tende a difundir a ideologia da modernização e a padronizar culturas singulares dentro de um esquema consumista. Sob o efeito do condicionado, o consumidor assíduo dos produtos da indústria cultural tenderia a absorver valores e conceitos das classes dominantes transmitidos intensivamente pelos *media* e hoje, principalmente pela televisão (Freitas e Lucas, 2002:125).

Para tanto, ao falarmos das formas de modelos de comunicação a partir do olhar dos nomes de programas, nossa visão centra-se mais no território brasileiro, onde as emissoras de Tvs, parece-nos como sendo as campeãs para esse estágio. São nomes recentes, alguns deste século XXI e outros do século passado (XX), que marcam essa história, destacamos aqui programas como o Domingo do Faustão, Caldeirão do Huck, Hora do Faro, Programa do Gugu, Programa da Hebe Camargo (fora do ar, porque a apresentadora já não vive), programa do Raúl Gil, em alguns casos, tornou-se como mecanismo de criar marcas e dar audiências às emissoras de TVs e rádio. As rádios Globo, CBN, Jovem Mania, Jovem PAN, Gazeta, e suas filiais têm sempre essa organização nas suas linhas organizacionais e de gestão.

No caso angolano, essa forma de programação ainda não está a funcionar, mas acreditamos que novas formas diversificadas de atribuição de programas com os nomes dos próprios locutores e/ou apresentadores na grelha de programação das emissoras de TVs e Rádios poderão surgir no decorrer deste século XXI, embora sem uma data de quando

poderá iniciar, pode-se crer que também terá seu lugar. Ou seja, estamos num período praticamente embrionário da comunicação através dos *media*, mas alguns modelos já são pautáveis na nossa praça. É o caso que se assiste agora, pois no último mandato do Governo de José Eduardo dos Santos, para dar credibilidade ao uso e ao poder que a comunicação social tem, foi criado o Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (G.C.I.I.) que funciona em todos os ministérios, Tribunais, Procuradorias, governos das 18 províncias, de acordo com o (Diário da República, I Série, 176, 29 de dezembro 2015, de (Cf, anexo nº L). O GRESCIMA que se responsabilizava por esse gabinete foi extinto pelo Governo atual de João Gonçalves Manuel Lourenço.

1.1.2- A comunicação como elemento formativo da identidade cultural

Os produtos das indústrias dos *media* favorecem de certo modo, uma formação da identidade cultural a partir dos valores transmitidos pelos meios de comunicação social tanto os tradicionais como os modernos. Entretanto, a comunicação constitui como um elemento fulcral e de fundamentação na construção das mentalidades intelectuais e sociais das pessoas.

A produção de conteúdos nos meios de comunicação e o forte aparecimento de grupos económicos na área da comunicação sem a devida responsabilidade que é fundamental a este campo, com a função formativa dos indivíduos, passou a ser mais clara a presença dos meios de comunicação como elementos que estão voltados a uma “cultura da sociedade do espetáculo” como é dissertado por Dominique Wolton. Ou seja, para esta dimensão da perspectiva da comunicação tem seu foco voltado para a questão de formação e educação dos cidadãos. Wolton (2006:48) compreende que os excessos da comunicação são conhecidos porque estão na origem da crítica de que esta é alvo. Nesses desvios devemos distinguir dois fenómenos que estão presentes na conjuntura dos meios de comunicação. Numa primeira instância, o fato que, numa economia capitalista, é compreensível que a informação e a comunicação se tenham tornado mercadorias e, por isso, objeto de gigantescas batalhas económicas, tal como a saúde, a educação, a investigação. Como para esses domínios, o problema é saber até onde o ideal, o normativo, é respeitado, e a partir de quando, inversamente, é instrumentalizado ou até pervertido. Assim sendo, a segunda instância, consiste no momento em que temos de tomar em consideração o fato de a ideologia da comunicação ser muitas vezes carregada por aqueles que “fazem” a comunicação. Os jornalistas, os políticos, os publicitários e personalidades

mediatizadas dão muitas vezes a sensação de não saberem manter as suas distâncias em relação à “com” e de lhe resistirem.

Se por um lado, alguns pesquisadores como aqui se atesta no caso de Dominique Wolton (2006) estão mais preocupados com a produção do conteúdo, já para Gerbner, citado por Santos (1992:123), interessa-lhe a pesquisa sobre a análise do conteúdo, embora, segundo ele, considere que é pela produção de conteúdo total dos meios de comunicação de massas que a cultura comunica consigo própria e que os seus sistemas de valores são reforçados ou modificados. Os *media* têm assim, quase involuntariamente, uma responsabilidade nesta desvalorização da comunicação. Tornaram-se a lente de aumentar desse processo de espetacularização; como são indissociáveis da *sociedade de massa*, têm que atingir todos os públicos e tornar-lhes mais compreensíveis os grandes assuntos da sociedade e do mundo. Isto pressupõe simplificação. Os autores deste processo (jornalistas, animadores...), erigindo-se em guardiãs do templo desta comunicação de grande público, têm tendência para lhe ampliar o movimento. A consequência deste processo sem maestro é uma forma de despotismo mediático com um estilo “*media*”, e uma simplificação que se impõe a todos. Sob o processo de clareza, para o maior número, acaba-se por simplificar tudo. Por vezes até à caricatura, com a forma a levar a melhor sobre o fundo. É a ver quem é o mais rápido a inventar pequenas frases e fórmulas. A simplificação, primeira lei da democracia, torna-se numa paródia da democracia: não se pode correr o risco de aborrecer o espetador, como se fosse necessariamente desprovido de subtileza. De simples a simplicista vai um passo, muitas vezes dado, inicialmente por boas razões, ao fim de algum tempo por simples efeito mecânico do poder dos *media*. Estes não impõem a sua visão do mundo porque, já o vimos, os recetores permanecem livres e críticos, mas excluem tudo que não entra na sua gramática e no seu estilo. Pois, é através do fluxo de produção de conteúdos e de componentes cada vez mais diferenciados dos *media* que o indivíduo tem esse poder e de liberdade de escolhas em que assistir ou consumir como informação a que os *media* oferecem.

Wolton (2006:50) explica que o processo de formação da comunicação consiste neste círculo mediático e os seus satélites não se alargam muito e confundem a luz que projetam sobre o mundo com a luz do mundo, julgando-se ingenuamente o centro da modernidade e da sociedade. Ou seja, a função social dos *media* é estabelecida dentro dos próprios círculos da produção e análises de conteúdos pelos gestores e profissionais que atuam

como fazedores de informações. Mas, mesmo com essa responsabilidade de que os *media* têm a função de formar o público, não se pode distanciar da questão das problemáticas de que os *media* na sua essência de existência também são submetidos num processo de controlo e de pressão tanto de quem produz e de quem consome. É claro, pelas transformações sociais que se registam na sociedade e o fluxo de obrigação que se regista, cada indivíduo quer saber como funciona cada meio de comunicação desde os jornais, revistas, semanários, rádios, TVs e as novas formas de comunicação por tecnologias que a Internet oferece.

Portanto, segundo Wolton (2006), controlar o acesso à imagem, aos *media* não os autoriza no entanto, a transformarem-se em donos da cidade. É claro que apenas uma pequena minoria de jornalistas, de animadores, de dirigentes, de produtores ... está exposta a isso, enquanto as profissões, no seu conjunto, são mais modestas e depositárias dos valores democráticos. Mas é todo o meio de comunicação que, por efeito de amálgama, corre o risco de sofrer os efeitos negativos da espiral mediática. Ou seja, segundo Wolton,

“Nesta espetacularização dum meio *narcisista*, a comunicação tem costas largas. A forma leva a melhor sobre o fundo, o estilo sobre o ser, a aparência sobre a realidade. Tudo é moda, mudança, velocidade, dando a sensação que a esmagadora maioria da população está sempre com uma ideia, uma moda, uma revolução “em atraso”. *Aqui, a comunicação é um pretexto, uma caricatura.* Mas como só a vemos a ela, concluímos que toda a comunicação é assim”. (Wolton, 2006:50).

Comunicar deixa então de se tentar compreender-se, passa a adaptar-se ao espírito da época que anda sempre mais rapidamente do que nós, e onde é preciso, muito simplesmente, manter-se acima dos outros, estar na moda. É o reino do “andar aí”, onde tudo é apenas olhares. A vedetização da sociedade tinha começado com o cinema e a imprensa de grande tiragem; explodiu há meio século, ilustrando a crise de valores que atravessou as nossas sociedades. Ontem, existiam outros valores, a política, a ciência, a religião, o mundo militar e rural, em suma, uma diversidade de legitimadores em concorrência. Hoje, tudo se alinhou na lógica mediática que se torna a principal legitimidade. E as causas deste empobrecimento dos sistemas de valores têm muita coisa a ver com a comunicação, mas como só a vemos a ela, esta torna-se ao mesmo tempo o símbolo a caricatura. Então, qualquer um se sente um pouco apanhado na ratoeira das imagens. Existe ao mesmo tempo libertação individual e enclausuramento nos jogos de papéis. Sempre houve jogos de papéis, mas hoje o papel social integra todos os aspetos da personalidade.

Enzensberger (1979:147) explica que é dessas considerações sobre o papel dos meios de comunicação, que ele faz uma dedução em relação ao “artista” de outrora, ou melhor, “autor”, que sua meta há-de ser a de se tornar dispensável como especialista. Da mesma forma, por exemplo, que o alfabetizador, que só vê cumprido sua tarefa quando já não se precisa mais de seus serviços.

Podemos também aferir que a cultura de massa, segundo Denise da Costa Oliveira Siqueira, ao escrever o artigo “*Persuasão, poder e dialética em Relações Públicas*”, publicado no Livro *Desafios Contemporâneos em Comunicação: Perspetivas de Relações Públicas*, que tem como organizadores Ricardo Ferreira Freitas e Luciane Lucas, que a “cultura de massa surgiu pretendendo ocupar espaço dos mecanismos da comunicação interpessoal, do sistema de controlo pelos costumes e da cobrança pessoal deles, bem como para conduzir ideologicamente as ‘massas’” (Siqueira, 2002:119). Por conseguinte, discorrendo ainda com a mesma autora, esta compreende que a cultura de massa, transmitida por intermédio dos *mass media*, prega discursos baseados na verossimilhança, e não na realidade, formando uma massa “narcotizada” intelectualmente (empregando o polémico termo de Robert Merton) e, portanto, pouco estimulada a reagir de forma crítica.

Em outras situações da comunicação social, mesmo que o seu papel principal esteja direcionado para construção da identidade dos valores culturais assim como da construção de mentalidade, muitas vezes, essa função sofre mutações fundamentais ou os chamados desvios da comunicação, quando os *media* deixam de passar o real, ou ainda, em outra dimensão deixam de passar o real dos acontecimentos construindo as falsas identidades culturais no seio do público. É nesta condição que deparamos com a explicação de Siqueira (2002:219), ao postular que “a informação é um elemento essencial para a coesão e a organização social”. Por outro lado, a comunicação também depara com a situação de não atingir todos os públicos nas emissões de rádios e de televisão, assim como a distribuição de exemplares de revistas e jornais em muitos países. Essa situação faz com que o público no geral não consegue ser informado a partir da ação dos *media*, pois, nenhum tipo de ideologia seria capaz de penetrar ativamente em todos os grupos da sociedade, principalmente naqueles que respondem a sistemas de códigos culturais próprios, com valores e características específicos, como analfabetos, intelectuais, índios, imigrantes, crianças de rua, religiosos, operários, camponeses, grupos marginalizados e outros elementos que compõem as sociedades (Siqueira, 2002:220).

Ademais, como disse Thompson (2000:285), o papel dos *media* é tão fundamental a este respeito que seríamos, no mínimo, parciais se retratássemos a natureza da conduta da

política, a nível nacional, sem referência ao processo da comunicação de massa. É nesta perspectiva que surgem, de certo modo, num tom considerado como insistentemente que Thompson nas suas intervenções ao estudar a comunicação social e/ou sem distanciar-se dos termos de *massmedia* e meios de comunicação social, ele engendrou cunhar de forma habitual como comunicação de massa²³ e que seu “impacto está engendrada na “esfera pública”, e na relação entre os domínios público e privado” (Thompson, 2014:58). Este é, no entanto, um tema muito discutido no seio da sociedade, principalmente ao fazer referência a despeito de como os meios de comunicação social trabalham o assunto da esfera pública no processo democrático e na regulação dos próprios meios de comunicação de massa de acordo com as abordagens de autores ligados às questões sociais, políticas, culturais, comunicacionais, económicas e de direito social, mas rebuscando assim a função social da atuação dos meios de comunicação de massa. Ou seja, nesta análise que Thompson chama aos investigadores do campo da comunicação de “autores recentes”, embora no seu critério tenta de uma outra forma discutir o assunto numa ordem mais profunda as ideias apresentadas por Habermas, quando este apresenta as suas ideologias e investigações publicadas na obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”.²⁴ Thompson considera como sendo pioneira nesta dimensão do processo da esfera pública, e, por conseguinte ele abre uma exceção em relação aos estudos e abordagens de outros autores antes e depois de Habermas. Assim sendo, deparamo-nos com o seguinte extrato analisado por Thompson como um argumento habermasiano:

“Habermas argumenta que o desenvolvimento do capitalismo mercantil no século XVI, junto com as transformações institucionais do poder político, criaram as condições para a emergência de um novo tipo de esfera pública nas origens da Europa moderna” (Thompson, 2014:103).

Por outro lado, é notável perceber essa mudança estrutural na sociedade, ao partir deste desenvolvimento do processo da esfera pública numa Europa moderna que estava em fase de mudança devido às ideologias renovadoras dos sistemas sociais que buscavam de qualquer forma implantar outro ritmo de gestão e de lideranças no campo social, político e, às vezes, no processo económico. Partindo destes pressupostos, Thompson (2014:103)

²³Thompson (2014:50-58). Ao apresentar as cinco características da comunicação de massa, na obra “A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia”. Cf. Referência bibliográfica.

²⁴Cf. Thompson (2014:103) ou em Jurgen Habermas, Mudança Estrutural da Esfera Pública. Para uma exposição mais detalhada e crítica de argumento de Habermas, cf. Craig (ed.), Habermas and the Public Sphere (Cambridge, Mas.: MIT Press, 1992); John B. Tsompson (1993:173-189), “Theory of Public Sphere”, Theory, Culture and Society. Cf. em Thompson (2014:103), nota de referência, em “A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia, Rio de Janeiro, editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. Versão brasileira.

explica que é neste contexto que se regista a principal mudança sobre o significado de “autoridade pública”: ou seja, “o termo começou a mudar, passou a ter menos referência ao domínio da vida palaciana do que às atividades de sistema estatal que tinha legalmente definido a esferas de jurisdição e um monopólio sobre o uso legítimo da violência”. Não entraremos nesta sessão com detalhes aprofundados sobre a esfera pública, visto que o assunto é discutido no subcapítulo seguinte deste trabalho, no qual se valorizará então a abordagem de Habermas sobre o assunto.

1.1.3- A comunicação como essencial na construção da esfera pública

Desde o seu surgimento, a comunicação tomou de partida um papel essencial na construção da sociedade assim como na construção de uma esfera pública em que, a responsabilidade de se fazer uma comunicação imparcial e que responda aos anseios de todos os intervenientes é, no entanto, uma contribuição sem fronteiras por parte da comunicação através dos seus diversos discursos mediáticos. Desse modo, esses pressupostos têm contribuído para o processo democrático das sociedades emergentes e não só. Neste contexto, deparamo-nos com algumas responsabilidades que se assentam na contribuição para a construção da esfera pública, a partir dos seguintes aspetos:²⁵

- Contribuir para manter o público diferenciado adequadamente informado, dando conta dos temas e acontecimentos publicamente mais relevantes com realce à substância dos aspetos importantes, tratados de modo adequados às especificidades de diferentes públicos, permitindo “olhar e ver” para lá do superficial e imediato. Como revela Roger Silverstone, uma das primeiras responsabilidades dos *media* é “tornar o mundo inteligível, nem mais, nem menos” (Silverstone, 1999:154);²⁶
- Escrutinar publicamente o exercício dos vários poderes, não só dos relacionados com o Estado e seus agentes – como tende a sublinhar uma leitura liberal estrita - , tendo em vista os diferentes atores e instituições cuja atuação se repercute na vida pessoal e social e no bem-estar comum, nomeadamente os que remetem de atividades privadas com impactos públicos relevantes;
- Constituir um fórum de debate aberto, plural e participado, suscetível de contribuir para a clarificação, adequada às especificidades de diferentes públicos, de temas, problemas e visões alternativas, combinando disputa adversarial,

²⁵C.f. Barreiros (2012:122).

²⁶Roger Silverstone, citado por José Jorge Barreiros (2012:122).

cooperação competitiva e conciliação cívica;

- Atribuir prioridade à distribuição social de informação suscetível de proporcionar conhecimento qualificador e o desenvolvimento de aptidões, tornando acessíveis via *media* recursos necessários à capacitação de desempenhos competentes nos diferentes planos de vida pessoal, profissional e social, ao incremento da condição cultural de diferentes públicos, e ao estímulo a processos de apropriação dessa informação para tal adequação;
- Proporcionar entretenimento e propostas culturais qualificadoras – dimensão marcante da vida pública com profundas repercussões em diferentes vertentes da política, da economia e da cultura – suscetível de dar resposta à diversidade de interesses e expectativas, associando distração e formação, salvaguarda de identidade, diálogo conciliador e reciprocidade, sob diversidade de referências e géneros e cosmopolitismo de perspetivas;
- Contribuir para interessar e envolver os cidadãos na vida pública e na da democracia, valorizando e potenciando o papel da informação e da comunicação como vetores de inclusão na vida cívica e cidadania, tendo presente que política e democracia têm sempre a ver com formação de vontade coletiva, dependente de debate público acessível e participado, formação de opinião pública com ligação à opinião dos públicos, repercutidos em ação política direcionada para as expectativas e a realidade da vida dos cidadãos;
- Assegurar o direito de cidadania à informação e comunicação, nomeadamente nos quatro planos definidos por Splichal: ser informado; transmitir informação e exprimir opinião; liberdade e possibilidade de acesso aos *media*; direito de participar nos processos de decisão e gestão dos *media* onde se define o que é publicamente disponibilizado;²⁷
- Adotar e promover uma cultura cívica democrática que combine representação equilibrada de diferentes visões; esclarecimento de posições, opções e alternativas; respeito pela diferença; diálogo e confronto argumentativo segundo princípios de urbanidade, conciliação e compromisso cívico. James Curran refere sete princípios que uma cultura cívica democrática deve observar: civilidade, empatia, mutualidade, objetividade, interesse público, eficácia democrática,

²⁷Slavo Splichal, citado por Coner (2004:895). Uma outra visão do tema surge em Servaes (2004). Pode também conferir o mesmo extrato em Barreiros (2012:122-123). Democracia, Comunicação e Media.

inclusão social (Curran, 2005:128);

- Dar expressão a uma abordagem humanista da comunicação e da vida pública como espaço de comunalidade e reciprocidade, promovendo compreensão e consideração pelos sujeitos e grupos de diferentes condições culturais e sociais, cuidando a responsabilidade moral pelo bem-estar de cada um, na sua diferença, considerando cada ser humano e as diferentes culturas e identidades como expressão diversa de uma condição humana comum;
- Agir como instituição de mediação social responsável, atenta às realidades quotidianas e tendências estruturais da vida pública, tomando o exercício do poder público inerente à mediação social que o espaço da comunicação pública comporta de modo equilibrado, justo, ético e democraticamente responsável;
- Destacar, ponderar e debater publicamente a responsabilidade de todos os atores publicamente intervenientes na integridade da vida pública e dos diferentes processos de informação e comunicação que contribuem para o seu curso e configuração, nomeadamente a que reporta a entidades, instituições e personalidades publicamente intervenientes, no modo como se compaginam ou distanciam dos pressupostos e dos princípios da ética democrática;
- Salientar a responsabilidade específica dos profissionais da informação e da comunicação pública de diversos domínios – jornalismo, assessoria, relações públicas, publicidade, marketing, criação e produção cultural, citando alguns dos mais relevantes – coatores públicos influentes, cada um de modo próprio, no curso e configuração da comunicação pública e da vida cívica e política;
- Salvar e promover condições de autonomia e independência das diversas vertentes do trabalho dos profissionais da informação, jornalismo em particular, sujeito a fatores de pressão e condicionamento acrescidos no novo contexto dos *media*;
- Realçar e debater publicamente a responsabilidade institucional específica das organizações, empresas, grupos de *media* e seus responsáveis, no modo como são configuradas e publicamente disponibilizadas as propostas que compõem a oferta dos *media*, bem como a respetiva repercussão cultural, cívica e política;
- Escutar os públicos, manter atenção aos seus interesses, opinião e expectativas, valorizando a sua condição de cidadãos, utentes de informação e utilizadores dos *media*; e promover um regular debate público sobre os diferentes desempenhos dos *media* e nos *media*.

Para Fernandes (2001:39), o campo dos *media* produz e pressupõe uma forma específica de estruturação e funcionamento, implicando desde as relações e estratégias de poder individuais e coletivas com os respectivos interesses e formas de luta, passando também pelas relações estabelecidas com outros campos. Delimitados pela sua própria esfera de legitimidade, os *media* encontram a sua institucionalização e legitimação na concretização e imposição de uma determinada hierarquia de valores, nos mecanismos de regulação do mercado que controlam e no uso de formas simbólicas específicas que impõem socialmente.

Habermas (1994:14) entende que a esfera pública tem uma responsabilidade acentuada, pois parte de uma percepção de que ela se apresenta como a própria esfera em que assiste um poder público contrapõe-se ao posicionamento da esfera privada. Assim sendo, o autor fala de uma comunicação assente nos aspetos de contribuir para o processo da esfera pública onde devem existir as discussões abertas dos aspetos de se fazer uma luta entre um jornalismo crítico e a publicidade jornalística para a construção da opinião pública, ao contrário do que se assiste muito nos meios de comunicação social do poder do Estado que estão virados aos objetivos de manipulação dos cidadãos através da “publicidade”, ou seja, trata-se de campanhas eleitorais que são realizadas em todos os momentos e locais nos meios de comunicação social do Estado como imposição a social-democracia (Habermas, 1989:273). Por outro lado, difere de tudo que a precede, porque antes era determinada pelas leis das assembleias e não pela determinação do espaço público onde todos são intervenientes como acontece a partir do século XX. Em contrapartida disso, enaltece-se que numa primeira dimensão e/ou considerada por Taylor como antes, a esfera pública é o lugar de uma discussão que potencialmente implica toda gente (embora no século XVII, a exigência implicasse apenas a minoria educada ou “ilustrada”), em que a sociedade pode chegar a uma mente comum acerca de matérias importantes. Nesta dimensão social e partindo das explicações e as indagações que nela ocorreram, é fácil perceber que dois estágios se apresentam como uma camada que estava acima com intuito de ganhar espaço na sociedade, enquanto uma outra era de absorver. Assim sendo, em um estrato escrito por Louis Sébastien Mercier, citado por Habermas, é-nos apresentado por Charles Taylor, em que a ideia apresentada consiste em uma expressão de fiabilidade e clareza:

Les bons livres dépendent des lumières dans toutes les classes du peuple; ils ornent la vérité. Ce sont eux qui déjà gouvernent l’Europe; ils éclairent le gouvernement sur ses devoirs, sur sa

faute, sur son véritable intérêt, sur l'opinion publique qu'il doit écouter et suivre; ces bons livres son des maîtres patients qui attendent le réveil des administrareurs des États et le calme de leurs passion (Habermas, 1989:119, citado por Taylor, 2010:10)²⁸.

Uma segunda dimensão estipula que o povo é soberano. Ou seja, é uma concepção que está ausente à posição do governo como não sendo soberano perante a lei ou os compromissos da sociedade. É marcante nesta ideologia de que os governos são simples legisladores e governadores por meio de um público pensante. É nesta dimensão ou também como Taylor chama de razão em que Waner seguindo a abordagem de Habermas atribui a denominação de “princípio de supervisão”, insistindo que as atas dos governantes sejam públicas, abertas ao escrutínio dos cidadãos dotados de discernimento. O cumprimento deste princípio, grosso modo, estipula-se a ação de deliberação legislativa que informa a opinião pública e permite-lhe ser sumamente racional, ao mesmo tempo que se expõe a si mesma à sua pressão e, sujeitar-se aos claros mandatos desta opinião.

Para Correia (2006:81), “os *media* estão profundamente e intimamente ligados às pessoas e à sociedade nos planos da informação, do conhecimento, do entretenimento e da ideologia; ou seja, o autor conceitua os três planos como as formas de atuação que os *media* apresentam em termos de compreensão na formação e informação social no que diz respeito a uma análise do campo dos *media* em Portugal”:

“*Da informação*, na medida em que a seleção dos acontecimentos que são escolhidos para serem notícia, e posteriormente a sua elaboração, hierarquização e apresentação são submetidas a estes e não àqueles critérios os chamados <<valores - notícia>>, oferecendo ao público um determinado, e não outro, <<retrato>> da realidade e sua interpretação; *Do conhecimento*, na medida em que para a maioria do público os *media* funcionam como o meio privilegiado ou mesmo único para a apreensão e a tomada de contato com as realidades que ultrapassam a sua experiência quotidiana; *Do entretenimento*, na medida em que esta função dos *media*, tornada predominante – nas programações televisivas e radiofônicas, na multiplicação de um certo tipo de publicações especializadas e, cada vez mais, no próprio tratamento da informação -, atenua ou mesmo obscurece as funções formativa e informativa, ao mesmo tempo que preenche quase em exclusivo as horas de lazer de milhões de portugueses”. (Correia, 2006:81).

Fernandes (200:41) entende que o espaço da comunicação social assume cada vez mais, nas sociedades modernas, um lugar central nos processos de produção e de difusão

²⁸ Cf. *A tradução da nota acima*: Taylor: (Os bons livros dependem das luzes em todas as classes do povo; adornam a verdade. São eles que já governam a Europa; ilustram o governo sobre os seus deveres, os seus erros, o seu verdadeiro interesse, sobre a opinião pública, que ele deve auscultar e seguir: estes bons livros são mestres pacientes que aguardam o despertar dos que administram os Estados e a calma das suas paixões.).

do saber. Os *media* têm um papel ativo na construção social de fenômenos culturais, bem como na fundamentação das identidades e ações individuais e coletivas. Através de “jogo de linguagem” os *media* exercem um impacto na “interiorização de regras e valores e na criação de consensos cada vez mais latos no domínio da esfera pública (...) trata-se de um poder que se ensina através de aparelhos e instituições que produzem saber, verdade e norma.

Thompson (2014:52) ao analisar o campo da comunicação faz uso da expressão “*comunicação de massa*” referindo-se à *produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico*, desdobrando-se em cinco características: “os meios técnicos institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre a produção e recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos da *media* no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas”. Thompson (2014:35) sublinha que “os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles relacionam-se com a produção, armazenamento e a circulação de matérias que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem. Assim sendo, o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si”.

Os meios de comunicação assumem papel relevante como suportes tecnológicos de informação e comunicação que através de mediações – viabilizam o agir coletivo, a mudança cultural e a reprodução social, articulando certo quadro de oportunidades e respetivas utilizações por diferentes atores e instituições sociais (Barreiros, 2012:72).

Livingstone (2005:17, in Barreiros, 2012:10) em sociedades impregnadas de *media* como as contemporâneas, “as mediações constituem vetores determinantes da configuração da significação e da ação social crucialmente, os *media* medeiam: selecionam, priorizam, moldam, e assim por diante, de acordo com as instituições discursivas da indústria de *media*”. Em uma outra análise, a esfera pública é conceituada por Habermas como algo que remonta para uma ideia de modernidade como triunfo, uma sociedade iluminada que abre os seus espaços públicos, os cafés, aos intelectuais burgueses que aí encontram lugar para discutir e partilhar as suas ideias sobre o mundo, numa lógica racional, com predomínio da razão comunicativa sobre a razão. A comunicação é feita de mensagens com sentido,

partilhadas e bem-sucedidas, no sentido em que idealmente os interlocutores perseguem o bem comum e não interesses particulares ou de ficção. É igualmente de forma ideal, um espaço de mediação entre a governação de um Estado ou de uma comunidade e a sociedade civil” (Habermas, [1962]).

Por outro lado, ao analisarmos o estágio da esfera pública, são apresentadas três críticas consideradas como as principais: a exclusão de partes significativas dos cidadãos da participação nessa esfera da qual recai mais a presença das mulheres e dos iletrados); improbabilidade de encontrarmos hoje essa esfera pública ideal nos espaços públicos reais ou virtuais; e finalmente, o não triunfo do bem comum sobre os interesses particulares. Assim sendo, para se responder a essas críticas, buscamos as postulações de Habermas (2006:425) e de Correia, 2004). Ou seja, nesta digressão de pensamento, Habermas está ciente dos ataques que são colocados à esfera pública com a “colonização dos mercados” e com o aumento das desigualdades e da exclusão social: “social deprivation and cultural exclusion of citizens explain the selective access to and uneven participation in mediated communication, whereas the colonization of the public sphere by market imperatives leads to a peculiar paralysis of civil society” (Habermas, 2006:425). Ao contrário sobre essas críticas apresentadas sobre a esfera pública, já Correia considera que isto não implica uma desadequação do conceito porque a sua capacidade crítica se mantém, implica antes uma maior vigilância, idealmente, a ser feita pelos cidadãos e pela comunicação social (Correia, 2004).

No entanto, para a consolidação dos anseios da esfera pública, os indivíduos reunidos em uma única ideologia primam o entendimento comum de todos que se apresentam para as premissas traçadas e estipuladas dentro da conjuntura do espaço público, mas ao mesmo tempo que ela esteja à disposição de todos como participantes e defensores dos mesmos ideais e princípios. Desta feita, Taylor (2010:13) explica-nos que a esfera pública leva a efeito em permitir a sociedade chegar a uma mente comum, sem a mediação da esfera política, num discurso da razão fora do poder, que todavia é normativa para o poder. É nesta senda de ideia que Taylor faz uma divisão que ele chama de dois passos que estão numa situação como ser novo na esfera pública. O primeiro passo considerado por Taylor (2010) consiste no aspeto da sua novidade,²⁹ que não regista precedentes. Neste passo, o autor compara também a esfera pública como uma das fontes importantes das suas imagens

²⁹ Taylor (2010:14). Nas suas palavras a novidade da esfera pública contemplava todos os membros de uma sociedade política (ou, pelo menos, todos os membros competentes e ilustrados) deveriam ser vistos como formando também uma sociedade fora do estado.

construtivas, citando como exemplo, a república antiga. Para a sociedade antiga, Taylor exemplifica os casos de Atenas e de Roma. Nesta abordagem, o próprio autor sublinha que Atenas e Roma eram duas sociedades que estavam simplesmente constituídas apenas pelo cunho político, ou seja, os outros elementos que faziam partes dessas sociedades estavam fora das tomadas das decisões que deveriam direcionar às cidades e aos Estados daquela época. Ao contrário do que acontecia nas sociedades posteriores a Atenas e Roma, neste caso nos grandes cafés de Paris, Londres e Frankfurt ou Berlim, o mesmo difere das sociedades atuais, onde o sistema das liberdades e a presença de vários órgãos que intervêm junto do Estado é célere e contínuo na esfera pública Taylor (2010:14). No segundo passo, Taylor apresenta a sociedade como sendo extrapolítica, internacional, não pela situação de estar constituída como centrada por uma ideologia nova, mas sim tem antes procedência imediata da Igreja cristã, pois os europeus estavam habituados a viver numa sociedade dual, organizada de acordo com os dois princípios mutuamente irredutíveis. Mas, para Taylor, este segundo passo deve recair na ideia que é definida pela sua secularidade radical, como sendo uma novidade para a esfera pública, ou seja, esta noção de secularidade é radical, porque contrata não só com fundamento divino da sociedade, mas com qualquer ideia de sociedade enquanto radicada em algo que transcende e ação comum contemporânea (Taylor, 2010:15).

Por outras palavras, a análise de Taylor acerca da secularidade, centra-se na definição de uma proposta de remoção de Deus, da religião ou do espiritual do espaço público. Em suma, a esfera pública, ao invés, é uma associação que não é constituída por nada além da ação comum que nela levamos a cabo: chegar a uma mente comum, onde possível, mediante a troca de ideias. A sua existência enquanto associação é justamente, deste modo, a nossa conjuntura. O que possibilita esta ação comum é um arco que não precisa de se estabelecer numa dimensão transcendente à ação, ou mediante um ato de Deus ou numa Grande Cadeia ou por meio de uma lei que nos chega desde tempos imemoriais. Eis o que a torna radicalmente secular. E isto leva-nos ao coração daquilo que nela é novo e sem precedentes (Taylor, 2010:16).

1.1.4- Fundamentos da comunicação para a construção da democracia

A Comunicação Social assume, há muito tempo, um papel importante e fundamental nas informações e mensagens transmitidas a Opinião Pública, caracterizando-se, cada vez mais um poder instituído capaz de mover e formar opiniões (Simões, et al, 2009:104).

Marcet (1997:53) tem uma visão dos *media* a partir da abordagem e perspectiva, com um cunho que pode ser interessante para ressaltar o papel que segundo Carlos Yárnoz tem criticado nos meios de comunicação nos últimos anos. Mas, aqui fica também para esta compreensão um trecho sobre as diretrizes que foram mencionadas numa Conferência na Casa de Cultura do Laredo. Esta ideia ressalta a importância do papel dos meios de comunicação social para a implementação e consolidação das democracias nos Estados-nação que, de certo modo, constitui como o terreno ou local de atuação da informação e da comunicação mediática que busca valorizar a ação cultural, social, política e cívica:

“E sen este terreno en el que conviense reflexionar sobre el papel que en este década están julgado los médios de comunicacón el control del los poderes públicos. Una prensa libre y comprometida no hace sino cumplir con su obligación democrática de incluir entre sus misiones un objetivo fiscalizador de esos poderes públicos para leba a bueno termino el derecho a la información de los ciudanos”. (Conferência pronunciada en la Casa de Cultura de Laredo, Julho de 1996).

Para Thompson (2014:104), “o meio para esta confrontação era em si mesmo significativo: o uso público da razão, articulada por indivíduos comprometidos a discussão que era *em princípio* aberta e irrestrita”. Caracteriza-se assim que vários autores estavam ligados na transformação dos meios de comunicação que mais tarde recebeu a denominação de indústria cultural. É o caso da intenção de responsabilidade dos fundadores da Escola de Frankfurt na Alemanha, onde foi notável a importância da função e do papel que direcionou o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa rumo as obrigações da reprodução de conteúdos para a massa consumidora na participação social. Assim sendo, se a democracia é o modelo de governo do conjunto das liberdades nas sociedades, no século passado (XX), o próprio surgimento da democracia, nas palavras de Norberto Bobbio, a partir do discurso de Mussolini, proferido em 1922, grosso modo, no entanto, ele tentava contrapor os ideais à democracia, a partir do seguinte trecho: “A democracia arrancou o estilo de vida do povo. O fascismo repõe o estilo de vida do povo, isto é, uma linha de conduta: isto é, a cor, a força, o pitoresco, o inesperado, o místico: em suma, tudo aquilo que conta na alma das multidões. Nós tocamos a lira com todas as suas cordas: desde a corda da violência até a corda da religião, desde a corda da arte até a corda da política” (Bobbio, 2007:35).

De acordo com Wolton (2006:53), esta influência continua a verificar-se, mesmo que enfraquecida, porque as elites são hoje mais numerosas e mais heterogêneas e porque os *media* desempenham o seu papel de democratização. No entanto, as elites, por mais democráticas que sejam, não sublinham suficientemente este aspeto de abertura, de democratização, de “desbloqueamento” da sociedade. No seu conjunto, nunca defenderam muito a democracia de massas. Desejando, embora, esses adventos lhes tenham sido hostis porque a “generalização da comunicação e da democracia se traduz parcialmente no questionamento do seu estatuto, em todo o caso pela relativização do seu papel. Esta relação entre a sociedade e a democracia não é nova, dura há mais”. Mesmo existindo essa relação entre os *media* e a democracia, Wolton ainda tem dúvidas sobre essa relação, ou seja, ele não determina uma eficácia nessa relação quando aponta que os *media* ao longo da sua existência nunca defenderam a democracia.

Pois, partindo dessas abordagens, é significativo que a relação entre os *media* e a democracia estaria patente na própria responsabilidade social que os *media* têm em informar e formar o público como algo notável na esfera pública e para todas as sociedades. Seria notável o cumprimento deste estágio de que os *media* deveriam dedicar-se à responsabilidade de informar e formar o público coerentemente a partir da focalização de todos os problemas sociais e suas dificuldades e encontrar caminhos de solução e de tratamento a partir de encontros, reuniões e debates desses paradigmas e que os *media* fossem responsáveis na construção de uma linguagem de mediatização como fator do valor simbólico para a área da conjuntura da comunicação perante o público. Thompson (2011:23) espelha em suas pesquisas sobre a mediação da cultura moderna chamando a atenção das classes sociais ou de uma origem regional. Para ele, a “contextualização social das formas simbólicas implica também que essas formas podem tornar-se objetos de processos complexos de valorização, avaliação e conflito”. Nesta mesma sentença de pensamento, a ideia de Thompson centra-se ainda mais ao fazer referência do que ele chama de “*processos de valorização*”, isto é processos com os quais, e através dos quais, é conferido às formas simbólicas determinado “valor simbólico”.³⁰

³⁰Thompson, John B. (2011:23). Apresenta dois tipos de valores que são particularmente importantes a esse respeito. O primeiro é o que ele chama de *valor simbólico*, que é o valor que as formas simbólicas possuem em virtude das maneiras como elas são apreciadas pelas pessoas que as produzem e as recebem, em virtude das maneiras como são apreciadas ou denunciadas, queridas ou desprezadas por esses indivíduos. O segundo tipo de valor é o “*valor económico*”, que pode ser entendido como o valor que as formas

Os programas de debates informativos e de entretenimento seriam os grandes detentores dessa relação. O que se vê hoje, os *media* parecem estarem equidistantes dessa relação, ou se ela existe, é mal feita ou não cumpre com os desideratos propostos sobre a responsabilidade social. Por isso, Wolton está certo ao analisar essa relação na qual ele nega categoricamente a falta de uma ajuda por parte dos *media* em defender a democracia.

Thompson fala também sobre o papel dos meios de comunicação social fazendo referência da sua importância e do que lhe é conferido na sociedade como fundamental na transmissão de informações que constituem o pano de fundo da formação de identidades ideológicas dos cidadãos em participar na vida pública e da construção democrática. Assim sendo, “ao conferir um papel ou função principal às instituições dos meios de comunicação de massa dentro de uma ordem social concebida essencialmente em termos de relações e de divisões de classe, ela prejudica todo um conjunto de problemas com respeito às maneiras como essas instituições se desenvolveram historicamente, as maneiras como elas são organizadas e operam rotineiramente na produção e difusão de bens simbólicos, assim produzidos e recebidos, são compreendidos pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas” (Thompson, 2011:128). O processo da democracia nas sociedades só é possível com a contribuição do papel e função dos meios de comunicação de massa ou os denominados como comunicação social no período moderno e que, posteriormente, recebeu a denominação atual dos *media*. Como disse Roger Silverstone, os *media* são e/ou constituem um processo de entretenimento.³¹

A democracia é também idealizada por Norberto Bobbio, na obra “*Do Fascismo à Democracia*”. Nesta mesma obra, Bobbio centra a sua pesquisa e escrita no caso da Itália mas não deixa de fazer uma digressão em todo o continente europeu e rebuscando casos nos Estados Unidos da América assim como uma visão dos processos retardados dos países do terceiro mundo ou em via de desenvolvimento. Ele descreve esse estado de transição explorando o modelo ou fase do fascismo que se vivia na Itália, mas ao mesmo

simbólicas adquirem em virtude de serem valor trocado num mercado. Nem todas as formas simbólicas têm valor económico nesse sentido, mas a valorização económica das formas simbólicas é um processo importante que se desenvolveu historicamente e assumiu um papel sempre mais importante nas sociedades modernas. Quando as formas simbólicas estão sujeitas à valorização económica, tornam-se mercadorias ou, geralmente diga-se, “bens simbólicos que podem ser comprados, vendidos ou trocados de qualquer modo no mercado”.

³¹ Roger Silverstone (2002:43 [1999]). Por que estudar os Media? (Cf. Referências Bibliográficas: Por que estudar a mídia? Versão Brasileira).

tempo entra numa nova fase que é a da democracia no país e no continente. Graças a essa mudança e ao elevado papel da comunicação social, esse aspeto é bastante marcante em que se decreta então a morte do fascismo como se segue na seguinte frase. “O fascismo morreu e não há celebração que possa fazê-lo reviver ou mesmo apenas lamentar” (Bobbio, 2017:21). Nessa ordem de ideia, a ideologia de reflexão e de análise a esse estágio não se centra constantemente nos meios de comunicação de massa mas tenta relacionar a atividade dos jornalistas e com o governo do fascismo italiano, onde a censura e a violação dos direitos civis e outras formas de direitos eram abandonados pela conjuntura fascista.

O processo da atuação da comunicação também pode ser percebido quando ao seu dever de ser um elemento de mediação entre as instituições de comunicação e o público desde que haja essa função e responsabilidade social de todos os intervenientes sociais a partir de sua importância e significados. Para Silverstone (2002:38), ao analisar o campo dos *media* engendra que “os significados que, de fato, surgem, ou que são alegados, tanto provisória como definitivamente (de ambos os modos, é claro, e de uma só vez, em quase todo ato de comunicação), surgem sem a intensidade de atenção específica e precisa à linguagem ou sem necessidade de recriar, em algum grau, um texto original”. Mais adiante na mesma dimensão de discussão e reflexão de análise sobre os estudos dos *media*, o autor com uma plena razão de conhecimentos diversos sublinha que “a tradução é um processo em que os significados são produzidos, significados que cruzam fronteiras, tanto espaciais como temporais”.³² Por outro lado, esse processo de produção de significado ou o que Thompson denominou como valor simbólico só é possível, visto que “a comunicação de massa se tornou o canal mais importante para a circulação de informação e comunicação de vários tipos, e toda tentativa de repensar a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas deve prestar uma atenção total a esse desenvolvimento” (Thompson, 2011:135).

Perante esse conjunto de apresentações no que diz respeito aos vários estágios da comunicação a partir do seu historial e seu papel atual como centro de responsabilidade social para a mediação, ainda recorrendo com o pensamento de Thompson (2014:266) é firme a sua explicação ao retomar a questão dos *media* e seu desenvolvimento onde eles produzem uma nova forma de intimidade não recíproca, eles também criam uma nova e

³²Silverstone (2002:38).

distinta experiência mista que vai em sentido contrário às tendências características das sociedades modernas.

Por conseguinte, enquanto há o desenvolvimento dos meios técnicos da produção de informação e seu conteúdo, o campo de mediação alarga-se cada vez mais o que permite assim a grande revolução dos *media*. Assim sendo, com essa revolução e o surgimento da Internet, novas formas de produção de comunicação ocupam o campo dos *media* provocando o surgimento de um leque de produtores, ou seja, como disse Manuel Castelles, ao criar o termo de “Sociedade de Informação”, cada indivíduo é um produtor de informação e de conteúdo entre os diferentes meios de comunicação e géneros. Este assunto também pode ser percebido nas abordagens de José Jorge Barreiros (2009), Gustavo Cardoso (2009; 2007; 2006), Rita Espanha (2009), José Demasio (2009)³³, John Dewine e Blummer respetivamente, ou ainda em Espanha, Cardoso e Araújo (2007).³⁴

Para tanto, o desenvolvimento dos *media* também aprofunda e acentua a organização reflexiva do *self* no sentido de que, com expansão dos recursos simbólicos disponíveis no processo de sua formação, os indivíduos são continuamente confrontados com novas possibilidades, seus horizontes estão continuamente alargados, seus pontos simbólicos de referência estão continuamente mudando (Thompson, 2014:270). Uma mudança que é caracterizada através do fluxo de informações nacionais e internacionais que são transmitidas de minuto a minuto pela diversidade dos *media* e de assuntos diferenciados e de diversos quadrantes. Por outro lado, está também no tipo de comportamentos de intervenientes sociais de forma individual ou em grupos na discussão das temáticas sociais de cada país tornando-se como um *self* que fica na forma de refletir e pensar. É, todavia, uma forma de transportação de significados de outros povos para uma cultura regional ou nacional que posteriormente poderá servir como padrão de debate para a participação ou não da construção democrática de um estado ou sociedade.

Desta feita, segundo Barreiros (2012:11), “uma das vertentes da noção de democracia assenta na ideia de fazer valer a opinião pública e o interesse da maioria, o compromisso com a superação de desigualdades, preservando os direitos, as possibilidades de expressão

³³ C.f. Espanha, et al (2009:133-145). Artigos publicados em “*Media, Redes e Comunicação: Futuros Presentes*”, uma obra organizada por Gustavo Cardoso, Francisco Rui Cadima e Luís Landerset Cardoso, publicada em Lisboa, pela Editora Quimera. A obra reúne 20 artigos de autoria de vários autores e pesquisadores do campo da comunicação, media e redes.

³⁴Idem, (2009:133-145).

e a contemplação dos interesses dos desfavorecidos e das minorias, não só pelo sufrágio universal”. Neste mesmo enquadramento de ideia sobre a noção da democracia, desta vez pela abordagem de Robert McChesney, citado por Barreiros (2012:11), delimita essa noção sublinhando o papel específico da informação e de um sistema dos *media* que sirva o conjunto da população e contribua para um funcionamento equilibrado da democracia.

Barreiros (2012:100) retoma o assunto falando da imprensa como um todo, ou seja, para ele, a “imprensa moderna representa uma alteração de escala, sofisticação, organização e dimensão das empresas de imprensa e das respetivas implicações sociais, económicas e políticas. A circulação estende-se progressivamente à escala nacional, beneficiando do desenvolvimento industrial, das rotativas de grande capacidade, das novas condições de deslocação e acessibilidade promovidas pela revolução dos transportes, particularmente pelo caminho-de-ferro”.

1.2. Abordagens sobre a democracia participativa e representativa

Para o início deste subcapítulo do nosso trabalho, queremos elencar aqui que a questão da democracia já remonta desde as explicações feitas por Aristóteles no século V, sendo elas desenvolvidas em períodos da história até aos nossos dias. O que se observa em estudos anteriores e posteriores é a eleição de estudiosos sociais, de economia, cultura e política que fazem abordagens mais suscetíveis de acordo com os períodos históricos. Autores contemporâneos como Habermas, o mais acentuado em estudos sobre a democracia e que suas postulações são também retomadas em outros autores sobre a questão da democracia. A democracia marca um novo período na história política da sociedade que apresenta os ditames da não separação do caráter de vida entre os sujeitos, pois todos devem gozar dos mesmos direitos e deveres que estão estipulados nas diretrizes de Estado. Ou seja, não há a separação de direitos e deveres entre todos os homens de acordo com a constituição da república. É neste parâmetro que a ideia central da democracia e, antes marcada pela compreensão do funcionamento da esfera pública assim como a existência do estágio da opinião pública, pois, a partir desses dois estágios quando presentes na sociedade, é, todavia, fácil compreender e elencar os pressupostos para a democracia. Numa forma literal, a democracia apresenta o significado de “governo do povo”. Ademais, o significado é fácil compreender que se trata de um sistema organizado que adota inúmeras formas, no qual as pessoas que o integram têm a possibilidade de influenciar abertamente e de modo legal o processo de tomada de decisões (Dias,

2010:152).

Assim sendo, podemos compreender a democracia a partir de dois sentidos: a democracia no sentido restrito que é do sistema político que permite o fundamento do Estado, no qual as decisões coletivas são adotadas pelo povo através de mecanismos de participação direta ou indireta que conferem legitimidade ao representante. Já um segundo sentido, mais amplo, consiste em entender a democracia a partir, da forma de convivência social na qual todos os habitantes são livres e iguais perante a lei e as relações sociais ocorrem de acordo mecanismos contratuais. Apesar da democracia, de acordo com Dias (2010:152), há ainda a democracia direta que “é uma forma na qual os cidadãos podem participar diretamente do processo de tomada de decisões políticas, sem a intermediação de um representante”. Com o incremento das novas tecnologias de comunicação e informação, através da Internet e o campo alargado da informática, é possível se perceber a discussão sobre a perspectiva da existência da democracia direta, até então possível em comunidades menores. Ou seja, a democracia em síntese permite essas discussões e ao mesmo tempo a participação das pessoas em projetos decisórios do Estado para um bem-estar dos cidadãos.

No livro “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*” (1962) do autor Jürgen Habermas, podemos perceber quando Denilson Luís Werle³⁵ ao fazer a apresentação da mesma obra, edição brasileira, atesta que entre os vários cientistas sociais e políticos, destaca Hannah Arendt que disserta que o primeiro passo apresentado por Habermas acerca da democracia “consiste na reconstrução histórica e diferentes tipos de esfera pública, começando com a distinção mais ou menos estanque entre o público e o privado na Grécia clássica: a gradativa dissolução desta distinção na Idade Média e a emergência de uma esfera pública representativa nas cortes e nos palácios para chegar, por fim, nas novas configurações e mediações entre privado e público de uma esfera pública burguesa liberal da sociedade moderna, e suas transformações posteriores nas democracias de massa do Estado de bem-estar social.”

Em contrapartida dessa colocação de Werle, ao cunhar o que é apresentado por Arendt sobre o pensamento habermasiano, a autora do livro “*A Condição Humana*”, ao discorrer sobre a esfera pública em seu livro fala da administração pública. Neste caso, discernindo que a “esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspetos e

³⁵Professor de Ética e Filosofia Política no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador associado do Cebap e pesquisador do Néfipo. (Cf. na edição Brasileira, 2014:15).

perspetivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pôde alguma vez ser inventado” (Arendt, 2001, [1958]:72).³⁶ É nesta mesma dimensão e entendimento da esfera pública que a autora usa o termo de realidade no sentido de dar ênfase ao conceito de “esfera pública” como sendo a sua forma de aplicabilidade, ou seja, antes ela deve ser consolidada com a presença dos diferentes estágios da sociedade. Por outro lado, ela compreende que o mundo comum em que esta esfera pública seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, e o lugar de um não pode coincidir com o de outro, da mesma forma que dois objetos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço (Arendt, 2001:72).

Podemos também partir da ideia defendida por Lewis Friedland para a consolidação de uma democracia saudável necessita de uma comunidade comunicativamente integrada na sociedade. Assim sendo, ele compreende a democracia considerando a existência da deliberação democrática não basta a simples troca de impressões entre os indivíduos, mas sim parte dos aspetos das relações sociais de trabalho, de convivência comum, das identidades construídas num processo de identidade e laços, a aquisição das informações e discussão mútua num contexto de espaços comunitários de partilha, solidariedade e comunicação com a massa crítica necessária à ponderação das diversas facetas dos assuntos e problemas e à deliberação conjunta que permite pela procura, teste e aplicação de soluções, a aprender a governar a si próprio (Friedland, 2001:358).

Em seguida, as abordagens de Friedland neste campo democrático centram-se num processo de discussão dos próprios problemas da sociedade ou que são determinados como os do espaço público. Diferenciando-se de um espaço delimitado mas sim um espaço conjuntural das pessoas em vida comum dentro de uma autenticidade de todos os participantes neste processo a partir de uma visão comunitária.

Para que a democracia funcione, a comunidade é necessária essa participação e união. [...] Ou seja, o âmago da democracia é composto de dois corpos distintos, mas relacionados. O primeiro são os públicos de cidadãos, enquanto isso, o segundo é composto pelas comunidades em que vivem. As preocupações do público sobre o tipo de regras devemos ter como cidadãos democráticos; as preocupações da comunidade quando ao padrão de sujeitos necessários como agentes de democracia, como os indivíduos e grupos formam sujeitos democráticos, ou identidades, e em que condições de vida. Para a resposta deste e outros questionamentos encontrados nesta linhagem de ideologias,

³⁶Título original foi publicado em 1958, “The Human Condition”.

partimos do princípio que eles fazem parte das mesmas comunidades, ou seja, como argumenta o próprio Friedland dizendo que são grupos democráticos mais propensos a formar-se em comunidades que estejam integradas através de comunicação. Comunidades em que haja ricas redes de associação transversais e discussão pública estão mais aptas para formular os problemas reais, encontrar soluções, testar e aplicar essas soluções, aprender com elas e corrigi-las sem falharem: em suma, governarem-se a si próprias, ou trabalhem democraticamente (Friedland, 2001:358-360).³⁷

Uma outra abordagem sobre a problemática da democracia numa perspectiva de ativistas é discutida por dois autores (Boyte e Kari, 1960b:16-17). Para estes estudiosos, “a democracia depende da interação face-a-face em atividades diárias que se cultiva nas práticas cívicas e ajuda a desenvolver o músculo cívico de cidadãos. Para tanto, a ideia de que a democracia, em última análise, depende do espírito, capacidade e auto-organização dos cidadãos precisa de vir à tona de novo. O trabalho é meio através do qual as pessoas criam coisas. Quando ajudamos a criar algo isso pertence-nos”.³⁸

O processo democrático passa pela interpretação feita por vários autores que têm pesquisado o assunto em vários países de acordo com o modo de vivência e de partilha dos problemas sociais através de discussões conjuntas. É nesta linha de pensamento de acordo com Thompson, que nos apresenta a seguinte postulação: “o desafio é encontrar formas aprofundadas da participação democrática pelo alargamento de âmbito de processos deliberativos, melhorando a sua qualidade e assegurando que têm consequências palpáveis nas decisões tomadas em vários níveis da vida social e política” (Thompson, 2014:318).

Thompson (2014:290) atesta que “à medida que os indivíduos têm experiência em comum, no sentido de experiência vivida, esta partilha está muitas vezes enraizada no fator de que os contextos da vida prática desses indivíduos são os mesmos ou muito semelhantes: o que há de comum na proximidade espacial. É esta partilha de experiências vividas que formou a base de muitos tipos tradicionais de organização política, como os sindicatos e os partidos políticos de base popular. É claro, estes tipos tradicionais de organização política muitas vezes fizeram uso extensivo de comunicação mediada, na forma de jornais partidários, panfletos, etc. Mas fundamentalmente eles enraizavam-se em

³⁷Cf. Barreiros (2012:35).

³⁸ Idem (2012:35). Escreve o assunto da questão da democracia quando os cidadãos ajudam-se mutuamente numa explicitação em que recorre citando Boyte que escreve em uma outra obra com Skelton. Para eles, “quando ajudamos a construir algo, experimentamo-lo como o nosso. Ganhamos autoridade e confiança para agir. Temos motivação para aprender o que é preciso” (Boyte e Skelton, 1997).

certa partilha de experiências vividas e compartilhadas em condições de vida comuns, e a comunicação mediada foi usada justamente para chamar a atenção sobre esta base comum”.

Discorrendo no mesmo pensamento e ideologia, é certo de que Thompson procura explicar-nos como funcionam as maneiras de vida em comum para a obtenção dos mesmos ideais e objetivos que são tratados a partir da mediação dos meios de comunicação assim como a maneira de vida mútua entre os indivíduos. Nesta linhagem, Thompson (2014:290) é categórico em afirmar que “os indivíduos podem ter experiências similares através dos *media* em compartilhar os mesmos contextos de vida, mas isto não quer dizer que os contextos de vida dos indivíduos sejam irrelevantes para a natureza e a importância de experiências mediadas: pelo contrário, como repetidamente já acentuado, os contextos de vida dos indivíduos têm um papel crucial na recepção, na apropriação e na incorporação dos produtos dos *media*”.

Para este desiderato das questões e ideologias sobre a democracia nas sociedades é praticamente um processo muito defendido por Habermas como o pesquisador e pensador desse estágio nas diversas sociedades europeias mesmo com a apresentação de diferentes ideologias de apresentação e de consolidação democrática. A nosso ver, Habermas é, o que mais procura aprofundar o estudo dos processos democráticos em diferentes parâmetros assim como a aplicação de outras disciplinas e áreas de conhecimento que constituem nexos para a compreensão eficaz e sua implementação social como fator do Estado para as políticas de bem-estar. Este pressuposto pode ser visto e encontrado na obra de Habermas intitulada “*Direito e Democracia: entre facticidade e validade*”, publicada pela Editora Tempo Brasileiro, em 2010. Nesta mesma obra é possível perceber ainda na sua abertura, tendo como ponto de partida no prefácio escrito em Frankfurt, julho de 1992:

“Nas próprias democracias estabelecidas, as instituições existentes da liberdade não são mais inatacáveis, mesmo que a democracia aparentemente continue sendo o ideal das populações. A inquietação possui uma razão mais profunda: ela deriva do pressentimento de que, numa época de política inteiramente secularizada, não se pode ter nem manter um Estado de direito sem democracia radical”. (Habermas, 2010:13).

Habermas informa que este entendimento consiste num estudo de pesquisa que direciona a mesma em transformar esse pressentimento num saber explicativo sobre a aplicabilidade de uma democracia radical num Estado de direito. Num outro ângulo de abordagem o autor escreve sobre a Fundamentação dos direitos pelo caminho da teoria do discurso: princípio do discurso forma do direito e princípio da democracia”. Nesta sessão,

Habermas (2010:154-155) pesquisou a relação complementar entre o direito e a moral, a fim de esclarecer a determinação formal que permite distinguir entre normas jurídicas e normas gerais da ação. O interessante é que essa forma jurídica já implicava os direitos subjetivos que recebem destaque nas ordens jurídicas modernas.

Ao pesquisar essa relação entre o direito e a moral, quanto ao entendimento da mesma nas sociedades e a sua implementação em Estado de direito, Habermas é consensual em seguir o que é plasmado por Klaus Gunther, aplicando o seguinte entendimento:

“A liberdade comunicativa como possibilidade pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo”. (Gunther, citado por Habermas, 2010:155).

Portanto, a liberdade comunicativa só existe entre atores que desejam entender-se entre si sobre algo num enfoque performativo e que contam com tomadas de posição perante pretensões de validade reciprocamente levantadas (Habermas, 2010:156). “A liberdade comunicativa está referida, antes de qualquer institucionalização, a condições de um uso da linguagem orientado pelo entendimento, ao passo que as autorizações para o uso público da liberdade comunicativa dependem de formas de consulta e de decisão” (Habermas, 2010:164).

Assim sendo, a democracia participativa existe quando se aplica um modelo político que facilita aos cidadãos sua capacidade de associar-se e organizar-se de tal modo que possam exercer influência direta nas decisões públicas, ou quando se facilita à cidadania amplos mecanismos plebiscitários (Dias, 2010: 152-153).

Retomando o idealismo de Thompson, é viável a ideia pensante de que as democracias também consistem no modelo da democracia deliberativa. Para esta concepção, o autor entende como a democracia que trata todos os indivíduos como agentes autônomos, capazes de formar juízos razoáveis através da assimilação de informações diferentes e pontos de vista, e que constitucionaliza uma variedade de mecanismos para incorporar os juízos individuais num processo coletivo de tomada de decisão. Mas adiante, Thompson alerta que a concepção deliberativa da democracia focaliza a atenção nos processos pelos quais os juízos são formados e as decisões são tomadas (Thompson, 2014:318-319). Nesta direccionalidade de pensamento e de ideologias sobre a democracia deliberativa podemos ainda constatar um dos princípios que ajudam a sua compreensão e como os cidadãos agem sobre esse pressuposto deliberativo na visão de Thompson:

“Os indivíduos são chamados para considerar alternativas, para pesar os prós e os contras de uma proposta particular e, baseando-se na consideração de

diferentes pontos de vista, formar juízos de valor. Numa concepção deliberativa de democracia, a legitimidade de uma decisão deriva do fato de que ela é o resultado de um processo de generalizada deliberação. Uma concepção deliberativa não pressupõe que cada indivíduo já possua uma vontade predeterminada ou um conjunto de preferências, nem define a legitimidade como a soma aritmética de preferências individuais. Mais do que isto, o processo de deliberação em si mesmo é crucial, porque é através dele, da consideração e avaliação de diferentes pontos de vista, que os indivíduos chegam a formar suas vontades”. (Thompson, 2014:319).

Ainda seguindo Thompson, mas desta vez ele recorre fazendo uma abordagem de Bernard Manin dissertando que “uma decisão legítima não representa a vontade de todos, mas é resultado da deliberação de todos. É o processo pelo qual a vontade de cada um é formada que confere legitimidade ao seu resultado, mas do que a soma das vontades já formadas” (Thompson, 2014:319).

Segundo as reflexões de José Jorge Barreiros (2012:23), a participação dos cidadãos é entendida como embaraço à eficácia da política democrática que, para funcionar, precisará de “fabricar o consentimento” necessário à sua viabilização. Nesta mesma ideia, embora não de forma consensual, o assunto é retomado por Barreiros, mas citando Walter Lippmann, jornalista, colunista e pensador político que ao analisar o estágio da participação respeitante à essência da democracia a partir da longa experiência na vida pública, o autor defende que “a participação dos cidadãos como fundamento da democracia é um mito, ou seja de uma forma inversa considera que o público constitui como o “fantasma” da democracia”. Muito antes, o mesmo autor ilustra que a participação dos cidadãos é entendida como “embaraço” à eficácia da política democrática que para funcionar, precisará de fabricar consentimento” (Barreiros, 2012:23). Ou seja, estas abordagens analisadas por José Barreiros a partir do que é retratado pelo próprio Lippmann, parece, ao nosso ver, bastante confusa, se partirmos do ponto de que a participação do público constitui um aspeto notável para a construção da democracia.

Desta feita, caracteriza-se desde já que o público constitui todos os sujeitos que compõem a sociedade, mas em detrimento das regras de um Estado ou governo no que concerne à sua constituição para a participação democrática, estaríamos de acordo com as abordagens de Lippmann, pois mesmo desde as velhas democracias instaladas na Europa havia um público determinado para participarem na esfera pública da sociedade burguesa e outras esferas que se seguiram. Por isso, aí centramos as abordagens de Habermas quando observa a esfera pública inglesa que estava dividida em grupos ou setores. Assim sendo, o conceito de esfera pública ganha outra dimensão a partir do crescimento consciente da

intervenção de todos os sujeitos sociais a vida pública e aos problemas da sociedade.

Neste preâmbulo de ideologias a despeito da participação como fator para a democracia participativa, recorreremos também aos escritos de Hannah Arendt no seu bem aceite livro sobre “*A Condição Humana*”, ao fazer referência da esfera pública, situa a mesma em duas vertentes essenciais: Numa primeira apresenta a esfera pública como sendo “o *Comum*” e na segunda dimensão mostra a esfera privada “a *Prioridade*” (Arendt, 2001:64-80).

Para ela o termo público “denota dois fenómenos intimamente relacionados mas não completamente idênticos. No primeiro momento considera “que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível. Em seguida, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade”. Essa caracterização do comum responde de certa forma tudo o que está ao alcance de todos os intervenientes da sociedade. O que acontece ou decorre em torno da sociedade é, todavia, para todos os sujeitos da comunidade. Por outro lado, esse posicionamento tem também reflexão e enquadramento no que é acentuado por Anthony Giddens que a sociedade é o local de confronto de ideias entre os indivíduos. Nesta ordem de pensamento e análise sobre a esfera pública, que ela a considera como “o *Comum*” faz uma comparação entre o que é ouvido e visto como realidade dos fatos:

“A realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornarem-se adequadas à aparição pública. A mais comum dessas transformações ocorre na narração de histórias e, de modo geral, na transposição artística de experiências individuais”. (Arendt, 2001:64).

Em seguida, ainda sobre Arendt, a autora está consciente das suas reflexões num período do tempo que nos parece ainda conturbado da ressaca da II Guerra Mundial, visto que as sociedades tentavam restabelecer-se de qualquer maneira para a construção das economias, dos aspetos culturais, da política e toda a conjuntura social. É, no entanto, que ela disserta sobre “a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos e, embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era moderna e do concomitante declínio da esfera pública, intensificar sempre e enriquecer imenso toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, esta intensificação ocorre sempre à custa da garantia da realidade do mundo e dos homens” (Arendt, 2001:65).

Na dimensão da esfera privada, em que há o registo da prioridade, Arendt traça outro caminho para o indivíduo ter uma vida privada, que ela chama de inteiramente privada significa, acima de tudo, “ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação »objetiva« com eles decorrentes do fato de se ligar e separar deles através de um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida” (Arendt, 2001:73-74).³⁹

Para Barreiros (2012), a democracia de base representativa surge como um sistema de organização de poder político e da governação de legitimidade assente na participação e sancionamento de públicos de cidadãos, combinando o mecanismo eleitoral expresso por sufrágio universal e o processo de opinião pública (Barreiros, 2001:20).⁴⁰ Para outros aspetos que são importantes numa efetivação ou consolidação da democracia nos seus dois estágios apontados nesta sessão como a democracia participativa e representativa, grosso modo, consiste no uso e implementação dos meios de comunicação social e de todas as suas estruturas de produção e divulgação de informações para o público. Caracteriza-se assim pelo seu valor de noticiabilidade assim como o de responsabilidade social na transmissão e emissão de conteúdos como o destaque dos aspetos de liberdade, democracia e cidadania dos povos. Para tanto, Barreiros está certo quando disserta que a “liberdade apresenta uma dupla condição, simultaneamente, assunto privado livre de regulamentação pública quando reporta às liberdades relativas à atuação na vida pública”. Enquanto qualidade pública, tem a ver com “a liberdade de fazer acordos, lançar movimentos sociais, e moldar as políticas públicas” (Barreiros, 2012:21).

1.2.1. A democracia, opinião pública e comunicação

Para a apresentação desta seção, nossa pesquisa parte inicialmente nas conceções recentes (livros publicados na primeira década e início da segunda década deste século XXI, (Cf. Referência Bibliográfica) sobre os termos de democracia, opinião pública e comunicação. Para efeito, recorremos ao trabalho de João Félix Pedro Candumba, que dissertou o tema sobre “O Paradigma do Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola”. O trabalho de “Dissertação” foi apresentado na Escola de

³⁹Arendt, Hannah (2001:80). O pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior e privado deve-se ao extraordinário bom senso político do povo romano que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado em benefício do público mas, pelo contrário, compreendeu que estas duas esferas só podiam subsistir sob forma de coexistência.

⁴⁰Barreiros faz essa abordagem buscando apoio nas explicações de Muñoz Alonso e outros (1992:48-55).

Sociologia e Políticas Públicas, do Instituto Universitário de Lisboa, para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação. Ao discorrer sobre esta temática, Candumba apresenta três autores portugueses; Barreiros (2012), Esteves (2009:165) e Correia (2006:83)⁴¹. Ou seja, como explica Candumba (2015:13), estes autores, por sua vez, descrevem as categorias de democracia e opinião pública⁴² tendo como premissa fundamental para se governar em qualquer estado, referindo-se à importância do arcabouço da participação dos meios de comunicação social para a cristalização na sociedade. Assim sendo, numa primeira instância apresentamos a tese discorrida por Barreiros (2012:13) atestando que “a noção contemporânea de democracia enfatiza, como se assinalou anteriormente, duas dimensões principais: uma reporta o ideal da vivência coletiva equilibrada entre membros de uma comunidade ou sociedade, em liberdade e convivência pacífica, no respeito pelas diferenças de condição social, valores, identidades e estilos de vida que nelas se manifestem. Outra diz respeito à organização da vida pública e política no quadro de um sistema democrático provido de um modo de governação capaz de comportar e rentabilizar a diferença entre sujeitos considerados politicamente iguais”.

Ademais, Barreiros (2012) acrescenta que da democracia espera-se “uma governação democrática e regulação justa das relações sociais através de soluções de exercício do poder político que promovam uma arbitragem reta e equilibrada dos diferentes interesses e poderes, proporcionando solidariedade e apoio a cidadãos ou grupos em situações pontuais ou duradouras de exclusão ou infortúnio à prevenção de condições económicas e políticas geradoras de consequências sociais indesejáveis”. Por conseguinte, a democracia é também refletida como questão de humanização e cidadania, em que “a economia de mercado e democracia representativa constituem duas faces de um mesmo sistema, interdependentes, suportando-se mutuamente, de conjugação estruturalmente crítica, em que dificilmente podem resolver-se plenamente as tensões que inevitavelmente se geram” (Barreiros,

⁴¹José Jorge Barreiros (2012) e João Pissarra Esteves (2009:165) *Comunicação e Sociedade: Os Efeitos Sociais dos Meios de Comunicação de Massa*, Lisboa, Livros Horizontes. Ver também Fernando Correia (2006:83).

⁴²Esteves (2009:179) os líderes de opinião pública têm de ser capazes de pressupor um grau mais elevado de institucionalização dos temas políticos e acham-se limitados pelo seu papel na seleção dos temas possíveis, enquanto os quadros, sendo mais independentes da opinião pública, estão, no entanto, absolutamente dependentes de instruções políticas.

2012:14).

Enquanto isso, na abordagem de Esteves (2009:165) a opinião pública é “a contingência política substantivada – um substantivo ao qual se confia a solução do problema da redução da discricionariedade do que é jurídica e politicamente possível”. Na mesma perspectiva de entendimento, é primordial perceber ainda as explicações de Esteves, ou seja, o autor acrescenta ainda que esse processo se assenta na “contingência de interpretação da relação entre opinião pública e processo de comunicação: a opinião pública não pode mais ser considerada, simplesmente, como um resultado politicamente relevante, antes deve ser vista como estrutura temática da comunicação pública”. Esta terminologia também é compreendida numa outra colocação epistemológica que não pode ser mais concebida de forma causal apenas a partir do efeito de produção que opera na sociedade, mas pode de maneira geral ser um elemento importante para auxiliar a forma de seleção de conteúdos para alimentar a sociedade (Luhmann, 2009:164). Para esse estágio, Esteves (2009:172) escreve que “a própria pluralidade das regras da atenção é determinante para a permanente abertura de opinião pública; ela impede que apenas valores estabelecidos, apenas crises, apenas a própria lógica interna de sucesso do sistema político, apenas novidades ou apenas dores ou os seus sucedâneos determinem a temática do processo político da comunicação”. Para tal, compreende-se:

“A opinião pública pode anunciar, em nome de constantes racionais comuns a todos os homens, uma pretensão de domínio que foi, na prática, a burguesia em ascensão. Dado o caráter ideológico dessa pretensão, a teoria em causa teve de limitar-se a uma função de crítica e de controlo, que confere ou nega relevância ao tema em apreço. A opinião pública veio, assim, ocupar o seu lugar ao lado da dominação política, entendida essa como o verdadeiro centro do sistema político. Este último foi concebido, tal como anteriormente, como um sistema de cargos públicos, e não como um processo de comunicação estruturado, a mais antiga teoria liberal”. (Esteves, 2009:175).

Segundo Barreiros (2012:11), escreve que “uma das vertentes da noção de democracia assenta na ideia de fazer valer a opinião e o interesse da maioria, o compromisso com a superação de desigualdades, preservando os direitos, as possibilidades de expressão e a contemplação dos interesses dos desfavorecidos e das minorias, não só pelo sufrágio universal”.

No entanto, para Esteves (2002), “o público como a esfera pública e a opinião pública podem ser entendidos como mecanismos de legitimação democrática, pelos espaços que criam para que os cidadãos estabeleçam laços entre si, como forma de reconhecimento do contrato social entre Estado de direito e os seus cidadãos, como lugar

de encontro e de circulação de informação e de comunicação”. Ao mesmo tempo em que o surgimento de formas de mediatização nas diversas sociedades constitui um novo cenário de se organizar os grupos nas discussões dos problemas que formam a agenda de debate sobre a sociedade. Por outro lado, perante estes arcabouços que determinam os sistemas de mediatização nas sociedade e no mundo em geral, constituem fundamentais para elucidar a compreensão das relações sociais entre os sujeitos que buscam as mesmas ideologias. Assim sendo, para efeito de entendimento no que se equacionou chamar de opinião pública tem sua explicação também em Luhmann⁴³ que apresenta o conceito de opinião pública buscando as análises feitas por Habermas⁴⁴, confirmando as seguintes características: “os sistemas de formação da opinião são pequenos círculos onde se debatem ideias, nos quais os seres humanos se podem encontrar e aceitar como seres humanos”. Ainda no pensamento de Habermas, que podemos entender mais a fundo sobre a contingência dos círculos como forma de “opinião pública” que é, por conseguinte, retomada por Luhmann, e, portanto, este acrescenta:

“Os círculos acham-se diferenciados, na medida em que os seus membros não se orientam em conformidade com os outros papéis que lhes são próprios como sexo, idade, posição social, profissão, recursos económicos, etc, os círculos estão segmentados na relação uns com os outros, uma vez que são constituídos de modo idêntico e uniforme, e não com base numa função particular que lhes seja atribuída, assim como a igualdade dos círculos de discussão e a neutralização das influências políticas, económicas e derivadas da posição social sobre a discussão permitem admitir como geral a opinião que neles se formava; que as experiências neles desenvolvidos aparecessem como universalmente válidas; que as expectativas que se aprendia a acalantar como ressonância do comportamento tais, pudessem substituir as velhas instituições; e que fosse possível chegar a um acordo baseado numa compreensão de si moralmente fundamentada, sem ter de atender às condições económicas, de classe ou derivadas da estrutura do sistema que influenciam um tal pensamento”.(Luhmann, 1970, apud, Esteves, 2009:165).

No entendimento de Barreiros (2012:153), o uso de novas plataformas da comunicação a partir dos *media online* que caracteriza uma nova forma dos indivíduos poderem discutir os assuntos da comunidade ou sociedade em benefícios dos interesses do grupo. “Um dos sentidos de participação tem a ver com a partilha, troca e cooperação, agora simplificada entre sujeitos espacial e temporalmente distantes”. Discorrendo ainda com o mesmo autor, no que concerne com aos *media*, ele considera “no plano da política e da democracia, a suposta cultura participativa dos “ativos digitais” tende a ser apontada

⁴³Cf. Niklas Luhmann, A Opinião Pública, Esteves (2009:165), Comunicação e Sociedade.

⁴⁴ Habermas (1962:264, citado por Esteves, 2009:165).

como mais-valia, chegando mesmo a ser creditada da potencialidade de transformar a ação, a legitimidade e a liberação política” (Barreiros, 2012: 153).

Candumba (2015:18) sublinha que o público está atento às transformações sociais que acontecem em cada sociedade podendo associar esta relação entre a democracia e a comunicação como pilares de busca e de cristalização da vida dos cidadãos para uma sociedade de bem-estar, onde todos têm os mesmos deveres e direitos. Entretanto, a comunicação de massa tornou-se o “canal mais importante para a circulação de informação e comunicação de vários tipos, e toda tentativa de repensar a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas deve prestar uma atenção total a esse desenvolvimento” (Thompson, 2011:135).

Um conceito de opinião pública que seja historicamente repleto de sentido, suficiente em termos normativos para as exigências da constituição social-democrática, teoricamente claro e empiricamente aplicável, só pode ser ganho a partir da dimensão do seu desenvolvimento. O conflito entre ambas as figuras da publicidade/ “publicidade”, do qual a esfera pública está hoje impregnada, precisa ser levado a sério enquanto termómetro de um processo de democratização na sociedade industrial organizada como social-democrática (Habermas, 1989:283).

Mas, o nascimento do termo opinião pública, segundo as investigações de Price (1994), citando três autores que se encarregaram em estudar este assunto, podendo desde já, ser entendido como “de la combinación del público y opinión en una expresión única, utilizada para referirse a juicios colectivos fuera de la esfera del gobierno que afeten a la toma de decisiones políticas aparecieron siguiendo varias tendencias políticas económicas y sociales europeas” (Speier, 1950; Lazarsfeld, 1957; Ginsberg, 1986)⁴⁵.

Segundo Noelle-Neumann (1984), acredita a Rousseau como primer usuário de la frase l’opinion publique, hacia 1744, utilizandola en el segundo sentido de opinión anteriormente definido, como referencia a los costumbres y modos de la sociedad (Víase tambien Baker, 1999). De qualquer forma, hacia 1780, los escritores franceses haciam uso extensivo de la opinión pública para referirse a un fenómeno más político que social a menudo en unión com “bien público” (bien público), (“espíritu Publique”), otros términos relacionados (Orouf, 1988:53).

⁴⁵Cf. Price (1994:22). Tradução nossa: “O nascimento da Opinião Pública: consiste na combinação do público e da opinião em uma única expressão utilizada para referir-se aos juízos coletivos fora da esfera do Governo que dificultam a tomada das decisões políticas, apareceu a partir das várias tendências políticas económicas e sociais europeias (Speier, 1950; Lazarsfeld, 1957 e Ginsberg, 1986).

Destaca-se, todavia, mesmo que os autores europeus que se envolveram em pesquisar a noção de opinião pública em busca de uma percepção do que é hoje, certo modo, podemos denominar como esfera pública, grosso modo, deparamos com diversos confrontos dos mesmos pesquisadores ou o termo de “escritores” segundo a colocação apresentada por Price, na última década do século XX, mas o mesmo faz um rebuscamento aos autores anteriores a ele sobre essa nova denominação social. Ou seja, por outro lado, “os escritores estavam intrigados pela nova força de opinião pública na sociedade, que praticamente em todas as classes sociais, com muitos “logros em Educação e com a aparição dos meios de comunicação de massa mais eficientes” (Bryce, 1988; Tarde, 1990/1903; Cooway, 1902 e Lowell, 1913).

Para Preci (1994:29), esta convergência na compreensão do termo opinião pública, principalmente entre os autores e pesquisadores do século XX, deve-se, sobretudo, à consequência do amplo crescimento do campo das Ciências Sociais nas universidades. Os trabalhos do século XX sobre opinião pública refletem, com mais clareza, preocupações sociológicas e psicológicas, mais que políticas ou filosóficas. “Mientras que muchas das las primeiras disquisiciones sobre opinión pública habían tratado principalmente sobre el problema filosófico de transmutar deseos individuales y independientes en la voluntad del Estado, ahora los analistas vuelven, con mayor frecuencia, su atención al problema de comprensión de aspectos sociales y de conducta de la opinión públicas”, (Price, 1994:29).

A emergência de uma esfera pública, segundo Habermas (1962; 1989), indicava estas tendências históricas intimamente unidas ao crescimento do capitalismo e do domínio de uma classe burguesa europeia, com o tempo deram como resultado uma esfera pública de raciocínio crítico.

Para Candumba (2015:20), a “denominação de opinião pública também apresenta seus contrapontos em termos de esclarecimento sociológico o que tem provocado conflito para se analisar o que deve ser feito para melhor situar o cidadão em busca de uma percepção mais voltada à democracia”. Desta feita, parece-nos que a própria opinião pública não é consensual a todos os sujeitos, mesmo que ela seja um valor importante para a edificação da esfera pública, pois ela encontra suas restrições em vários domínios da sociedade, desde a cultura, a política, a economia e entre outros agentes e instituições públicas e privadas.

Podemos também perceber a questão da opinião pública a partir da visão do escritor espanhol Vicente Price, na sua obra sobre *“La Opinión Pública: Esfera pública y*

Comunicacion”, o autor descreve o aspeto da noção do debate público, dissertando que “los públicos se constituyen por problemas compartidos (o poderia mas decir que nas personas constroyen públicos cuando se unem en consideración a las formas de responder ante un problema compartido). Puesto que el público es una colectividade dinâmica, que se organiza en torno a un asunto discutiendo sobre él, las relaciones entre miembros activos dentro del publico están en continuo cambio. El término debate público intenta describir una massa de gente que se organiza en público, en otras palabras, personas que reconhecem un problema, que producen ideas en conflicto sobre lo que hay que hacer considerando tales alternativas, e intentando resolver el asunto através de la creación de un consenso sobre una línea de acción (Price, 1994:100).

Em outro aspeto sobre a questão da opinião pública, percebe-se também no entendimento de (Price, 1994:101), ao enaltecer sobre a dinâmica de um determinado grupo, entende que essa situação só é possível, segundo ele, quando a partir de uma decisão tomada pelas pessoas que compõem esse mesmo grupo, ou seja, em outras palavras, Price recorre também a (Lewin, 1948; Cartwright y Zander, 1952), para compreender melhor a noção de opinião pública numa vertente da dinâmica usada pelos grupos na discussão dos problemas de uma determinada sociedade. É nesta lógica, segundo Price que nos apresenta a perspectiva desses três autores, sinalizando que,

“La dinámica colectiva e formación y cambio de opinión es más fácil de entender en el nivel interpersonal o de pequeño grupo, donde los conceptos de discusión y debate son directamente aplicables. Los psicólogos han estudiado durante mucho tiempo las formas en que las personas interactúan al resolver los desacuerdos en entornos comunicativos frente a frente, y especialmente la influencia social en estas situaciones”. (Lewin, 1948; Cartwright y Zander, 1952, apud, Price, 1994:101).

Por outro lado, relativamente ao exposto, ainda sob o estudo desenvolvido por Price, nesta mesma perspectiva de pensamento e ao pesquisar o assunto, ele apoia-se também na colocação de Moscovici (1985), este por sua vez, propunha que “la influencia social se fundamenta en la pugna y los esfuerzos por conseguir un consenso”. Enquanto isso, na percepção de Price em relação a essa questão, o autor espanhol sob um olhar analítico diferente, parece-nos muito mais assente ao conflito, mas que não foge dos autores a que ele recorreu para sustentar a sua teoria. É nesta senda de pensamento que ele apresenta o seguinte: “cuando se da un conflicto o pugna dentro de un grupo, los miembros intentan mitigarlo y controlarlo por medio de la discusión y, a través de ella, la formación o cambio de opinión dentro del grupo” (Price, 1994:353).

Por outro lado, cuando una minoria persistente defiende una posición que se desvia y la mayoría persistente defiende no está firmemente comprometida con su posición, puede crearse incertidumbre sobre la corrección de la norma en las mentes de la mayoría de los miembros. La incertidumbre, a su vez, puede conducir a la conversión de todo el grupo hacia punto de vista de la minoría (Moscovici, 1976, 1985).

Deste modo, ainda com as explicações de Moscovici (1985), percebe-se, no entanto, de um modo mais profundo o problema do termo da opinião pública desde a sua origem, mas desse modo, enaltece o critério de uma análise quanto aos diversos pontos de vista ou de observação dos intervenientes neste processo, atestando-o que “cuando hay muchos puntos de vista expuestos, ninguno de ellos fuertemente sostenido o que constituya una clara mayoría, los miembros tienden a converger por medio del grupo” (Moscovici, 1985), o “un acuerdo” (Riecken, 1952). É, assim, todavia, no nosso entender um acordo que consiste entre os participantes de um determinado grupo que primam nas mesmas ideologias de se chegar a um ponto central sobre os problemas sociais de uma determinada sociedade ou comunidade, segundo o que é postulado por Riecken, ou seja o que pode também estar na solução das irregularidades ou divergências e conflitos que podem aparecer na mesma sociedade ou aqui, segundo Moscovici (1976 e 1985); Riecken (1952); e recentemente por Price (1994) ou ainda nas abordagens de Habermas (1984), como grupo que se unem para o mesmo fim.

Ademais, o conceito da noção de opinião pública não se restringe simplesmente à ideologia do consenso, mas há que se compreender antes as divergências que os próprios grupos acarretam na sua existência social. Pois, só há solução de um problema, se antes houver o registo de conflito ou de divergências, pois, como atesta Giddens (2000), a sociedade é, na sua essência, afinal, um local de conflitos entre os sujeitos, ou seja, por isso, a problemática de haver um debate público. Nesta ordem de ideias, autores que marcaram o princípio dos anos 1950, depois da Segunda Guerra Mundial, começaram então a investigar os problemas sociais desses conflitos entre os indivíduos, mas também que podem ser enquadrados na geopolítica entre as nações como um caso do mundo. Pois, é assim que nesta nossa investigação deparamos com colocações de dois autores que espelham sobretudo das “desavenencias más profundas entre mayorías bien definidas y facciones minoritarias, sin embargo, conducen a intentos por parte de la mayoría de influir en la minoría, al menos hasta cierto punto” (Schachter, 1951). Cuando los desacuerdos

desvienen demasiado grandes, los intentos de influencia social pueden cesar totalmente, y los miembros desviados quedar condenados al ostracismo o abandonados (Festinger, 1950).

Na tradição liberal, o conceito de opinião pública é entendida como a agregação das opiniões dos vários cidadãos numa matéria de interesse público. Neste caso, conta então a opinião da maioria, ou como podemos ver, o termo também é espelhado por Tocqueville (2008 [1835]) como a “tirania da maioria”. O mesmo conceito submete-nos por um modo, que pressupõe que os indivíduos e os grupos conseguem passar além dos seus próprios interesses, sacrificando-os para o bem do interesse geral. Enquanto um conceito patente na sociedade, o mesmo conceito está também grifado como determinado e que na verdade se refere ao sistema social da sociedade. Sobre a este aspecto, recorremos às postulações de Niklas Luhmann, que nos dizem que mesmo que o conceito de opinião pública, seja um sistema social da sociedade, mas o termo “não se refere ao que realmente acontece nas consciências das pessoas individuais, ou de muitas pessoas, ou de todas, num momento particular do tempo. Em outras palavras, a opinião pública não remete para o que as pessoas realmente pensam, o que elas compreendem o que atrai a sua atenção ou o que conseguem lembrar” (Luhmann, 1999:69).

Mas, mesmo apresentando essa variedade de conceitos, o termo opinião pública também está sujeito por diversas críticas da sociedade ou de especialistas que estudam a denominação face à diversidade e confrontos de entendimentos sobre o mesmo. É nesta linha que nos deparamos com a ideia de que a harmonia pressuposta pela tradição liberal se perde para dar lugar a uma visão do espaço social como um espaço de confrontação, de relações desiguais, o que não implica que não existam formas de negociação e de partilha de espaços (Gingras e Carrier, 1996).

Deparamo-nos também com a situação que corresponde entre a opinião pública e opinião publicada, onde verificamos que a marca distintiva corresponde ao acesso aos *media*, distingue os grupos que têm acesso aos *media* e aqueles para quem esse acesso é barrado. Desta feita, a opinião pública refere-se a tudo aquilo que é transmitido pelos *media*, opinião publicada, e não a uma ideia de partilha generalizada entre todos os cidadãos de uma sociedade.

Um campo que, a nosso ver, o mais fundamental para a compreensão deste processo da opinião pública é recorrer às pesquisas de sondagens de opinião pública que são realizadas por autores renomados do campo sociológico e da linhagem dos *media*. Entre os pesquisadores desta área, buscamos compreender quando Bourdieu ao estudar a área da opinião pública a partir dos *media*, centra a sua atenção nas sondagens de opinião, mas estas não fazem que impor questões, tornando-as visíveis no espaço mediático e capazes assim de se tornarem foco de discussão e de interesse geral, ao condicionar o tipo de respostas fecham também o espaço de possibilidade de pensar a questão. De certo modo, as sondagens não fazem mais que refletir os anseios da classe política, servindo muitas vezes de teste à aceitação das suas percepções da vida social.

1.2.2. Os desafios da comunicação para a sociedade

A comunicação desde a sua história e pelo papel fundamental que vem desempenhando na sociedade, também é atrelada pelas suas dificuldades e problemas na transmissão e na produção de conteúdos para a formação cultural das identidades individuais. As pessoas em diversos estágios da vida e dos contextos sociais a partir do espaço e tempo deparam-se com essas dificuldades em que muitas vezes, os *media* desencadeiam papéis que estão fora da realidade e dos princípios que são traçados como essenciais ou primordiais para essa demanda da responsabilidade social. É nessa linha que encontramos pesquisadores de várias sociedades, geralmente, os das mais avançadas e sentenciadas como as melhores que conhecem o campo da comunicação, principalmente em países da Europa e os E.U.A, desenvolvem estudos para se perceberem os meandros da comunicação de acordo com a atuação dos *media*. O objetivo é sempre de traçar os mecanismos que possam favorecer melhor desempenho dos *media* para a construção social.

Por outro lado, os meios de comunicação de massa não são, simplesmente, um entre muitos mecanismos para a inculcação da ideologia dominante; ao contrário, esses meios são parcialmente constitutivos do próprio fórum dentro do qual os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e responder ao exercício de poder de outros (Thompson, 2011:128). Desta feita, em consequência deste exercício comunicacional, num exercício que nos parece mais profundo e simples, Rodrigues (1994:22) entende que “a comunicação não é um produto, mas um processo de troca simbólica generalizada, processo de que se alimenta a sociabilidade, que gera os laços sociais que estabelecemos com o meio

ambiente”. Enquanto isso, no entendimento de Martin-Barbero (1992:20) “as mediações são esse lugar onde é possível compreender a interação entre o espaço da produção e da recepção: o que se produz na televisão não responde unicamente a requerimentos do sistema industrial e a estratégias comerciais, mas também a existência que vêm da trama cultural e dos modos de ver”.

Para Sodré (2001:94), a noção de cultura é “um conjunto de relações de sentido voltadas para a modelagem da economia civilizada do sujeito, isto é, para a internalização de padrões de pensamento e comportamento historicamente elaborados pela classe social”. Pois, é a partir dessa classe social em que recai toda a responsabilidade de que a comunicação através das suas estratégias e exigências deve traçar desafios viáveis para se encontrar caminhos vantajosos e de encorajamento sobre o que é o dever dos *media* nesta luta de trabalhar conteúdos que sejam de construção das capacidades racionais das pessoas em busca de uma mesma comunidade. Com o evoluir do modelo de Internet que veio fortalecer ainda mais o campo da comunicação, é certo que, todavia, os desafios nesta área são cada vez mais exigentes para a economia do mercado de informações.

Para Dominique Wolton (2006:47), ao falar da “comunicação e os seus inimigos”, o autor é criterioso ao situar o progresso técnico e o desenvolvimento dos mercados da comunicação social que aceleraram cada vez mais provocando para efeito uma etapa de reviravolta. Para ele, numa abordagem sobre o mesmo assunto considera que ontem, “a comunicação era um valor, por certo menos glorioso do que a liberdade, a igualdade, a fraternidade mas mesmo assim um valor, uma aspiração, uma procura”. Enquanto hoje, aparentemente “mais fácil, onnipresente, tornou-se numa espécie de ideologia, para não dizer uma caricatura da modernidade, muitas vezes tornada ainda mais caricatural pelos próprios profissionais”.

Mais adiante, Wolton (2006:47) num posicionamento de defesa ensina que os *media*, que são a ponta visível da comunicação, são o alvo preferido dos próprios profissionais e de responsáveis dos grupos económicos que controlam e gerem o poder da comunicação social em vários posicionamentos da sociedade. Mas a comunicação social como sempre continua a marcar o seu papel fundamental e importante na construção de identidades, por isso, sejam que formas se apresentam positiva e negativa as inferências consistentes sobre o valor comunicacional, ainda seu papel e desafios estão presentes socialmente. Da mesma forma, Wolton (2006:47) afirma que a “vitória da comunicação conduz à sua

desvalorização” e de uma forma insistente, ele fala do “fato de esta vitória ser aparente e enganosa”. Ou seja, na reflexão e desconfiança de Wolton, é visível perceber na sua abordagem que na “realidade, a cada dia que passa desconfiamos mais da comunicação social”.⁴⁶ Logo, essa desconfiança e desvalorização apresentada por ele leva-nos a perceber o campo da comunicação engendrando também novos desafios que determinam a produção de conteúdos a partir de todos os modelos de comunicação para melhor servir o público, ou seja, cada sujeito deve ser um produtor de conteúdo que pode ser consumido a partir das várias plataformas das redes da Internet e dos meios de comunicação social tradicionais.

Perante esta situação, cabe implementar com mais rigor políticas nas quais estejam mais assentes nas perspetivas de ultrapassar os entraves presentes do exercício da comunicação social em certas sociedades, em que a mesma ainda não tem contribuído para o exercício estável e consolidado da democracia. É com base neste direcionamento que Esteves (2003) insiste na aplicabilidade de esforços que possam determinar como desafios do campo dos *media* para a consolidação da opinião pública e do que se pode aferir como opinião publicada.

“O esforço cabe também aos cidadãos que não se podem colocar no papel de consumidores distanciados. O exercício de uma cidadania mais completa envolve uma maior participação dos cidadãos que, para tal, necessitam de ter acesso facilitado à informação que lhe permita apreender a realidade e tomar decisões em conformidade”. (Esteves, 2003).

Ao enaltecer o progresso da área da comunicação na sociedade, no que diz respeito ao valor da informação, Wolton (2006:60) considera que é um valor de progresso, a comunicação remete para as piores baixezas do comercial... É sem dúvidas, por isso que a expressão “*auto-estradas da informação*” esteve, durante uma boa dezena de anos, de vento em popa, antes de ser substituída por “sociedade de informação”. A denúncia tão apressada da ideologia da comunicação não tem equivalência na crítica das ilusões e das ideologias da “sociedade de informação”. Neste sentido, é com o desenvolvimento da produção e acesso de conteúdos de dados de informação que surge também a nova denominação através do paradigma social da Internet. Assim sendo, o termo apresentado por Sociedade de Informação, entende-se como a soma da informática com a informação. É, todavia, um processo fundamental e de renovação social no campo dos *media* e de toda a sociedade no exercício dos insígnies requisitos da democracia via mediação.

⁴⁶Cf. Wolton (2006:47).

Perante os próprios desafios da área da comunicação para a consolidação da democracia, há a implementação de esforços acrescidos para os jornalistas na forma como entendem os seus públicos que não podem ser mais uns consumidores passivos e acríticos de informação (Esteves, 2003). Para aprofundarmos a nossa perceção sobre os aspetos marcantes dos desafios da comunicação social, fica também patente que este desiderato só encontra seu funcionamento em termos de credibilidade desde que haja uma responsabilidade social por parte dos *media* em exercer seu papel como é pautado pela UNESCO, no seu art. 2, número 3: “Com vista ao fortalecimento da paz e da compreensão internacional, da promoção dos direitos humanos e da luta contra o racismo, o apartheid e a incitação à guerra, os órgãos de informação em todo o mundo, dada a função que lhe corresponde, contribuem para promover os direitos humanos, em particular fazendo ouvir a voz dos povos oprimidos, que lutam contra o colonialismo, o neocolonialismo, a ocupação estrangeira e todas as formas de opressão e que não podem expressar-se em seu próprio território”. Enquanto, ainda no mesmo artigo, mas no número 7, percebe-se que “ao difundir mais amplamente toda a informação relativa aos objetivos e aos princípios universalmente aceites, que constituem a base das resoluções aprovadas pelos diferentes órgãos das Nações Unidas, os meios de comunicação de massas contribuem eficazmente para reforçar a paz e a compreensão internacional, para a promoção dos direitos humanos e para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional mais justa e equitativa”.⁴⁷

Por esta razão, a questão da responsabilidade está também presente no seu desempenho que é vital para que seja possível aos públicos de cidadãos apreender as origens, os modos de atuação e os resultados concretos da regulação social e política, o que os qualifica como atores de proeminente desempenho na configuração da vida pública, da democracia e da cidadania, de que se espera responsabilidade condizente (Barreiros, 2010:31).

1.2.3. Os cidadãos no exercício da comunicação social para a democracia

As sociedades devem ser edificadas de acordo com as regras ou exigências, que completem o bem-estar de todos os sujeitos sociais. É esta a ideia inicial e que também pode ser caracterizada de forma sociológica e religiosa. No âmbito religioso, vários autores

⁴⁷Cf. Karam (1997:91).

como Talcott Parsons (1902-1979),⁴⁸ Luhmann (1927-1998),⁴⁹ Giddens (1938),⁵⁰ Bobbio, Boaventura Sousa Santos,⁵¹ Marx, Weber, Adorno e tantos outros primaram sempre numa postura de elevar o conhecimento do termo democracia para o mundo, depois que o mesmo já ter sido desenvolvido por autores da antiguidade, modernidade e contemporâneo até nesta fase em que progressivamente vivemos a etapa da Globalização. Ao contrário destes autores, a forma religiosa é marcada por autores religiosos como Santo Agostinho (354-430)⁵² e Santo Tomás de Aquino (1225-1274) que situam a democracia a partir de uma Cidade de Deus. Ou seja, são esses dois autores que se direcionam com os seus escritos num mundo mais fiável de acordo com as premissas religiosas, sendo assim se enquadram dos princípios da democracia. Santo Tomás de Aquino é um religioso que busca mais compreender o mundo de Deus a partir das situações teológicas e aplicáveis na sociedade de seu tempo e interpretado nas fases posteriores e até aos nossos dias, enquanto Agostinho segue uma linha doutrinal apresentando sempre Deus como imutável e em primeira instância.

Neste contexto de ideias e de posicionamentos da história, a comunicação sempre desempenhou um papel insigne para a construção das sociedades tanto no desenvolvimento como na evolução das mesmas em todos os parâmetros do convívio social no espaço e no tempo. Desta forma, o cidadão procura sempre desenvolver e evoluir os mecanismos de comunicação. Hoje, com o surgimento das tecnologias de comunicação e de informação, a comunicação é cada vez mais desafiadora para o cidadão lidar com as performances comunicacionais além do desafio entre os próprios homens e sociedades. A Internet abre

⁴⁸Cf. Domingues, José Maurício (2005:155). Sociólogo norte-americano de Harvard foi um dos principais nomes da teoria sociológica do século XX.

⁴⁹ Cf. Domingues (2005:153). Sociólogo alemão, cuja obra desenvolveu um tipo de funcionalismo radical.

⁵⁰Cf. Domingues (2005:150). É o mais conhecido sociólogo inglês contemporâneo. Produziu muitos trabalhos teóricos gerais, em que propõe o que chamou "*teoria da estruturação*", que sistematiza em *A Constituição da Sociedade* (1984), na qual procura ligar ação e estrutura de forma dialética e dinâmica. Propôs também a ideia de "*alta modernidade*" para apontar para a sua crescente reflexividade, argumento que resume em *As consequências da modernidade* (1990). Posteriormente, dedicou-se tanto ao estudo das relações interpessoais e à "transformação da intimidade" quanto ao desenvolvimento políticos da sociedade contemporânea. Fenómeno internacional de venda de livros, Giddens é hoje o intelectual próximo à direção do Partido Trabalhista inglês e sua proposta de "*terceira via*".

⁵¹Santos, Boaventura Sousa (2009), *Um Discurso Sobre as Ciências*, São Paulo, Cortez Editora. Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Professor Visitante da Universidade de Wisconsin-Madison, da London School e da Universidade de São Paulo e da Universidade de Los Andes. É autor de várias obras num campo interdisciplinar.

⁵²Cf. Santo Agostinho ou também denominado como Agostinho de Hipona, em "*A Natureza do Bem*", (2006:ii). Toda e qualquer natureza enquanto natureza é sempre um bem – não pode provir senão do supremo e verdadeiro Deus, porque o ser de todos os bens, tanto os que pela sua excelência se aproximam do Sumo Bem como os que pela sua simplicidade se afastam d'Ele, não pode senão provir do Sumo Bem.

novos espaços para a sociedade e os cidadãos estão em momentos de progresso com o seu aparecimento permitindo a troca de informações de forma fácil entre eles garantindo assim o sucesso comunicacional. É nesta dinâmica que esses feitos determinam que os cidadãos realizem seus processos de comunicação a partir de qualquer modelo de linguagem como símbolo cultural para as decisões e discussões de seus problemas. Ou seja, através dessas discussões comunicacionais há na verdade o debate de ideias e de problemas que juntos encontram soluções de ultrapassá-los elencando assim o caminho do exercício democrático e de bem-estar social.

Um ponto essencial para compreender os meandros da comunicação, é-nos colocado por Allen (1965), citado por Price (1994:353), ou seja, ele situa uma questão importante para se perceber as diferentes inferências que a sociedade apresenta sobre o fortalecimento e fomento da aplicação da democracia, ou seja, “quando se questiona um ponto de vista de uma maioria firmemente entrincheirada, por exemplo, se pressiona os que se desviam para que se conformem, dado que os membros individuais da maioria se sintam fortemente comprometidos para fazer cumprir as normas”.

O desenvolvimento do campo da comunicação através de várias formas de comunicação que é proporcionadas pela alavanca da Internet que permitiu o surgimento de novas plataformas de comunicação na sociedade, grosso modo, constitui um desenvolvimento saudável no plano da indústria da comunicação e da cultura. Assim sendo, é nesta perspectiva que os cidadãos estão vinculados com o novo processo de produção de conteúdo a partir de uma simples observação de fatos e de informações que acontecem nestas regiões ou comunidades permitindo assim a participação deles nos processos de construção da democracia através da comunicação. As mensagens são construídas de acordo com o padrão da linguagem e, por vezes, pela colocação da divisão geográfica ou por região, principalmente em países que por situações de uma cultura antropológica apresentam diversidades linguísticas caracterizadas pelas divisões de etnias e tribos como os casos dos países africanos, asiáticos e parte dos latino-americanos.

A produção em massa de informações de diferentes vertentes e olhares diferentes das pessoas que corroboram para mesmos fins sociais, faz com que haja mais informações e participantes nas discussões das temáticas que fazem eco nas conjunturas locais. Sociedades mais abertas como as da Europa, Estados Unidos e alguns países com políticas avançadas em África e Ásia, já mostram um certo perfil de desenvolvimento em participarem mais nas discussões dos problemas locais. Por exemplo, casos do Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Colômbia e Peru, que desde as duas últimas décadas do

século XX, assim como a primeira década e esta segunda década do século XXI, demonstram-se como países em que a participação de classes que reivindicam a atuação dos governos e, de certo modo, é através dos meios de comunicação que os cidadãos conseguem apresentar e discutir os problemas básicos da sociedade. Essa notoriedade participativa dos cidadãos pode também ser vista ainda com maior impacto no Brasil, se olharmos no modelo de jornalismo produzido pelas populações que compõem o grosso de comunidades do Complexo da Maré no Estado do Rio de Janeiro que possuem o *Jornal “O Cidadão” da Maré*, produzido pela população daquele bairro, em que o mesmo jornalismo é denominado como “Jornalismo Comunitário”, ou seja, em outros estágios sociais também, chamado de Jornalismo de Cidadão. Desta feita, segundo Candumba (2006:34),⁵³ o *Jornal “O Cidadão”* do Complexo da Maré é produzido pela população da própria comunidade com o objetivo de informar os moradores, o funcionamento de algumas instituições e organizações da comunidade, além de tratar as temáticas da educação, saúde, habitação, saneamento básico, violência e segurança daquela localidade.

Ademais, as matérias do jornal são produzidas com a participação dos moradores do Bairro da Maré, favorecendo assim a participação de todos nesta empreitada da comunicação. O próprio morador além de participar na elaboração das pautas e produção das reportagens, em certos momentos, também se torna como fonte de informação, pois, é um jornal que trabalha com a responsabilidade da vida ativa da própria comunidade, onde o cidadão participa e explica os problemas sociais que se passam na sociedade e pedem junto dos governantes a intervenção nos problemas daquelas comunidades da periferia da cidade do Rio de Janeiro.

Em países da Europa, a atuação dos cidadãos na participação da construção da democracia é feita de maneira mais tecnológica através de uma comunicação a partir da Internet, TVs, rádios e jornais, quiçá até de jornais ou cadernos informativos e revistas de pequenos grupos, comunidades, instituições, associações, igrejas, ONGs e outros intervenientes na discussão dos problemas de bem-estar. Podemos atestar que essa diferença é acentuada e com uma disparidade de situações extracontinental que diferem essas populações, assim como o nível de vida e de desenvolvimento dos países. Se por um lado, há esta diferença entre os povos da Europa e os da América Latina, em países da África e alguns da Ásia, o nível de diferença é cada vez mais avançado, pois torna-se cada

⁵³ Cf. Candumba, João Félix Pedro (2006), *O Jornal “O Cidadão” do Complexo da Maré*, Trabalho de Monografia de obtenção do grau de licenciatura em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Brasil.

vez ainda mais difícil o sonho da população ou cidadãos participarem nessa emergência de construção da democracia de acordo com os princípios liberais. Além dessas diferenças, as populações encontram também barreiras por parte dos detentores do poder público e das classes de elite que formam a sociedade e que planificam e gerem e ordenam de certa forma, toda a esfera social destes países. São certamente, sociedades ainda com um fraco desenvolvimento social, assim como os ideais democráticos ainda não estão assentes para essa demanda social. Por outro lado, mesmo que ainda seja de forma lenta a realização deste processo de participação, na primeira metade da segunda década deste século, observou-se uma série de protestos em países da África Branca, nomeadamente Egito, Tunísia onde os governos foram derrubados, assim como a cobrança de políticas públicas mais eficazes na Argélia e Marrocos, a que se dominou a este fenómeno como “Primavera Árabe”.

Assim sendo, é nessa conjuntura de situações e não só que os cidadãos através das diversas formas em que se apresentam os meios de comunicação social podem a partir das suas ideologias desde que sejam bem elaboradas e que primem pela elevação de uma sociedade conjuntural com os mesmos direitos e deveres, os cidadãos podem participar na construção da democracia estável.

Embora sendo ainda uma função difícil para os países em vias de desenvolvimento ou ainda países onde vigoram governos autoritários, esta função de participação pode ajudar a encontrar uma nova forma para essas populações, desde que o ideal da interação e da coletividade seja uma das premissas e das responsabilidades de todos em busca de um mesmo fim ou objetivo.

Nesta ordem de ideia, é preciso que os homens estejam abertos para essa finalidade de poderem elaborar metas e políticas sociais para a construção de planos de discussão e de produção de temas voltados à responsabilidade da sociedade, em que os meios de comunicação sejam os parceiros para a divulgação dessas linhas mestras que são traçadas e discutidas no seio de todos. Essa forma de participação constitui, por conseguinte, uma ação de representatividade em busca da consolidação dos aspetos que podem fortalecer cada vez mais a edificação da democracia para os países que ainda buscam sedimentar esse modelo em que há a participação e a representação dos cidadãos que compõem o mesmo espaço geográfico e com uma abertura de opiniões diferentes, mas que constituem a defesa do espaço da esfera pública, segundo o que é plasmado Habermas (1984) e Taylor (2010). Enquanto outros autores como Thompson (2012), Blumer, Meyer são consensuais a Habermas e Taylor ao abordarem as situações de participação e opinião pública, embora

em outros parâmetros seja notável ainda perceber em Thompson que em suas análises apresentam as características dos meios de comunicação como uma forma de divisão em que os mesmos se engendram na sociedade.

Quando Thompson faz referência aos meios de comunicação, para a divisão dela em cinco características, ele usa o termo “comunicação de massa”. Assim sendo, as cinco características apresentadas por Thompson compreendem as seguintes: os meios técnicos e institucionais de produção e difusão; mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre a produção e recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos dos *media* no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas.

Na primeira característica apresentada por Thompson (2014:53), o autor aprofunda-a a partir dos meios técnicos e institucionais de produção e de difusão das próprias informações, ou seja, de como os meios de comunicação têm produzido o conteúdo de informação. Mas, ao mesmo tempo que ele recorre ainda aos tempos anteriores como se estivesse a comparar os momentos de hoje em que as fábricas da comunicação estão mais bem posicionadas em relação aos primeiros momentos de organização da Idade Média até aos nossos dias “têm-se interessado pela exploração comercial das inovações técnicas, tornou possível a produção e a difusão generalizada das formas simbólicas” (Cf. Thompson, 2014:53).

Mas, perante este tema ou no que ele chama como segunda característica, é notável a ideia de Thompson (2014:54) que “a comunicação de massa implica a mercantilização das formas simbólicas no sentido de que os objetos produzidos pelas instituições dos *media* passam por um processo de valorização económica”. Por outras palavras, a abordagem de Thompson considera que “a valorização simbólica” é um processo de atribuição de “valor simbólico” às formas simbólicas.

Já na terceira característica da comunicação de massa, estabelece-se uma dissociação estrutural entre a produção das formas simbólicas e a sua recepção. Ou seja, em todos os tipos de comunicação de massa, o contexto de produção é geralmente separado do contexto (ou contextos) de recepção. Deste modo, os bens simbólicos são produzidos em um contexto ou conjunto de contextos (as instituições que formam as indústrias dos *media*) e transmitidos para recetores localizados em contextos distantes e diversos (tais como diferentes residências domésticas).

A quarta característica da comunicação de massa incide sobre a extensão da disponibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço. Esta característica relaciona-se estreitamente com a anterior, segundo as observações de análises e reflexão do notável

autor Thompson: uma vez que os *media* estabelecem uma separação entre os contextos de produção e os de recepção, as mensagens mediadas tornam-se disponíveis em contextos os mais remotos em que as mensagens foram originalmente produzidas. Esta ampliação da disponibilidade das mensagens mediadas é uma característica que tem consequências de grande alcance.

A quinta característica implica a circulação pública das formas simbólicas. Os produtos dos *media* são disponíveis, em princípio, a uma pluralidade de destinatários. Eles são produzidos em múltiplas cópias ou transmitidos para uma multiplicidade de recetores, e permanecem disponíveis a quem tenha os meios técnicos, as habilidades e os recursos para adquiri-los. Neste aspeto, a comunicação de massa diferencia-se de outras formas de comunicação – como as conversas telefónicas, as teleconferências, ou as produções particulares de vídeo – que empregam os mesmos meios técnicos de fixação e transmissão, mas que são dirigidas para um indivíduo ou para um grupo bem restrito de recetores.⁵⁴

⁵⁴ Cf. Thompson (2014:54).

2. O ESPAÇO PÚBLICO E AS PRÁTICAS DO JORNALISMO DE CIDADANIA vs DE DESENVOLVIMENTO

2.1. Teorias do espaço público e o contexto angolano

As teorias do espaço público remetem-nos para diversas perspetivas de como as pessoas se desdobram nos diversos locais através de diálogos, maneiras de vida, de observação e de convivência ou das trocas de informações. Nas sociedades atuais, através do poderio dos meios de comunicação e as formas dos estereótipos sociais é, todavia, frequente encontrarmos e distinguirmos estes espaços públicos. O envolvimento em vários assuntos de pessoas de forma individual, coletiva, em grupos ou associações permite essa perceção, que existe um espaço público no seu verdadeiro sentido. Com os meios de comunicação e principalmente com a atividade jornalística fica mais fácil o envolvimento das pessoas no espaço público, pois o jornalismo tem o poder de influenciar a opinião pública numa determinada sociedade. Embora, como se sabe, o próprio espaço público possa também ser divergente através das diversas opiniões das pessoas que, geralmente não são de um consenso acordo. Há aqui, na verdade, a obrigação de que são pessoas diferentes mesmo que elas estejam no mesmo grupo, mas as ideias apresentadas são constantemente diferentes, a partir de um grau de raciocínio, daí o que Arendt (2001:211) fala que “o pensamento difere da cognição”. Por outro lado, muitas vezes o próprio pensamento também não alcança um resultado de acordo com o que se propôs ou se espera pelo grupo, devido a essa diversidade de confrontos de pensamentos.

No entanto, com o progresso dos meios de comunicação, entende-se a partir do que muitos autores tentam escrever sobre uma educação para a sociedade. Porém, uma obra publicada num ambiente que facilita o acesso pelo público lusófono é da autora Maria Manuela Novais Santos, denominada “*Educação para os Media no contexto educativo*”. Nesta obra, é possível encontrarmos a responsabilidade que os *media* devem tomar em relação à sociedade. Mas, antes de uma informação ou no que os *media* publicam para a sociedade, segundo a autora, é também necessário que os próprios *media* possuam uma capacidade de educação. Ou seja, seria então, neste paradigma, não só os *media* educam com a responsabilidade a sociedade, mas também a partir dos vários ditames sociais, os próprios *media* tivessem também uma educação própria e responsável para mediar o público a partir das suas informações.

Assim sendo, segundo Santos, em maio de 1993, o Conselho da Europa promoveu o 59º Seminário para professores, em Donaueschingen, na Alemanha, que abordou a

educação para os *media*, e, como se lê no Relatório, verificou que existia,

“[...] uma notável unidade quanto ao sentido a dar à educação para os *media* nas sociedades europeias. O que está em jogo não são só os aspetos educativos, sociais, culturais, mas sobretudo democráticos. Definir a educação para os *media* não é tarefa fácil [...]. Todavia, o conjunto dos participantes entendeu-se espontaneamente quanto ao fato de que a educação para os *media* consiste em fazer perceber o mais exatamente possível pelos jovens o que são os *media*, como elaboram as suas mensagens, e como estas são recebidas [...].

A unidade surgiu também no que se refere à originalidade dos conteúdos desta educação, visto que estão presentes em permanência no ambiente imediato dos alunos e que estes consomem livremente e com prazer todas as circunstâncias da sua existência [...].

Daqui decorre certa originalidade da estratégia pedagógica. A educação para os *media* constitui o único caso no domínio do ensino em que os conteúdos partem da realidade do aluno para princípios mais teóricos. Introduzindo na escola o ambiente cultural dos jovens há que repensar o ato educativo [...].

Integrando as línguas dos *media* e partindo de uma motivação forte, os educadores para os *media* poderão propor novas formas de alfabetização. Não convém que a educação para os *media* seja considerada como mais uma disciplina. Trata-se antes de a reconhecer como elementos das aprendizagens de base”. (Santos, 2003:40).

Com este processo de educação dos *media* no espaço público, como já acontece em muitos países da Europa, é crucial o desenvolvimento do espaço público para a solidificação da esfera pública e de uma democracia em todos os seus estágios como democracia representativa, liberal, participativa. “A proliferação de *self media* e o acesso fácil a canais de informação alternativos dificultam o monopólio da agenda pública pelo menos em situações de crise: o recurso à Internet para desencadear movimentos de opinião alternativos em volta de temas ocultos da agenda colhe muitos exemplos bem atuais. Muitas destas possibilidades, nalguns dos seus usos múltiplos, nem sempre virtuosos, poderão passar pela atribuição de relevância a temas geralmente ocultos, alterando a função de agendamento graças ao impacto produzido junto dos próprios *media* de massa” (Correia, 2006:12).

Desse modo, o espaço público pode ser também compreendido a partir de uma visão kantiana, ao descrever que o “estado é o escopo desenhado pela moralidade delimitando a liberdade de cada um, a fim de permitir que ela se efetue coletivamente”. Coisa supra sensível, assim elucida Kant, pois tal se constitui por uma teia de leis, natureza, *mundus intelligibilis* do qual ele não tem qualquer intuição que lhe permita traçar a sua teoria, mas que escreve pela “fórmula da lei como aquilo que cada um pode realizar por seus atos de liberdade” (Kant, 1986:122).

Portanto, realça-se também quando Kant disserta sobre o que o cidadão pode usufruir perante a liberdade que constitui uma premissa herdada e o que é, assim o é, como algo

praticamente natural, social e religioso. Ou seja, nessa senda, o autor enfatiza que, para isso “cada cidadão se despoja de toda a sua liberdade exterior, deste seu inato, para retomá-la, também de modo integral, conforme está substituindo seu arbítrio selvagem, à beira do abismo do mal, por uma liberdade coletiva, cujos imperativos resultam de sua própria vontade legisladora. Não há aqui conciliação possível, pois se trata dum jogo de tudo ou nada: ou a liberdade individual para seu próprio campo de ação ou se transforme em vontade geral. Do mesmo modo que existe uma única razão, existe, no fundo, uma última vontade” (Kant, 1986:123).

Perante o paradigma de compreensão das questões de liberdade no mundo dos intelectuais e da simples dimensão pelos leigos ou todos os sujeitos num determinado espaço, surgiu a iniciativa de Kant para expor seu posicionamento perante o termo sobre a liberdade.

É nesta perspectiva lógica, que em março de 1789, Kant escreveu uma carta para Jung - Sitilling, explicando que “a liberdade não é limitada pelas leis livres de coerção, isto é, por aquelas a que as pessoas podem dar seu conhecimento, mas unicamente por aquelas leis de coerção sem as quais a associação (*Vereining*) civil não pode ter lugar”. Mais adiante, o autor acrescenta ainda que os cidadãos consentissem com leis despóticas, ainda que optassem pelo medo da liberdade, estas leis não poderiam integrar a constituição, que só deve prescrever as proibições absolutamente necessárias à manutenção do pacto civil (Kant, 1986:122).

Para Kant (1986:123), cada homem, por ser racional, constitui um fim em si, ao mesmo tempo que participa dum reino de fins, enquanto ele próprio se põe como legislador universal a englobar todos os outros homens. Configura uma singularidade que se resolve numa universalidade que o domina. É a partir desse movimento, o qual como movimento da razão está em todos e em cada um, que podemos entender a sujeição dum pelo outro. Como explica Kant; “o homem nasce carecendo dum mestre, vale dizer, alguém capaz de encaminhá-lo para uma razão que ele conquista pouco a pouco”.

A despeito de todos os seres vivos serem capazes de agir segundo representações, somente o homem, como ser racional, age segundo a representação de leis, vale dizer, da vinculação necessária de representações. Ora, para que se obtenha essa necessidade cabe excluir qualquer representação da coisa, cuja contingência macularia para sempre a representação da lei criada num determinado espaço ou ainda aquelas que são de caráter universal (Kant, 1986:144).

Numa teorização kantiana, este processo é discorrido num primeiro passo que é dado

pela análise das categorias do entendimento que, de um lado, a despeito de reportarem objetos, tomam-nos como objeto em geral; de outro, se estão ligadas às coisas, o fazem de tal maneira que só importam a forma espacial e a forma temporal. Este processo de análise consiste numa colocação de categorias que para o autor da obra “Crítica da Razão Pura”, consiste no imperativo categórico, ou seja, “a ação é normalmente válida se se separar de qualquer meta proposta”.

Kant preocupou-se, todavia, em estudar como o modo de existência da objetividade prática estipula um relacionamento *sui generis* da representação e seu conteúdo, que termina por modificar o próprio sentido da determinação e de sua completude (Kant, 1986:144). Por outro lado, a compreensão do próprio espaço público estaria também atrelado na relação de todos os sistemas da sociedade como patilha de ideologias dos cidadãos.

Num contexto angolano, a questão de um espaço público de acordo com a sua originalidade e prática em muitos países, parece-nos ainda, se assim podemos realçar, como sendo embrionário e carregado de roturas em vários níveis e sentidos. Consistem elementos como a falta de uma discussão apropriada para os assuntos relevantes do país em espaços próprios ou autorizados, discussão nos próprios meios de comunicação social, programas de carácter participativo, a liberdade de imprensa, aberturas das pessoas ao debate dos problemas de educação, política e economia sem serem perseguidos. Por outro lado, em muitos casos onde há iniciativas de discussão das temáticas relevantes, os proprietários, às vezes, têm medo do que poderá acontecer posteriormente e/ou em sofrer alguma ameaça ou perseguição por agentes do Estado ou das instituições de segurança do país. Muitas vezes, no próprio ciclo de convivência, os amigos ou colegas são responsáveis em chamar atenção ou colocar o medo nos mais destacados que pensam em discutir a situação que se vive em Angola.

Em muitas universidades do país, ainda é comum para muitos estudantes, professores, trabalhadores e proprietários controlar os discursos dos docentes quando tentam discutir academicamente os assuntos que constam nas dosificações das disciplinas, principalmente que são das áreas de comunicação social, sociologia, política, história, economia e gestão e até em direito. Escutam-se sempre os dizeres que o professor “X” só fala assuntos de política, é possível que ele pertença a um partido da oposição. O mesmo acontece nos meios de comunicação social que seriam os responsáveis de promover a criação e fortalecimento do espaço público em Angola.

Muitos especialistas dotados na matéria dificilmente respondem aos convites de

emissoras de rádios, TV e jornais para participarem em programas de género, principalmente os que ocupam cargos na esfera do governo.

Alguns deles têm participado quando são chamados para interagir como comentadores nos meios de comunicação públicos que são geridos pelo próprio governo. Ou seja, quem participa nesses programas não joga contra o governo, mas sim contra a própria sociedade, ficando sempre como defensor do governo. São os casos mais centrais de Luvualo de Carvalho, Belarmino Van-Dúnem, João Pinto, e tantos outros que, através de comentários nas cadeias de TV do país (Televisão Pública de Angola e TVZimbo), hoje ocupam cargos no Ministério das Relações Exteriores, Assembleia Nacional e de Assessor do presidente para Assuntos Internacionais. Tornou-se praticamente um jogo social das pessoas aderirem a esse “posto”, como comentador, a fim de atingirem cargos na Administração Pública.

Por conseguinte, o espaço público angolano ainda carece de muito estudo e de entrega do público para se estabelecer de forma eficiente, em que as liberdades possam funcionar sem nenhum perigo, assim como o funcionamento da democracia que está plasmada na Constituição da República.

E, se assim o é, no entanto, uma responsabilidade mais assente na dimensão da comunicação social e seus fazedores é buscar esse desiderato complexo para a estrutura comunicacional do país. Enquanto os meios de comunicação social e seus profissionais se mantiverem reféns às obrigações dos líderes do governo, então o atraso das liberdades de expressão, imprensa e comunicação continuará presente, o que complicará também o avanço da democracia ou de um espaço público, embora como disse Barreiros (2012:64), “os *media* tornaram-se onnipresentes”. Embora, o que acontece em Angola, numa observação e atrelada à reflexão da atuação dos *media* e de seus profissionais, no entanto, historicamente podem ser considerados que exercem o poder. Mas estamos cientes de que a partir da percepção de grandes autores do campo da comunicação e da sociologia, este fato não é real. Assim sendo, os *media* ocupam sim parte do poderio do poder, segundo a postulação de Castells (2007:242). O autor considera que os *media* não são a sede do poder, mas exercem uma parte do poder na tomada de decisões do que acontece na sociedade, os próprios contornos ou dificuldades que se registam no campo da comunicação social ou de todo um processo de produção, receção, emissão, audiência da informação produzida pelos *media* e com a diversidade mundial dos grupos económicos que, grosso modo, já começa a tornar-se um fato em nossa realidade angolana.

2.2. A importância do jornalismo no Espaço Público

O jornalismo busca produzir informações para os diferentes públicos de uma determinada sociedade. Esta mesma produção informativa, através do universo dos meios de comunicação social e com o surgimento da Internet, passou a ser um assunto que atinge todas as sociedades desde que haja mecanismos sofisticados e suficientemente eficazes para a sua divulgação e recepção. É, todavia, nesta lógica que também o jornalismo tem uma responsabilidade além daquilo que constitui o seu primado, que é informar as pessoas, deve também fazer com que as pessoas possam participar no espaço público. De modo prático, isto acontece quando as pessoas participam nas discussões sociais do local em que se encontram, a partir de reuniões, encontros, conferências, seminários, campanhas, em programas de TV, rádios, produção de textos em jornais, revistas, e, hodiernamente, com o fluxo das Redes Sociais, através da Internet há, portanto, um alargamento de interação e facilidade de acesso e de produção.

Mas, segundo Bordenave, a participação de todos os autores da sociedade na democracia do futuro depende da adequada utilização da comunicação tanto ao nível dos pequenos grupos como ao nível das massas espalhadas por todo o território do país (Bordenave, 1993:70). Deste modo, a concretização de um espaço público na sociedade passaria também no uso de outras vertentes do jornalismo, principalmente em comunidades carentes onde a comunicação não se faz sentir com muita efervescência na produção de informação ou ainda que os mesmos meios de comunicação do escalão mais alto, isto é, sobretudo os grandes jornais, revistas, rádios e TV ainda não chegaram, ou que podem estar lá mas não produzem as informações da realidade dessas comunidades das periferias das cidades ou em países em via de desenvolvimento, os chamados do terceiro mundo. “O jornalismo comunitário ou jornalismo de cidadão como é denominado em certos países, ocupar-se-ia então deste exercício de produção e divulgação das informações locais. Por isso, como disse, o jornal comunitário é muito mais importante que um órgão de informação; é um instrumento de mobilização. É ele que vai estabelecer a verdadeira comunicação entre os membros da comunidade, o debate de seus problemas e a participação de todos nas soluções a serem dadas” (Callado e Estrada, 1985:8).

Por outro lado, é a partir da comunicação social, principalmente através da habilitação do jornalismo em suas diversas vertentes que os cidadãos podem participar adequadamente nos problemas sociais da comunidade para encontrarem respostas e soluções que proporcionam o bem-estar de todos assim como de uma democracia estável.

Por isso, as exigências da UNESCO no ano de 1970, quando propôs uma luta em favor de uma nova ordem de informação mundial, visavam, entre outras coisas, o fortalecimento da imprensa comunitária. A imprensa neste sentido jogaria um papel muito importante para a divulgação das informações e através do seu papel persuasivo convenceria as pessoas a participarem cada vez mais nos debates, assim como a própria imprensa tem como dever e obrigação de produzir informações mais precisas e de construção do caráter e de identidade. A dupla de autoras do Brasil, Callado e Estrada, na obra “*Como se faz um Jornal Comunitário*”, propõe ainda sobre a responsabilidade de uma imprensa responsável com o público, o seguinte:

“Uma imprensa que ajude a corrigir um pouco a atual situação de distribuição injusta da informação, o quadro de dominação – também no campo da comunicação – um hemisfério norte sobre o hemisfério sul, dos países ricos sobre os países pobres, das regiões rurais, das grandes empresas sobre as iniciativas de pequenos grupos”. (Callado e Estrada, 1985:8).

A determinante produção de informações na sociedade assim como a responsabilidade do jornalismo contribui diretamente no processo de edificação da esfera pública a partir dos diversos debates, a abertura ou consolidação da opinião pública na sociedade. Uma esfera pública mais aberta na qual não se registaria mais a observância de segredos, mas sim de abertura e discussão de toda a problemática emergente na comunidade, nos cafés, bares, igrejas, salões, escolas e universidades. Nesta situação, o jornalismo, através de seus produtores de informação, deve ter a garantia de segurança pelos órgãos do poder e de toda a sociedade.

Assim sendo, os *media* passam a exercer essa função no espaço público em que as pessoas possam em diferentes formas e estágios participarem na discussão dos problemas da economia, política, ambiente, educação e outros que persistem na sociedade. Os *media* são e carregam essa responsabilidade de poder de acordo com o desdobramento da atividade que os responsabiliza. O poder comunicacional que os *media* possuem permite essa ação e desenvoltura social de elevar o grau de participação do público e solucionar os casos mais relevantes do seu espaço público de vivência.

Recorda Barreiros que os *media* são espaços de poder e de exercício de poderes atravessados por dinâmicas sociais, relações de forças e atuações estratégicas de natureza diversa. O autor ao analisar essa situação explica também que os *media* “dispõem de esferas de significativo poder próprio, constrangimentos; por exemplo, os que resultam da necessidade intrínseca de abertura à negociação da atuação pública estrategicamente orientada e da mediação, em público, entre diferentes atores sociais” (Barreiros, 2012:97).

O interesse do público é também fundamental para essa dimensão do jornalismo no espaço público, visto que é uma das formas que se pode registar e que é uma obrigação no jornalismo a categoria do valor-notícia. Luiz Martins da Silva, jornalista e professor do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília, ao escrever o artigo com o título “*Jornalismo e Interesse Público*”, explica que o “jornalismo seria, então, uma espécie de plataforma para a publicação de denúncias, subentendendo-se que qualquer denúncia interessa ao público e que, conseqüentemente, tem de ser publicada, a despeito da condição da denúncia, se ela já veio pronta e o jornalista foi destinatário de uma demanda de investigação por ele atendida”.⁵⁵

Já para Nelson Traquina, na sua excelente obra “*O que é Jornalismo*”, ao desenvolver o item sobre a “*Ordem no Espaço*”, fazendo referência no que é citado por Gaye Tuchman (1973, 1978), explica que as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço estendendo uma rede noticiosa (*new net*) para ‘capturar’ os acontecimentos. Nesta compreensão, no que ele pesquisou, Truchman apresenta três estratégias que as organizações jornalísticas utilizam: 1) A territorialidade geográfica – as empresas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; 2) a especialização organizacional – as empresas estabelecem ‘sentinelas’ em certas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade; 3) a especialização em termos de temas – as empresas autodividem-se em seções que enchem certas ‘rubricas’ do jornal” (Traquina, 2007:107, apud Truchman, 1973, 1978).

Podemos também compreender nesta relação entre o jornalismo e o espaço público, partindo do que é apresentado por Price (1994:24). Nesta postulação, o autor recorre também a citações feitas por Blumer, Mills e Park. Assim, o jornalismo no espaço público é muito importante para a sociedade, e, em relação a isso, Price apresenta dois momentos: no primeiro instante observa-se, segundo ele, o se la conversción activa y el debate. El debate es “público” en sentido de intentar determinar la voluntad común, el intereses individuales. El debate és, asi mismo, abierto, el processo es “público” en el sentido de que a participación abierta, si no totalmente assegurada, es lo que se desea. Es soberano e igualitário; opera independentemente del status económico y social, abriendo camino al mérito de las ideas mas que al poder político. Finalmente, lo debate, se persigue opiniones

⁵⁵Seabra e Sousa (ORG.). Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas (2006:48). Luiz Martins da Silva, além de Jornalista e Pesquisador, também é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É diretor-científico do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.

correctas, debe ilustrarse a través de una publicidade de los asuntos políticos y sus consecuencias (Blumer, 1946; Mills, 1956 e Park, 1904/1972, apud Price, 1994:24).⁵⁶

A importância do jornalismo no Espaço Público pode ser compreendida também a partir de uma percepção do que acontece em países mais desenvolvidos, onde a prática jornalística já ultrapassa os 100 anos de vida ou de existência, com um avanço de debates, investigações na área e de diversidades em termos de quantidade de veículos e de profissionais especializados. Assim sendo, para esta dimensão do espaço público atrelado ao jornalismo, é certo que um dos exemplos que podemos frisar aqui, é o caso das experiências de *Public Journalism* (Jornalismo Público) desenvolvido nos Estados Unidos da América, segundo as explicações de Neveu (2005:127-128). O autor está ciente de que esta prática ainda não é cristalizada em seu território francês, mas busca situar em suas pesquisas o que já é existência nos Estados Unidos, ou seja, isso não demonstra que o jornalismo em França não tenha jogado um papel fundamental para o estágio do Espaço Público, pois como se conhece, na verdade, a França é um dos pilares fundamentais do fortalecimento e evolução do Espaço Público. Todavia, ao falarmos de um jornalismo público, embora sendo um jornalismo desenvolvido nos EUA, em França é praticamente desconhecido, mas algumas experiências realizadas pela imprensa local aproximou-se deste formato⁵⁷. Portanto, ao se fazer análise desse tipo de jornalismo, na nossa concepção, postulamos que ele está mais próximo para o jornalismo Cidadão e ao de desenvolvimento. Neveu disserta este assunto a partir do resumo feito por Arthur Charity (1996), que ele o classifica como sendo um dos defensores deste modelo. Logo, de acordo com Charity, citado por Neveu (2005:127-128), três etapas são aqui apresentadas para a compreensão deste modelo de jornalismo público:

“Trata-se, em primeiro lugar, de identificar um desafio pertinente para o

⁵⁶ Price (1994:24); (Cf. Blumer, 1946, Mills, 1956 e Park, 1904/1972). Em primeiro se a conversação ativa e o debate. O debate é “público” no sentido de tentar determinar a vontade comum, o bem comum, não é simples encontro de interesses individuais. O debate é, assim mesmo, aberto, o processo é “público” em um sentido de que a participação aberta se não está totalmente assegurada, de acordo com o que se deseja. É soberano e igual; opera independentemente do *status* económico das ideias mais que o poder político. Finalmente, no debate, encontram-se as opiniões corretas, deve ilustrar-se através de uma publicidade dos assuntos políticos e as suas consequências.

⁵⁷Neveu (2005). Aquando das legislativas de 1993, o *Ouest-France* tinha publicado, em colaboração com universitários, um questionário destacável, com perguntas abertas sobre problemas que os eleitores desejavam ver debatidos. A devolução de cerca de 9000 respostas, acompanhadas de muitas cartas de leitores do povo, fazia sobressair os temas que mais os inquietavam (desertificação do meio rural, crítica à multiplicação de níveis de administração local) e que foram pouco abordados pela campanha dos partidos (*Ouest-France*, 16 de Fevereiro de 1993).

público e de publicar as informações e dados suscetíveis de o esclarecer. Uma segunda fase visa submeter novamente os dossiês a votos explicando as soluções, custos e implicações com a ajuda de especialistas, de modo a facilitar uma deliberação, a partir da qual a comunidade em causa exprime finalmente uma preferência. Esta visão “cívica” do jornalismo assenta numa variedade de protocolos de investigação e de solicitação da opinião dos cidadãos. Em Massachusetts, o *Cape Cod Times* tomou a iniciativa de convocar reuniões de cidadãos (*Town Meetings*) de modo a tornar as prioridades políticas dos habitantes. O *Columbian Missourian* organizou uma série de grupos de teste com empregadores, pais, alunos e professores, com vista a reunir um conjunto de representações, críticas e sugestões sobre a capacidade do sistema escolar local assegurar a integração profissional. Na Carolina do Norte, o *Charlotte Observer* organizou, durante uma campanha eleitoral, a operação “A vossa voz, o vosso voto” que visava descobrir, através de perguntas, quais as questões fundamentais para os eleitores. A iniciativa fez sobressair desafios muito concretos: fiscalidade, educação, emprego, saúde pública, a partir dos quais os jornalistas interrogaram os candidatos sobre as propostas.” (Neveu, 2005:127-128).

O exemplo acima é considerado como sendo muito importante dentro do espaço público francês, demonstrando assim como o mesmo contribuiu para a construção de uma sociedade desenvolvida com a participação dos seus membros de diferentes esferas sociais e de distintos padrões de vida. Por outro lado, esse posicionamento de participação só é possível a partir da relação entre os diversos elementos da sociedade, mas que os fazedores de jornalismo ou da comunicação social manifestam esse interesse de mediatização da sociedade. Logo, encontramos aqui também o interesse do público ou determinado grupo de cidadãos em participar nas discussões sociais e de toda uma esfera pública coerente contribuindo assim na solução das questões mais relevantes do país ou da comunidade. Como disse Neveu (2005), este contributo do jornalismo, que ele cita como recente, consiste numa renovação do debate social que trouxe também para essa premissa o audiovisual, a multiplicação de programas de debate (*Talk-shows*, participação telefónica). De acordo com o autor, essa mudança assume duas dimensões:

“Um novo espaço de participação dos cidadãos comuns ou de representantes da “sociedade civil”, abertura em direção às questões privadas (sexualidade, modos de vida, saúde pública) e valorização do testemunho no que se refere aos assuntos em debate. A diversidade dos meios de debate e o peso desigual, segundo as estações, dos imperativos da corrida pelas audiências torna inútil qualquer generalização.” (Neveu, 2007:127).

O jornalismo tem a função fundamental, não só, de contribuir na edificação de um debate social entre todos os elementos independentemente da origem ou posicionamento das pessoas, mas também, e, principalmente, de consolidar e auxiliar a população ou cidadão a participar em reuniões de género. Pois, quando as pessoas estão unidas para um mesmo fim, mais fácil se poderá encontrar as soluções para ultrapassar os problemas

registados na mesma região ou comunidade. Nas palavras de Neveu, o jornalismo público “procura fazer surgir uma “agenda pública”, tornar-se intérprete dos cidadãos quando à hierarquia dos problemas e às escolhas das soluções”. No entendimento do autor, o jornalismo público “assenta-se numa visão de procedimentos da democracia, escolha, tornando-se o jornalismo animador descomprometido destas trocas” (idem).

Nesta ordem de ideias, o jornalismo nas suas diferentes etapas e formas de especializações tem contribuindo para a participação do público em debates que são organizados em diversos espaços públicos, assim como pelos próprios meios de comunicação social desde os programas de informação e de entretenimento.

2.3. Conceitos iniciais de jornalismo de cidadania e desenvolvimento

Inicialmente, para desenvolver esta sessão sobre o jornalismo de cidadania e desenvolvimento, vamos recorrer à tipologia do jornalismo comunitário que se assenta muito mais nas informações que são produzidas por cidadãos organizados em grupos ou mesmo em pequenas organizações que defendem a mesma ideologia, que se consubstancia em representar a comunidade ou região. Assim sendo, numa primeira instância deste item, ao falarmos do jornalismo de cidadania, podemos dizer que o mesmo está ligado ao jornalismo que é feito pelos cidadãos como já foi anteriormente explicado. Ou seja, essa tipologia de jornalismo de acordo com as próprias representações dos cidadãos é, na verdade, concebida por eles (cidadãos).

É, em seguida, um modelo de jornalismo que muitas vezes responde à comunidade num contexto de comunicação para informar ao cidadão os problemas locais e/ou quando se regista muitas vezes a ausência da grande imprensa no local onde vive essa população. Geralmente, em muitos países da África, Ásia e América Latina, este modelo está presente não nas grandes cidades, mas em suas periferias como também nas cidades mais distantes em relação aos grandes centros urbanos, as cidades com pouco desenvolvimento social e económico, em que a imprensa pública e privada chega, mas sem fazer menção aprofundada dos maiores problemas destas comunidades ou povos.

Depois de uma pesquisa diacrónica, não encontramos uma data precisa sobre como e onde iniciou o jornalismo comunitário, mas em contextos atuais, podemos atestar, de acordo com algumas postulações, que o mesmo é muito visto no Brasil, embora não muito assinalado como jornalismo cidadão, mas acentuado com o termo de “Jornalismo Comunitário”. Um dos exemplos mais conhecidos no mundo do jornalismo é o “Jornal do

Bairro Maré”, (**Ver Anexo:E**) denominado como o “Cidadão”. O Jornal “O Cidadão” é referência para o mundo, principalmente para as pessoas ou profissionais da comunicação social que pesquisam esse modelo de estudo, embora nem sempre chegue a todas as academias o formato e forma de exercício deste mesmo jornal.⁵⁸ O assunto também encontra o seu espaço em Portugal, em muitas regiões, mas de forma mais desenvolvida em relação ao Brasil, visto que em termos do posicionamento geográfico os dois países estão distanciados devido às situações económicas, culturais, educacionais e até políticas. Ou seja, na América Latina, este caso é muito centrado em países como já dissemos, o Brasil, a Argentina, Colômbia, Venezuela, Peru, Paraguai e Bolívia, onde há um predomínio além do jornalismo comunitário impresso mas também de rádios comunitárias e comerciais⁵⁹, segundo Bordenave (1993: 83-98; Callado e Estrada, 1985: 43-51;⁶⁰ Luz, S/D. :13-44).⁶¹

Perante esta situação, o jornalismo cidadão, produzido em Portugal, está mais direcionado na busca das informações dos assuntos que fazem eco da comunidade local, mas subordinado à discussão temática das melhorias das condições de vida já existentes para atingir melhor qualidade em circunstâncias aos demais países da Europa e dos problemas de igualdade social. Já no Brasil, ao contrário de Portugal, o jornalismo cidadão sob a análise do “Jornal o Cidadão”, a discussão é caracterizada na participação dos problemas de base como a pobreza, o saneamento básico, a violência, a droga, a injustiça, a ausência do Estado na solução de problemas de base, etc., assim como a ausência da imprensa de grande porte na produção dos problemas sociais, por exemplo, no caso do Complexo da Maré, da periferia da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, onde o Jornal Cidadão é produzido e publicado.

Por outro lado, Candumba (2006:20) define que “a comunidade é um local onde

⁵⁸Cf. Candumba (2006: 22) em Jornalismo Comunitário “O Cidadão”: O Jornal do Bairro Maré, Rio de Janeiro, Universidade Veiga de Almeida. O autor apresenta dois conceitos que podem ser fundamentais para a compreensão do Jornalismo Comunitário.

⁵⁹Cf. Dioclécio Luz (Sem ano de publicação e Editora). Rádios Comunitárias: Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo. Na página 93 do presente manual, Luz diz que “o Jornalismo das rádios comunitárias não é imparcial, ele é tendencioso. A diferença é que o radiojornalismo comunitário defende a população, a comunidade. Enquanto as emissoras comerciais abusam, omitindo ou mentindo ao narrar determinado fato, ao contrário, no radiojornalismo comunitário a gente faz a defesa de nossa gente, abusando na quantidade de informação sobre o que estamos vendo.

⁶⁰Callado, Ana Arruda e Estrada, Maria Ignez Duque (1985), Como se Faz um Jornal Comunitário, Petrópolis, RJ, Vozes. Cf. no cap. 4. Como coletar e redigir matérias para um jornal comunitário.

⁶¹Cf. Luz, Dioclécio (Sem data do ano de publicação e Editora). Rádios Comunitárias: Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo.

existem várias agremiações, núcleos, associações de bairros ou de moradores, que buscam em comum um crescimento, a partir de ideias que os unem em busca de um determinado objetivo, seja de que caráter for”. Ou seja, esta denominação é aprofundada por Tavares (2006:2, citado por Candumba, 2006:20) ao dissertar que a “comunidade é o espaço onde as pessoas se encontram dentro da cidade, lugar onde a gente se acha, acha nossas raízes. Viver em comunidade é apostar que é possível viver no encontro, na partilha, ao contrário do que nos remete à globalização, onde cada um vive no seu canto, em solidão”.

O interesse na participação dos casos ou problemas de sociedade pode ser compreendido, como exemplo, que é apontado por Bordenave (1982:7), na obra “*O que é participação*”. Desta feita, o autor salienta que o interesse por participar tem generalidade nos últimos anos, no Brasil e no mundo todo, não resta dúvida”, segundo ele “aqui e acolá surgem associações as mais diversas como amigos de bairro, movimentos ecológicos, associações de moradores, comunidades eclesiais de base e outras”. Ou seja, o autor compara a participação dos cidadãos com a forma de alienação ou mediatização que a própria comunicação propõe aos diferentes públicos consumidores:

“É como se a civilização moderna, com seus enormes complexos industriais e empresariais e com seus meios eletrônicos de comunicação massiva, tivesse levado os homens primeiro a um individualismo massificador e atomizador e, mais tarde, como reação defensiva frente à alienação crescente, os levasse cada vez mais à participação coletiva”. (Bordenave, 1982:7).

Todavia, o conceito de participação como um elemento chave para o desenvolvimento e implementação de um serviço de jornalismo cidadão passa obrigatoriamente pela sujeição obrigação de todos os atores da comunidade estarem engajados aos problemas da mesma comunidade, defendendo os princípios e estatutos nela regulamentados. Como salienta Bordenave, a questão de participação atravessou fronteiras e faz-se sentir em todos os países do mundo como fundamental para as ideologias dos povos. Por outro lado, para a concretização de uma democracia, principalmente nos estados em via de desenvolvimento precisa-se automaticamente da participação, ou seja, “a democracia é um estado de participação” (Bordenave, 1982:9). No entendimento de Bordenave, “o uso frequente da palavra participação também revela a aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controlo do próprio destino”.

Em outra dimensão, o exercício do jornalismo cidadão consiste numa comunicação participativa das comunidades. É nesta linha que Bordenave (1993:84) observa, não só, de forma continental, mas também mundial como as diversas forças de moradores e as associações participam em buscar além de um objetivo comum:

“Na Comunicação Participativa todos os interlocutores exercem livremente seu direito à auto-expressão, como uma função social permanente e inalienável; geram e intercambiam seus próprios temas e mensagens; solidariamente criam conhecimento e saber, e compartilham sentimentos; organizam-se e adquirem poder coletivo; resolvem seus problemas comuns e contribuem para a transformação da estrutura social de modo que ela se torne livre, justa e participativa”. (Bordenave, 1993:84).⁶²

Entende-se também que o jornalismo de cidadão ou jornalismo comunitário é feito de forma alternativa para responder àquilo que não é feito na grande imprensa. Ou seja, de acordo com Juan E. Dias Bordenave, “o termo ‘*Alternativa*’ refere-se à substituição dos meios comerciais e estatais de massa por meios de comunicação horizontal que permitam o acesso, à participação e até mesmo à autogestão dos meios pela população organizada”. Entre esses meios alternativos incluem ainda, de acordo com o autor, a dimensão dos formais não tecnológicos, por assim dizer, de comunicação, como o teatro popular, o comício, os jornais murais, as inscrições nos muros e paredes, as faixas, e qualquer outra modalidade que a imaginação popular possa criar” (Bordenave, 1993: 84).

Por outro lado, o papel do jornalismo cidadão ou ao que muitos autores preferem chamar de jornalismo comunitário abre caminho para a formação de um público com uma visão ideológica diferente e que seus objetivos são encontrados e concretizados a partir da participação na discussão dos problemas sociais. Assim sendo, esta formalidade de discussão e ao mesmo tempo de execução encontra e abre portas para o desenvolvimento das comunidades. Nesta linhagem, é desde já com este jornalismo, neste contexto da globalização, que podemos rebuscar para o enquadramento do jornalismo de desenvolvimento que é a segunda premissa deste item.

Desta feita, o arcabouço de jornalismo de desenvolvimento toma a sua postura como elemento essencial e ao mesmo tempo, por exemplo, como um princípio talvez mais aprofundado em relação ao jornalismo cidadão, embora, em certa medida, como já foi frisado, tenham os mesmos objetivos. Ou seja, como disse Kovach e Rosenstiel (2004: 31), o “jornalismo ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões”. Para Kunczik (2002:131), o termo jornalismo de desenvolvimento apareceu pela primeira vez,

⁶²Bordenave (1993:84) destaca alguns requisitos da Comunicação Participativa: a prática da auto expressão em liberdade; seu caráter de direito e de função permanente (“ter parte” e não apenas “fazer parte” ou “tomar parte”; o espírito solidário em que a participação deve dar-se; o intercâmbio de temas próprios do grupo e a criação conjunta de conhecimento e saber; a aquisição de poder coletivo é possível mediante a organização.

nos meados de 1967, para definir uma visão do jornalismo segundo “a qual a reportagem dos eventos de importância nacional e internacional deveria ser construtiva, no sentido de contribuir positivamente para o desenvolvimento do país em questão”. Um outro aspecto que os autores chamam a atenção na prática do jornalismo de desenvolvimento é a concentração dos jornalistas em produzirem as notícias diárias. O que eles sublinham é que esse modelo de jornalismo especializado se dedica única e simplesmente à produção de notícias ou de informações com temas ao longo prazo. Em contraste a essas premissas, o jornalismo feito pelos países do ocidente não são transferíveis para os países em desenvolvimento, visto que são de economias diferentes e de estágios altamente diversificados entre eles (Kunczik, 2002:131).

Este assunto não é desenvolvido aqui com muita precisão, visto que os itens a seguir vão apresentar melhores situações e desdobramentos sobre o que é o jornalismo de desenvolvimento na sociedade até aos dias de hoje. O que fica claro é que tanto o jornalismo cidadão como o de desenvolvimento são dois tipos de jornalismo que se assentam mais em comunidades dos países em via de desenvolvimento fazendo com que os seus povos possam relatar os seus problemas e possam participar na solução para a melhoria das condições de vida de cada cidadão. Por isso, a insistência de autores como Bordenave (1982), Marti-Barbeiro (2008); Callado e Estradas (1985); Dioclécio Luz e tantos outros que estudam essa dimensão do Jornalismo cidadão e comunitário que podemos classificar como importante para a cristalização de um jornalismo de desenvolvimento em países da América Latina mas também como exemplo para os países de África, assim como todo o fundamento da contribuição da comunicação e da cultura na divulgação das informações.

2.4. O jornalismo de desenvolvimento como fundamento social

O campo do jornalismo encontra sua desenvoltura ao longo do envolvimento dos meios de comunicação social em suas diversas atividades de divulgação das informações e de buscar mecanismos da construção informativa da realidade dos fatos. Este processo de evolução determinou também os diversos tipos de jornalismo ao longo do século XX, o que permitiu o surgimento do Jornalismo de desenvolvimento, que é um dos nossos focos desta sessão. Considera-se essa lógica a partir das investigações iniciais de Nora Quebral, e posteriormente estudos feitos por Kunczik e outros autores. Mas, de forma sintetizada, nossa abordagem centra-se nesses dois autores.

O jornalismo de desenvolvimento “é definido como desdobramento dos meios de comunicação durante certo período em uma área específica a fim de agilizar ou melhorar a execução de um projeto em particular e seu propósito de informar e motivar as pessoas para a área que afeta o projeto” (Kunczik, 2002:133). Além desta definição feita por Michael Kunczik, outros autores que também se dedicaram em estudar essa denominação jornalística atestam que o mesmo é também um instrumento que permite alcançar objetivos políticos específicos, como a modernização ou a edificação de uma nação. Mas, embora esta seja uma linha que o mesmo segue em termos de responsabilidade e de objetivos, ele foge a conversão de ser porta-voz do governo ou de qualquer instituição social, devendo para efeito ser sempre uma prática de investigação e de crítica dos aspetos da sociedade e não só. Entre os vários autores investigadores da área, é possível perceber na abordagem de Sinha (1978, citado por Kunczik, 2002:133), que analisa o jornalismo de desenvolvimento como “um instrumento destinado a motivar e persuadir as pessoas e a produzir uma resposta positiva às ideias de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo espera-se que os jornalistas cultivem o contato com o público em geral para que este possa conhecer e tomar consciência de suas necessidades”.

Ao jogar um papel importante para o desenvolvimento social das nações, e atrelando com a sua origem nas Filipinas, ou seja, tendo em conta a sua divulgação como uma nova forma de se fazer jornalismo, a partir das reflexões da investigadora Nora Quebral em 1967, é notável que muito antes, na segunda década do século XX, as investigações sobre matérias de jornalismo de desenvolvimento já eram feitas pelos jornalistas e repórteres, mas encontravam barreiras nas mesmas investigações o que praticamente na ideia de Lênin o “mesmo no que diz respeito sobre a atividade não avançava e tampouco as suas investigações sobre os abusos políticos na Rússia”⁶³. Numa abordagem também feita por Lênin, já sublinhava através de um artigo publicado no *Pravda* (A Verdade) “que a tarefa principal da imprensa durante o período de transição entre o capitalismo e o socialismo era a da educação das massas, e ela ainda não estava fazendo isso o suficiente.”⁶⁴ Nessa mesma

⁶³Cf. Kunczik (2002:134). No *Pravda* de 20 de setembro de 1918 foi examinado o caráter dos jornais russos, cuja tarefa precípua deveria ser a de descobrir abusos na arena política. Lênin percebeu estes efeitos: dava-se demasiado espaço à agitação política, ligada a velhos temas, e à negociação política, e pouquíssimo espaço era destinado ao estabelecimento da nova vida e às informações com elas relacionadas.

⁶⁴ Idem (2002:118). Artigo publicado em 20 de setembro de 1918. “O jornalismo soviético tem a tarefa de interpretar e transmitir os fatos no contexto social, ou seja, apresentar as leis objetivas do desenvolvimento social, independentemente da vontade popular (materialismo histórico). Noutras palavras, o jornalista deve reconhecer as situações históricas, lutar pelo processo revolucionário e, mais tarde, defender a sociedade remodelada”.

linha de pensamento leniniano, não podemos fugir de que essa prática não tenha atingido os demais países que já tinham a imprensa a funcionar com normalidade. Essa situação pode ser constatada através do seguinte argumento declarado por Lênin em suas abordagens de constatação e de investigação sobre o jornalismo de desenvolvimento, mas a partir da esfera soviética.

“Deve haver menos negociata política intelectualizada. É preciso aproximar-se da vida comum e dar mais atenção à forma com que a massa de proletários e camponeses está edificando algo novo com o seu trabalho diário. Não existe atualmente melhor lema para o jornalismo de desenvolvimento”. (Kunczik, 2002:134).

Por outro lado, a questão do jornalismo de desenvolvimento não está simplesmente caracterizada na feiura das reportagens como acontece em muitas redações dos meios de comunicação social. Deve partir, no entanto, numa premissa de desenvolver os temas de caráter de noticiabilidade num foco mais profundo, onde a investigação seja a característica chave do desdobramento dessas reportagens. Nesta perspectiva, (Aggarwala, apud, Kunczik, 2002:132) ensina que o jornalismo de desenvolvimento deve priorizar transmitir “as notícias de desenvolvimento, a tarefa do jornalista é examinar e informar criticamente sobre a aplicabilidade de um projeto de desenvolvimento às necessidades nacionais e locais, a diferença entre o programa e sua implementação na prática e a diferença entre seu impacto real sobre as pessoas e as declarações dos membros do governo”.

Desta feita, é claro perceber nas pesquisas de Kunczik que os aspetos ou conceitos que marcam o jornalismo de desenvolvimento nele existe um consenso entre os estudiosos ou investigadores do jornalismo de desenvolvimento. Por conseguinte, “o jornalismo que se relaciona com os projetos e os programas lançados em um país economicamente atrasado a fim de oferecer certos níveis mínimos de vida para as pessoas” (Vilanilan, 1979:33, apud, Kunczik, 2002:132), este sim é enaltecido como “Jornalismo de desenvolvimento”, se responder ao consenso de todos os investigadores no assunto.

Nas palavras do próprio Michael Kunczik, o fato de exercer a atividade jornalística num país em via de desenvolvimento não significa que os jornalistas sejam “jornalistas de àqueles cuja atividade responda à demanda da arte de se fazer jornalismo de desenvolvimento a partir da sua essência e obrigações postuladas pelos autores que estudam o assunto. O entendimento deste assunto do jornalismo de desenvolvimento mesmo haja o consenso de boa parte dos autores sobre o assunto, o mesmo ainda é contraditório em países em que a atividade e prática encontram conflito para a sua

edificação. A conceção que se dá ao termo abrangente “comunicação de desenvolvimento”, se amplia para incluir “a disciplina e a prática da comunicação no contexto dos países em via de desenvolvimento” (Rajasundaram, 1981:17, apud, Kunczik, 2002:132).

No entanto, não se pode falar profundamente do jornalismo de desenvolvimento mesmo que recorramos às abordagens de vários autores que investigam o caso se nos detivermos à conceituação da investigadora e criadora do termo de jornalismo de desenvolvimento Nora Quebral. Quebral (1973:25) define, no entanto, a comunicação de desenvolvimento como “a arte e a ciência da comunicação humana aplicadas à rápida transformação de um país de um estado de pobreza a uma condição dinâmica muito de crescimento económico que possibilite maior equidade económica e social e maior realização do potencial humano” (Cf. Kunczik, 2002:132, citado por Candumba (2015:23; 2006:17).

Perante este estágio da comunicação e das suas vertentes de diversas tipologias de jornalismo, é, entretanto, necessário para a implementação desta fase de “jornalismo de desenvolvimento” que toda a comunicação feita esteja direcionada para o desenvolvimento desse país, daí essa conceção de que a comunicação de desenvolvimento seja um baluarte na execução e controlo da atividade comunicativa, ao contrário do simples exercício dos meios de comunicação social na divulgação das informações. Neste âmbito, estamos certos de que a atividade jornalística para atingir este estágio deva primar por uma comunicação eficaz e consciente naqueles que são os problemas da sociedade ou de um país. Kunczik lembra-nos que a aplicação de outras formas de comunicação a partir do teatro, cinema, a narração, a interpessoal constitui assim as outras formas de comunicação que devem fazer parte no mundo da comunicação de desenvolvimento. A sociedade hoje do século XXI, todavia, aumentou cada vez mais o fluxo de comunicação através do surgimento da Internet, que cada dia que passa traz novas maneiras e modelos de comunicação entre os indivíduos e de luta para o bem-estar social.

Em tese, o jornalismo de desenvolvimento apresenta-se como uma nova forma de se fazer jornalismo com o objetivo de dar mais ênfase aos problemas básicos de uma sociedade, comunidade ou região onde se faz sentir ainda a falta de projetos de políticas públicas para a realização estável da população. É, entretanto, ainda à base de discussão desses mesmos problemas em fóruns próprios e através dos desdobramentos dos meios de comunicação e dos jornalistas que abraçam esse modelo de se fazer jornalismo em sociedades modernas e não só. Pois, em sociedades em via de desenvolvimento o problema

está na máquina dos profissionais que trabalham nos meios de comunicação, como eles encaram e conseguem noticiar fatos voltados para a construção estável da vida das populações. Este assunto é também vivenciado mesmo em sociedades modernas, pois em alguns casos a própria atividade não é feita de acordo com as abordagens ou do projeto inicial engendrado por Nora Quebral. Todavia, os jornalistas destas sociedades modernas por questões de linhas editoriais e as exigências dos grupos económicos, principalmente quando boa parte da comunicação está retida pelo sistema político do país, exercem a atividade sem o desdobramento concreto do projeto “Jornalismo de Desenvolvimento”.

Assim sendo, o jornalismo de desenvolvimento só encontra o seu verdadeiro papel quando os jornalistas e os meios de comunicação assumem a sua obrigação de informar de acordo com as normas estabelecidas a partir dos conceitos de jornalismo de desenvolvimento e a entrega responsável de seus profissionais na feitura das informações. Para tal, é essencial que os fazedores de informação ou produção de conteúdo devem obedecer aos três princípios de avaliação designadamente “a Autoridade, produtividade e credibilidade” (Traquina, 2007:116-118).

Esta compreensão pode ser alcançada a partir da própria abordagem do autor americano Michael Kunczik, segundo a qual o jornalismo de desenvolvimento é o jornalismo que trata dos assuntos relevantes da sociedade com o fim de divulgar informações que possam contribuir para o desenvolvimento de um país, principalmente os em via de desenvolvimento e que precisam muito da intervenção do governo em algumas regiões, assim com a divulgação das ações que o próprio governo deixa de realizar, (Kunczik, 2002:144).

Para Marcet (1997:57; apub, Luiz Penez), este por sua parte, afirma que há temas de investigação de carácter mais divulgativo, que podem ajudar a mudar condutas entre os sujeitos da sociedade em vários estágios da vida. Ou seja, essa mudança comportamental deveria proporcionar maior percepção das dificuldades vividas pelas pessoas nas comunidades ou nas periferias das grandes ou pequenas cidades. Deste modo, a intervenção dos órgãos de comunicação social, sobretudo a partir do desempenho do novo formato de um jornalismo especializado, que pode ser o jornalismo de desenvolvimento e o jornalismo cidadão, cultivaria então este fundamento social de construção.

Todavia, como se conhece hoje, ou desde sempre, o jornalismo desde a sua história desempenhou e continua a desempenhar um papel fundamental e crucial para a construção da identidade social das comunidades, onde as pessoas vivem e partilham suas concepções e ideologias como sujeitos pensantes.

2.4.1. As diferentes concepções de jornalismo de desenvolvimento

Ao estudar o campo do jornalismo, mas na vertente de “Jornalismo de desenvolvimento”, Kunczik estabelece três áreas a que pertencem os “Fundamentos Teóricos do Jornalismo de Desenvolvimento”. Os mesmos estudos fazem referência, segundo o autor Kunczik, como pertencentes às primeiras investigações sobre a Comunicação e o Desenvolvimento, dimanada do número especial do *Public Opinion Quarterly* nos anos de 1952 a 1953, na qual o papel do jornalista não apresentou, a princípio, nenhum problema específico. Ou seja, essas investigações tinham como objetivo descobrir se a atividade jornalística daquela década, mas precisamente nos dois anos em que se fez a investigação, se havia elementos novos que deveriam determinar o surgimento de novas formas de caráter específico na maneira dos jornalistas apresentarem os seus temas a partir das reportagens. O que na verdade não aconteceu e o que se observou foi o mesmo sistema de produção de conteúdos.

Por isso, mesmo que as pesquisas não tenham apresentado novos elementos específicos, dez anos depois, surge um primeiro fundamento teórico do jornalismo de desenvolvimento que estava então voltado numa premissa essencial e/ou quase o que é característico hoje nas sociedades desenvolvidas para quem quer iniciar a carreira de jornalista. A esta denominação, que Kunczik (2002:137) apresenta como fundamento, atribuiu-se o nome de “*teoria da modernização*”. Sendo assim, para a total compreensão deste estágio, Kunczik busca o que é espelhado por Lucian Pye (1963), descrevendo que a modernização requereria também a formação de uma profissão jornalística para propiciar uma análise objetiva e imparcial dos processos políticos e sociais. Isso sugeriu que o desenvolvimento das sociedades industrializadas e modernizadas deve ser convergente. Neste contexto, a formação passa a ser como um objetivo primeiro para quem pretende trabalhar na área de jornalismo. A teoria passa a ser uma forma de compreender a própria arena social, cultural, política e económica face aos grandes desafios impregnados pelo surgimento de novas filosofias sociais e da presença da industrialização social. Assim, a falta de formação para responder à demanda da modernização seria possível para seus sujeitos poderem enquadrar-se nas políticas de desenvolvimento, ou seja, por isso, Kunczik (2002:137) retoma em sua abordagem a citação feita por Wilbur Schramm (1964), perante este fenómeno “um país em desenvolvimento não poderia fazer a opção de importar a parte tecnomecânica da cultura do ocidente e esperar que se possa conservar as velhas instituições tradicionais e culturais”. Assim sendo, o próprio Schramm pensava também

que “ os meios de comunicação de massa eram instrumentos que permitiam medir a temperatura social”.

O que nos parece compreender nesta teoria, é que os autores que se empenharam em estudar a vida social a partir dos meios de comunicação, assim como o produto provindo do trabalho deles, consideraram sempre como algo positivo a forma como a própria sociedade crescia em termos de desenvolvimento e que os meios de comunicação teriam que acompanhar este mesmo percurso de forma coletiva. Mas, enquanto o tempo ia passando e o agravante processo do crescimento social e a demanda da indústria e/ou da economia que se processava em ritmo acelerado e inovador, no decorrer das pesquisas, os pesquisadores começaram a perceber que mesmo com todos os artefactos de crescimento da sociedade a partir das modernas formas de vida e de produção de bens materiais, industriais, culturais e intelectuais com o surgimento de novas escolas e universidades, isso não determinava o processo de modernização de toda a sociedade como um conjunto dos seus indivíduos, mas sim a própria modernização era engendrada de forma individual. Ou seja, partindo dessa análise, o objetivo da modernização era de transmitir o que Kunczik (2002:137) chamou de “*vírus da modernização*” e aos tradicionalistas e, dessa maneira, promover a modernização da sociedade em geral. Muitos autores pensaram ainda que com “a criação de indivíduos modernos podia-se alcançar a modernização de toda a sociedade, o que é um enfoque acentuadamente individualista”.

Podemos também perceber que o projeto de modernização, segundo as pesquisas que foram feitas, não fazia menção aos países em desenvolvimento, ou à colocação sociológica o que muitos autores designaram *países do terceiro mundo*. Todavia, a negação de William McGuire,⁶⁵ citado por Kunczik (2002) discorda desta iniciativa de modernização mesmo que seja coerente face ao crescimento das sociedades do mundo desenvolvido nas décadas a seguir depois do término da Segunda Guerra Mundial (1940 a 1945).

Ao falarmos da teoria da dependência, segundo o que é abordado por Kunczik, parece-nos ser uma das características mais complexas deste campo, visto que se enquadra muito nos países em desenvolvimento. Mas, nessa dimensão de compreensão e reflexão sobre o que é defendido por Kunczik, embora não nos apresente um conteúdo por si elaborado, traz-nos elementos fundamentais e importantes de autores que o antecederam. É neste contexto, que nos deparamos com os escritos de muitos autores que dissertam o

⁶⁵Kunczik (2002:137). Artigo influente publicado em 1970 no *Handbook of Social Psychology* fazia referência dessa disparidade de análise que defendia praticamente a modernização dos países a partir dos arcabouços do envolvimento do “Jornalismo de Desenvolvimento”.

assunto, mas ao mesmo tempo fundamental e essencial nas determinações e obrigações do quadro teórico e, no entanto, às vezes, prático para o jornalismo de desenvolvimento como um todo.

Para essa reflexão, segundo Galtung (1971, apud Kunczik, 2002:138-139), quando se adota a teoria da dependência como forma de jornalismo de desenvolvimento a partir dos “modelos profissionais do Ocidente, os jornalistas dos países em desenvolvimento desempenham o papel de cabeças de ponte nos países periféricos para uso das nações centrais, escolhendo as notícias segundo os critérios apropriados a um país industrializado, mas deixando de atender aos requisitos de um país em desenvolvimento”. Ao contrário, em consequência desta situação, “segundo ele, “os jornalistas que pertencem à elite urbana, com orientação ocidental, não divulgariam as informações de suma importância para um país em desenvolvimento”.

Assim sendo, em tese, o jornalismo de desenvolvimento cumpre uma missão objetiva de defender a população de todas as circunstâncias sociais que estejam respaldadas no projeto de desenvolvimento social do homem. É nessa ótica que Kunczik disserta que o “Estado deve ou deverá responsabilizar-se pelos meios de comunicação e proteger os cidadãos contra a agressão cultural, impedindo a absorção da sociedade pelo sistema mundial capitalista”. Por conseguinte, é preciso que os meios de comunicação sejam utilizados de maneira benévola e autoritária para mobilizar as massas, modernizar as sociedades e promover as identidades culturais nacionais. A maneira autoritária que é apresentada aqui, não significa o uso do poder da autoridade política de governos autoritários mediante as suas forças de agressão ao público, mas sim um poder de persuadir os meios de comunicação no cumprimento exitoso da atividade jornalística e comunicacional de esclarecer e informar ao povo o grosso dos projetos do Estado e da sociedade em si como um todo.

Ora, isso está direcionado na máxima filosófica do papel da comunicação social em persuadir o público a partir da sua própria força comunicacional, mas em outra dimensão torna-se como função e papel do Estado determinar e exigir que os meios de comunicação a desempenhar o seu papel fundamental e primordial de fornecer informações de todos os parâmetros e linhas desde o nacional e internacional.

Para tal, é nesta mesma teoria que as análises de Kunczik (2002) se direcionam numa outra dimensão de entendimento e que se assenta adequadamente nos objetivos primários do jornalismo, enfatizando o seguinte:

“A importância do jornalismo de desenvolvimento para o estabelecimento

das identidades nacionais e a promoção da integração nacional, é surpreendente que se tenha passado por cima do problema do colonialismo interno. As ex-colônias com suas fronteiras arbitrárias e o conflito interno que elas podem causar, não raro a promoção da integração nacional significa a destruição das culturas antigas”. (Kunczik, 2002:139).

Para a última teoria desse estágio, está a “teoria dos sistemas”, direcionada à auto-imagem profissional dos jornalistas do Terceiro Mundo, ao mesmo tempo de acordo com as explicações de Kunczik, essa teoria é diferente das teorias de modernização e dependência. Ou seja, é uma teoria que consiste na interação dos meios de comunicação com os outros subsistemas da sociedade como a política, a economia, a religião, etc. portanto, esta teoria difere das demais porque “o “funcionamento” do subsistema da comunicação depende do intercâmbio adequado com os demais” (Kunczik, 2002:140).

Assim sendo, consideramos aqui uma subdivisão de duas classes não homogêneas dentro dos meios de comunicação de massa, segundo a apresentação de Kunczik (2002:140). Para o autor, a primeira classe consiste no potencial de autorização e a oportunidade de participar ativamente, enquanto a segunda é mais passiva e consiste em receptores relativamente impotentes. Para essa noção, Kunczik explica ainda como esta divisão entre classes funciona perante os demais subsistemas de comunicação existentes na sociedade:

“Se o subsistema político já não aceita o sinal do subsistema de comunicação de massa, sua qualidade tenderá a mudar, senão o ambiente exercerá pressão. Por isso, o desempenho do subsistema da comunicação de massa depende de sua relação com o ambiente, dos fatores estruturais do subsistema e do “Clima de Valores” – em outras palavras, do espírito profissional dos jornalistas”. (Kunczik, 2002:140).

Entretanto, Kunczik, ainda em relação aos subsistemas e às classes, reforça que para a obtenção de uma interação efetiva com o ambiente deve haver necessariamente certa relação entre as características internas do subsistema e as expectativas que provêm do ambiente. Segue-se daí, segundo a teoria dos sistemas, que as diferenças entre os ambientes socioculturais produzem diferentes identidades jornalísticas. Os defensores da teoria dos sistemas pensam que é a adaptação ao ambiente que produz os tipos de autoimagem jornalística nos países em desenvolvimento” (Kunczik, 2002:140).

Para Siebert et al (1956, apud Kunczik, 2002:140-141), a essência de sua argumentação era que os meios de comunicação de massa sempre tomaram a forma de características das estruturas sociais e políticas dentro das quais operam. É também a partir deste pensamento depois de passados 28 anos das enumerações das “Quatro Teorias da Imprensa” por Siebert et al, Organ (1982) afirmou que “o jornalismo de desenvolvimento

não é uma “quinta teoria” da imprensa, mas somente uma variante dos tipos autoritários e socialmente responsável” (Cf. Kunczik, 2002:74-79; 3.2; *Quatro teorias da Imprensa*)⁶⁶. Consequentemente a esta parte, as “quatro teorias” apresentadas por Organ, segundo o pensamento de Kunczik, as mesmas teorias não defendem de forma convincente as premissas do jornalismo de desenvolvimento, pois segundo ele, “porque o tipo de responsabilidade pressupõe a liberdade de imprensa e, por outro lado, reside na relação do comportamento responsável dos meios de comunicação de massa com a sociedade”.

Em tese, essa responsabilidade dos meios de comunicação deve ser processada de forma que o jornalismo de desenvolvimento encontre em sua prática um terreno apropriado para desenvolver os seus princípios de informar com verdade e imparcialidade à população buscando assim o desenvolvimento social e económico das sociedades, fazendo com que os países em via de desenvolvimento possam manter novas formas de modernização e feitura das suas ações sociais. Em outras palavras, o jornalismo de desenvolvimento perante esta teorização deve ser enaltecido em conjunto com a participação dos demais sistemas ou subsistemas da sociedade para que em conjunto estabeleçam vias de interação para as discussões dos problemas da comunidade, com a abertura de uma conceção de liberdade de imprensa assente nos princípios de cada Estado e nos princípios universalmente consagrados.

Por outro lado, os subsistemas das sociedades, principalmente em países do terceiro mundo, só poderão ser cristalizados em responder a essa teoria, se a questão da educação for resolvida de forma crescente, pois sem isso dificilmente se concretizará a implementação de forma eficaz dessa mesma teoria, face à desenvoltura dos meios de comunicação que ainda são débeis nas suas atividades de informar e entreter o público, destacando assim a imprensa que em muitos países não encontra um público letrado, assim como a sua expansão não responde a todo o sistema de divisão geográfica do país, casos mais centrais estão nas ex-colónias africanas (Kunczik, 2002:141). Ao contrário, como é frisado ainda por Kunczik, em países modernizados da Europa e Estados Unidos da América ou os chamados industrializados, a imprensa e toda a conjuntura dos meios de

⁶⁶ Kunczik (2002:74-75). As quatro teorias da Imprensa: a) *a teoria da Imprensa* (supõe ser a mais antiga, a teoria autoritária, data do século XVI, surgiu da filosofia estatal do absolutismo. Encomendou-se o reconhecimento da “verdade” a um pequeno grupo de “sábios” que poderia exercer liderança – um enfoque de cima para baixo); b) *teoria Liberal* (chegou ao auge no século XIX. As pessoas eram consideradas seres racionais, capazes de distinguir entre a verdade e a mentira. A imprensa deveria ser, digamos assim, um sócio em busca da verdade, e não só um instrumento do governo); c) *Teoria da responsabilidade social* (foi elaborada na suposição de que as doutrinas da teoria liberal eram, afinal, muito simples) e d) *Teoria do comunismo soviético*.

comunicação social têm jogado um papel importante na modernização, divulgação de informações de caráter fundamental para o desenvolvimento social e serve como ponto de partida para o processo de interação entre os vários sistemas e subsistemas de comunicação entre os indivíduos.

Outra dimensão, em que se apresenta o jornalismo de desenvolvimento, consiste numa abordagem que é determinada pelos novos conceitos da área de jornalismo de desenvolvimento. Isso acontece, porque as diversas pesquisas na área determinaram o aparecimento de novas estruturas e modelos de se enquadrar a atividade jornalística que se assenta então no desenvolvimento dos Estados. Sendo assim, destacam-se os novos conceitos como a desprofissionalização, a variante chinesa do jornalismo de desenvolvimento, o jornalismo de desenvolvimento intelectual. Cada uma dessas características apresenta dimensões diferentes em termos de contextualização. Para tal, o primeiro novo conceito dessa vertente de jornalismo de desenvolvimento que Kunczik (2002, p.143) aponta que reside numa abordagem de Gees Hamelink, em *Autonomia Cultural na Comunicação Global*, 1983, num contexto da discussão do imperialismo, reivindicou uma política de dissipação cultural. Por outro lado, as discussões de Hemelink consistiam também insistentemente na descentralização dos meios de comunicação e na participação da população inteira no sistema, para impedir o controlo ou a manipulação pelos comunicadores profissionais.

Seguindo o pensamento de Hamelik, “o jornalismo de desenvolvimento requer a desprofissionalização completa, pois a descentralização faria com que as pessoas comuns percebessem sua contribuição como serviço público.” Contudo, é nesta senda de pensamento e de reflexão que Kunczik (2002:144) considera confusa a realização desse conceito no seio da classe dos comunicadores ou para toda a sociedade. O autor, em suas análises sobre o que tem pesquisado nesta área, atesta o seguinte aspeto: ou seja, ela paralisaria o país que tentasse isso. O desenvolvimento precisa de um sistema central de controlo, capaz de avaliar e fixar as prioridades para os interesses e necessidades locais e regionais dentro do conjunto.⁶⁷

O segundo novo conceito do jornalismo de desenvolvimento está voltado para a contextualização do jornalismo que acontece em alguns casos nos meios de comunicação da China. Este formato da prática do jornalismo na China também pode ser considerado como um modelo confuso, visto que a China é um entre os países em que a comunicação

⁶⁷Cf. Kunczik (2002:144) ou ainda todo o Cap. 11, da mesma obra entre as páginas 339-391).

sofre muita retaliação e ao mesmo tempo a censura se faz sentir constantemente além dos casos de prisão e de mortes de jornalistas. Mas, nessa lógica, o Partido Comunista da China⁶⁸ tem sabido aproveitar bem essa forma de se fazer jornalismo designado como jornalismo de desenvolvimento. O Partido aproveita-se dessa iniciativa e aplica-a nos meios de comunicação social para passar suas informações, mas também através das críticas que acontecem na sociedade e os meios de comunicação transmitem, fica como exemplo do partido para corrigir a sua forma de gestão e de traçar novos caminhos ou rumos da política já existente. É nesta perspectiva, no entanto, que nos deparamos também com a seguinte citação que Hu Yaobang postulou de acordo com o trecho da parte do discurso publicado no “*Diário do Povo*”:⁶⁹

“O jornalismo do Partido é a voz do Partido, e naturalmente essa voz é a do governo do povo, que é dirigido pelo Partido, e também é a voz das próprias pessoas, pois, é uma espécie de vínculo e ponte que une o Partido com as massas e também um instrumento para transmitir informação entre pessoas, dentro e fora do partido”. (Kunczik, 2002:144).

De acordo com Kunczik, o mesmo jornal é também a voz de todas as forças pessoais que participam no partido comunista, sendo uma unificação entre o pessoal dos “níveis superiores para baixo e dos níveis inferiores para cima”, repartindo assim toda a informação que é transmitida nos meios de comunicação social, principalmente no “*Diário do Povo*”.

Perante o exposto, o jornalismo de desenvolvimento, de acordo com o que defendia Hu, consistia numa exigência de chamada de atenção aos fazedores das informações que os mesmos deveriam comprometer-se em trabalhar temas de grande importância centrados na prosperidade do Estado e do povo. Em outras palavras, ele considerava que os jornalistas devem trabalhar vigorosamente nesta ação de acordo com a própria realidade chinesa, promovendo assim as ações do Partido Comunista com uma perspectiva de ser bem visto pelo povo e pelo mundo. Mesmo com este rigor exigido pelo secretário do partido, Hu Yaobang não poupou sua reflexão perante os outros meios de comunicação de massa que não fazem parte da linhagem do Partido, principalmente as gazetas de má qualidade que surgiram recentemente, mas que o seu exercício de produção e divulgação de informação, como se pode ver no seguinte trecho, ele considerou como não sendo de responsabilidade

⁶⁸Kunczik (2002:144). Em 14 de maio de 1985, Xinhua, o serviço inglês da agência chinesa de notícias, publicou um discurso “Sobre a Natureza do Jornalismo e a Comissão Espiritual”, apresentado em 8 de fevereiro de 1986, numa reunião da secretaria do Comité Central do Partido Chinês, pelo então secretário geral Hu Yaobang (o discurso havia sido publicado um mês antes no *Diário do Povo*).

⁶⁹ Idem. O “*Diário do Povo*” é um jornal da responsabilidade do Partido Comunista da China.

para o desenvolvimento social do país.

“Não devemos permitir que certas pessoas difundam ideias capitalistas feudais, supersticiosas e decadentes a pretexto de tornar os temas mais interessantes e ilustrativos. Por exemplo, um grande número de jornais obscenos tem surgido em muitas cidades durante os últimos tempos. Se os deixássemos sem controlo, eles envenenariam as mentes dos jovens e baixariam o moral dos trabalhadores! [Hu perguntou] *É bom que o jornalismo seja a voz do Partido? É honroso?* Tenho comigo que a resposta deve ser: É muito bom e honroso! Continuamente, nosso Partido e o governo precisam apresentar às pessoas em todo o país, e na realidade ao mundo inteiro, ideias importantes de diferentes maneiras, e para isso é preciso utilizar diferentes canais, incluindo o de delegar a certos departamentos a expressão dessas ideias. Os departamentos de jornalistas são um canal e um departamento indispensável, e mesmo o mais importante. Que grande honra é falar em nome do partido! Somente as pessoas que possuem um discernimento ideológico e político muito alto podem cumprir essa tarefa”. (Kunczik, 2002:145).

A reflexão deste aspeto de jornalismo na China, na qual Kunczik situa como um novo jornalismo nas suas explicações disserta que o mesmo não responde ao interesse público, mas sim aos objetivos do Partido Comunista. Em seguida, passamos para a última versão do novo jornalismo de desenvolvimento que se funda numa discussão anglo-americana da teoria neomarxista que se identifica melhor, segundo Kunczik, sob a designação de “Sociologia Radical”.

Agora, deparamo-nos com “*o Jornalismo de desenvolvimento intelectual*” que constitui, como apresentámos no início dessa sessão, a terceira variante denominada por Kunczik. Ou seja, esse modelo de variante de jornalismo de desenvolvimento baseia-se numa perspetiva de produção e de divulgação das informações a partir de um olhar mais profundo, em que só poderia ser feito se os jornalistas enveredassem uma entrega intelectual durante o trabalho. Nesta panorâmica de olhar e de dissertar este aspeto, Kunczik estabelece e emana-se do pensamento de autores renomados do século XX, buscando assim as postulações de Karl Marx e Friedrich Engels e mais adiante com a percepção ideal de Habermas⁷⁰, ou antes ainda os feitos do livro de Howard e Klare, com o título *The Unknown Dimension* (A dimensão Desconhecida, Nova York, 1972).

Ademais, ou seja, essa teoria da variante de jornalismo de desenvolvimento intelectual encontra seu espaço, se compreendermos o teor apresentado por Habermas sobre a comunicação pragmática em que consiste, todavia a busca de uma discussão em que todos os sujeitos devem participar de formas que todos concordem com o mesmo ideal

⁷⁰ Kunczik (2002:147). Outros dados sobre essa dimensão podem ser conferidos também no “*Journal of Communication*”, verão de 1983, segundo as explicações de Michael Kunczik.

sem a obtenção de uns acima de outros. Assim sendo, também podemos partir da ideia apresentada por Chin Chuan Lee (1984), citado por Kunczik (2002:148) que se refere ao jornalismo de desenvolvimento intelectual como uma forma de “jornalismo alternativo, na qual os jornalistas devem ser uma espécie de classe intelectual não-comprometida socialmente no sentido de Karl Mannheim⁷¹, alheia às convulsões sociais. O meio que se emprega para atingir esse objetivo é o discurso racional. Esses objetivos são a integração política, o desenvolvimento socioeconómico e a identidade cultural. Por meio de seu discurso racional, a classe intelectual dos jornalistas deve fazer uma síntese entre a transição e o modernismo e definir uma oposição prática entre os ideais perseguidos e o que é realmente alcançável. Tarefa difícil! Esses jornalistas de desenvolvimento intelectual possuiriam aparentemente uma autoridade funcional protegida que os liberta do controlo leigo. Sua atividade deve ser não só racional quanto ao propósito, mas também eticamente responsável, já que eles aceitariam a responsabilidade pelas consequências intencionais ou não de seu trabalho e devem comportar-se de acordo com essa postura. O público seria, então, toda a sociedade. O jornalismo de desenvolvimento intelectual seria uma síntese de todos os tipos de jornalismo: o objetivo, o científico, o defensor, o pedagógico e inovador, com a semente vanguardista de ideias”.

2.4.2. Algumas experiências do jornalismo de desenvolvimento nos estados africanos

Uma das experiências chave do jornalismo de desenvolvimento no continente africano aconteceu na década de 1960, quando jornalistas de muitas edições de circulação de países sofriam ainda a problemática de colonização, mas através do pensamento intelectual e da experiência de outros povos, foram obrigados a tomar decisões em mobilizar a população divulgando informações contra o poder da nação colonizadora e também através de críticas sobre a governação. Ou seja, muitos desses ex-jornalistas, como faz referência Candumba (2006:16; 2015:21, citando Kuncizk, 2002:134), tornaram-se e/ou converteram-se em líderes de novos Estados independentes de África.

Assim sendo, para fazer essa descrição de experiência da prática de um jornalismo de desenvolvimento, Kunczik aponta que vários profissionais da área do jornalismo que

⁷¹ Kunczik (2002:148, Cf. Mannheim, 1929). Nesse contexto, haverá unicamente uma percepção incompleta de Karl Mannheim, que distingue entre racionalidade funcional e substancial. Uma funcionalidade ou racionalização que se relaciona com a sociedade em geral pode ser vinculada a uma redução na racionalidade substancial (compreensão dos contextos globais). A modernização e o desenvolvimento também significam que os contextos de vida se tornam cada vez mais complexos.

tiveram o papel fundamental para se chegar até à conquista da independência destes mesmos Estados. A maioria deles foram fundadores e editores dos mesmos jornais. Entre eles, “Kwame Nkrumah, do Gana, fundador e editor do Accra Evening News; Nnandi Azikiwe, da Nigéria, fundador do West African Pilot; Jomo Keyatta, do Quênia, fundador e editor do jornal Kikuyo, que teve influência durante a luta pela independência; e Julius Nyerere, da Tanzânia, editor do Uhuru, o jornal do partido da TANU. Deu-se muita ênfase à importância do jornalismo na formação de identidades nacionais e na superação das estruturas tribais e do individualismo. O jornalismo deveria promover uma coesão nacional” (Kunczik, 2002:134).

Entende-se assim, que esta descrição é colocada por Kunczik numa outra divisão que faz como sendo a que faz parte das duas formas básicas de jornalismo de desenvolvimento. No nosso entender, mesmo que o autor, ao pesquisar essa designação de jornalismo de desenvolvimento que tem origem na Ásia através de Nora Quebral, no entanto, depois de pesquisas nesses quatro países do continente africano, possa atestar que o mesmo quase aconteceu em todos os países africanos que ainda estavam a viver num sistema de colonização, embora as pesquisas de Kunczik não nos expliquem com maior abrangência essa premissa de acordo com a dimensão geográfica do continente africano.

No entanto, analisando esse campo do jornalismo de desenvolvimento, mesmo que Nora Quebral e Michael Kunczik não tragam à tona a extensão de suas pesquisas em boa parte do continente, é possível num campo empírico alargar essa dimensão. Para tal, muitos países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, colonizados por Portugal e que só alcançaram a independência na década de 1975, atesta-se também que o jornalismo de desenvolvimento estava aí presente para responder a essa demanda de tornar os países independentes da opressão do regime de Portugal durante a ocupação. Ou seja, por outro lado, mesmo não sendo uma função diretamente assumida por jornalistas fundadores e editores, cremos nós que toda a sociedade, através de outros intelectuais ou pessoas de classes sociais e estratos da base, desempenha essa função de luta, mas que suas iniciativas eram divulgadas nos pequenos jornais ou exemplares de circulação daquele tempo. Este caso, todavia, pode ser destacado e sentenciado no que aconteceu em Angola, quando grupos de populares entre estudantes, leigos, religiosos, população de base e outros intelectuais, em 1961, invadiram a Cadeia de São Paulo, em Luanda, para libertar os presos políticos que lá se encontravam por reivindicar junto do governo de Salazar o fim da opressão colonial, embora a denominação de jornalismo de desenvolvimento não tivesse encontrado ainda o seu respaldo

internacionalmente nas Filipinas na Universidade de Los Baños. Esta iniciativa serviu como pano de fundo ou uma antevisão de progresso até ao alcance da independência. As matérias foram publicadas em pequenos jornais daquela década em que seus responsáveis eram pessoas formadas em cursos de direito, línguas e letras com destaque para Albano Machado e outros. Este assunto é aprofundado no decorrer deste trabalho com ênfase no que acontece num passado e presente de Angola no ponto a seguir. (Cf. 2.4.3).

Uma segunda forma que é apresentada por Kunczik consiste no jornalismo desenvolvido nos anos 70, no seu início, através da agência DEPTH News que serviu como forma de treinamento para o jornalismo de desenvolvimento. A DEPTH News é uma sigla que representa o tema desenvolvimento, da economia e da população e se concentra na reportagem aprofundada, segundo as explicações Lent (1979, apud Kunczik, 2002:135). Ora, desta formalidade, compreende-se também como é apontado por Kunczik que o “jornalismo de desenvolvimento deverá estar vinculado ao conceito de desenvolvimento segundo a postulação, por exemplo, da Comissão Norte-Sul” (idem).

Deste modo, o desenvolvimento para os países em via de desenvolvimento como se conhece ainda é feito de forma limitada por diversos fatores que contextualizam as mesmas sociedades. O fraco nível de educação de sua população, a falta de políticas inovadoras, o índice de pobreza em boa parte desses países, a problemática de corrupção, a presença de governos autoritários e das guerras desencadeadas formam o lote de preocupações que afligem essa trajetória para o crescimento e desenvolvimento social rumo ao bem-estar das populações.

O desenvolvimento, no entanto, para esses países só pode acontecer com a atuação dos *media*, aplicando, assim, a especialidade da vertente do jornalismo de desenvolvimento o que, embora esteja, praticamente no início do século XXI, deparamo-nos com os mesmos problemas e que o jornalismo de desenvolvimento em muitos casos encontra barreiras a serem ultrapassadas. Perante esta situação, considera-se fundamental a aplicação deste tipo de jornalismo para salvaguardar e responder aos anseios sociais do desenvolvimento. Como disse Kunczik (2002:136), o jornalismo de desenvolvimento deve utilizar “todas as habilidades jornalísticas para relatar de modo interessante e compreensível os processos de desenvolvimento”. Esta responsabilidade encontra também espaço de nexos em Ruellan

(1993, apud, Neveu, 2003:27-28)⁷² refere que “as carreiras do jornalismo em França funcionaram também como meio de promoção ou de reconhecimento social para autodidatas ou jovens de classe média com dificuldades em adaptar-se à lógica escolar”.

Retomando o jornalismo de desenvolvimento nos países que foram colonizados por Portugal, estes tiveram as suas independências em 1974-1975 através de negociações entre os líderes de partidos e representantes de Portugal além da mediação de outros países e organizações internacionais assim como a pressão dos próprios povos que reclamavam as liberdades de estados de serem autónomos de suas nações e identidades culturais. Ou seja, os líderes foram obrigados a formar partidos políticos e de guerrilha; são os casos de Angola, através do Movimento Popular de Libertação de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola, e da União Nacional para a Independência Total de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, através do PAIGC, Moçambique, com a Frente de Libertação de Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O surgimento destas ideologias políticas fizeram com que a parte colonizadora fosse obrigada a ceder espaço e terreno para na verdade, por exemplo, em casos mais práticos de Angola e Moçambique que fizeram recurso além das negociações nacionais e internacionais ao uso de forças militares contra o poder colonial. Mas, como é claro com a força da comunidade internacional, o papel do caráter do jornalismo de desenvolvimento estava assente nesta tarefa de divulgar as informações, não taxativamente com os órgãos de comunicação nacional, mas sim através de uma comunicação internacional mesmo ainda em Portugal, mas também das grandes potências da Europa como França, Espanha, Inglaterra, Holanda que já tinham cedido as independências das colônias que ocupavam.

Atesta-se na verdade, que é com o jornalismo de desenvolvimento exercido no exterior das colônias, todavia, que o mesmo, na verdade, de uma ou outra forma, ainda com limitações, serviu como fundamento para informar e mobilizar muitos jovens desses países que se encontravam a estudar, principalmente, em Portugal, para se mobilizarem na luta contra o colonialismo português assim como para a busca de apoio de organizações para enfrentar o contingente militar e opressivo de Portugal.

Uma outra situação que podemos referenciar nesta conjuntura do jornalismo de desenvolvimento em países de África, embora não sejam todos eles iguais devido aos seus contextos históricos, como é o caso da África branca, países como Argélia que serviu de

⁷²Neveu, Érik, *Sociologia do Jornalismo*, Lisboa, Porto Editora, 2003. Cf. também em: Ruellan, D., *Les “pros” du journalisme. De l’état au statut, la construction d’un espace professionnel*, Presses universitaires de Rennes, Rennes, 1997.

local onde vários militantes e simpatizantes de colônias africanas encontraram refúgio para a mobilização assim como muitos estudaram naqueles países, Egito, o Reino de Marrocos e Tunísia, através da proximidade geográfica com a Europa e quase colonizados numa França com outro ideal, obtiveram suas independências mais rápido em relação aos demais países do continente africano. Por outro lado, os países africanos como já foi adiantado anteriormente atravessavam momentos de colonização e num outro momento foi a falta de uma estrutura de ideologias devido ao fraco desenvolvimento social dos indivíduos nativos nas cidades que ainda não tinham o gozo das suas próprias liberdades tanto as de justiça, de imprensa, de expressão e tantas outras. Em outras palavras, face a este percalço, é claro que a imprensa daquele tempo não estava tampouco ao serviço dos nativos ou população local, mas sim aos elementos da elite.

Em comparação muito diferenciada em tempo e espaço, assim como contextos sociais, económicos e políticos, Neveu (2003:18) ressalta em suas reflexões que em países como os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, registaram também um desenvolvimento, que o autor declara como sendo o mais precoce das cidades que constituía um outro elemento de redução dos custos de distribuição e de ampliação do número de leitores, mas são as incidências desta concentração económica na imprensa. Nesta mesma dimensão, Neveu busca como elemento fundamental o período do surgimento da liberdade de imprensa desses países. Como situa o autor, a liberdade de imprensa nos Estados Unidos da América consolidou-se a partir de 1791, na Grã-Bretanha a partir de 1830, enquanto em França tem a sua presença apenas em 1881, que permitiu a publicação de um jornal como atividade comercial, libertando-a da ameaça de sanções ruinosas⁷³.

Anteriormente, a comunicação nestes países era feita num contexto diferente, não havia ainda comunicação por mensageiros e cartas escritas entre os integrantes que participavam e corroboravam uma mesma ideologia social, cultural e política. Isso serviu como um fator essencial para a formulação emancipadora em busca de liberdade que pressionou de certa forma os representantes dos países colonizadores como os das metrópoles na velha Europa.

Portanto, essas digressões sociais que aconteceram em muitos países e que contribuíram fundamentalmente para a conquista de independências em muitos dos países da África constituem hoje o sistema de continuidade em busca de políticas saudáveis nas

⁷³Cf. Neveu (2003:16-18), *Sociologia do Jornalismo*, Lisboa, Porto Editora. O modelo anglo-americano e utilitarismo, lógica empresarial e profissionalização.

suas implementações. Assim sendo, a comunicação social como um todo devido à sua relevância e credibilidade, é o padrão para auxiliar as sociedades menos desenvolvidas a saírem do caos da pobreza para a melhoria das condições sociais dos homens destas nações.

No entanto, a produção de informações bem construídas e muitas vezes atreladas com as críticas sobre o determinado governo pode ser mais relevante para o desenvolvimento dos países africanos, mas com a garantia das personalidades e participação dos diversos espaços ou estratos sociais das comunidades, em que o cidadão deve participar ativamente nesta construção de ideologias sociais, políticas, económicas, culturais e desportivas, ou seja, é a sociedade como um todo que participa na execução das ideias e projetos.

2.4.3. A atividade e o papel do jornalismo de desenvolvimento em Angola

Para este item sobre o jornalismo de desenvolvimento em Angola, parece-nos uma questão que está centrada na observação e reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação social a despeito das atividades desenvolvidas por eles. Assim sendo, não é seguro alocarmos de imediato para o centro destas atividades do campo da comunicação ou em particular da área do jornalismo. Poderíamos mencionar, todavia, como primeira instância o que vem a ser o jornalismo de desenvolvimento em Angola, se partirmos da base, isto é, do surgimento da referida atividade no período mais conturbado da nossa história a partir de uma compreensão da literatura angolana. Logo, assim pensamos, a princípio, a partir desde já num tempo muito remoto, quando surgiram as primeiras atividades do jornalismo no nosso país. De tal maneira, só podemos conhecer esse período a partir das postulações feitas por Júlio Castro Lopo, um historiador que se dedicou a descrever muitas histórias sobre Angola, cujo foco residia no estudo da História do Jornalismo em Angola, partindo de um olhar sobre a literatura angolana.

O jornalismo em Angola ainda parece estar a nascer se compararmos com os outros países, mesmo que sua atividade seja feita desde o século XIX quando se iniciaram com as primeiras publicações clandestinas e depois seguidas com as regularizadas, segundo as explicações de Carlos Ervedosa na sua obra “Roteiro da Literatura Angolana”. Mas, é com esse idealismo que a atividade jornalística cresceu ainda no século passado mesmo sob um regime colonial que comandava todas as atividades sociais, culturais e económicas do país.

Em outras palavras, é a partir desta iniciação do jornalismo desenvolvido em Luanda sem atingir as demais localidades do país que se transcorreu para as décadas seguintes até

então ao alcance da independência em 1975. Se assim é, todavia, a base para a compreensão do jornalismo de desenvolvimento, então é possível continuarmos com aquilo que é postulado por Lopo (1964; 1965; apub, Ervedosa 2002:23)⁷⁴ que o jornalismo em Angola começou numa publicação denominada *Boletim Oficial*, embora da responsabilidade do governo português, mas já era algo de produção e divulgação local naquele fim do ano de 1845. É com ele também que praticamente se dá o início da Liberdade de Imprensa que já vigorava na Europa, EUA e outros países do mundo, mas que ainda encontrava barreiras em países sob controlo dos países colonizadores e, no entanto, em Angola não era diferente.

Se o termo jornalismo de desenvolvimento tem o seu início na segunda metade do século XX, através de Nora Quebral, é certo que em Angola, esse termo não foi usado ainda naquele século por várias razões: o primeiro é porque o termo só apareceu em 1967 nas Filipinas, pois era ainda desconhecido no mundo inteiro, numa segunda razão está no fato do jornalismo que se fazia não respondia às exigências do jornalismo de desenvolvimento no processamento de informações sobre a opressão dos nativos ou para tirar o país do estado de colonização para um Estado de liberdade, ou seja, o alcance da independência do povo angolano que era submetido à mercê do colonialismo português.

Mas sim de forma limitada em termos de espaço e tempo na primeira década deste século XXI, de acordo com as explicações de João Félix Pedro Candumba, no seu trabalho de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação⁷⁵, como também na sua monografia de fim de curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, Brasil. Pois, se atestarmos essa premissa para os tempos passados, estaríamos a romper diretamente com as ideologias de Quebral, pois o jornalismo de desenvolvimento em Angola surge muito antes do termo “Jornalismo de Desenvolvimento”.

Como se sabe de acordo com a história do jornalismo de desenvolvimento, na perspectiva de Lopo, o mesmo teve início em 1845, ou seja, quando entra em circulação o primeiro jornal denominado “Boletim Oficial”. Se muito antes as pessoas ligadas à elite e a um grupo de intelectuais tinham o acesso às informações do mundo a partir dos jornais e

⁷⁴Carlos, Ervedosa. (1971:132). Cf. Lopo, Júlio Castro, Para a História do Jornalismo em Angola. Op. Cit.; Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua História. Luanda: Edição do Centro de Informações e Turismo de Angola, 1964. Algumas coisas sobre Jornalismo. Luanda; CITA, 1965.

⁷⁵Candumba, João Félix Pedro (2015), O Paradigma do Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola. Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa.

livros publicados em Portugal e outros países da Europa e EUA, ao contrário, os demais sujeitos da classe escravagista como eram considerados e/ou não intelectuais e sem vínculo à elite da metrópole não tinham acesso aos jornais para consumirem as informações.

Mas, com o passo e rigor do tempo e com algumas pressões de jovens e intelectuais determinaram para que o governador Pedro Alexandrino da Cunha decretasse a autorização da publicação que circulou na então província de Angola como descreve Carlos Ervedosa, em *Itinerário da Literatura Angolana*, publicado em Luanda, pela editora O Livro de Angola. Porém, um dos maiores pesquisados sobre o início do jornalismo em Angola, é mesmo Júlio Castro Lopo, embora este em seus estudos sobre o jornalismo angolano destaque a figura do advogado e jornalista Urbano de Castro como um dos maiores pilares na luta contra o colonialismo para o início das atividades na área de jornalismo, o que lhe mereceu várias vezes permanecer noites em cadeias ou como momentos que foi impedido de o jornal ser editado para chegar à rua. (Cf, desenvolvimento deste assunto no capítulo 4).

Alain (1993:139) elucida a partir da obra '*O Choque dos Media*', uma visão do mundo, que pode ser compreendida também no nosso contexto angolano, que “os *media* não encontram, naturalmente, o seu lugar; têm de o inventar e as relações tornam-se fingidas, artificiais e conflituosas com os outros poderes. Em relação a eles, todos os intervenientes da partida jogam falso, o Estado em primeiro lugar e eles próprios reagem em conformidade”. Nesta mesma linha de pensamento, o autor afirma também que os *media* estão mergulhados na sociedade: ela dá-lhes o oxigénio. A partir da abordagem de Alain, sonhar com o papel de responsabilidade social ou a denominação do quarto poder como é chamado no campo da comunicação social, parece numa outra dimensão, segundo ele, “inútil sonhar com um quarto poder harmonioso e estável, num país onde os três primeiros poderes ainda não encontraram o seu equilíbrio, e o Estado e a sociedade civil continuam a dialogar sem órgãos intermediários nem estruturas de representação”.

Por conseguinte, é neste contexto também enquanto continuarmos a viver esta situação, em que o exercício dos funcionários dos meios de comunicação social assim como dos próprios profissionais não consolidarem o desempenho de um jornalismo mais assente nos critérios da própria responsabilidade social do jornalismo, dificilmente mesmo que se registar elementos que demonstrem mudança no campo da comunicação social e toda a sua teia de funcionamento atribuímos aqui o “jornalismo de desenvolvimento”.

O que se observa hoje sobre o jornalismo praticado em Angola, se o mesmo já pode ser denominado como parte de um jornalismo especializado em jornalismo de desenvolvimento, parece-nos ainda longe do nosso olhar, ou seja, seria mais fácil atribuímos o jornalismo de desenvolvimento em Angola no que foi praticado logo no início da atividade no século XIX. Ou seja, se depois da abertura do surgimento das várias publicações tanto de caráter de organizações públicas e privadas, depois da independência, observa-se que, hipoteticamente, o jornalismo na nossa praça decaiu em termos de responsabilidade social e do conteúdo que é produzido.

Deste modo, o jornalismo de desenvolvimento não encontra espaço para a sua atuação ou implementação em Angola por fatores de desconhecimento do termo no ciclo dos meios de comunicação, dos profissionais, e/ou por toda a sociedade. O que se conhece até hoje em Angola, o termo em questão foi introduzido de forma resumida para o conhecimento dos estudantes dos cursos de Comunicação Social, nas habilitações de Jornalismo e Cinema e Televisão do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO), do curso de Comunicação Social, do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Agostinho Neto (UAN), durante a realização do 3º e 4º Colóquios sob o lema “Pensar a Comunicação”, realizados pelos estudantes do 3º ano, nos anos de 2011 e 2012, assim como do curso de Comunicação Social e Imagem, do Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola (ISIA), do Curso de Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Metodista de Angola⁷⁶. Ou seja, só em 2015, o assunto é tomado como temática académica na apresentação de Dissertação de Mestrado, mas contextualizado em Angola⁷⁷.

Por outro lado, o assunto por ser desconhecido pelos fazedores da comunicação social em Angola, faz com que o mesmo não encontre desdobramento para o iluminar deste ainda considerado paradigma do jornalismo. A falta de espaços entre os próprios meios de comunicação social, principalmente os públicos que deveriam desenvolver e criar espaços para esse tratamento, fica cada vez mais difícil para esse enquadramento, mesmo que em alguns programas se possa perceber durante a emissão dos programas, parte de

⁷⁶Cf. Candumba, João Félix Pedro (2015), O Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola, ISCTE-IUL.PT.

⁷⁷ Ide.

informações ou conteúdo que se enquadraria nessa senda de discussão do jornalismo de desenvolvimento. Mas como disse Kunczik (2002), o jornalismo de desenvolvimento tem um pendor crítico e de auxílio às autoridades a encontrar itinerários do desenvolvimento, assim como as reportagens e programação devem estar intrinsecamente direcionadas a partir de investigações sobre os problemas que impedem o avanço para o desenvolvimento. Se a esperança é que os meios de comunicação social dos grupos económicos privados cumpram com esse papel da produção de um jornalismo isento que se assente na responsabilidade social do desenvolvimento do país, percebemos que esse desiderato não é alcançado por questões de proximidade com o Estado, visto que o maior Grupo Económico do país (Media Nova que gere O Jornal O País, Semanário Económico, a Rádio Mais, e a TVZimbo), assim como a maior produtora do país (Semba Comunicações, esta que era responsável pela gerência do Canal 2 da Televisão Pública de Angola)⁷⁸ ambos jogam com o Governo. Estas instituições da área da comunicação social em Angola têm uma dependência total por quanto os líderes são pessoas ligadas ao partido no poder, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ou de generais das Forças Armadas de Angola. No primeiro caso, trata-se do Grupo Media Nova, enquanto no segundo diz respeito aos filhos do ex-presidente da República José Eduardo dos Santos (Tchizé e Coréon Du) que gerem a Produtora Semba Comunicações além do Jornal Gazeta, este que é distribuído de forma gratuita em Luanda como principal mercado de toda a divulgação mediática. Ou seja, o monopólio dos meios de comunicação social está concentrado em Luanda, por um lado pelos meios de comunicação públicos e por outro lado pelos grupos económicos, que estão diretamente ligados ao sistema do Estado, a atividade jornalística é beliscada por conta da falta de responsabilidade de um jornalismo mais profundo e que responda aos anseios do público. Este assunto será retomado nos capítulos 3 e 4 desta investigação com mais dados dos meios de comunicação que compõem a praça angolana.

Sendo assim, o jornalismo desenvolvimento em Angola não encontra um espaço em termos do que é produzido, mas pode-se dizer que uma ou outra reportagem pode sim enquadrar-se neste modelo, mas pelas regras, modelos, paradigmas que a própria denominação apresenta custa fazer um posicionamento sobre essa situação. Ou seja, continuamos simplesmente a centrar como sendo um jornalismo que responda a simples comunicação, já que é divulgado para a sociedade, mas sem nos atermos às suas exigências

⁷⁸ Deixou de gerir depois da tomada de posse do presidente da República João Lourenço.

sociais devido à essa rotura que se regista. Na perceção de Candumba (2015: 22) explica que o jornalismo de desenvolvimento deverá estar vinculado ao conceito de desenvolvimento e não apenas significar a transição da pobreza para a prosperidade material, mas implica também a dignidade humana, segurança, justiça e igualdade. Muitos teóricos da modernidade consideram que “um requisito indispensável para a construção bem-sucedida desse desenvolvimento é a eliminação das desigualdades sociais internas” (Kunczik, 2002:135, apud Candumba, 2015:22). Neste sentido, se o objetivo principal do jornalismo de desenvolvimento segundo Kunczik é a busca do bem-estar social para a população de um determinado país, é claro que a atividade jornalística só poderá atingir a sua essência se primar nas postulações e regras que são analisadas e descritas por Kunczik e Quebral em suas obras ou investigações.

Assim sendo, se elevarmos esse modelo para o nosso contexto, mesmo recuando ao início da feitura do jornalismo local, em tempo da colonização, poderíamos, todavia, dizer que o mesmo se encaminhava a bom ritmo, visto que o pequeno grupo de intelectuais do século XIX se entregaram ao processo que serviu como itinerário para o surgimento das primeiras publicações dos séculos XIX e XX. Ou seja, embora as publicações fossem censuradas, perseguições e detenções de muitos angolanos ou até portugueses que lutavam para a construção da própria identidade angolana, principalmente na descolonização de Angola. Essa luta teve seu percurso com a criação de movimentos políticos a partir do século XX.

Mas, mesmo depois no limiar da data da independência em 1975, a situação do próprio país piorou antes da proclamação da independência, pois o desentendimento dos líderes dos três partidos fez com que a guerra tivesse espaço durante quase 30 anos. Este clima beligerante piorou a situação para o desempenho de um jornalismo cabível que deveria dar continuidade a obra inicial de Urbano de Castro e outros. Foi um período de uma censura cristalizada, perseguição, mortes como o caso dos Nacionalistas Nito Alves, Barove, Comandante Bula e outros, assassinados em 1977, pela segurança de estado daquele tempo alegando que o mesmo grupo estava a preparar um golpe de estado ou contra a figura de Agostinho Neto, primeiro presidente angolano que proclamou a independência sozinho em Luanda, no dia 11 de Novembro de 1975, às zero horas, enquanto o acordo era que a independência fosse proclamada na presença de Jonas Malheiro Savimbi (UNITA) e Holden Roberto (FNLA).

Assim sendo, a ausência de um jornalismo eficaz, mesmo que não responda ao modelo de jornalismo de desenvolvimento mas que esteja na obrigação de um jornalismo responsável conduziria, no nosso contexto, ao processo da democracia liberal e determinante, favorecendo assim as melhores condições de vida para a população angolana. Portanto, esta situação pode encontrar lugar confortável se compreendermos a dimensão do exercício do papel dos meios de comunicação, principalmente a partir da habilitação do Jornalismo como fundamental para a compreensão responsável. Desta feita, nas palavras de José Jorge Barreiros, autor da obra *Democracia, Comunicação e Media*, afirma que “a informação e comunicação pública assumem a feição de arena de gestão simbólica de dinâmicas económicas, culturais e políticas, matéria-prima de interesse público de primeira água, por ser vetor estruturante que faz girar todo o funcionamento de uma ordem social e das mediações sociais que instituem e reproduzem” (Barreiros, 2012:126).

A entrega responsável dos jornalistas na produção de matérias que estejam mais próximas da realidade e que satisfaçam os anseios da população, com maior produção em termos de tempo de investigação, casos de corrupção, da falta de liberdade de imprensa, de libertar-se das obrigações dos líderes económicos, a abertura de novos meios de comunicação que não estejam ligados aos membros do governo, daria a garantia de um melhor jornalismo para a construção de uma esfera pública e um espaço público democrático em Angola.

3. O JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA

3.1. Os meios de comunicação e a informação noticiosa

O contexto da comunicação e a informação em Angola, parte de uma observância histórica não tão acentuada como acontece em muitos países, mas sim de uma forma embrionária, devido aos problemas socioeconómicos e o período de colonização, de lutas e do alcance da independência. Podemos situar como sendo um contexto de complexidade, para essa mesma interpretação, devido à fragilidade de conteúdo para o alcance de dados e de informações, visto que pouco se produzia no que diz respeito as informações de uma imprensa.

O referido período é carregado de conturbações políticas, económicas, sociais e até mesmo culturais. Estes e outros assuntos, que ecoavam no ciclo da sociedade angolana, estavam todos na complexidade de se poder fazer uma comunicação que atingisse os interesses do povo ou que deveria garantir, para os dias de hoje, a facilidade de se conhecer a história da nossa comunicação, assim como em garantir a produção científica a partir do interesse dos investigadores e estudantes da área de comunicação.

O acesso a arquivos, documentos, fontes bibliográficas é cada vez mais precário, ou muitas vezes sem alcance. O pouco que existe, só pode ser encontrado nas obras de Júlio Castro Lopo, considerado por Sebastião Coelho e Carlos Ervedosa como o principal pesquisador ou escritor da comunicação social em Angola. Ou seja, Castro Lopo é o historiador e investigador que no seu tempo, precisamente no século passado (XX) buscou estudar o início, o lumiar e crescimento do campo da comunicação no país. Destacam-se obras deste autor de nacionalidade portuguesa, mas que viveu em Angola no período colonial, livros como *“Para a História do Jornalismo em Angola; Jornalismo de Angola – Subsídio para a sua História; Algumas Coisas Sobre Jornalismo”*. O seu envolvimento em busca de uma estabilidade social, política e económica em Angola é relevante e com bastante destaque, pois se dedicou e colocou-se praticamente como um filho de Angola e não como um estrangeiro, visto que é através da sua postura e envolvimento nos assuntos nacionais desde políticos, estudos sobre a cultura, estudar a história e literatura dos povos de África, sobretudo as colónias portuguesas que é considerado como natural de Angola.

Castro Lopo deixou esse legado tão importante, embora tenha pouca extensão em termos de conteúdo, mas na verdade é a base de sustento para se conhecer o início, o lumiar e crescimento do contexto da comunicação em Angola antes da independência. Podemos situar nesta nossa pesquisa, que Júlio Castro Lopo, na verdade, é o pai da literatura da comunicação, informação, ou seja, dos estudos sobre a Imprensa em Angola. É a partir da sua obra-prima que se pode perceber o envolvimento de grandes nomes da comunicação em Angola, como são os casos de Urbano de Castro e Alfredo Mântua, fundadores do primeiro e importante semanário, “*A Civilização da África Portuguesa*”, de responsabilidade de proprietários angolanos ou ainda chamados de nativos. O mesmo semanário dedicava-se ao tratamento dos interesses administrativos, económicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa, particularmente de Angola e de São Tomé (Ervedosa, 1980:24), e, segundo o autor, em 1856, surgiu também o primeiro periódico denominado como “*A Aurora*”, de cariz literário e recreativo.

Ademais, o “*A Civilização da África Portuguesa*” aparece com um serviço de tipografia próprio, depois de 21 anos do surgimento do primeiro “*Boletim Oficial*”, fundado em 1845, pelo então governador Pedro Alexandre da Cunha. O *Boletim Oficial* desempenhava a função de um jornal, classificado como rudimentar por Carlos Ervedosa, mas tem como cunho o ponto de partida para o desenvolvimento do jornalismo impresso. Este começo, por um lado, só teve lugar porque uma pequena elite europeia começou aos poucos a fixar-se na capital (Ervedosa, 1980: 25). Por outro lado, analisando o conteúdo aqui exposto, recorrendo nas postulações de Ervedosa (1980); Coelho (1999); Lopo (1969; 1965; 1964; 1952) percebe-se que é a partir desses autores que se dá o início da “Liberdade de Imprensa”, de autoria do Marquês de Sá da Bandeira. Em 1845, como vimos, é criada a primeira elite angolense, formada pelo cruzamento do português com a mulher nativa, os denominados “mestiços ou mulatos” (Ervedosa, 1980:24). Todavia, a Liberdade de Imprensa encontra toda a sua supremacia em 1856, através do decreto de Liberdade de Imprensa no Ultramar, de acordo com um dos primeiros editoriais da chamada “*Imprensa Livre*”:

“Quando o vermelho ancião, o ilustre general das batalhas da liberdade, o magnânimo coração do homem popular, cujo peito cobrem as insígnias (aí não há equívocos), da lealdade, dos bons serviços, da bravura, do patriotismo, quando o ilustre Marquês de Sá da Bandeira lavrou no primeiro de Outubro de 1856, o decreto de liberdade de imprensa no Ultramar caiu, nesta hora, aqui no solo de Angola, a semente

do seu progresso: Deus a abençoe e fecunde! Germinou”. (Ervedosa, 1980:26).⁷⁹

Este artigo tinha como função elogiar a figura de Marquês de Sá da Bandeira, mas também como da chegada de uma liberdade para os angolanos poderem criar seus semanários onde deveriam publicar seus produtos de comunicação, a informação ou notícia, assim como uma conquista alcançada para o país, visto que muito se esperava sobre isso. Acreditamos que, é com essas iniciativas que as pessoas começaram a ter acesso às diferentes informações, uma visão do país e do mundo sobre o que acontecia. Por conseguinte, serviu também como muleta para o percurso de outras lutas, como a do início da luta armada em 1961, assim como da revolta da baixa de Cassanje e do povo dos Dembos contra o colonialismo português.

O que se pode perceber, nessa ótica do jornalismo impresso daquele tempo, assim como o papel do semanário ‘*A Civilização da África Portuguesa*’, é a sua responsabilidade de destaque através da publicação de artigos, talvez tenha sido como o principal gênero jornalístico desenvolvido pelo jornal, que o governo da província estava preocupado com o jornal. O jornal tinha como responsabilidade, de acordo com o que nos é apresentado por Ervedosa, “como defensor dos interesses económicos e administrativos da Província, batendo-se igualmente pela abolição completa da escravatura e contra as prepotências de governantes” (Ervedosa, 1980:28). Esta forma de atuação severa e muito forte das críticas contra a escravatura que se fazia sentir no país, e da opressão como a falta de outras liberdades e da independência, o jornal era censurado, principalmente com o fechamento registado em 1869, de acordo com o extrato que segue do governador-geral:

“(...) julgo do meu dever prevenir a V. Ex.^a que vendo A Civilização continua a publicar artigos subversivos da ordem pública, terei de mandar fechar a imprensa e suspender a publicação daquele periódico. O sossego público não pode nem deve estar à mercê de uma folha facciosa e turbulenta redigida por três aventureiros sem precedentes a que ninguém dá importância e que, causa alguma possuindo de seu, têm tudo a ganhar e nada a perder com quaisquer consequências a que deem causa os seus impensados, impertinentes e deslocados artigos”. (Ervedosa, 1980:28).

Assim sendo, é nessa dimensão do campo de comunicação, com o surgimento de outros semanários e jornais da época que se pode compreender de forma resumida, mas muito importante e eficaz, a essência do campo da comunicação em Angola antes da

⁷⁹C.f. Ervedosa (1980:26-40).

independência. Um campo unicamente ainda dominado pelo jornalismo impresso, visto que os outros meios de comunicação social ainda não faziam parte no mundo da comunicação, tanto o Cinema, a Rádio, a Televisão e, conseqüentemente com o surgimento da Internet. Embora seja com este campo que se dão iniciativas de estudos de pesquisas que catapultaram o surgimento do cinema, da Rádio e da Televisão, posteriormente da Internet.

Por um lado, a conjuntura de grosso de semanários e jornais é que se incumbia da responsabilidade de produzir as informações e notícias sobre o que era eco no solo angolano. As notícias, como vimos pelo historial desde o seu surgimento como jornalismo impresso, eram informações administrativas relativas às ações sociais, económicas, da literatura, do comércio, do governo português, da cultura e da Igreja Católica e mais tarde a Metodista e Protestante. Podemos também dizer, mesmo que o jornal tinha como premissa destacar em suas publicações os aspetos da sociedade angolana e de São Tomé, é claro que enfrentava problemas perante as autoridades de Portugal daquele tempo. Valeu o esforço de António Urbano Monteiro de Castro, que como frisa Lopo, citado por Ervedosa, ele era “um autêntico jornalista vigoroso e de observação aguda e, ao mesmo tempo, verdadeiro artista da prosa, fazendo literatura sem prejuízo do jornalismo noticioso e doutrinário e com vantagem cultural sobre quantos fizeram jornalismo em Angola” (Ervedosa, 1980:28).⁸⁰ Assim sendo, o semanário *A Civilização da África Portuguesa* não teve muito tempo de vida, pois seus fundadores faleceram no fim do século XIX, precisamente, Urbano de Castro em 1893, enquanto Alfredo Júlio Cortez Mântua morre em 1895, vítima dum acidente com arma de fogo na Barra do Dande.

Por outro lado, a comunicação social no seu papel de responsabilidade social já desempenhava papel muito importante, como a obrigação de se fazer uma literatura própria nacional feita pelos próprios filhos da terra, assim como a obrigatoriedade e empenho de todos os intelectuais sem precisar as áreas de atuação dos mesmos. Ou seja, os jornalistas daquele tempo lutavam de todas as formas de redigirem informações e notícias de carácter nacional e que tinham foco a problemática social do país. Houve, na verdade o surgimento de outros jornais que fizeram valer a supremacia angolana, com a entrega de homens nacionais e estrangeiros de boa-fé que se dedicaram na luta contra o imperialismo. Um dos nomes que podemos encontrar no livro de Carlos Ervedosa, mas fazendo menção sobre o

⁸⁰Ervedosa, Carlos (1980). Itinerário da Literatura Angolana. Luanda, O Livro de Angola.

que é postulado por Júlio Castro Lopo, que menciona em seu livro o Dr. Alfredo Trony, que fundou e dirigiu o '*Jornal de Loanda*' e '*Mukuarimi*'⁸¹, embora europeu fosse um homem que se empenhou no combate contra a escravatura. De acordo com o Ervedosa, Alfredo Trony foi o autor da lei que declarou definitivamente extinto o estado de escravidão, foi por estes títulos e pelos do seu amor e interesse pelas coisas angolanas, eleito deputado por Angola. Mas, aqui também se destacam nomes de jornalistas angolanos como "Arantes Braga, José de Fontes Pereira, Mattoso da Câmara, Sales Almeida, Sousa Machado, João António de Magalhães, Pedro Félix Machado, João de Pinho, Cordeiro da Matta, Mamede de Sant'Ana e Palmira, etc" (Ervedosa, 1980:33).

A comunicação social daquele período é compreendida a partir da entrega e produção destes homens, que serviu como ponte de partida para o surgimento de muitos jovens já no século seguinte o XX que fizeram ecoar o jornalismo com notícias mais desenvolvidas, pois vários intelectuais formavam o ciclo angolano, assim como o surgimento dos liceus em Luanda, Benguela e Huambo considerado como os grandes centros, além de Malanje, Bié e Uíge com o auxílio das Igrejas Católica e Metodista que foram criando escolas fora do círculo de Luanda. Isso galvanizou, todavia o surgimento de mais intelectuais que com um pensamento refletivo e inteligente sobre o país, que posteriormente, muitos deles impulsionaram a geração de 1910, 1920 e 1930 que lutaram contra as forças coloniais até a independência do país em 1975.

O início das atividades do jornalismo por um grupo de intelectuais nacionais, a liberdade de imprensa, a busca de uma literatura nacional e feita por nativos, o surgimento de muitos semanários e jornais, o regulamento da lei que declarou definitivamente extinto o estado de escravidão, assim como a dedicação e entrega dos jovens na discussão dos problemas nacionais, fez surgir a "Imprensa Livre", de acordo com a postulação e reflexão de Castro Lopo. Na visão deste autor, este período foi crucial para o desenvolvimento da atividade jornalística assim como da reflexão da própria problemática do país a partir das publicações de informações, da reivindicação do estado de colonização, do debate para o projeto de luta contra o colonialismo face a liberdade total para a independência. Assim, atesta-se sobre a imprensa livre no desfecho do século XIX e início do século XX:

⁸¹ Ervedosa (1980:33). Palavra da língua nacional Kimbundo que significa linguareiro, pessoa que fala muito, falador, maldizente.

“É através desta mas viva Imprensa que uma série de jornalistas angolenses desenvolve as suas aptidões, contribuindo com os seus artigos e as suas polémicas para a vida intelectual de então. Bafejados pelas ideias liberais que sopravam na Europa, foram pertinazes na crítica a tudo quanto ferisse os princípios de justiça, no ataque à corrupção e à venalidade”. (Ervedosa, 1980:32).

Desta feita, além da publicação de artigos polémicos nas tiragens produzidas pelos jornalistas empenhados nas discussões do país, Castro Lopo atesta também que nos jornais era possível encontrar ainda temas de linguística, de história e de etnografia angolana. Mas, mesmo com essa entrega de profissionais dedicados e sobretudo com a responsabilidade da defesa do seu povo que sofria perante o êxodo colonial, não queira dizer que a censura não fazia parte no meio da imprensa livre, pois muitos jornais foram fechados, assim como jornalistas que foram presos naquele período.

Assim sendo, como afirma Bordenave, “a censura quer oficial e explícita, espontânea ou implícita, aquela que os cidadãos mesmo se aplicam a si próprios por medo, é frequentemente nos regimes ditatoriais, como meio de cooptação linguística”. (Bordenave, 1982:84). Assim sendo, é possível ainda perceber que quando Bordenave, autor do livro ‘O que é Comunicação?’, foi convidado a fazer uma conferência num país de governo autoritário, indicou como tema de sua palestra “*O papel dos meios de comunicação na construção de uma sociedade democrática*”. Quando a instituição patrocinadora publicou o anúncio do evento, o título da palestra era o seguinte: “*O papel dos meios de comunicação na sociedade moderna*” (Bordenave, 1982:84).

Por conseguinte, o amadurecimento do profissionalismo para o jornalismo na última década do século XIX, abre portas para as primeiras décadas do século XX com o envolvimento de pessoas mais intelectualizadas e, todavia, enaltece-se assim o início da feitura produtiva de um jornalismo mais sério e profissional, ou seja, feito de acordo com as regras jornalísticas. Um dos primeiros jornais que traz essa apresentação e obrigatoriedade é o *Independente*, como cita Ervedosa.

“O jornalismo do último quartel do século XIX foi particularmente ativo e brilhante, distinguindo-se nele uma plêiade de publicistas, tanto europeus como africanos, debatendo-se com a maior elevação os problemas locais através duma pequena mas livre imprensa que se agitava por cidades e vilas, cujos órgãos, de publicação irregular e vida efêmera, viviam exclusivamente da dedicação e entusiasmo de equipas amadoras”. (Ervedosa, 1980:58).

O novo século é praticamente marcado pela mudança do paradigma ou de um jornalismo encenado ainda por amadores ou também marcado por um empirismo de profissionalismo, mas com uma responsabilidade marcada pelos aspetos da vida social e real do espaço e tempo que o país vivia. É, desta feita, que passada a primeira década, um novo semanário entra em atividade no solo angolano.

“Em 1912, através do semanário ‘*O Independente*’, se davam os primeiros passos a caminho do profissionalismo. Combativo e republicano, ‘*O Independente*’ vibrava com o ardor da juventude dos que nele acreditavam, desde o seu diretor, António Correia de Freitas, aos seus colaboradores mais próximos como Dr. António Simões Raposo e o Dr. António Vieira”. (Ervedosa, 1980:59).

3.2. O papel dos meios de comunicação e o público depois da independência

Depois da independência nacional em 1975, Angola viveu um período conturbado de guerra que os angolanos não esperavam, pois tinha-se a esperança que depois da libertação do jugo colonialismo português, o país viveria a felicidade de uma liberdade de paz eterna. Antes da proclamação da independência houve o desentendimento entre as três principais forças partidárias ou políticas envolvidas na luta contra o colonialismo o que originou um período de guerra entre as forças proclamadas como nacionais, Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA) contra as forças da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Este período de guerra que durou quase três décadas e um número indeterminado de mortes, feridos, viúvas e órfãos desestabilizou o processo de desenvolvimento do país, assim como do arranque de uma imprensa que respondesse os anseios da sociedade e da premissa de responsabilidade social.

Assim sendo, como a imprensa no seu todo ainda não estava cristalizada, visto que era preciso rever primeiro os meios de comunicação usados nos últimos anos antes da independência pelos colonos. Ou seja, para a compreensão desta linhagem sobre a comunicação social em Angola, é preciso discorrermos no pensamento literário de Sebastião Coelho, que na sua obra “*Angola: História e Estórias da Informação*” apresenta-nos uma resenha histórica da Imprensa Angolana. Observa-se que nessa digressão histórica sobre a imprensa em Angola, Coelho recorre aos estudos feitos por Júlio Castro Lopo,

assim como em alguns trechos no que é apresentado por Carlos Ervedosa⁸², com alguns deslizes em termos do título assim como de citações que divergem em termos de páginas. Mas, ao estudarmos os aspetos da comunicação social hoje no país, dificilmente se pode aprofundar uma pesquisa do campo da comunicação em Angola sem recorrermos aos três autores como Castro Lopo, Carlos Ervedosa e Sebastião Coelho, embora outras obras, recentemente publicadas, já se fizessem sentir no país, mas sem um perfil histórico como é retratado por eles. Pode-se encontrar conteúdo publicado neste século em livros direcionados para um universo da comunicação social, como para a Comunicação e Marketing, Comunicação Organizacional, mas sem um cunho científico e de reflexão dos próprios autores.

Mas, desta feita, ao falarmos do papel dos meios de comunicação social e o público depois da independência, observa-se uma comunicação embrionária devido às características socioeconómicas que o país viveu nas décadas de 80 e 90, pois vivia-se ainda um período de guerra o que dificultou o desenvolvimento da área tanto em questões de meios materiais, profissionais ou recursos humanos, estruturas, o alargamento e expansão dos veículos, assim como de uma literatura que ajudaria as pessoas a compreenderem o campo da comunicação social com mais eficácia nos dias de hoje, ou seja, nestas primeiras duas décadas do século XXI.

Os meios deixados pelo colono como a rádio, a Televisão, o Jornal, como designou Coelho (1999:107-117), o processo da comunicação social ou de imprensa angolana denominada a ‘Época da Pós-Independência’ que compreende as fases do Monopólio do Estado, Imprensa Livre, Imprensa Regional e Imprensa Eletrónica. Ou seja, se muitos jornais provenientes do período colonial tinham como missão continuar com a sua atividade de produção de informações, alguns foram obrigados a fechar devido o clima de desentendimento que se passava no país assim como da nova censura⁸³ instalada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que assumiu o poder, com liderança então de António Agostinho Neto. Mas antes da independência, um dos jornais que deveria

⁸²Cf. Ervedosa, Carlos (1980). Itinerário da Literatura Angolana. Luanda, O Livro de Angola. (Na apresentação de Sebastião Coelho o título da obra de Ervedosa aparece com a denominação de: Roteiro da Literatura Angolana, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1980).

⁸³ Cf. Matumona (2002:21). Cancelamento de atividades do Ministério da Informação e a transferência de todo o setor para o DOR-Departamento de Orientação Revolucionária, da dependência direta do MPLA, em fevereiro de 1977.

dar azo e vivacidade ao jornalismo teve que fechar, segundo o que é apresentado por Sebastião Coelho.

“Um dos casos mais comentados foi do jornalista Rui Correia de Freitas, diretor do diário *‘A Província de Angola’*, que tentou implantar em Angola uma independência unilateral à maneira de Ian Smith na ex-Rodésia (Zimbabué). Teve de abandonar precipitadamente Luanda e o seu jornal foi ocupado por elementos do MPLA. Proclamada a independência o jornal e as instalações foram nacionalizadas ‘de fato’. Assim acabou o seu ciclo de vida *‘A Província de Luanda’*. Em seu lugar nasceu, com o mesmo formato e aspeto gráfico, o *‘Jornal de Angola’*, primeiro sob a coordenação de Júlio Guerra e depois tendo como diretor o jornalista Costa Andrade, *‘Ndunduma’*, homem da mais absoluta confiança de Agostinho Neto”. (Coelho, 1999:107).

O monopólio do jornalismo impresso é do Jornal de Angola que durou até à década de 1990, depois dos acordos de Paz de Bicesse quando começam a surgir novos jornais no formato de semanários como os casos da Folha &, Agora e Imparcial-Fax, Comércio Atualidade, Correio da Semana, Jornal dos Desportos, Luanda-7 Dias e Jango, este último editado no Huambo.

Mesmo com estes meios de comunicação social existentes, a cobertura com conteúdos de informação não se fazia sentir com muito rigor profissional e de responsabilidade social, visto que muitos desses semanários começaram a desaparecer no país por questões de faltas de recursos financeiros, assim como do controlo do governo através da censura em muitos semanários. Ou seja, como afirma Coelho acerca do monopólio do Jornal de Angola, o mesmo vai acontecer em termos da radiodifusão e da televisão que eram simplesmente através da Rádio Nacional de Angola, Televisão Pública de Angola e da Agência Nacional de Notícias que o povo tinha acesso às informações sobre o país e o mundo. Um processo turbulento, visto que o país vivia sobre um estado de calamidade marcada ainda pela guerra. Os meios de comunicação social pertencentes ao Estado e, sobretudo as duas primeiras décadas depois da independência, foram responsáveis pelo papel de divulgação de informações que, de certa forma, engendravam-se unicamente informações do governo, ou seja, do partido no poder o MPLA, assim como dos atos do desenrolar das atividades combativas de guerra, desde o número de mortos, feridos, pessoas deslocadas, pontos estratégicos, destruição e ocupação de pontes, indústrias, desertores e os ataques entre ambas as forças envolvidas na guerra, além do número de prisioneiros.

O contributo dos meios de comunicação nessa época teve seu centro na perspectiva social, económica e acentuada politicamente na divulgação das atrocidades que aconteciam no campo de batalha, ou ainda como uma forma para informar a comunidade internacional o envolvimento de forças militares estrangeiras como da África do Sul durante a gerência de Pitter Bota, assim como da ingerência dos EUA, através do ex-presidente Ronald Reagan que, conjuntamente apoiavam a UNITA. Ao contrário disso, a UNITA como já tinha também a sua estação de rádio, a ‘A Rádio Vorgan’, que depois se denominou por “Rádio Despertar”, divulgava também aquilo que se registava nas suas zonas sob jurisdição, assim como do registo do que acontecia nos combates, principalmente os ataques às bases das FAPLA, zonas industriais, aldeias, municípios e posteriormente nas províncias, além de denunciar também para o mundo o apoio que o MPLA recebia da ex-URSS e de Cuba.

Ao contrário destes aspetos apontados, os casos mais sociais da vivência da população como os casos acentuados da falta de água potável, saneamento básico, precariedade na saúde e na educação assim como de habitação não eram prioridades no ciclo dos meios de comunicação, embora como frisamos, depois do surgimento do cessar-fogo ou também denominado período de paz em 1990, há uma nova dinâmica da postura dos meios de comunicação social. Mas, este processo praticamente não demorou, pois em 1992, a guerra reacende novamente, com a UNITA⁸⁴, grosso modo, a recolher-se mais para as matas para remontar suas bases e um forte material bélico para enfrentar agora o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), instalado depois das Eleições de outubro de 1992.

Assim sendo, o papel dos meios de comunicação e o público depois da independência é compreendido a partir destas reflexões. Ou seja, é marcada por um momento de guerra, a falta de espaço para se produzir as notícias, visto que mesmo os meios de comunicação do Estado só faziam coberturas a partir de Luanda, a capital do país, enquanto o interior só a

⁸⁴UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, não aceitou os resultados das Eleições de 1992, alegando Fraude durante a realização das mesmas, embora estava marcada a realização da segunda volta para então eleger o presidente da República, visto que na contagem de votos do pleito eleitoral, nenhum dos candidatos atingiu os 51% de votos para ser eleito como presidente da República na primeira Volta. Ou seja, caso se realizasse a segunda volta como se previa, disputariam os candidatos Jonas Malheiro Savimbi, pelo ciclo partidário da UNITA e José Eduardo Dos Santos, pelo MPLA. Nestas mesmas eleições ainda no regime das Legislativas e Presidenciais, o MPLA saiu com maior representação à Assembleia Nacional, enquanto a UNITA, foi a segunda força, seguida da FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, PRS – Partido de Renovação Social, PDP-ANA – Partido Democrático Popular – Aliança Nacional de Angola e outras forças.

nível das capitais provinciais, mas também com muitas limitações em termos de produção de reportagem. Por outro lado, o grupo dos meios de comunicação privados na sua maioria formados por semanários que foram aparecendo só faziam coberturas em Luanda, visto que não tinham recursos para deslocações fora de Luanda. Na sua maioria, o grupo estava composto por semanários, ao contrário de um grupo formado por rádios como a LAC (Rádio Luanda Antena Comercial), com sede em Luanda, a Rádio Morena, em Benguela e a Rádio 2000, no Lubango e a Rádio Comercial, em Cabinda, mas com um direcionamento da linha editorial dos *media* do Estado. (Cf, desenvolvimento desse assunto no capítulo 4 deste trabalho).

É também neste período de paz que a Rádio Eclésia da responsabilidade da Igreja Católica reabre a sua emissão, mas com um sinal só para Luanda, sem poder estender seus serviços para as demais províncias do país. Fato consumado até aos nossos dias, embora tenha seus correspondentes em algumas capitais das províncias. Começa a fazer um trabalho jornalístico mais inovador e mais próximo do cidadão, porém, mais tarde, sofre alguma censura por parte do Governo. Ou seja, com essa rádio boa parte do público começa a se rever pelo mesmo trabalho feito, principalmente por Padres com formação ou especialidades em comunicação social e jornalismo e um número de jovens repórteres com formação técnica pelo Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL). É nesta fase também que a Rádio Despertar monta seus escritórios de gestão e de emissão no município de Viana, mas vê-se obrigada a não emitir por força maior dos dirigentes do MPLA.

O desencadear da guerra novamente em 1992 trava escrupulosamente a participação ativa e eficaz dos meios de comunicação social, mas o povo alimenta-se sobretudo das informações destes meios de comunicação social existentes. Desta vez, o monopólio agora deixa de ser do Jornal de Angola, passando assumir assim os serviços prestados pela Televisão Pública de Angola (TPA), visto que era a única no país, embora, um pequeno grupo de pessoas, formadas por dirigentes do país e empresários da primeira linha têm direito de acompanhar notícias televisivas do mundo através do sistema de parabólicas.

A cobertura dos meios de comunicação nesta fase dos anos 1990-2002 é insuficiente como sempre, casos já registados na época colonial, pois, a circulação de bens materiais, logísticos e de pessoal não é possível devido ao momento de guerra. Se por um lado era a saída de um período colonial e o país não tinha estruturas de educação para a aprendizagem para o seu povo, por outro lado, mesmo com a independência regista-se a

falta de escolas e profissionais para a educação de ensino e aprendizagem, além da falta de espaços apropriados para essa atividade funcional. O problema de consumo de informações do único jornal que circulava era incipiente por vários motivos, como esclarece Sebastião Coelho.

“Milhões de angolanos não têm condições para ler um jornal simplesmente porque são analfabetos. No momento da Independência de Angola herdou de Portugal mais de 95% de analfabetos. Mas se o analfabetismo não fosse a causa principal, também se apontam outros motivos adversos à leitura de jornais, por exemplo, a distribuição. Dos dez mil exemplares de cada tiragem, menos de mil são remetidos para outras cidades, por via aérea, sem garantia de transporte, pelo que podem chegar ou não ao destino. O preço de cada exemplar, em Luanda, apesar de ínfimo, porque está subsidiado pelo governo, parece não estar ao alcance de muita gente que gostaria de comprar e ler o jornal”. (Coelho, 1999:116).

Mais adiante Coelho afirma também que o funcionamento do Jornal de Angola, sobretudo com a distribuição de exemplares, o mercado de consumo enfrentou dificuldades nas suas atividades funcionais:

“O Jornal de Angola e todas as outras publicações alimentam um pequeno mercado negro da leitura. Entregue ao ardina, cada exemplar chega ao público a valores que duplicam ou triplicam o preço oficial e impresso. As constantes faltas de papel e de peças de máquinas são uma ameaça permanente. Com absoluta falta de meios e instalações velhas e deterioradas e baixos salários, é difícil, ser-se jornalista em Luanda, porque o resto não conta. Não há censura oficial, mas quando alguma coisa não agrada, as coisas complicam-se. Nos últimos tempos surgiu uma imprensa privada sem censura teórica. No país não existe ainda a verdadeira lei de oferta e da procura, porque não existe oferta de nada e nenhum produto necessita de ser publicitado. Nestas circunstâncias, a imprensa livre encontra-se, na realidade atracada à generosidade do orçamento das grandes empresas que administram a sua publicidade conforme as suas conveniências”. (Coelho, 1999:116).

Este processo só mudou com uma nova política no país, depois dos acordos de Paz, celebrados em 2002 entre o partido no poder o MPLA e o movimento do Galo Negro a UNITA. Um processo que trouxe para o país a possibilidade do desenvolvimento, de reconstrução, do aparecimento do primeiro e maior grupo económico na área da comunicação social, o surgimento de outras publicações, rádios, TV, Sites, agências de publicidades e produtoras particulares.

3.3. A programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação

A programação das informações jornalísticas nos meios de comunicação social apresenta-se em dois grupos: no primeiro, estão o Jornal de Angola, Jornal dos Desportos, Jornal de Economia, pertencente às Edições Novembro, a Rádio Nacional de Angola, Rádio Luanda, Rádio 5, Rádio Ngola Xietu,⁸⁵ Rádios Regionais do Dondo, Lobito e Soyo, assim como as Rádios Bailundo, Cacuaco, Cazenga, Quilengues, e Viana, Waku-Kungu, Virei e Camacuio, ambas do Grupo Rádio Nacional de Angola. Seguem-se os serviços de televisão garantidos pela Televisão Pública de Angola com três canais, designadamente, TPA-1, TPA-2 e TPA-Internacional, e por último as informações produzidas pela Agência de Notícias de Angola (ANGOP). A programação que acontece nestes meios de comunicação segue uma linha editorial própria do Governo, ou seja, do partido que está no poder, o MPLA, permitindo divulgar as informações que vão de encontro com a política governamental em vigor. Em segundo lugar, vem o Grupo Media Nova com a composição do agora jornal ‘O País’, o Semanário Económico, a Rádio Mais, a TVZimbo com representações em algumas províncias como Benguela, Huambo e Huíla: o mesmo segue o perfil e critério dos meios de comunicação social do Estado que faz uma produção de notícias que não atropela a filosofia do partido no poder, visto que os proprietários desse grupo são alguns generais das Forças Armadas Angolanas. Nesta mesma linha, encontramos os meios de comunicação privados formados pelos semanários A Capital, Agora, Continente, Folha &, o Novo Jornal, O Expresso, Revistas como Cara, Exame, Angolense, República, Verdade, a Rádio Eclésia, a Rádio Despertar, a Rádio FM, o grupo de rádios como a Comercial, em Cabinda, a Luanda Antena Comercial, a Morena em Benguela, a Rádio 2000 no Lubango-Huíla, Kairós, a Zap TV, Banda TV, Palanca TV, TV Yetu, TV Raiar, as produtoras Orion e Semba Comunicações que formam o mercado comunicacional do país.

Geralmente, a programação nestes meios de comunicação tanto no jornalismo impresso, radiofónico, televisivo e On line é feita de acordo com o critério de cada empresa. Em muitos desses órgãos que apresentamos, principalmente os que fazem parte do aparelho do governo denominados como meios públicos ou estatais não realizam uma programação que se assenta nas normas de produção das informações, ou seja, tudo é feito dentro dos ditames dos dirigentes do partido do MPLA. Assim, a linha editorial segue uma plataforma do governo, desde às informações, o tempo de antena e espaço nos jornais tudo

⁸⁵Cf. Ngola Xietu – palavra do dialeto Kimbundu dos povos do norte de Angola, das províncias de Luanda, Bengo, Cuanza Norte e Malanje, que significa pela tradução “Angola Nossa Terra”.

é manipulado, principalmente aos assuntos de política e os que envolvem situações de governantes que violam alguns princípios nas suas gestões, nomeadamente, violações, desvios de verbas públicas e aquisição de património de forma ilegal.

Citado por João Félix Pedro Candumba⁸⁶, o Deputado da Bancada da UNITA, Alcides Sacala, salientou que a programação dos meios de comunicação em Angola, em termos de produção e critérios de noticiabilidade apresenta duas dimensões: a primeira “assenta na comunicação privada que procura firmar-se com muita dificuldade que tenta entrar e dar alguns passos, mas sem sucesso, porque encontra limitações e dificuldades na sua ação, enquanto a segunda é feita pela imprensa pública nacional que continua excessivamente partidária, atua nos moldes de partido único” (Candumba, 2015: 33-34). Quando se olha para a forma de tratamento que se dá às informações veiculadas nestes meios de comunicação, a análise primária que se faz é da falta de profissionalismo e a segunda recai na violação das leis que estão na Constituição da República e da falta de responsabilidade para com o público em geral. Um assunto que, de forma resumida e embrionária é analisada por alguns sociólogos. Jelson Neto é um jovem sociólogo que tem contribuído em analisar o campo da atuação dos meios de comunicação social na praça de Luanda, principalmente os meios estatais e alguns privados que são de propriedades de membros ou militantes que fazem parte do Partido que governa o país, o MPLA. Formado pela Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, Brasil, o sociólogo fala que “é estranho olhar para a linha editorial destes meios de comunicação afetos a máquina do Estado, onde se percebe que há uma discrepância na produção de conteúdos muito grande” (Cf, Candumba, 2015:34). Jelson Neto, entrevistado por Candumba⁸⁷, ele adianta mais ainda sobre a atuação dos meios de comunicação social em Angola, no que diz respeito à programação dos mesmos. Assim sendo, ele entende que a situação deixa confuso o consumidor de informações:

“Geralmente, a gente vê matérias que seriam capas de jornais em outros países, assuntos a serem tratados como do dia-a-dia, de interesse público e na nossa sociedade onde há todos os dias notícias tão graves e chocantes, que só são retratadas com ênfase por uma parte *dos media* privados, enquanto que os *media* públicos (a estatal) quase não retrata, visto que, muitas das vezes são casos que envolvem individualidades do

⁸⁶Candumba, João Félix Pedro (2015). O Paradigma do Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola, Lisboa, ISCTE-UII.

⁸⁷ Candumba (2015:34).

Governo. Esse procedimento deixa-me estranho como leitor e analista de fenómenos sociais”. (Cf. Candumba, 2015:34).

Por parte da iniciativa privada, mas que mimetiza, o sociólogo aponta também o caminho que pode ser percorrido pelo público para se estabelecer linhas editoriais que respondam os deveres e direitos de liberdade de imprensa dos cidadãos do país. “Acho que é uma questão do público leitor fazer algum pressão e destronamento, porque os *media* públicos têm uma responsabilidade com a sociedade mediante as informações que são absorvidas” (Candumba (2015).

Num último perfil, Jelson Neto “considera que deveria se respeitar os direitos, a privacidade de imagem, regular o que é certo, talvez fosse o melhor caminho”. Ao contrário do que é postulado por Jelson Neto, o advogado Manuel da Conceição, sobre esta situação da programação das informações nos meios de comunicação em Angola, salienta que com o tipo de produção que acontece *nos media* públicos, é por esta razão que as pessoas encontram notícias com eficácia e relevância em jornais privados e emissões das duas rádios privadas. Ou seja, para Conceição, esta situação está mais acentuada numa prevalência visto que “a imprensa privada já conseguiu trazer vários assuntos tais como a intolerância política, as riquezas do país, o racismo nas instituições públicas e privadas, ajudou as instituições de direito a investigar e saber a veracidade dessas informações que em alguns casos ajudou na descoberta de situações que fez com que os órgãos de direito desempenhassem o seu papel de responsabilidade social”. O advogado durante a entrevista defende ainda algumas situações que devem ser observadas no campo da justiça:

“Há casos de injustiça nos tribunais que são levados ao público por denúncias feitas nos *media* que muitas vezes movem a Procuradoria Geral da República como órgão de justiça do aparelho do Estado a averiguar situações que violam os direitos e liberdades estabelecidas na Constituição da República e dar início a determinados processos que a seu tempo são julgados”. (Cf. Candumba, 2015:34).

A programação das informações em muitos meios de comunicação na praça angolana obedece às exigências de linhas editoriais não uniformes, ou seja, tanto em rádios como nas televisões existentes. Deparamos com programas que não enaltecem muita curiosidade e importância, ou seja, o ouvinte e telespetador não se interessam muito a seguir esses programas devido à má distribuição das grelhas de programas assim como, de certo modo, o conteúdo que é produzido neles o que proporciona boa parte do público a assistir a programas de emissoras estrangeiras de TV, principalmente,

brasileiros e portugueses. Já no caso de rádios, há uma preferência em escutar não a programação ao seu todo da rádio, mas em média, a filtração de alguns programas que suscitam a curiosidade e interesse do público como “A Grande Informação da Rádio Mais”, pertencente ao grupo Media Nova, os serviços de informação da Rádio Eclésia, Rádio Despertar, Rádio Luanda, Rádio FM e Rádio 2000, esta última tem um programa de humor denominado de “*Calado Show*”.

Nesta lógica, é possível elencar que a programação nos áudios visuais cumprem aquilo que é o interesse dos proprietários e não de forma a criar uma filosofia que determina uma linha de pensamento para servir de forma responsável o público. Pois, aqui se elege mais o interesse dos proprietários dos meios de comunicação social, os patronos e muitas vezes, os interesses pessoais assim como dos grupos económicos que estão surgindo neste século, principalmente privados que tentam aos poucos se instalar na sociedade. Enquanto os grupos económicos públicos ou estatais cumprem uma filosofia de defender o Estado e o Governo. Ou seja, estes apresentam uma programação muito a favor dos objetivos do Governo primando principalmente em divulgar os projetos do governo mesmo que as informações sejam obsoletas sem um cunho de notícia. O que é transmitido são informações sem um penhor de impacto ou relevante, com repetições exageradas e sem qualidade informativa.

O jornalismo que se pratica hoje na nossa sociedade não está muito voltado para a construção ou desenvolvimento da democracia em Angola, mas como se pode ver a partir da desconexão de programas nos audiovisuais assim como a questão da censura retiram todo o fundamento social do papel do Jornalismo como Quarto Poder. Muitas vezes, o povo não se revê na escuta dos programas de informação que às rádios veiculam, tampouco se assiste à programação das redes de TVs existentes no país, que realizam produção local. Em relação à TV, boa parte do público tem preferência de assistir a novelas ou outros canais estrangeiros que são transmitidos nos sistemas de TV Cabo, Zap TV, DSTV e Banda Larga.

Em alguns casos, os próprios meios públicos realizam um trabalho voltado para a sociedade e, grosso modo, o público fica atento quando há realizações de eventos nacionais como do dia 11 de novembro (data da independência), a realização da peregrinação à Muxima, Nossa Senhora do Monte, São José do Calumbo e outros eventos de natureza provincial ou nacional. Durante a realização das Eleições Gerais em 2017, boa parte do

público eleitor estava de olhos na Televisão Pública de Angola para assistirem ao horário do Tempo de Antena as propostas dos seis partidos políticos que concorreram às Eleições de 23 de agosto de 2017. O mesmo aconteceu simultaneamente com o serviço de rádio através da Rádio Nacional de Angola.

Todavia, é neste estágio ou que podemos também denominar como período em que podemos dizer que os dois meios de comunicação social do audiovisual do Estado contribuíram para o processo exitoso e eficaz da realização do processo da Campanha Eleitoral. Porém, uma outra contradição para esse posicionamento situa-se na negatividade quando o Ministério da Comunicação Social em Angola deixou de exigir a outra classe dos *media* tanto privados como públicos a não transmitir o Tempo de Antena, ficando sobre a responsabilidade da Rádio Nacional de Angola e da Televisão Pública de Angola. Isso, em termos de responsabilidade ou o que tem acontecido em outros países, todos os meios audiovisuais (Rádios e TVs) fazem a transmissão e emissão do tempo de Antena dos partidos políticos envolvidos na Campanha Política. São os casos de Brasil, Portugal, França, Inglaterra, Argentina, Colômbia e outros.

3.4. O jornalismo na construção da democracia participativa

As evidências da prática do jornalismo na construção da democracia participativa podem ser observadas a partir do desdobramento da atividade do jornalismo desde que seja de caráter primordial e positivo de acordo com as premissas da responsabilidade social. Em outra circunstância isso pode ser observado se o jornalismo cumprir com o seu papel de quarto poder como essencial e consolidado nas atividades de produção e de transmissão de conteúdos de informação entre as notícias e do entretenimento. Poderíamos também recorrer, para este feito, às abordagens de Kunczik (2002; Habermas, 1989; Barreiros, 2012 e Niveu, 2005) que dissertam sobre a questão da atividade do jornalismo na participação das sociedades em encontrar mecanismos para que o povo possa ter uma vida estável, por outro lado, em diminuir as desigualdades sociais entre os indivíduos.

Por conseguinte, a divulgação das matérias sociais, culturais, económicas, desportivas e internacionais dentro dos *media* a partir dos critérios de notícia como são propostas por Traquina (2007) e Lage (2002) são fundamentais para o reconhecimento de um jornalismo que esteja a cumprir com as suas obrigações na construção social, apontando os erros sociais ou dos gestores políticos, mas ao mesmo tempo dando azo às

soluções a partir do debate social ou de Opinião Pública como os previstos na esfera pública postulada por Habermas (1989) e Taylor (2010).

Lopes (2000:84) considera que em um processo de comunicação eficaz, todas as partes saem ganhando quando as informações são produzidas dentro de um contexto da realidade. Portanto, a empresa deve preparar-se para proporcionar uma experiência positiva para todos aqueles que a procuram. Construir e consolidar uma imagem positiva junto dos formadores de opinião é um trabalho que pode demandar anos. Ao contrário das ações positivas que os meios de comunicação proporcionam para o público em construir uma certa imagem, já para destruir essa imagem, o processo é a nosso ver muito simples e rápido, ou seja, basta que a empresa peque, em algum momento, pela falta de transparência. E a reconstrução de uma imagem é um trabalho de comunicação mais caro e árduo do que começar tudo de zero. Muitas vezes, os custos deste esforço para a versão de uma imagem negativa podem ser incompatíveis com o orçamento e saúde financeira da empresa. Este tipo de transtorno pode ser evitado se a comunicação for considerada uma ferramenta estratégica para atingir resultados de negócio. O importante é considerar a comunicação como investimento e não uma despesa, algo que, infelizmente, ainda é muito incomum no meio empresarial.

Embora seja tão primordial este papel considerado relevante para a comunicação social, principalmente do jornalismo que tem como a responsabilidade posicionar como elemento mediador na sociedade em fazer chegar ou sentir o que acontece na sociedade, todavia, seu papel só pode ser considerado quando os jornalistas cumprem com as exigências dos seus princípios de forma global. Para Cornu (1998:90), o trabalho do jornalista situa-se no interior da relação entre um meio de comunicação e seu público. A partir do fundo comum oferecido pelas agências de notícias e da matéria-prima oferecida pelo conjunto de outras partes, cada meio de comunicação propõe realidade do momento, adapta à representação do público, tentando responder às suas expectativas supostas e identificadas. Assim sendo, há um elemento muito importante que ocorre para a realização dessa relação que é a linguagem usada pelos jornalistas no processo de transmissão ou emissão de informações para o público. Como frisa Parry (1967:65), “a linguagem é uma invenção humana e se os seus sistemas incluem características que concorrem para uma transmissão defeituosa, a origem deve ser buscada antes da psicologia do que da linguística”. Por outro lado, para o autor, “as palavras não são diabretes com zarabatanas e

dados envenenados, mas instrumentos de pensamento e de expressão, que podem ser bem ou mal usados, de acordo com a percepção de quem os usa.”

Nesta dimensão, Parry (1969:119) enaltece que este processo da linguagem atesta a maneira em que acontece o processo de linguagem nos meios de comunicação, também é o mesmo que ocorre na projeção quando o indivíduo interpreta o comportamento de outro em função das próprias necessidades e impulsos inconscientes, vale ao teste projetivo pôr a uma direção dessas necessidades.

Para Parry (1967:91), a seleção das notícias e sua elaboração são pautadas por um certo número de critérios. Entre os princípios, podem-se distinguir; a originalidade (é aquilo que ainda não aconteceu, embora impressione, surpreenda; é o insólito). A proximidade com os interesses do público, seu contexto de vida, as condições gerais de seu ambiente; a capacidade de tocar o público, em particular no aspeto emocional; enfim, a inteligibilidade, critério mais técnico, que não é menos decisivo nas escolhas das informações (tudo o que é intrinsecamente importante, em campos como economia, ciência, tecnologia, está longe de ser facilmente acessível a todos indistintamente... a começar pelos próprios jornalistas), bem como de seu tratamento (simplificação, vulgarização).

Para Traquina (2007:73), o desenvolvimento das estruturas de uma governação democrática promoveu todo um discurso social em que o papel dos *media* e a responsabilidade dos seus profissionais apontam claramente para o sentido de definir um *ethos* profissional dos novos comunicadores. Com o novo paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não omitir opiniões pessoais. O desenvolvimento desta conceção que é ainda hoje o padrão dominante no campo jornalístico ocidental tem dois momentos históricos cruciais que seria útil recordar. Cabe-nos também referir que o papel ou função do jornalismo está no interesse público como uma forma de como os profissionais da área do jornalismo devem produzir as suas matérias. Para tanto, compreende-se o seguinte nas postulações de Luiz Martins Silva, ao falar de Jornalismo e interesse público:

“O jornalismo, seria, então, uma espécie de plataforma para a publicação de denúncias, subentendendo-se que qualquer denúncia interessa ao público e que, conseqüentemente, tem de ser publicada, a despeito da condição da denúncia, se ela já veio pronta e o jornalista apenas a reportou, ou se o jornalista

foi destinatário de uma demanda de investigação por ele atendida. O jornalismo investigativo atuaria, então, conforme duas modalidades básicas: a) a pauta tendo origem fora da redação; b) a pauta tendo origem dentro da redação”. (Silva, 2006:48).

Ademais, para Erzensberger (1979:147), identicamente a qualquer processo de aprendizagem, também este é recíproco: o especialista terá de aprender tanto ou mais do não especialista, como este daquele. Só assim ganhará sua própria superação. Neste ínterim, seu valor para a sociedade se pode medir mais facilmente pelo grau em que é capaz de aproveitar e amadurecer os fatores emancipadores dos meios de comunicação. As contradições táticas nas quais se verá envolvido, então, não se poderão negar nem ignorar. “Às vezes, parece que a redação do jornal acredita, convictamente, que a realidade se baseia na imagem que fazem dela”. [...] a linguagem (língua) do domínio exercido, em vez de falar a verdade, como caberia a um jornal. (Idem).

Erzensberger (1979:35) disserta que “ a sociedade criou para si uma instituição própria, para desarmar a poesia que lhe seja insuportável e assim, inofensivo”. O autor elucida também que uma grande parte disto a que ele e outros autores chamam de literatura de referência serve para este fim, (...). Em seguida, ressalta que o comentário alcança tiragem maior do que o texto; o conhecimento de comentários reprime e substitui o conhecimento daquilo que deve ser comentado.

Como salienta Pierre Bourdieu, na obra *Sobre Televisão*, ao dissertar sobre a influência do Jornalismo, ele explica que “o objeto, aqui, não é o “poder dos jornalistas” – menos ainda o jornalismo como “quarto poder” -, mas a influência que os mecanismos de um campo jornalístico cada vez mais submetido às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes, exercem, primeiro, sobre os jornalistas (e intelectuais-jornalistas) e, através deles, sobre os diferentes campos de produção cultural, jurídico, campo literário, campo artístico e campo Científico (Bourdieu, 1997:79). Essa postulação do Bourdieu consiste numa versão em que ele examina como a coação estrutural que faz pesar o mesmo campo do jornalismo a partir das próprias denominações do mercado.

O jornalismo estabeleceu uma ligação com a literatura enriquecendo o campo de conhecimento da comunicação como algo de trocas de informações desde a produção de reportagens de vários interesses da sociedade. O autor Edvaldo Pereira Lima tem analisado este campo de interação que se desenvolve a partir da literatura antiga com a imprensa moderna como mecanismo de desenvolvimento nos veículos de informação:

“O jornalismo absorve assim elementos do fazer literário mas, camaleão, transforma-os, dá-lhes um aproveitamento direcionado a outro fim. A literatura está, até então, basicamente interessada na escrita. Mesmo quando representa o real, através da ficção, a factualidade concreta, efetiva – de acontecimentos, personagens e ambientes perfeitamente existentes e nominados, no espaço social verdadeiro – não é, na maioria dos casos, o item primordial. As exceções estariam com os livros de memórias, com as autobiografias, com os relatos de viagens. Mas, grosso modo, não há na literatura contemporânea aos primórdios da imprensa moderna atual a necessidade do *reportar*, completamente fatual. E é esta tarefa, a de sair do real para coletar dados e retratá-los, a missão que o jornalismo exige das formas de expressão que passa a importar da literatura, adaptando-as, transformando-as”. (Lima, 1993:138).

O jornalismo também obedece ao critério de construção da unidade. Para Boas (1996:22), a unidade está constituída pela coerência de ideias estruturadas e organizadas, como um passo para a unidade do texto, razão maior da busca incansável da clareza e perfeição de um texto literário como também em uma reportagem.

3.5. A relação do jornalismo e a política na sociedade angolana

Compreender o cenário da relação do jornalismo e a política na sociedade angolana, parece uma questão fácil se olharmos no conteúdo publicado pelos meios de comunicação social, sobretudo, em tempo de campanha eleitoral ou desde a realização de atividade de carácter político, cultural, social, económico e religioso, que a ideia é de um partido político. O que se constata pode ser taxado como sendo uma boa relação entre os meios de comunicação e a política ou no que se refere ao papel do jornalismo. Ou seja, os meios de comunicação que estão intrinsecamente ligados aos partidos políticos, como é o caso do Jornal de Angola, Rádio Nacional de Angola, Televisão Pública de Angola, Agência de Notícias, Jornal dos Desportos, Jornal Económico ambos controlados pelo governo, assim como em algumas situações, o Grupo Media Nova, embora privado mas com linha editorial mais próxima do governo, faz o seu papel de divulgação de informações sempre com direcionamento ao governo. É aqui onde podemos aferir que numa escala de 100% de divulgação de atividades políticas do MPLA, este tem sempre maior tempo de cobertura ou antena em relação aos demais partidos políticos mesmo em tempo de campanha ou em atividades normais.

O espaço reservado para o governo chega quase aos 91% em relação às outras forças políticas. Assim sendo, em termos concretos, a Televisão Pública de Angola, Rádio Nacional de Angola e Jornal de Angola são cotados pela oposição como os superdotados dessa ideologia de dar mais tempos e espaços de coberturas às actividades do MPLA.

Enquanto o grupo Media Nova, ainda na mesma senda, foge um pouco da prática dos meios do Estado, mas sem eficácia, visto que em termos de espaço dá-se pouco espaço e tempo de emissão ou cobertura para os partidos na oposição. O mesmo acontece com a Rádio Despertar que praticamente, tem mais espaço de cobertura para as atividades ligadas ao partido da UNITA, por esta ser praticamente propriedade da UNITA, ou gerida por ela, mas que segundo Emanuel Malaquias, diretor da Rádio Despertar, em entrevista em 2014, para a pesquisa da dissertação de mestrado, adiantou que tem dado espaços para todos os partidos políticos e que muitas vezes formularam convites para os membros do governo afetos à partido MPLA e nunca aceitaram comparecer nas instalações da Rádio Despertar, no município de Viana, em Luanda.⁸⁸ Já os membros dos partidos da oposição como os da CASA-CE, PRS, FNLA, PDP-ANA e outros sem assento no parlamento também participam em debates ou discussões sobre os problemas sociais do país. A rádio Eclésia que pertence à Igreja Católica tem sido a mais destacada em fomentar um jornalismo mais próximo à política, visto que faz coberturas sem inserção para toda a máquina partidária do país, embora muitos especialistas considerem que ela já perdeu também o seu foco de responsabilidade social como emissora católica.

Mesmo que esta relação esteja estagnada por estes contrastes que nós referimos, é claro que há uma participação dos meios de comunicação em cobrir essas atividades para exercerem as suas funções de produtores de informação para o público, mas fica a situação da distribuição do tempo dado por matéria para cada partido ou número de páginas em jornais. As novas rádios que preenchem o campo comunicacional angolano como as rádios Essencial, Kairós, Rádio Maria, Tocoísta, a FM apenas em assuntos mais relevantes do meio político, que apresentam uma postura muito diferente aos *media* públicos e Media Nova que estão sempre atentos com às atividades realizadas por associações com vínculo ao MPLA, como a Organização da Mulher Angolana (OMA), Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), Jovens Solidários, Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da República da Zâmbia (AJAPRZ).

Candumba assinala que esta relação caracteriza-se por uma divergência de concepções individuais e que ainda não se encontrou uma solução pelos organismos de direitos (Candumba, 2015). Nesta mesma ideologia, o sociólogo Jelson Neto explica que este

⁸⁸ Este cenário tenta mudar. No dia 30 de maio de 2020, Bonifácio Israel, Membro do Comitê Central do MPLA participou num debate na Rádio Despertar sobre vários temas da atualidade.

problema “diverge-se no nosso meio visto que o poder judicial é controlado pelo poder político, sendo assim, não consegue intervir no processo comunicacional e estabelecer uma relação saudável.” No mesmo sentido, Wine Venda é categórico e afirma que, “o problema que se vive em Angola onde os meios de comunicação social não conseguem passar as informações de maneira concisa, nem sempre é dos elementos do poder, mas sim dos fazedores da informação”.

Assim, podemos reter que, por um lado, se essa relação entre a atividade do jornalismo e a política ocorre com essa discrepância, é fruto da não existência de uma entidade própria da regulação dos meios de comunicação em Angola, pois o Sindicato dos Jornalistas de Angola (SJA) tenta fazer alguma coisa em defesa de um jornalismo mais sério e fora do sistema de castas implementado pelo estado, mas não consegue. Por outro lado, faltam profissionais com ensino superior nas instituições de comunicação, em segundo lugar, os jornalistas devem fugir do trabalho jornalístico feito a partir das instituições. Ou seja, enquanto o Sindicato for dirigido ainda por funcionários dos meios de comunicação social do Estado, sendo que muitos deles não possuem licenciaturas na área de Comunicação Social-Jornalismo, assim como pelo menos ensino superior em outras áreas de conhecimento, é claro que o jornalismo em Angola ainda passará a ser praticado desta forma por mais décadas.

Entretanto, embora vivamos num século de inovações tecnológicas e implementação de mais responsabilidade no jornalismo, para nós, parece que nos encontramos no período do jornalismo praticado por Urbano de Castro. (Ver capítulo II, e em Carlos Ervedosa, 1982:24).

Uma outra observação sobre essa relação é feita pelo jornalista Emanuel Malaquias⁸⁹ da Rádio Despertar. O mesmo refere-se à ausência dos profissionais da Rádio Despertar na Assembleia Nacional como um assunto que não é debatido em encontros da sociedade angolana, ou seja, tampouco pela justiça e pelo SJA. A este assunto, o jornalista Malaquias assegura que “as coisas estão a melhorar devido à pressão que é feita por parte dos profissionais da Emissora da Rádio Despertar e dos parlamentares da UNITA”. Já o deputado Alcides Sacala⁹⁰ compreende que “a ausência dos repórteres da Rádio Despertar,

⁸⁹ Cf. Candumba (2015:36).

⁹⁰ Cf. Candumba (2015:37). Alcides Sacala é Deputado da bancada da UNITA, na Assembleia da Nacional da República de Angola, nas legislações de 2012 e 2017.

assim como de outras rádios constituem essencialmente por três razões: as restrições ao jornalismo na medida em que seus profissionais não podem emitir a partir da Assembleia Nacional, fazem isso para que às nossas discussões e pontos de vista sobre a reprovação ou alterações de certas medidas que desestabilizadoras da sociedade e que nós como deputados da UNITA possamos chegar aos eleitores e ao público, assim como o posicionamento do partido perante a Assembleia Nacional no que diz respeito à aprovação de leis ou medidas”.

“Os jornalistas recolhem informação e tomam decisões acerca da seleção e apresentação de “programas” e projetos, controlando, em certa medida, a entrada de tópicos, contributos e agentes na esfera pública. A pressão seletiva exercida pelos *media* exerce-se seja ao lado da oferta seja do lado da procura” (Correia, 2005:221). De acordo com o mesmo autor, é visível perceber a relação entre o sistema político e o espaço público, as questões do agendamento refletem-se numa maior ou menor governamentalização dos *media*, seja de forma mais direta pela posse de meios de informação, seja de forma indireta através do controlo da agenda pelas agências de comunicação. Assim sendo, Stewart (1968:31) discorre que a única relação entre um “sinal” e um “símbolo” é que eles, isto é, seus exemplos, partilham da propriedade comum de serem físicos, e no que diz respeito a comunicação é aí que termina qualquer relação. Ou ainda na mesma senda, compreende-se num sentido superficial, “a comunicação é aquilo que a linguagem consegue fazer, no mesmo sentido em que a medicina é o que fazem os médicos” (Stewart, 1968:33).

Eliseo Verón⁹¹ em sua obra “*Ideologia, Estrutura e Comunicação*” compreende esta situação como uma implementação de um novo modelo que aparece no campo da comunicação o que determina essas doricidades de posicionamentos para a relação entre a política e o jornalismo assim como as demais áreas de conhecimento.

“O fundamento desse coeficiente relativo de indeterminação da conduta com relação a um certo modelo do sistema de comunicação é o fato de que qualquer comportamento comunicacional, numa situação social concreta, integra uma multidão de sistemas semiológicos que operam simultaneamente. Toda conduta social é produto da convergência de uma multidão de campos semânticos”. (Verón, S. A. :51).

⁹¹Verón, Eliseo (S.A), *Ideologia, Estrutura e Comunicação*, São Paulo: Editora Cultrix.

No contexto angolano, a relação da política é visível nos meios de comunicação social de acordo com o que podemos encontrar a partir do conteúdo produzido. Assim sendo, pela força da Televisão através da sua imagem e palavra, parece-nos no nosso entender o mais que se destaca neste cenário. Isso é, todavia, fruto do poderio que a televisão sustenta desde o seu surgimento em 1923, quando o russo Vladimir Zworykin descobriu o Iconoscópio e passados quatros anos, isto é, em 1927, ele produziu as primeiras imagens que foram no ar. Isso não quer dizer que os demais meios de comunicação social não têm produzido informações jornalísticas que sejam da editorias de política, mas, é certo, que devido à uma filosofia voltada à visão estratégica dos próprios líderes de partidos, preferem sempre dar primazias à presença da televisão na realização de eventos, encontros, cerimónias, aberturas de jornadas políticas, conferências nacionais e regionais, Congressos e sessões ordinárias. Neste contexto, muitas das vezes quando os meios de comunicação social são convocados, mesmo que no horário programado, estejam todos os intervenientes, o encontro sofre o cumprimento da hora inicial pela ausência da televisão. Neste aspeto, destaca-se principalmente quando a emissora da TV estatal, a Televisão Pública de Angola, seus profissionais por motivos de meios materiais, transporte e, às vezes, de gestão de pessoal atrasam para o local, mesmo que os demais profissionais de outros meios estejam presentes tudo paralisa por isso. As demais TV⁹² não são muito levadas em conta, salvo às vezes se for dos partidos políticos da segunda categoria política de nossa sociedade como os casos de partidos sem representação parlamentar nas duas últimas legislações do processo de paz e de partidos com representação como o Partido de Renovação Social (PRS), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), ao contrário da União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) e CASA-CE, consideradas como a segunda e terceira forças políticas de Angola.

Passados mais de 40 anos, desde que Richard R. Fagen publicou a obra *Política e Comunicação*, ainda é possível observarmos nas nossas sociedades o que o autor elucidou em 1971. Nesta dimensão temporal, constata-se ainda a ausência dos aspetos que devem elevar o padrão de cidadania nas sociedades. É, todavia, neste contexto de ausência que Fagen (1971:34) salienta que as tentativas por parte dos cidadãos ou grupos de levar problemas à atenção dos encarregados na tomada de decisões são enfrentadas como uma

⁹²TV Zimbo, ZapTV, TV Palanca, TV Banda, TV Yetu, TV Raiar, ambas nacionais e as TVs estrangeiras do Brasil como a TV Globo, Record e Band, de Portugal, a RTP que mais marca presença em encontros políticos, a SIC e TVI, esta que desde 2016 possui também um escritório em Angola.

entre as várias estratégias, todas destinadas a proteger as prerrogativas da elite: concede-se uma audiência mas não se toma nenhuma medida, sendo o grupo que protesta ou peticionário, ignorado ou desacreditado, dá-se “circo” para desviar a atenção do público.

Desta feita, ao discorrermos no pensamento de Fagen (1971), deparamos com a seguinte questão: Quem participa no preparo das políticas públicas? Essa questão foi colocada no século passado, mas para enquadrá-la neste século recorreríamos ao teor do próprio autor e só depois conseguiríamos contextualizar, sobretudo, na realidade política de Angola. Assim, o autor objetivou o seguinte pensamento para dar validade à questão colocada no contexto da preparação dos assuntos da ordem das políticas públicas: “Mesmo que os cidadãos consigam levar seus padrões à atenção da elite, esta não permitirá que aqueles participem do preparo da política que influencia as questões de jogo. O fato dos que detêm o poder político não podem mais ignorar um problema não é garantia de que eles consultarão os que são mais atingidos por ele, a menos que naturalmente, os atingidos sejam, quando melhor examinados, parentes, amigos íntimos ou antielite” (Fagen, 1971:43).

Em países desenvolvidos que primam pela unidade nacional e que aplicam políticas públicas para o bem-estar dos cidadãos, isso é visível e bem consolidado no fortalecimento do estilo de vida da população, onde a atividade jornalística busca informar as ações dos partidos com verdade e sem parcialidades no tratamento das informações. Ao contrário do que acontece em países do terceiro mundo como é o caso para os países de África, Ásia e da América Latina, onde neste lumiar do século XXI, ainda deparamos com a miséria, fome e outros fatores que desfavorecem o crescimento da população, isto é, o desenvolvimento destes países.

Já em Angola, este assunto ainda é caracterizado pelo modo de como o país vive, mesmo com os decorridos 44 anos de independência. As políticas públicas que são desenvolvidas em todo o território nacional, não satisfazem ou aludem aos problemas básicos do povo. Embora os governantes políticos tracem projetos e que são apresentados nos seus discursos políticos e/ou em locais religiosos. No entanto, estes discursos parecem-nos mais de falacias do que verdades, pois, até o problema da energia elétrica, da água canalizada, educação, habitação, saúde e outros como o saneamento básico (este classificado como um entre os maiores problemas da sociedade angolana e que tem originado no surgimento de muitas doenças ou epidemias no país) corresponde à metade da

população ou que não chegou a todas as áreas. Este assunto de políticas implementadas em Angola pode ser ainda conferido no último capítulo deste trabalho. Uma outra situação que pode ser contextualizada neste cenário angolano, grosso modo, é que a produção de conteúdos jornalísticos para situar as políticas dos governos locais ou regionais não é feita nas localidades, assim como tampouco chega às localidades que ficam distantes das sedes ou capitais de províncias.

Desta forma, compreende-se que este registo está mais assente nas províncias do centro, leste e sul do país, pois, foi possível aferir com a pesquisa feita, ou seja, através das informações que recolhemos com os representantes das delegações e diretores dos meios de Comunicação Social do país, tanto públicos como privados, não há delegações na maior parte dos municípios. Por conseguinte, nesta dimensão de discussão e complexidade, observou-se que o envio de repórteres para as mesmas localidades com o objetivo de reportarem o que se passa naquelas circunscrições é feito única e simplesmente quando delegações dos governos provinciais deslocam-se para os municípios e, como é constância da geo-pública desses meios, todos os veículos com representações na província ou províncias aproveitam a caravana do governador provincial para fazer cobertura comunicacional. (Cf. na Introdução e nos capítulos IV e V).

Ademais, a questão da rádio por ser um veículo mais rápido na transmissão das informações em Angola, atingido mais público principalmente a população rural do país, onde ainda é tradicional as pessoas estarem reunidas e ouvir os noticiários da Rádio Nacional de Angola, mas também muitas vezes com muito ruído ou mesmo sem emissão devido à fragilidade do serviço das telecomunicações no país. Se, por um lado, o que acontece em Angola, por exemplo, com a rádio constitui ainda um problema, em países como Portugal, Brasil, França, Holanda e outros da Europa e também na América Latina, os serviços de rádios são eficazes e de relevância social na transmissão de informações e as formas de distribuição de informações, neste caso de assuntos de políticas.

Em tempo de campanha Eleitoral, segundo Verón (S.D.:63), olha para a dimensão de um partido político como fonte de segurança para seus simpatizantes, ou seja, ele ainda adianta que o partido possui uma fonte para a canalização de interesses de classe, expressos por uma ideologia política: “a relação entre essas duas significações é, a nosso ver, um exemplo que remete a um importante problema teórico, no estágio atual das ciências sociais”. Assim sendo, ao olharmos no que é engendrado por Verón constitui

também para este estágio de relações entre o jornalismo e a política um problema que as sociedades do terceiro mundo ou em vias de desenvolvimento, principalmente as africanas, aqui apresentamos como exemplo, segundo nossa análise, as sociedades angolana, moçambicana, guineense, santomense, um pouco a cabo-verdiana, e tantas outras na África Central e Norte.

3.6. O choque das liberdades na emissão das informações e deontologia da ética no jornalismo angolano

A interpretação das liberdades de expressão em Angola pelos próprios cidadãos tem sido um problema grave para se poder fazer uma emissão, de forma fiável, nos meios de comunicação em Angola, em toda sua generalidade. Por conseguinte, os audiovisuais devido à sua vestalidade e impacto no momento de transmissão são os mais cotados quando se trata de emissão de informações. Ou seja, estamos perante um leque de elementos que impossibilitam a boa transmissão de conteúdos. Pode se dizer, aqui deparamos com a questão da falta de uma melhor interpretação das liberdades que são colocadas de forma constitucionalmente assim como a interpretação dos sujeitos que geram o espaço da comunicação social em Angola. Este assunto pode ser consolidado na percepção de Gabriel Tchingandu na sua obra *Ética Profissional no Jornalismo*, editada pela Mayamba Editora em 2012.

Assim sendo, não são só as liberdades que constam na Constituição da República de Angola que são violadas aqui, mas também aquelas que são de direito universal como as da UNESCO não encontram uma aplicabilidade positiva ou é ausente o cumprimento das mesmas na transmissão de informações a partir da produção das pautas, conteúdos e aplicação no campo da comunicação. Este processo tem provocado um certo descontentamento, não só para a classe jornalística assim como para o cidadão mais esclarecido sobre o papel da Comunicação em Angola. Os mais cétricos em relação ao assunto consideram uma violação das normas dos princípios éticos das liberdades consagradas nas leis angolanas e universais.

As leis que regem o campo da comunicação e da informação vêem a sua essência biliscada, pois muitas vezes, as informações são censuradas ou não são emitidas ou mesmo não são feitas reportagens de grande impacto por saber que as fontes de direito não se disponibilizam a prestar informações com medo de represálias, principalmente as do

governo ou outros organismos. É neste sentido que se alude ao pensamento de Arendt “a privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer dizer que ele faça permanecer sem importância para ele é desprovido de interesse para os outros” (Arendt, 2001:74). Assim sendo, o Artigo 40º que trata da Liberdade de expressão e de informação da Constituição da República estipula o seguinte:

- 1- Todos têm o direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.
- 2- O exercício dos direitos e liberdade constantes do número anterior não pode ser impedido nem limitado por qualquer tipo ou forma de censura.
- 3- A liberdade de expressão e à liberdade de informação têm como limites os direitos de todos ao bom-nome, à honra e à reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar, a proteção da infância e da juventude, o segredo do Estado, o segredo de justiça, o segredo profissional e demais garantias daqueles direitos, nos termos regulados pela lei.
- 4- As infrações cometidas no exercício da liberdade de expressão e de informação fazem incorrer o seu autor em responsabilidade disciplinar, civil e criminal, nos termos da lei.
- 5- A todas as pessoas, singulares ou coletivas, é assegurado, nos termos da lei e em condições de igualdade e eficácia, o direito de reposta e de retificação, bem como o direito à indemnização pelos danos sofridos. (Constituição da República de Angola).

Em seguida podemos também observar ainda segundo a Constituição da República o que apresenta o Artigo 41º Liberdade de consciência, de religião e de culto:

- 1- “A liberdade de consciência, de crença religiosa e de culto é inviolável.
- 2- Ninguém pode ser privado dos seus direitos, perseguido ou isento de obrigações por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- 3- É garantido o direito à objeção de consciência, nos termos da lei.

- 4- Ninguém pode ser questionado por qualquer autoridade acerca das suas convicções ou práticas religiosas, salvo para recolha de dados estatísticos não individualmente identificáveis”. (Constituição da República, Artigo, 41º, 2010).

Para Candumba (2015), os últimos acontecimentos que marcam a falta de liberdade de imprensa em Angola consistem na proibição da circulação da obra literária intitulada “*Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*”, do jornalista Rafael Marques (Cf. Anexo VI). A obra apresenta diferentes pontos sobre a violação dos Direitos Universais nas áreas de exploração de diamantes no nordeste do país, assim como o enriquecimento ilícito dos membros do governo e de generais, de tal maneira que o governo angolano proibiu a venda e circulação da mesma em território angolano. Rafael Marques também foi proibido de pisar o solo angolano e, além disso, um processo-crime está no Tribunal Provincial de Luanda, com o julgamento que fora marcado para o mês de março de 2015. Outros casos que podemos aqui salientar na mesma ordem de ideia consiste nos casos da fragilidade da Liberdade de Expressão quando relativo ao conhecido Caso “15+2” que envolveu a detenção de 17 jovens nas províncias de Luanda e Cabinda e do Caso Kalupeteka na província do Huambo, denominada Ceita de Salvação, onde o seu líder José Kalupeteka e outros membros da mesma denominação religiosa foram presos por exercer uma atividade religiosa pelas forças de Segurança do Estado Angolano, Serviços de Informação (SINFO) e da Polícia Nacional, como já foi apresentado no item anterior. Este tipo de postura registada na sociedade angolana e que foi destaque nos *media* nacionais e internacionais mostra de certa forma a violação do que está plasmado no Art. 40º, da Constituição da República.⁹³

O jornalismo atual ainda passa por momentos difíceis de sua prática de produção, divulgação, interpretação e até mesmo de espaço no território angolano. Ao fazermos referência do espaço podemos compreender em dois focos: o primeiro seria o espaço territorial, visto que os *media* angolanos ainda não atingem todas as regiões do país, enquanto o segundo foco dessa premissa consiste na falta de meios de comunicação em grande escala para fazer produção, ou seja, assistimos ainda à concentração de todos os meios de comunicação em Luanda, mesmo depois de passados 174 anos desde que iniciou a atividade jornalística em Angola.⁹⁴ É nesta clivagem de pensamento que também debruçamos sobre a questão da liberdade de imprensa em Angola que ainda apresenta

⁹³Cf. Constituição da República de Angola, 2011:18.

⁹⁴Cf. Ervedosa, Carlos (1982:24-25). O Itinerário da Literatura Angolana. Luanda: O Livro de Angola.

variantes constantes face a diversidade de ideias de confronto ao mesmo tempo atreladas as situações de violação da mesma liberdade. Assim sendo, o contexto atual, ainda é lemúrio no exercício do jornalismo e da consolidação da liberdade de imprensa. Já são decorridos 130 anos quando a Liberdade de Imprensa foi estipulada em Angola. Se se esperava depois de um século e mais duas décadas uma liberdade de Imprensa que seria devidamente interpretada no país mesmo em tempo de independência e de paz, a situação moldou-se para a fatia de uma elite que desfruta destas liberdades e oprime os demais a não praticarem ou viver delas.

Em constituições anteriores, principalmente da década de 1990, depois dos acordos de Bicesse, segundo o que afirma Muanamosi Matumona, no período de 1991-1992 já se vivia um período democrático em Angola, visto que foi nesse período que se realizaram as primeiras Eleições Legislativas e presidenciais no país. É neste contexto, segundo Matumona, que foi então introduzida uma Nova Lei de Imprensa, promulgada em 1991. O autor apresenta-nos um trecho desta mesma lei fazendo referência à sua introdução:

“O pluralismo de expressão como consequência do respeito pelas liberdades democráticas e da pessoa humana requer parte para a sua concretização uma Lei de Imprensa que visa assegurar a liberdade de imprensa consignada no artigo 272 da Lei Constitucional. Assim sendo, a presente lei regula a liberdade de imprensa, estabelece os mecanismos de atividade dos diversos órgãos de imprensa, a responsabilização e o mecanismo sancionatório dos profissionais da informação e dos respetivos órgãos quando cometem infrações, apontando as diversas formas de responsabilidade existentes, a competência jurisdicional, o processo aplicável e a decisão judicial”. (Lei de Imprensa nº 22 de 15 de julho de 1991, apud Matumona, 1999:33).

Na interpretação de Matumona, era necessário uma confirmação à liberdade de imprensa que a legislação em causa dava como garantia do seu cumprimento e de execução pelos meios de comunicação social assim como para o público. Assim, sublinhou-se o seguinte:

“Os órgãos de comunicação social têm os seguintes fins gerais: a) contribuir para consolidar a nação angolana e reforçar a unidade nacional (...) informar o público, com a verdade, independência e isenção, sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, assegurando o direito dos cidadãos à informação correta e imparcial”. (Lei de Imprensa nº 22 de 15 de julho de 1991, apud Matumona, 1999:33).

Em muitas situações de género sobre a liberdade de imprensa em Angola, segundo Candumba, “a população prefere ainda escutar principalmente a “Rádio A Voz da

América” que emite muitas vezes notícias de cunho e contexto angolano que não passam nos *media* em Angola”. É nesta lógica que o repórter Kinavuidi Barbosa,⁹⁵ do programa *Nossa Terra* da TVZimbo, explica que “a liberdade de imprensa é um assunto em discussão nas várias esferas da sociedade angolana como acontece em Sessões Plenárias no Parlamento, nos órgãos de Comunicação Social através de seus agentes responsáveis, mas ainda não chegou a uma conclusão sobre o assunto e não se tem levantado a sério essa discussão acabando por prejudicar o processo da Comunicação Social em Angola em construir a democracia”⁹⁶.

A discussão da liberdade de imprensa é um assunto refletido na Assembleia Nacional pelos deputados que representam os partidos da oposição que pressionam o Estado a rever a Lei de Liberdade de Imprensa como consta na Constituição da República. Atualmente, a Constituição da República de Angola garante, de igual modo, a liberdade de expressão e de informação ou de imprensa, conforme a denominação atual, e regulamenta também as formas de exercício e as providências adequadas para prevenir e reprimir os seus abusos segundo os artigos 40º, 44º e 45º da Constituição da República⁹⁷. Partindo desta lei, segundo as buscas feitas na dissertação de Mestrado de Candumba, Alcides Sacala disserta:

“Em termos de liberdade de imprensa não avançamos nada no nosso país, mesmo nos objetivos democráticos e de direito, a liberdade de comunicação social propagada em 2006, definidas por conjunto de concessões para cuja divergência até hoje não foi regulamentada, visto que não há muita vontade do executivo angolano para darmos passos concretos ao direito de pluralidade de opinião. A UNITA fez junto do executivo angolano, particularmente os deputados na Assembleia Nacional, de que tomamos algumas iniciativas de pressão que resultaram pequenas concessões. O que temos pretendido é que os debates parlamentares passem em direto, como acontece em qualquer sociedade pacífica como forma de respeito aos eleitores representantes do povo que estão na Assembleia Nacional”. (Alcides Sacala, Cf em Candumba, 2015:38-39)⁹⁸.

Nesta abordagem da liberdade de imprensa e deontologia profissional, Candumba interpreta as postulações de Kinavuidi Barbosa e de Alcides Sacala dizendo que as mesmas

⁹⁵Candumba, João Félix Pedro (2015:38). Kinavuidi Barbosa é Repórter do Programa “Nossa Terra” da TVZimbo, do Grupo Media Nova. Ele frequenta o 4º ano do Curso de Comunicação Cinema e TV, Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola, desde 2009.

⁹⁶Cf. Candumba (2015).

⁹⁷Cf. Constituição da República (2010:18-19).

⁹⁸ As sessões da Assembleia já são transmitidas pelos órgãos audiovisuais do país, nesta 4ª Legislatura, desde 2019, depois de muitas discussões.

estão no artigo 44º da Constituição da República em quatro pontos determinantes: “1- É garantida a liberdade de expressão, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura prévia, nomeadamente de natureza política, ideológica ou artística; 2- O Estado assegura o pluralismo de expressão e garante a diferença de propriedade e a diversidade editorial dos meios de comunicação. 3- O Estado assegura a existência e o funcionamento independente e qualitativamente competitivo de um serviço público de rádio e televisão; 4- A lei estabelece as formas de exercício da Liberdade de Imprensa”. (Constituição da República, Artigo, 44º, 2010:19).⁹⁹

Wine Venda acredita que “a lei de imprensa faz menção aos aspetos em que o jornalista tem liberdade de ir às fontes para investigar e informar a sociedade com verdade. Ser impedido de realizar essa tarefa que põe em causa, ou seja, desvaloriza a própria informação transmitida para o público e faz com que o cidadão vê alguma notícia na TV e simplesmente desliga ou lê o título do jornal e não lê a notícia”.¹⁰⁰

Entretanto, a Declaração de Princípio da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) sobre a Conduta dos Jornalistas atesta também o seguinte: “respeitar a verdade e o direito que o público tem de a conhecer constitui o dever primordial do jornalista”. Assim sendo, face a divergência que se registam em muitas sociedades sobre a as liberdades de Imprensa e de Expressão, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), apresentou a seguinte versão sobre o papel primordial da classe dos *media*: “Na verdade, a tarefa primordial do jornalista é servir o direito do povo a uma informação verídica e autêntica, respeitando com honestidade a realidade objetiva, colocando conscientemente os fatos no seu contexto adequado, salientando os seus elos essenciais, sem provocar distorções, desenvolvendo toda a capacidade criativa do jornalista, para que lhe permita formar uma imagem precisa e coerente do mundo, na qual a origem, a natureza e a essência dos acontecimentos, processos e situações sejam compreendidas de uma forma tão objetiva quanto possível”.

Por outro lado, ao analisarmos os aspetos da liberdade de imprensa assim como os seus aspetos deontológicos no contexto angolano, a situação é cada vez mais alarmante

⁹⁹Cf. A Constituição da República e em Alfredo, Maria Suzete de Carvalho (2014:31), O Jornalista na Obtenção de Informação em Angola, Luanda: Universidade Metodista de Angola, Trabalho de Fim de Curso em Língua Portuguesa e Comunicação.

¹⁰⁰Candumba (2015:39), O Paradigma do Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola, Lisboa, ISCTE-IUL.

desde a interpretação e prática em relação o que está estipulado na Constituição da República.

O código Deontológico que as organizações angolanas de jornalistas aprovaram abundam no mesmo sentido; Primeiro Princípio (valor da verdade). “O jornalista deve relatar os fatos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade, dado que o seu compromisso fundamental é com a verdade. O seu trabalho pauta-se pela comprovação dos fatos e a sua correta divulgação, ouvindo sempre as partes envolvidas. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem perante o público”, reza o primeiro artigo do referido Código (Alfredo, 2014:31).

Para essa função da atividade de liberdade de imprensa em Angola, fazem parte do conjunto de organizações que velam por representar alguns grupos de profissionais dos meios de comunicação, mas aqui se tratam de repórteres por especialidades ou que denominamos como editorias no campo mais central do jornalismo:

- a) Associação da Imprensa Desportiva Angolana (AIDA); b) Associação de Imprensa Privada de Angola (AIPA); c) Associação dos Jornalistas Económicos (AJECO); Associação da Mulher Jornalista de Angola (AMUJA) e d) Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA).

Como também afirma Humberto Eco, os fatos devem ser interpretados a partir do raciocínio que é empregue ao avaliarmos um determinado assunto, o mesmo acontece com o jornalismo na sua prática em que o jornalista ou os fazedores de informação devem estar adotados com capacidades potenciais de poder avaliar o que deve ou não ser publicado.

“Os juízos de experiência, ao contrário, estabelecem uma conexão necessária (por exemplo, afirmam precisamente que o sol esquentava a pedra). Os juízos percetivos: “o fato de que acreditamos conhecer as coisas com base apenas no testemunho dos sentidos depende de um *vitiun subreptionis*: assim, estamos habituados desde a infância a perceber as coisas como elas já aparecessem fornecidas pela intuição, cujo papel desenvolvido pelo intelecto neste processo nunca argumentados”, (Eco, 1998:70-71).

3.6.1. O grau satisfação dos profissionais com o exercício do jornalismo

A profissão de jornalista, ou dos profissionais da área da comunicação é muito complexa para se saber quanto à satisfação de quem simplesmente consegue viver dela¹⁰¹.

¹⁰¹ Cf. Anexos: B e C.

Em muitos países como Bélgica, Brasil¹⁰², Canadá, França, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos da América e Portugal, a profissão de jornalista encontra um espaço sério de satisfação de quem a exerce, podendo usufruir melhores condições salariais e ambiente de trabalho. No caso de Angola, ainda há barreiras, pois, boa parte dos funcionários dos meios de comunicação social não vive do rendimento dos meios de comunicação social precisamente. Para quem vive unicamente dos meios de comunicação social, pode se atestar talvez aqueles que ocupam cargos de subdiretores, diretores, administradores que têm um salário que pode suportar o custo de vida, principalmente na capital do país. Já para as demais províncias do país, principalmente para os funcionários dos meios de comunicação social do Estado, a satisfação deles é mais visível, visto que o custo de vida é razoavelmente bom sem muitas exigências devido ao acesso aos produtos agrícolas.

Em algumas situações, este cenário é apropriado segundo os cargos referenciados acima, visto que gozam de outras regalias sociais, desde a atribuição de residências, vales de transporte, viaturas, compra de produtos alimentícios nos grandes hipermercados do país, designadamente Jumbo, Kero, Alimenta Angola, Latiangol, Refriango, Nosso Super e Shoprite. Essas benesses são conseguidas por uma classe de profissionais que, através das reportagens que realizam, mantêm contacto com os empresários assim como dirigentes das grandes instituições públicas e privadas conseguem estabelecer uma relação de amizade de trocas de interesses entre os materiais de consumo e o espaço nos *media*. Isso leva para o alcance de satisfação de muitos funcionários no desempenho de suas atividades na área comunicacional. Todavia, muitos profissionais que primam por uma seriedade de trabalhar de forma ética não encontram essa satisfação, ou seja, dependem muito de outros postos de trabalhos para terem uma vida normal e sustentar as suas famílias ou as necessidades quotidianas.

Neste caso, a maioria é colaborador em Universidades públicas e privadas, colégios e escolas do primeiro e segundo ciclos de ensino, onde são diretores, coordenadores, professores ou trabalham na área de administração. Uma segunda área mais visada neste

¹⁰² Duarte, Jorge (2008:47), Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia, Teoria e Técnica. São Paulo, Atlas. A ocupação jornalística do segmento profissional da assessoria de imprensa tornou-se um movimento irreversível, a ponto de, em 1995, um estudo feito pela subseção do Dieese no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo ter velado que cerca de um terço dos jornalistas profissionais com carteira assinada trabalhava fora das redações. Ou seja, nas fontes.

estágio é a de comunicação e imagem, a chamada de assessoria de comunicação e imagem no nosso contexto angolano.

A satisfação dos funcionários dos meios de comunicação social também pode ser simplesmente encarada a partir da observação do gosto ou a vontade de trabalhar ou de conseguir o primeiro emprego num meio de comunicação social, principalmente para os jovens que iniciam a atividade laboral. Encontrar o primeiro emprego em Angola é algo difícil, quando alguém consegue, geralmente, é a partir das relações de amizade, parentesco ou indicações de terceiros assim como pessoas da escala dos governantes. Por isso, muitos se sentem satisfeitos com a essa conquista. Mas, o ideal seria encarar aqui essa satisfação em duas vertentes essenciais. Uma primeira seria aquela já citada como das condições salariais e ambiente de trabalho e uma segunda estaria no desempenho das funções quando as publicações e emissões das reportagens. Nesta vertente, para muitos profissionais, na sua maioria com formação académica na área, isto é, em comunicação social, encontram dificuldades de trabalhar e aplicar na prática os conhecimentos que aprenderam nas academias.

É um assunto que não encontra discussão nas próprias empresas de comunicação social, ou seja, muitos que tentam levantar essa problemática são vistos como deturpadores da organização ou de não cumprirem com os requisitos da empresa. Mas, em muitas instituições de ensino superior, o assunto encontra muita discussão entre professores e estudantes. A não realização de concursos públicos pelo Ministério da Comunicação Social através das empresas do Estado e do mesmo modo, ocorre significativamente nas empresas privadas também constitui como elemento fundamental no processo de recrutamento do pessoal formado na área de comunicação social que muitas vezes recorrem em outras instituições para trabalhar. O conhecimento social entre os dirigentes ou gestores dos meios de comunicação social é a base fundamental para o enquadramento de novos funcionários com ou sem formação na área.

A falta de liberdade no momento das seleções dos temas que devem fazer parte na edição dos programas constitui também um dos problemas que deixa insatisfeitos muitos profissionais da área da comunicação, ao contrário de muitos que só desempenham a função de repórteres por necessidades de ter um emprego ou da fama que os meios de comunicação podem ou não proporcionar. Ademais, a liberdade profissional do repórter

poder desempenhar a atividade jornalística de forma responsável para informar, formar e entreter o público faz parte desta falta de satisfação de muitos.

Assim sendo, a censura que acontece nos próprios meios de comunicação social, exemplo, nos audiovisuais, este caso piora não só aos funcionários como também tem provocado descontentamento até para a sociedade em geral. Um caso lustrativo desta situação foi verificado no período do processo da campanha eleitoral de 2017, precisamente no mês de agosto, quando a direção da CASA-CE expulsou no Cubal, província de Benguela e no Sumbe, capital do Cuanza-Sul, as equipas de reportagem da Televisão Pública de Angola (TPA), por manipulação de informação ou do curto tempo das matérias relativas à Coligação. A direção da CASA-CE alegou que o MPLA e a UNITA são os beneficiários de mais tempos de reportagens, ao contrário da CASA-CE.

Mesmo a UNITA também tem visto as reportagens acerca das suas atividades com menor tempo e falta de enquadramento por parte dos repórteres ou da direção de informação da cadeia pública de televisão. Ou seja, este fato não acontece só em momentos de campanha eleitoral, mas é um assunto constante desta situação como já foi observado por vários entrevistados da Bancada Parlamentar da UNITA da Terceira Legislatura da Assembleia Nacional. No dia 05 de agosto de 2017, no seu “Tempo de Antena”, Emmanuel Biango, candidato a Deputado pela formação política da UNITA, falou das debilidades dos *media* em Angola na emissão de informações, da censura, do favoritismo que se dá ao MPLA, mas, no fim do tempo de antena, direcionou mais para os serviços de informação feitos pela Televisão Pública de Angola. Também apontou como proposta que consta do projeto do Programa de Governo, caso a UNITA vencesse as Eleições de 2017, poderia mudar este quadro com a criação de uma entidade Reguladora independente sem vínculos partidários como acontece com a entidade atual.

Porém, em contrapartida desta situação direcionada a empresa da TPA, o comício da UNITA em Cabinda teve uma abordagem diferente pela emissora, com entradas em direto do repórter Mateus Gaspar¹⁰³ que soube enquadrar e dar toda a relevância da visita da direção da UNITA sem nenhuma censura no que aconteceu durante os três dias de campanha do partido. Mas, para muitos analistas, esperava-se que o repórter Mateus Gaspar fizesse cobertura de todas as deslocações da UNITA, as principais onde estivesse o

¹⁰³ Atualmente é Director de Comunicação Institucional e Imagem do Tribunal, desde janeiro de 2020.

candidato à presidência da república, Isaias Ngola Samakuva como aconteceu com o candidato também à presidência João Manuel Gonçalves Lourenço do ciclo partidário do MPLA, acompanhado pelo repórter Mário Vaz, ou seja, por uma equipa vasta da TPA.

Pelas dificuldades em conseguir emprego no país, muitos repórteres, formados na área de comunicação social, são obrigados a aceitar as situações que encontram nas organizações de comunicação. Isso tem levado muitos funcionários na fragilidade de produção de informações jornalísticas sem rigor, enquadramento e abordagem segundo os critérios de noticiabilidade.

Desta forma, a falta da feitura de um jornalismo investigativo dentro dos próprios meios de comunicação social, neste caso nos audiovisuais, por exemplo, constitui também um comportamento de insatisfação de muitos profissionais que gostariam muito de o fazer nas redações para esclarecer os temas relevantes que não são abordados no dia-a-dia nas redações. Todavia, estas e outras situações que ocorrem no campo comunicacional angolano engendram cada vez mais a satisfação dos profissionais. A verdade informativa quanto ao valor das notícias está cada vez mais camuflada no raciocínio de cada funcionário sem encontrar formas de transmitir ou dizer. Esta teia de paradigma jornalístico continua a transportar insuficiências para se encontrar uma prática do jornalismo em Angola, ou seja, precisa-se mais liberdade de imprensa e liberdade dos próprios profissionais, libertando-se das tais amarras da subjetividade da comunicação.

4. OS MEDIA ÁUDIOVISUAIS DE RÁDIO E TELEVISÃO E O PODER PÚBLICO EM ANGOLA

4.1. Conceitos iniciais sobre a atuação dos *media* em Angola

Neste capítulo, pretendemos apresentar alguns elementos que consideramos como iniciais na atuação dos *media* em Angola. O objetivo não é de determinar definições ou conceitos de acordo com a epistemologia das palavras, mas sim, um rescaldo da forma como os meios de comunicação social exercem o seu papel. Assim sendo, como já temos vindo a frisar ao longo desta pesquisa, o próprio cenário angolano a despeito dos *media* é ainda pobre a nível de uma literatura nacional e, por conseguinte, em termos de literatura universal, isto é, observa-se que os grandes autores não têm citado em suas pesquisas o desdobramento da nossa comunicação social. Passados quase três séculos, desde o surgimento da imprensa em Angola, ainda se regista uma fraca presença de investigadores nesta área de comunicação social, o que tem dificultado o enriquecimento do campo de pesquisa, limitando-o assim a uma abordagem mais voltada para reflexão e observação sobre a atuação dos *media*. Ademais, regista-se também, a falta de pesquisadores na área devido à exiguidade de pessoas formadas nas áreas de comunicação social, ciências políticas, sociologias e outras afins. Portanto, é um processo que se esbarra ainda, desta feita, no tardio aparecimento de universidades no país, assim como a abertura de cursos de comunicação social nas faculdades e institutos superiores existentes no país desde a década de 1980, ou seja, nos primeiros anos da pós-independência.

Desta forma, para compreendermos o campo da comunicação social em Angola, precisamos recorrer aos escritores das quatro últimas décadas do século XX, nomeadamente as primeiras obras do século XXI, destacando as obras de Júlio Castro Lopo, que descreve praticamente a história do surgimento dos *media* em Angola, seus fazedores de informação, os principais nomes, a liberdade e as contradições que ocorreram durante este período de muita turbulência. Castro Lopo é, por exemplo, praticamente o primeiro autor a escrever nesta dimensão, segundo a nossa pesquisa, embora não possamos isentar outros autores que tenham feito o mesmo, mas que não estão ao nosso alcance, principalmente em bibliotecas nacionais ou documentos. Castro Lopo, pela sua vasta investigação é, todavia, reconhecido por autores que o sucederam como o primeiro investigador na área de comunicação (Coelho, 1999:103; Everdosa, 1980 e Matumona, 2002).

Por um lado, as obras de Castro Lopo, devido ao tempo em que elas foram publicadas, todavia, com pouca tiragem devido às circunstâncias daquela década precisamente de 1960, tempo em que Angola era ainda uma colónia de Portugal com uma taxa reduzida de letrados, assim como a fragilidade na liberdade de imprensa, não se permitia a maior tiragem de exemplares. A questão não estava no processo de venda ou de busca de lucro, mas sim nos leitores e na aquisição, por outro lado. Poderíamos atestar que isso, por conseguinte, terá levado talvez, se assim podemos aferir o pouco interesse das pessoas investigar sobre o assunto da comunicação em território angolano. À procura da obra de Castro Lopo tornou-se fundamental por parte de pesquisadores e de estudantes dos cursos de comunicação social em todas as suas vertentes assim como em sociologia e ciências políticas.

Com a obra de Carlos Ervedosa, “*O Itinerário da literatura Angolana*”, é fácil percebermos a história dos *media* em Angola desde 1845, quando assim surgiu o primeiro Boletim Oficial em Angola. Podemos considerar Ervedosa, se assim o atestar, como sendo o angolano que mais se coloca em pesquisar o assunto nesta dimensão. Com um perfil mais literato, descreve as histórias da comunicação social, apoiando-se principalmente nas abordagens de Castro Lopo (1964), dando ao campo abordagens importantes de cunho científico sobre a atuação dos *media*, sobretudo no período da colonização. Mesmo com uma linguagem não jornalística, assenta-se de forma a trazer uma história repleta e cheia de novidades para fortalecer o conhecimento da nossa história sobre a comunicação. Na sua obra, fala do jornalismo e do surgimento dos primeiros jornais produzidos em Angola pelos angolanos. É também perceptível as abordagens da literatura, da cultura, das poesias e da arte, produzida sempre por pessoas envolvidas em denunciar os aspetos brutais que eram submetidos ao povo angolano.

Ervedosa fala deste processo do jornalismo que atingiu os colonos, visto que escreviam com a alma e o sangue que carregavam nas veias, num ritmo poético e tão enfático de busca da liberdade nacional, por vezes emblemático na literatura daquele tempo. Nesta pesquisa, não podemos nos esquecer de Sebastião Coelho,¹⁰⁴ autor da obra “*Angola: Histórias e Estórias da Informação*”. Busca um caminho diferente, em relação ao traçado por Ervedosa, trazendo elementos como o historial da rádio e da televisão no nosso país, ainda do cinema, literatura e artes. Isso acontece num período e contextos não

¹⁰⁴Coelho, Sebastião (1999), *Angola: Histórias e Estórias da Informação*, Luanda, Executive Center.

iguais, como as áreas de formação e de funcionamento dos dois autores que primaram em fornecer para a literatura da comunicação social abordagens fundamentais que servem como importantes para os estudos dos *media* em Angola. Assim sendo, é importante destacar a importância destes dois autores que escreveram numa linguagem simples e enriquecedora para uma esfera comunicacional de Angola e para o mundo.

Coelho tem a essência de apresentar elementos mais profundos na sua obra, devido ao tempo que exerceu a atividade de jornalismo durante mais de 50 anos. Ele destacou-se na luta de um jornalismo sério e, em busca de uma liberdade de imprensa, justiça e paz em Angola. A obra de Coelho apresenta, não só a história do jornalismo em Angola, mas também outros elementos da cultura. É um livro mais rico desde o surgimento dos jornais, rádios, televisão, o cinema e outros elementos relacionados com a cultura mediática e/ou literatura, a arte. Na sua descrição de investigação, Coelho apresenta-se firme ao falar da Imprensa angolana, reconhecendo sempre as pesquisas de Júlio Castro Lopo, segundo ele, colocando o seguinte:

“O esquema utilizado por Castro Lopo é perfeito para o âmbito estrito do seu trabalho específico, que previa e com lógica, o avanço sistemático da comunicação social, de acordo com o progresso natural das técnicas e dos eleitores. Mas não permite abarcar, por exemplo, com a mesma rigidez, a rádio, que se cria por iniciativa privada e onde o Estado excursiona trinta anos mais tarde”.¹⁰⁵ (Coelho, 1999:102-103).

Assim sendo, é nesta linha que Coelho mesmo como escritor que é, elogia e observa o que escreveu Lopo assim como apresenta algumas críticas como se pode perceber na citação anterior, mas não retira o mérito que lhe atribui ao longo da sua obra.¹⁰⁶ Sua crítica recai mais sobre a Rádio que não está presente nas obras de Castro Lopo, assim acontece o mesmo na obra de Ervedosa.

Face a isso, encontramos na obra de Sebastião Coelho outros assuntos sobre a imprensa como já foi frisado com os relatos que ele conta do surgimento da rádio e as pesquisas sobre a televisão em Angola. Coelho nesta linha está mais completo no que ele escreve sobre a imprensa até aos anos 1990, quando publicou a sua obra. Assim sendo,

¹⁰⁵Coelho (1999:103). O sistema que adotou se torna extremamente limitativo, inclusive para a mesma imprensa escrita, a partir do momento em que se lhe impõem novas regras e condições de análise. Não estavam previstas e foram determinadas, posteriormente, pelo processo de independência de Angola o que implica a necessidade de obedecer a parâmetros que não existiam quando Castro Lopo estabeleceu o seu critério. As novas condições obrigam a reformular a proposta.

¹⁰⁶Cf. Coelho (1999:103). Capítulo VI, A Imprensa Angolana.

tanto as pesquisas de Castro Lopo e de Coelho são importantes para se compreender os conceitos iniciais dos *media* em Angola, embora em períodos diferentes e, até ao contexto.

Ao contrário do que é postulado pelos dois autores anteriores, um terceiro autor que podemos aqui mencionar é Carlos Ervedosa, embora já nos tenhamos referido sobre ele, de referir que Ervedosa apresenta uma história muito bem elaborada dos aspetos do surgimento da imprensa escrita em Angola. É uma obra rica de depoimentos da imprensa e da literatura angolana, visto que o título do livro é bastante claro. Matumona (2002) é também um entre os outros autores, ou seja, considerado como o mais recente, mas que se destaca pela performance com que investiga os assuntos. Mereceu-lhe também todo o aprofundamento e vantagens de ser um jornalista do campo da comunicação, padre de carreira ou de profissão, assim como as vantagens de estudar no exterior do país, passagens em países da Europa. A vida como funcionário do Jornal de Angola, docente do curso de Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social, da Faculdade de Ciências Sociais afeto à Universidade de Agostinho Neto e Diretor da Rádio Eclésia, facilitou a forma de pesquisa e contatos com as fontes, assim como acesso a certos documentos até então considerados como secretos ou de difícil acesso.

Na sua linha de pesquisa, Matumona faz uma divisão de três períodos do posicionamento da imprensa em Angola. Segundo ele, os outros autores também já o fizeram. Recorremos concretamente às explicações do autor da primeira linha, Castro Lopo, que dividiu em três períodos. Sendo assim compreendidos como Primeiros Passos, Imprensa Livre, Imprensa Industrial e Profissional. Já Coelho faz uma outra divisão que não foge muito da divisão feita por Lopo, ou seja, apresenta como Época Colonial, Época de Transição e Época da Pós-Independência determinando assim o início e fim de cada período, segundo o que podemos constatar na dissertação de Matumona.¹⁰⁷

“A época colonial tem o seu início a 13 de setembro de 1845, com o lançamento do Boletim Oficial de Angola, considerado como o primeiro órgão de imprensa, que teve duração até 25 de abril de 1974. A segunda é a Época de Transição, que começou a 25 de abril de 1974 e terminou a 10 de novembro de 1975. Já a terceira é do período Pós-Independência que começou a 11 de novembro de 1975 e continua até aos nossos dias”. (Matumona, 2002:9).

Nas suas pesquisas, Matumona não usa muito os termos apresentados pelos seus antecedentes (Lopo, 1964 e Coelho, 1999), mas busca apresentar novos termos como o

¹⁰⁷Coelho (1999:104-110).

“Antes da Independência, Depois da Independência, Advento da Democracia e o Reacender da Guerra”.¹⁰⁸

O nosso estudo não está direcionado para explicar de forma profunda como essas etapas foram feitas ou aconteceram, mas sim dar ênfase de como os *media* atuavam nessas etapas de que já fizemos referência de acordo com as explicações atribuídas aos autores Ervedosa, Castro Lopo e Coelho, e ultimamente com Matumona. Desta feita, a compreensão fica mesmo centrada nas formas de atuação dos *media* depois da independência que mereceu explicações no item a seguir (Cf 4.1.1.). A última fase apresentada por Matumona, talvez seja esta que se revista de alguma complexidade para situá-la como fase final, visto que várias situações ocorreram nesta época desde o surgimento de vários órgãos de comunicação social em Angola, a abertura de vários cursos superiores na área de comunicação social, novos jornalistas que estudaram no exterior com uma visão diferente daqueles que estudaram nos países socialistas, ou seja, como formados pelo então governo do MPLA, que defendem as ideologias do próprio partido, hoje são eles que gerem os meios de comunicação social do Estado, em muitos casos. Por outro lado, há ainda o registo de várias produtoras de conteúdo mediático, sobretudo cultural, o surgimento dos primeiros Grupos Económicos nunca vistos nas três épocas aqui apresentadas, assim como a entrada de emissoras estrangeiras pelos sistemas de Televisão por assinatura e a cabo (Candumba, 2015:37).

É também depois da independência, mas principalmente com os processos de paz, em primeiro lugar de Bicesse e depois de Lusaka que os meios de comunicação principalmente do audiovisual se inserem novas programações nas novas rádios e mesmo com a abertura do grupo RNA uma nova filosofia de fazer rádio desde a diversidade de conteúdos, produção, a busca de casos mais sociais do dia-a-dia do povo comum, a instalação de algumas rádios regionais, principalmente na segunda década do século atual.

Novas TVs são instaladas aos poucos mesmo sem tanto impacto, mas abrem uma nova era para a televisão, além das estações estrangeiras como já foi frisado. Há também o fluxo de *Sites* de notícias, graças ao sistema de Internet, tanto por organizações e instituições do governo como privadas. Um novo cenário é então observado no país, embora a luta contra a censura seja ainda patente nos meios públicos e, o mesmo acontece

¹⁰⁸Matumona (1999:9-39).

em alguns privados. O governo não deixa totalmente a censura mesmo perante os meios privados. Instala-se o medo de informar com imparcialidade nos meios de comunicação social privados e cria-se o pânico de se fazer uma comunicação isenta do controlo do Estado e outras forças sociais.

Em suma, os *media* em Angola tentam ocupar o seu lugar de responsabilidade social no dever de informar e de formar o público, mas também encontram caminhos espinhosos colocados pela ideologia política quebrando assim a liberdade de expressão e de imprensa. A Televisão Pública de Angola e a Rádio Nacional de Angola são as emissoras com maior registo de censura no seio da comunicação social em Angola, seguido do Jornal de Angola através de seu ex-Diretor e Presidente do Conselho Executivo António José Ribeiro, durante o governo de José Eduardo dos Santos.

A criação da Entidade Reguladora da Comunicação em Angola em 2016 e que seus membros tomaram posse no mês de Agosto de 2017, na Assembleia Nacional de Angola pode ser marcado como um passo importante para a defesa da Comunicação Social em Angola, caso cumpram com as obrigações universais e constitucionais de se realizar uma comunicação imparcial e exemplar. Mas, já passados três anos desde que os membros tomaram posse, observa-se que não houve grandes mudanças, pois a ERCA pouco participa na regularização do campo dos *media*, visto que tudo depende do poder público, assim como as linhas editoriais continuam a manipular as informações que envolvem governantes do país.

4.1.1. A relevância da Comunicação depois do período da independência

Um novo período da comunicação social entra em Angola na segunda metade da década de 1970, ou seja, depois do alcance da independência nacional. Considerado como momentos difíceis e de muita perturbação devido ao clima que o país ainda vivia, saído da colonização, Angola era então um país desestruturado em todos os campos sociais, desde a economia, cultura, desporto, política, religião, quiçá o campo da comunicação social.

Perante tantas idiossincrasias ideológicas e políticas que se cultivaram no país, no início a comunicação não era ainda célere mesmo até durante a primeira década de independência nacional não se registou um crescimento da comunicação. A falta de estruturas apropriadas e de funcionários esteve na base do avanço dos meios de comunicação em Angola. O pouco material e estrutura que existiam, ou seja, deixado pelos

portugueses não permitiram realizar um trabalho eficaz em todo o país. As estruturas do Jornal de Angola, Rádio Nacional de Angola e Televisão Pública de Angola só começaram a dar luzes no ano de 1976, mas para um processo de organização depois das visitas feitas a estas instalações pelo então primeiro presidente do país António Agostinho Neto. Essas visitas permitiram o início de uma comunicação mediática do pós-independência em Angola, fruto do pensamento de Agostinho Neto que considerou importante a função dos *media* para informar o público como acontece em qualquer país. Entretanto, a partir desse momento intensificou-se um trabalho de reestruturação do campo da comunicação.

A província de Luanda, como capital do país, foi nos primeiros anos de independência a que se beneficiou da produção de informações que aconteciam no país e passavam no jornal, rádio e televisão assim como o serviço prestado pela Agência de Notícias de Angola (ANGOP). Com uma programação e produção de conteúdo voltada aos interesses do partido MPLA que gozava do monopólio partidário¹⁰⁹, visto que os demais participantes como a FNLA e UNITA estavam fora da capital do país, o MPLA comandava toda a área da comunicação para seu benefício sem nenhuma restrição. Este afastamento dos dois partidos históricos, provocou ainda mais o atraso do desenvolvimento do país em termos de estruturas sociais e da própria economia, pois a UNITA de Jonas Savimbi foi para as matas onde se organizou dando então o início de uma guerra devido ao não-cumprimento do que foi acordado em Alvor em 1975 para a data de implementação da independência nacional. Holden Roberto refugiou-se em França depois do fracassado percurso da guerra realizada para ocupar Luanda com apoio das tropas zairenses da atual República Democrática do Congo (RDC).

Para compreendermos este assunto sobre os *media* em Angola, recorreremos às abordagens feitas por Muanamosi Matumona que disserta sobre a rádio e televisão. O que se pretende aqui não é mais retomar a história da comunicação social em Angola, mas sim a sua relevância.

“No período pós-independência, o setor da rádio foi pelas suas características o mais movimentado. Em Luanda, a Emissora Oficial de Angola continuou a usar este nome durante algum tempo. Depois, mudou, bruscamente,

¹⁰⁹ Cf. Matumona (2002:29). Além do monopólio partidário, os meios de comunicação como rádio, televisão e jornal detinham também o mesmo monopólio que se estendeu praticamente até à década de 1992, depois da assinatura dos acordos de Bicesse que deu a estabilidade do cessar-fogo entre as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola e as FALA, exército da UNITA.

para Emissora Nacional de Angola e mais tarde adotou, finalmente, o rótulo “Rádio Nacional de Angola”.¹¹⁰ (Matumona, 2002:28).

Com o período de guerra que se viveu no país, logo depois da independência, a programação da RNA era a única no país, mesmo com as suas emissoras provinciais que tinham como missão a divulgação de informações do governo no poder. A Rádio Nacional de Angola desempenhou um papel fundamental durante as primeiras três décadas de independência devido à facilidade de montar estruturas em todo o país, ao contrário dos serviços do Jornal de Angola e Televisão Pública de Angola. O mesmo aconteceu na seleção ou contratação de funcionários para desempenhar o papel de jornalistas, repórteres, locutores e apresentadores e outros técnicos cabíveis para o exercício funcional. Mas, mesmo perante essa situação, principalmente a rádio procurou sempre montar a sua esfera comunicativa para informar o público. Procurou montar uma programação mais voltada para a educação e para a defesa do país. Destaque neste período de guerra do programa “*Angola Combatente*” que enaltecia informações sobre a guerra assim como persuadia os jovens a participar no ingresso das fileiras das FAPLAs, com uma mensagem intimidadora como forma de forçar os jovens a aderir ingresso.

Por outro lado, o programa tinha também como objetivo uma linha de informar aos militares e ao mundo os êxitos alcançados pelas forças do Estado, além de um processo de interação com dedicatórias feitas pelos militares para as famílias ou vice-versa, mas que não atingia todos os envolvidos, tanto militares como as famílias devido à fragilidade das telecomunicações assim como o ambiente combativo.

Se nas cidades o domínio da rádio pertencia às forças militares do governo¹¹¹, a UNITA também criou a sua rádio dominada como VORGAN.¹¹² A mesma foi fundada em 1979. Rebuscando no que escreve Muanamosi Matumona, deparámo-nos com um trecho

¹¹⁰Matumona (2002:28-29). Rádio Nacional de Angola (RNA). Esta atividade caracterizou-se pelo vácuo da informação, provocado pela fuga de jornalistas e técnicos, pela destruição e sabotagem do material. Esta época foi assinalada, ainda, pelas ações planeadas e objetivadas para minorar e ultrapassar todas as dificuldades.

¹¹¹Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), denominação do exército angolano depois da independência, depois deu lugar às Forças Armadas Angolanas, que é a junção das FAPLA e FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) exército da UNITA.

¹¹²Cf. Matumona (2002:29). VORGAN – Voz da Resistência do Galo Negro que surgiu como resposta da UNITA ao programa Angola Combatente do MPLA, divulgado na Rádio Nacional de Angola.

acerca da criação da rádio da UNITA, apresentado por Cesaltina Fragoso,¹¹³ que disserta o seguinte:

“A VORGAN nasceu com iniciativa e vontade da direção da UNITA, com o objetivo único de informar, atualizar a nível nacional e internacional, o momento político-militar vigente, dimensionado às diferenças políticas, propósitos e esperanças na diversidade. Tecnicamente assistiu-se ao seu crescimento gradual, não só na nitidez sonora, como na expansão das ondas, que se deveu aos novos equipamentos, adquiridos pela nossa direção. Esta determinação será como constante com a UNITA a defender a Alma Angolana, as suas tradições e cultura. Assim, defender a VORGAN é defender a dignidade de Angola. Falar da VORGAN é falar de nós mesmos, da Nação. A VORGAN que diz a verdade [...] Uma orientação internamente ao serviço do nosso povo, no seu tempo”. (Matumona, 2002:29).

A criação da rádio VORGAN por parte da direção da UNITA como resposta ao que se emitia na RNA através do programa *Angola Combatente*, parece-nos mais uma filosofia encontrada pelas partes beligerantes de intensificar a guerra e de provocar o pânico entre os angolanos. Além disso, muita gente encontrava nestes programas uma forma de perceber o que estava a acontecer nos campos de batalhas. Podemos dizer também que os efeitos muitas vezes do conteúdo fornecido não era educativo, pois não se filtrava o que ia para o ar. A linguagem era mesmo a da guerra e nada praticamente de educação. No seio dos militares, era bom escutar e acompanhar. Já entre as partes, havia um controlo cerrado, ou seja, os militares de um lado não poderiam escutar a programação de outra rádio, pois os sistemas de contra inteligência controlavam os seus militares.

Por exemplo, o que era transmitido nas edições do programa “*Angola Combatente*”, os comissários políticos retomavam o mesmo conteúdo no dia seguinte como forma de estimular os militares em paradas, dando assim lições de moral e de profissionalismo de combater, neste caso, as forças da UNITA. Os comissários políticos instruídos nesta matéria política desempenhavam um papel preponderante na sensibilização dos militares e, muitas vezes, eram também os que controlavam o estado moral combativo das próprias tropas.

Assim sendo, também foi ocupado o espaço nacional do serviço de televisão, embora de forma lenta, visto que não havia investimentos na área. Aos poucos, na segunda década do período pós-independência, foram abrindo as primeiras delegações nas províncias de

¹¹³Idem. Cf. Cesaltina Fragoso. VORGAN – 16 anos ao serviço dos Angolanos, in *Terra Angolana*, maio de 1995.

Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Cuando Cubango, Huambo, Huíla, Lunda Norte, Lunda Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, enquanto a província de Luanda foi mantida sempre como a sede principal. Este registo mantém-se até aos dias de hoje que concentra todas as sedes dos meios de comunicação social do país. A falta de uma tecnologia desenvolvida, a TV era ainda no sistema de preto e branco sem nenhuma inovação até à década de 1990. Matumona fala de um esforço protagonizado pelo governo da República de Angola, que se desenvolveu ativamente em todo o país. “Presentemente, mais de 55 por cento dos programas televisivos são de produção nacional. Para tal, a TPA, em Angola, tornou-se num importante canal de esclarecimento com certo impacto, pois atualmente, quase 80 por cento da população angolana é telespectadora assídua” (Matumona, 2002:30).

Como traça Pierre Bourdieu na obra “*Sobre a Televisão*”, a televisão apresenta características relativamente diferentes, tendo um foco de impacto que diz respeito a sua produção, daí o interesse de expansão do sinal como a implementação de uma estrutura eficaz:

“Os efeitos que o desenvolvimento da televisão produz no campo jornalístico e, através dele, em todos os outros campos de produção cultural são incomparavelmente mais importantes, na sua intensidade e na sua extensão, do que aqueles que o aparecimento da literatura industrial, com a grande imprensa e o folhetim, provocara, suscitando entre escritores reações de indignação ou de revolta das quais decorreram, segundo Raymond Williams, as definições modernas da ‘cultura’”. (Bourdieu, 1997:80).

A expansão da própria TV em muitas províncias não trouxe nada de relevância, simplesmente aumentou o volume de matérias em termos de contextos, visto que houve uma produção maior, mas as mesmas perdiam o seu grau de valor, atualidade e eficiência devido ao tempo que demoravam para chegarem a Luanda. Pior ainda, no período de guerra quando os combates eram intensos no centro, leste e sul do país.

O que foi postulado por Matumona, em 2002, já contraria o que acontece com os dados de hoje. O mundo dos *media* em Angola, principalmente no campo do audiovisual sofreu várias transformações em termos de rádios, jornais e principalmente da televisão. Agora, a TPA, que é a emissora pública do país, não tem mais a melhor aceitação do público angolano, embora, com tantas dificuldades e erros, o serviço de notícias continua a ser o mais procurado e com maior aceitação por parte dos telespetadores. Mas, muitos angolanos criticam seriamente devido à forma de tratamento das matérias que são

produzidas, o valor de noticiabilidade dos temas políticos, a ausência de investigação jornalística em temas ou assuntos relevantes e falta de seriedade e interesse público.

Os anos 1990 trouxeram para o país o que se chamou o momento da democracia em Angola, pois assim surgiu a pluralidade da comunicação. O monopólio do Estado caiu perante o surgimento de novos meios de comunicação como semanários¹¹⁴, o regresso da Rádio Eclésia¹¹⁵ em 1997, depois de estar fora do ar desde 1978, assim como a instalação da Rádio VORGAN em Luanda, que mais tarde teve uma nova denominação como Rádio Despertar. Há também o surgimento da Luanda Antena Comercial (LAC), a Rádio 5, Rádio Luanda. Todas encontravam, agora espaços para persuadir o ouvinte.

Grosso modo, este fluxo do surgimento de novos meios de comunicação que se registou em Luanda, trouxe também o sentido de concorrência e de disputa para a obtenção da audiência e da credibilidade do público que, mesmo na sua maioria leigo já cobrava mais. Depois da realização das primeiras Eleições Legislativas e Presidenciais, fruto dos acordos de paz, a situação não durou, pois depois da divulgação dos resultados o país entra novamente no estado de calamidade, a guerra passa a ser o centro das atenções em Angola. A imprensa continua com o seu papel, mas sem crescimento, ou seja, a área de imprensa ocupa espaço produzindo as suas matérias como o audiovisual radiofónico, mas só em Luanda. Depois do último acordo de paz em 2002, a imprensa em geral atinge outro perfil, pois nos anos seguintes, a imprensa desenvolve-se mais e há uma aposta do governo como grupos económicos estrangeiros também colocam os seus órgãos de comunicação em Angola. Há também o sistema de TV por assinatura que vai diferenciar muito com o serviço do TPA. O telespetador está mais atento e cobrando melhor qualidade dos conteúdos emitidos. Ele é agora um crítico da sua própria televisão angolana. Ele consegue escolher o que quer assistir em seu lar, não há mais a imposição de monopólio da TPA.

A TPA consegue instalar mais dois canais da emissora (*Canal 2 e Internacional*), há uma diversidade de produção de produtos, agora com sistemas analógicos, com uma gama

¹¹⁴Matumona (2002:36). Atual, Independente, Comércio Atualidade, Folha &.

¹¹⁵Fundada em 08 de dezembro de 1956, considerada como a primeira Estação de Rádio em Angola, gerida pela Igreja Católica, desempenhou um papel importante pela luta contra a opressão portuguesa até a conquista da independência de Angola, e que depois de um tempo fora do ar, ao retomar em 1997, já no período de paz auxiliou o processo de democracia no país. Neste contexto, a Rádio Eclésia continua a desempenhar o seu papel de um meio de comunicação que informa e forma o público com mensagens de paz e de reconciliação nacional.

de jovens repórteres e apresentadores a fazer televisão. O mesmo acontece com as rádios, os jornais e o surgimento de revistas dando outro azo de aspeto de inovação ao campo mediático angolano. A censura não pára, embora “em abril de 1997, aquando da tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), o ex-presidente José Eduardo dos Santos solicitou ‘mais transparência e liberdade nos *media*’” (Matumona, 2002:37).

Por outro lado, de referir também aqui, que o cessar-fogo, através do Protocolo de Lusaka, trouxe para o país o fim de uma guerra entre os angolanos que durou quase 36 anos e, conseqüentemente, trouxe para o país a pluralidade de informação, abertura dos *media*, a paz, a liberdade de expressão, embora ainda não seja cristalizada através de muitos agentes sociais, dos políticos, os gestores, a justiça e outros organismos representativos (Candumba, 2015:42 e Matumona, 2002:36-37).

4.1.2. A modernidade do campo mediático angolano

A questão da modernidade do campo mediático no cenário angolano pode ser compreendido a partir de três vertentes consideradas como fundamentais, mas também que carecem, por um lado, de outras reflexões e observações sobre o papel e a função dos *media* em Angola. Assim sendo, partindo desta compreensão, consideramos numa primeira instância o surgimento de diversos grupos económicos da comunicação social, quer compostos pelos meios de comunicação tradicionais, quer por meios modernos, além de pequenos grupos voltados, simplesmente, outros para a televisão, assim como alguns para as revistas, semanários e jornais. Atesta-se, para esta linhagem, o destaque para o grupo económico *Media Nova* que está composto pelo Jornal “O País”, o “Semanário Económico”, a “Rádio Mais”, a “TV Zimbo” e a “Revista Caras”. Segue-se o Grupo *Global Media*, composto pelo “Novo Jornal”, os “Semanários Gazeta e Valor Económico”. Em seguida temos o *Grupo Mede Vision* composto pelos “Semanários A Capital e o Angolense”, mas por circunstâncias de ordem económica e política deixaram de produzir conteúdos desde o ano de 2016, quando o país foi atingido pela crise económica assim como os preços altos das gráficas além da própria censura instalada pelos proprietários das gráficas, ou seja, estas gráficas são na sua maioria, propriedades dos generais que comandam o Grupo Media Nova e que têm um vínculo com a máquina do governo que lideram o ciclo do mercado mediático do país.

Continuando nesta linha, temos também o Grupo Rumo, composto por dois semanários, sendo o primeiro o “Mercado” e o segundo o “Vanguarda”, depois da revista Rumo, encontramos ainda o Grupo SOPOL que é composto por um serviço de Internet, cujo endereço é (www.sopol.com.ao) e quatro rádios (Rádio Comercial, Rádio Morena, Rádio 2000 e Rádio Luanda Antena Comercial “LAC”), a Rádio FM e a Palanca TV, que têm como acionistas principais o ex-presidente do Conselho da Rádio Nacional de Angola¹¹⁶ e o ex-Ministro da Comunicação Social Manuel Rabelais, que liderou o Gabinete de Comunicação Institucional e Imagem (GCII)¹¹⁷ do ex-Presidente da República José Eduardo dos Santos (Cf, Anexo L). Para melhor situarmos os grupos supracitados, engendramo-los como Grupos Económicos pertencentes aos meios de comunicação social privados, embora as suas atuações não respondam a demanda da responsabilidade social da ética e deontologia da comunicação social.

Ainda em relação ao exposto, encontramos dois grupos económicos do aparelho do Estado angolano, ou seja, denominados como públicos, nomeadamente, o Grupo Rádio Nacional de Angola e Edições Novembro. O primeiro está composto pela Rádio Nacional de Angola (RNA), Rádio Luanda, Rádio NGola Yetu¹¹⁸, um conjunto de 17 Rádios Provinciais, dez (10) Rádios Regionais e três Rádios denominadas Comunitárias como a do Bailundo, Cacuaco, Cazenga, Quilengue e Viana, além do centro de emissão do Wako Kungo, no município de Seles, província do Cuanza Sul, inaugurado pelo ex-Ministro da Comunicação Social, José Luís de Matos, aos 29 de julho de 2017, no período do processo da campanha eleitoral de 23 de agosto de 2017. Por conseguinte, estas rádios são denominadas como sendo de carácter comunitário, mas devido à atuação das mesmas na produção de informação taxativamente política e assuntos do governo além de pertencerem ao Grupo RNA e viverem do Orçamento Geral do Estado não devem responder a este modelo comunitário. No mês de Julho de 2017, a Rádio Viana conheceu uma mudança infraestrutural, a inauguração de um novo edifício, com uma estrutura técnica e material de alto padrão tecnológico de emissão. O segundo, designado Edições Novembro, está,

¹¹⁶Exonerado pelo Governo de João Lourenço.

¹¹⁷Extinto pelo Governo de João Lourenço. Atualmente Manuel Rebelais é Deputado da Assembleia Nacional pela Bancada do MPLA, responde um processo crime instalado pela Procuradoria Geral da República.

¹¹⁸Canal Radiofónico do Grupo de Difusão da Rádio Nacional de Angola que emite em Línguas Nacionais (Kimbundo, Kicongo, Umbundo, Tchokwé, Nganguela, Kwama, Nhaneka, Ovinganguela e outras).

todavia, voltado para o jornalismo impresso, fazem parte dele o Jornal de Angola (J.A.), o Jornal dos Desportos e o Jornal de Economia e Finanças.

Nesta ordem, apresentamos também, outros meios de comunicação, que denominamos como pequenos grupos isolados que apresentam meios de comunicação no jornalismo impresso e nos audiovisuais como a rádios e TVs. A tabela a seguir mostra como esses grupos estão constituídos ou formados, tanto públicos como privados. Deste modo, apresentamos a Televisão Pública de Angola (TPA), de caráter público ou do Estado angolano, que tem 18 delegações provinciais que são responsáveis pela produção local de conteúdos a partir dos fatos e acontecimentos registados nestas zonas, (Cf. Quadro nº I). A Zap TV é uma televisão que se implantou em Angola desde 2016, surgiu como uma produtora em 2015 pertencente à produtora Semba Comunicações, mas aos poucos, devido à supremacia do capital económico, cresceu rapidamente como uma TV de realce que produz em seus programas conteúdos de entretenimento de panorama sociocultural distintos. Funciona num sistema de assinatura ou fechado com uma programação diversa além de congregar outras emissoras nacionais e internacionais e canais diversos¹¹⁹. Seguem-se ainda a BandaTV, TV Marçal, Palanca TV, e Viana TV emitidas na DSTV e TV Cabo. Temos também a TV Yetu que funciona em regime de uma TV Online e que, vai funcionar num sistema de TV por assinatura, de acordo com as publicações feitas na página da mesma no *Facebook*.

No entanto, para responder aos desafios a que se propõe, uma equipa de funcionários do mercado televisivo foi convidada pela direção da referida TV para avaliar candidatos para ingressar na mesma através de um casting. Segundo alguns interessados ao *casting*, uma das regras principal para participar, era necessário pagar cinco mil Kwanzas (KZ 5.000.00) como taxa de inscrição.

Por fim, temos a presença da TV Raiar, que funciona no sistema de transmissão de Banda Larga, localizada na África do Sul, pois ainda não foram montados emissores em Angola para a emissão local. O que dificultou o seu arranque desde o anúncio feito pelo presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Senhor Isaias Henrique Ngola Samakuva, assim como publicações nas redes sociais como *Facebook* e *WhatsApp* no mês de junho de 2017. Em outras linhas, pode-se dizer que a

¹¹⁹ Cf, Apêndice nº IX : Quadro dos canais que compõe a ZapTV.

DSTV foi contactada para fazer a transmissão da TV Raiar, mas por questões políticas a direção da DSTV também com seus escritórios centrais na África do Sul não aceitou fazer o contrato com a TV Raiar. Por conseguinte, a direção da TV Raiar, principalmente na pessoa de Isaías Samakuva, foi obrigada à recorrer a empresa Banda Larga para a emissão do canal da TV Raiar, mas com muitas debilidades.¹²⁰

Em outra circunstância, ainda temos a Rádio 2000 que também é muito de caráter independente e que está no mercado angolano desde 1994, além da Rádio Eclésia, Rádio Maria, Kairós e Tocoista ambas de caráter religioso. Um outro grupo do campo mediático é o Grupo William Tonent composto pelo semanário “Folha 8”, uma Rádio On Line e uma produtora, denominada como TV 8¹²¹ que funciona também no sistema *On line*) que tem como proprietário o jornalista Willian Tonent.

Para melhor compreendermos o exposto, apresentamos abaixo dois quadros de caracterização dos grupos económicos existentes em Angola, que são responsáveis pela produção de informações no campo mediático de Angola.

Quadro nº1. Grupos Económicos dos meios de comunicação social em Luanda (Angola).

Caracterização dos meios de Comunicação Social								
Nº	Denominação	Jornal	Semanário	Revista	Rádio	TV	Site	Localização
1	Global Media	Novo Jornal	Gazeta & Valor Económico	—	—	—	Sim	Luanda
2	Grupo Edições Novembro	Jornal de Angola, Jornal dos Desportos e Jornal de Economia e Finanças	—	—	—	—	Sim	Luanda: Tem representações nas demais províncias.
3	Grupo Media Nova	O País	Semanário Económico	—	Rádio Mais	TV Zimbo	Sim	Luanda com representações em algumas províncias

¹²⁰Na última quinzena do mês de dezembro de 2017, a direção da UNITA decretou a paralisação de emissão da TV Raiar alegando falta de responsabilidade na gestão de seu Diretor Geral Paulo Kanganjo, assim como a falta de recursos financeiros para pagar os funcionários, além da redução do pessoal.

¹²¹Acesso aos 08 de fevereiro de 2018. TV8 (“A televisão da Liberdade”, circulação do vídeo de entrevista ao William Tonent).

4	Grupo Nova Vaga	_____	Expansão, Agora e Sol ¹²²	_____	_____	_____	_____	_____
5	Grupo Rumo	_____	Mercado & Vanguarda	_____	_____	_____	Sim	_____
6	Grupo Vision	_____	Capital e Angolense	_____	_____	_____	Sim	_____
7	Grupo Interative	_____	_____	_____	Global	Palanca TV	Sim	_____
8	Grupo SOPOL	_____	_____	_____	Rádios: Morena, Comercial, 2000 e LAC.	_____	_____	Benguela, Cabinda, Huíla e Luanda,

Fonte: Nossa autoria de acordo com a observação dos meios de comunicação existentes e do Ministério da Comunicação Social.

Neste contexto, em seguida está também a tabela dos meios de comunicação social isolados do audiovisual localizado na província de Luanda (Cf. tabela nº II). É uma demonstração da distribuição dos meios de comunicação entre rádios e televisão de acordo com às suas tipologias, denominações e as entidades responsáveis pela origem e gerência das mesmas.

Quadro nº2. Meios de comunicação Social isolados (Audiovisual).

Caracterização dos meios e tipologias de sistemas de transmissão					
Nº	Denominação	Entidade Responsável	Rádio	TV	Tipo
1	Rádio Eclésia	Igreja Católica	Sim	_____	Generalista
2	Rádio Despertar	UNITA	Sim	_____	Generalista
3	Rádio Kairós	Igreja Metodista	Sim	_____	Generalista
4	Rádio Maria	Igreja Católica	Sim	_____	Generalista
5	Rádio Tocoísta	Igreja Tocoísta	Sim	_____	Idem
6	Rádio Unia	UNIA ¹²³	_____	_____	Idem
7	Banda TV	Banda TV	_____	Sim	A Cabo
8	TV Marçal	Comunidade do Marçal	_____	Sim	A Cabo/Assinatura
9	TV Raiar	UNITA	_____	Sim	A Cabo
10	TV Yetu	TV Yetu	_____	Sim	On Line
11	TV Trindade	_____	_____	Sim	A Cabo
12	Palanca TV	Palanca TV	_____	Sim	Assinatura /A Cabo
13	Viana TV	Comunidade de Viana	_____	Sim	A Cabo

¹²²Os Semanários Agora e Sol estão fora de circulação devido à situação financeira que se instalou em Angola.

¹²³Universidade Independente de Angola (UNIA).

Fonte: Nossa autoria de acordo com as observações e análises realizadas durante a pesquisa.

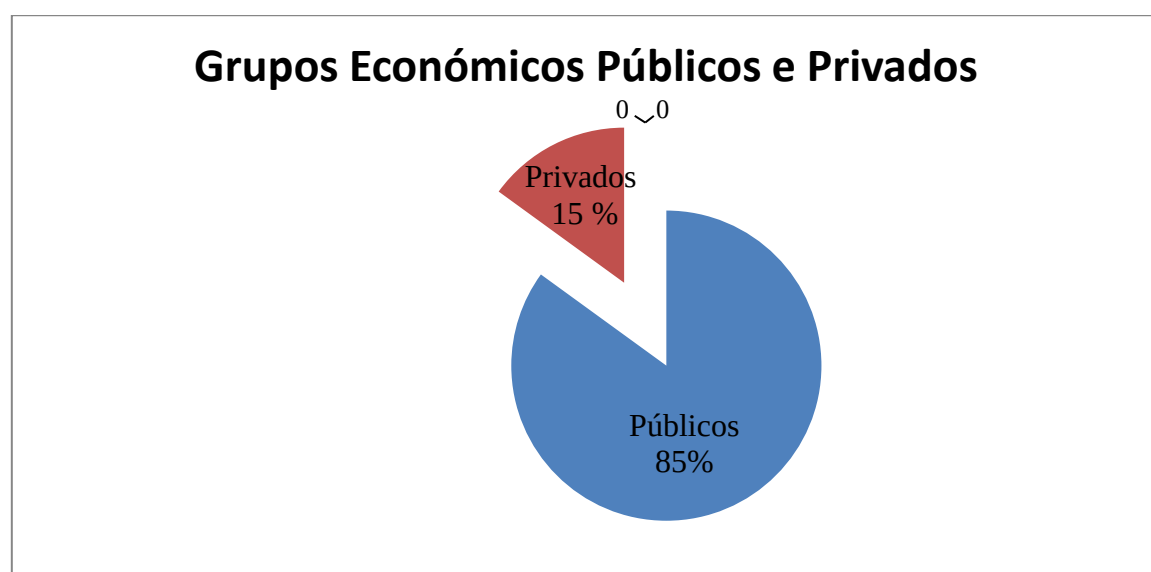
Numa segunda vertente desta linha, encontramos a estrutura física de como os meios de comunicação em Angola estão posicionados em termos de localização tanto numa estrutura de construção, técnica e de material de transmissão. Nesta ordem, podemos dizer que em termos de estruturas, o grupo Media Nova apresenta-se muito melhor em relação aos outros meios de comunicação social privados quiçá até mesmo os públicos (Estado) na sua totalidade, visto que está localizado na zona moderna do Talatona, com estruturas de edifícios modernos e altamente padronizados. Por conseguinte, tem melhores equipamentos técnicos e materiais de sistemas de produção, transmissão e emissão de conteúdos além das gráficas para Jornais, Semanários e Revistas do grupo, clientes, editoras de livros e produção de outros serviços na área de audiovisuais. Em seguida aparece o Grupo da produtora Semba Comunicações, Rádio Nacional de Angola, Televisão Pública de Angola e Palanca TV. O Grupo das Edições Novembro ainda continua numa estrutura muito tradicional. Os demais grupos económicos assim como os pequenos grupos funcionam em estruturas físicas com debilidades técnicas sem conseguir dar respostas tanto em termos de material como de técnica. Isso tem impossibilitado a melhor produção de conteúdos e de se enquadrar no mercado mediático angolano, principalmente pela componente concorrente em termos de localização na cidade de Luanda.

A terceira vertente deste estágio, por conseguinte a última, ela consiste no uso dos sistemas analógicos e digitais, ou seja, o uso de novas tecnologias de comunicação e informação desde a produção, emissão e transmissão de conteúdos. Mas, neste parâmetro, encontramos muitas debilidades tanto nos meios públicos como nos meios privados, grupos económicos diversos ou nos dois escalões aqui apresentados. De uma forma geral, apresentamos os meios audiovisuais que ainda carecem de muito investimento para se ter uma transmissão de informações ou de conteúdo para todas as localidades do país. O que mais se observa tanto os serviços de rádio como os de televisão não chegam e não cobrem a demanda geográfica do país, devido à falta de investimentos na área assim como na aposta dos empresários em expandir os seus serviços de cobertura no país. Nesta mesma dimensão, o audiovisual encontra problemas para estender o sinal de rádio e de TV devido ao posicionamento do Governo que não autoriza os grupos económicos privados e outros

meios de comunicação social independentes a instalarem-se em todo o território angolano, como os casos das rádios Eclésia e Despertar.

O mesmo acontece, por um lado, com o serviço do jornalismo impresso que não encontra mecanismos tanto na produção como na divulgação de informações em todo o país devido às questões financeiras, principalmente para os privados. Por conseguinte, o serviço das Edições Novembro, em termos de produção, os seus serviços e produtos não chegam a localidades distanciadas das capitais de províncias por falta de recursos ou apostas dos gestores. O pouco que é produzido chega tardiamente a essas localidades sem o valor de noticiabilidade atual. Isso é muito patente nas províncias do centro, leste e sul do país. Ou seja, nesta mesma dimensão está também a falta de aposta no recrutamento de mais funcionários ou profissionais nas empresas dos *media*. Este assunto pode ser percebido através do gráfico a seguir que mostra a classificação dos *media* públicos e privados em Angola.

Gráfico nº 1. Representação dos Grupos Económicos: Públicos e Privados.



Os meios de comunicação social do Estado apresentam maior domínio em termos de extensão, aceitação, acesso e de preferência dos angolanos, pois eles estão representados em todas as províncias, ao contrário dos meios de comunicação privados que ainda não receberam a legitimação do Estado para a sua extensão em todo o território.

Em termos de mediação em Angola, partindo do aspeto da modernidade, o campo ainda é classificado como embrionário, visto que no país o campo da comunicação social

ainda não está moldado com recursos materiais, técnicos e humanos para responder de forma sólida às exigências sociais como acontece em outros países, principalmente da Europa e da América em termos de tecnologias de comunicação e de informação na distribuição de informações assim como de produção. Os próprios serviços de Telecomunicações ainda necessitam de uma consolidação total, o uso dos sistemas analógicos e digitais não estão devidamente instalados no país.

Como aborda Martin-Barbero, a realidade da cultura que funciona nos meios de comunicação ou em outro sentido na conjuntura dos *media*, não se pode aferir de que se pretende com isso eliminar qualquer possibilidade de ver a comunicação como totalizante. É necessário, ao elevar-se a comunicação ao patamar da cultura, não superestimá-la e crê-la como panaceia capaz de resolver problemas que são da constituição da sociedade. Não é o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação (NTCs), isoladamente, que vai proporcionar a criação de um novo patamar de vida social, se nada for feito para combater o injusto acesso a quase todos os bens, inclusive os básicos, nesta sociedade.

Para Martin-Barbero, as mediações são os lugares de onde “provêm construções que delimitam e configuram a materialidade social e expressividade cultural da televisão”. As interações entre o recetor e o produtor podem ser compreendidas através das mediações, constituindo o lugar que propicia o consumo diferenciado aos diversos recetores dos bens simbólicos, de forma que produzem e reproduzem os significados sociais. Compreende-se que mediação seja todo um conjunto de fatores que estrutura, organiza e reorganiza a percepção e apropriação da realidade, por parte do recetor.

Entende-se, então, que o processo de mediação estrutura a percepção de toda a realidade social, não somente da receção de produtos das indústrias culturais. Sem dúvida, a identidade cultural integra mediações. Só que os *media* possuem um importante papel na constituição das identidades culturais. Então, pode-se dizer que os meios de comunicação também compõem as mediações, o que contribui para dificultar tentativas de análise isoladas. Mais, um motivo para reafirmar-se que, apesar do recetor também ser ativo, os meios de comunicação inegavelmente possuem um papel de destaque no processo. Sendo o conjunto de mediações ordenador de apropriações distintas da receção, ele funciona como uma lente. Conforme as mediações, o recetor vê um determinado produto televisivo ou fato social. Cada mediação é uma lente que estrutura a receção. A representação da sociedade homogeneizada, com óculos iguais, não corresponde à verdade. As mediações dos

recetores são diferentes em si. Ocorre é que grupos com características similares possuem mediações semelhantes e, portanto, apresentam óculos semelhantes.

São três os lugares de mediações propostos por Martin-Barbero, como hipóteses: a quotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. O quotidiano é o lugar privilegiado para abordar o processo de receção. No espaço das práticas quotidianas encontram-se desde a relação com o próprio corpo até ao uso do tempo, o habitar e a consciência do que é possível ser alcançado por cada um. Por isso, a valorização que passou a ter o cotidiano, como lugar de captação do real.

É no quotidiano onde ocorre a receção, onde as pessoas vivem e o sujeito mostra-se como verdadeiramente é, onde ele pode soltar-se da maioria das amarras que carrega. A quotidianidade familiar, repleta de tensões e conflitos, é um dos poucos lugares onde os indivíduos se confrontam como pessoas e onde encontram alguma possibilidade de manifestar suas ânsias e frustrações. O âmbito familiar, inclusive, reproduz, de forma particularizada, as relações de poder que se verificam no conjunto da sociedade. O outro lugar de mediação é a temporalidade social. Esta mediação refere-se à especificidade do tempo do cotidiano, contrariamente ao tempo produtivo. O tempo de que é feito a quotidianidade é repetitivo, enquanto o tempo valorizado pelo capital, o produtivo, é aquele que se mede, que corre (Martin-Barbero, 2008:236). O tempo do quotidiano é o próprio das culturas populares, cíclico, que o Estado-nação tentou abolir e aglutinar num novo tempo, único e composto de unidades contáveis.

No processo de receção, a competência cultural apresenta uma mediação fundamental, colaborando decisivamente para que os recetores consumam diferentemente os produtos culturais. A competência cultural não se refere só à cultura formal, aprendida nas escolas e nos livros. É toda uma identidade, onde se insere também a educação formal, mas vai além, abrangendo a cultura dos bairros, das tribos urbanas. É uma marcação cultural viabilizada por meio da vivência, da audição e da leitura.

A economia política dos *media* do mundo ocidental tem sido dominada, de há muito tempo a esta parte, por dois dispositivos centrais de regulação, o dinheiro e o poder (...) a ação do dinheiro e do poder serviu para suportar uma influência cada vez maior do mercado e do Estado sobre a comunicação pública (...). Neste contexto, a intervenção a nível dos *media* de ambos os dispositivos funcionais tem essencialmente servido para

favorecer uma ação de caráter manipulativo e as formas de propaganda, tendentes a impor fechamentos compulsivos de sentido (Esteves, 2005:16).

4.1.3. A conjuntura da rádio na divulgação de informações e construção social

Este aspeto da utilização dos meios de comunicação social que não responde a dimensão social em que eles são construídos pode também ser entendido a partir da abordagem feita por diversos autores que estudam e analisam o campo dos *media*. Por conseguinte, seria bom e mais eficaz que os meios de comunicação fossem usados de forma correta a partir do seu papel de responsabilidade social. Entretanto, segundo a postulação de Enzensberger (1979:49), pela primeira vez na história, “os meios de comunicação possibilitam a participação maciça em um processo produtivo social e socializado, cujos meios práticos se encontram nas mãos das próprias massas. Uma utilização desse tipo conferiria autenticidade aos meios de comunicação (que até agora levam injustamente esse nome), na sua forma atual, técnicas como na televisão e no cinema não estão a serviço da comunicação, mas até lhe são obstáculos”.

Nesta mesma dimensão social dos *media*, Enzensberger vai mais longe nas suas abordagens, ele mostra, sobretudo, o uso do sistema de rádio na divulgação de informações produzidas de forma em que toda a produção de informação deva ser para a sociedade:

“A radiodifusão há-de ser transformada de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação. A radiodifusão poderia ser o mais fantástico meio de comunicação imaginável na vida pública, um imenso sistema de canalização. Quer dizer: isto se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; em outras palavras, se conseguisse que o ouvinte não se limitasse a escutar, mas também falasse, não ficasse isolado, mas relacionado”. (Enzensberger, 1979:49).

Por conseguinte, estas informações nos processos de produção da própria rádio assim como dos outros meios de comunicação social, são como descrevem os vários autores anteriores a Enzensberger como irrealizáveis na presente ordem social, porém realizáveis, essas propostas, que são simplesmente a consequência natural do desenvolvimento técnico, constituem um instrumento para a propagação e formação dessa outra ordem social” (Bertold Brechet, *Radiotheorie*, 1932:129, *Gesammelte Werke*, VII,: 130-134, citado por Enzensberger, 1979:49). Continuando com as observações plasmadas por Enzensberger (1979:53), desta vez apoiando-se no que é postulado por Georg Orwel, com uma visão fantasmagórica de uma indústria monolítica da consciência e obsoleta dos meios de

comunicação, manifesta uma compreensão não dialética apoiado na teoria dos sistemas, disciplina da ciência burguesa (portanto, com categorias imanentes ao sistema), torna-se possível demonstrar que um sistema de comunicação tecnologicamente falando, uma rede, tão logo ultrapasse certo limite crítico, já não pode mais estar sujeito a um controle centralizado, só podendo ser calculado estatisticamente. Mas, por outro lado, essa tecnologia traz para a sociedade e principalmente para a esfera da comunicação novas formas de abordagens, rapidez e eficiência na produção das informações. Essa “permeabilidade” básica dos sistemas estocásticos permite cálculos de probabilidade baseados em amostragens e extrapolações. Todavia, uma supervisão completa exigiria um sistema de controle que seria maior do que o próprio sistema.

No entanto, um controle que correspondesse às intenções dos que dominam o sistema, exercido de forma não absoluta, só oferece meios deficientes para a autorregulação dos sistemas na plenitude. Um tal tipo de controle pressuporia um alto grau de estabilidade interna. Mas, perdendo-se esse precário equilíbrio, as medidas baseadas só em amostragens estatísticas, fracassaram num tempo de crise. Os fatores de interferência podem penetrar nos setores não hermeticamente controlados dos meios de difusão, para ali propagarem-se com rapidez. Em tais casos, e se ainda tiver capacidade de ação, o regime ameaçado empregará a força, lançando medidas policiais ou militares. Portanto, o estado de exceção constitui a única alternativa à “permeabilidade” da indústria da consciência. Todavia, não pode ser mantido indefinidamente. As sociedades de industrialização avançada dependem de um livre intercâmbio de informações: as necessidades objetivas, continuamente invocadas por seus controladores, voltaram-se contra eles mesmos.

Neste caso, a rádio sempre jogou um papel preponderante desde o seu surgimento dando informações em tempo real, assim como permitiu em primeira instância a interação direta entre os fazedores de informação em rádio com o ouvinte. Assim sendo, Sorlin apresenta-nos duas lógicas distintas envolvidas no processo do surgimento da rádio: numa primeira consiste no processo do lucro, enquanto a segunda é da sua expansão indefinida da rádio. Nestas proporções lógicas indicadas por Sorlin, segundo ele, há portanto, “dois fenómenos, que se entrelaçam e obscurecem mutuamente, são, pelo menos, parcialmente independentes, a questão dos lucros deve ser cuidadosamente separada do monopólio” (Sorlin, 1997:103).

A rádio através da sua veracidade e rapidez na divulgação de informações tem contribuído na formação, entretenimento dos vários sujeitos da sociedade, permitindo assim a formação de uma identidade de construção social. Assim sendo, ela constitui também um elemento simples em termos de obtenção como na sua divulgação e extensão encontrar maior facilidade de atingir todos os grupos de uma determinada sociedade desde os povos dos centros urbanos e das zonas rurais. Mas, isso também passa pelos processos de investimento do Estado nos serviços de telecomunicações, assim como na atualidade deve-se apostar também numa tecnologia emergente e eficiente de acordo com o espaço e tempo de cada sociedade. Neste sentido, é possível construir uma comunicação social que responda ao sistema de culturas dos povos e das comunidades.

Os mecanismos de construção social através da rádio ocorrem de forma lenta, visto que o sinal mesmo o da Rádio Nacional de Angola, que é pública e única por lei com extensão em todo o território, não se faz sentir em termos de cobertura e tampouco através do sinal de captação em todo o país. Acerca da rádio, considera-se dois pontos fundamentais, segundo o que é apresentado por Matumona:

“ 1- A Lei de 1991 que foi reproduzida à letra consiste de que “a atividade de radiodifusão é exercida pelo Estado, podendo a lei especial determinar as formas de licenciamento e do exercício de estações de rádio comerciais privadas. 2- A concessão do serviço público de radiodifusão é atribuída à Rádio Nacional de Angola”. Em muitas localidades, o sinal de receção é caótico e obstruído pelas ondas magnéticas que não conseguem se assegurar durante as transmissões”. (Matumona, 2002:76).

Esta lei praticamente esbarra-se nos princípios da própria liberdade de imprensa que no seu terceiro (3º) ponto do artigo 44, “O Estado assegura a existência e o funcionamento independente e qualitativamente competitivo de um serviço de rádio e de televisão” em todo o território de Angola. Mas, esta situação não se vive na realidade, fazendo com que os novos proprietários de meios de comunicação social, ou os denominados grupos económicos do campo dos *media* encontram dificuldades na extensão das rádios como são os casos da Rádio Eclésia e Rádio Despertar. Ou seja, o governo tem pautado em autorizar a abertura ou surgimento de novas rádios, mas as mesmas só podem ter o sinal de cobertura na sede capital do país, isto é, em Luanda. Este sistema de comportamento do Estado ou do governo tem provocado várias críticas e reflexões a muitos agentes da economia, política, religião assim como pessoas de outras linhas de pensamento e de reflexões da sociedade. Para dar sustentabilidade desta capacidade ingénua do Governo angolano, percebe-se o seguinte ainda como defesa à liberdade de imprensa, assim como

uma limitação colocada na sociedade na reprodução de notícias assim como a extensão do campo da radiodifusão:

“É proibida a publicação ou reprodução de notícias ou fatos na imprensa nacional ou estrangeira que ponham em causa a unidade, a soberania e a integridade nacionais que atentam contra a honra e a reputação dos titulares dos órgãos de soberania do Estado”. (Lei de Imprensa de 1991).¹²⁴

Partindo das diversas abordagens da rádio, buscamos também compreender a dimensão do mesmo no contexto português, segundo um estudo feito por Rogério Santos, autor da obra *A Rádio em Portugal. “Sempre no Ar, Sempre Contigo,” (1941-1968)*, dissertando que “o rádio foi um espelho e motor dessas mudanças, mesmo em Portugal e com restrições ideológicas do Estado Novo”. Santos nesta obra procura estudar a relação da programação da rádio com o mundo mais vasto, o da música, incluindo a promoção de artistas, a realização de espetáculos, a produção de fonogramas e o modo como a rádio e os jornais se articulavam no período de 1941-1968. Na mesma obra, o autor procura também investigar a relação das instituições públicas com o Estado Novo. Assim sendo, na investigação de Santos encontramos a definição de rádio apresentada pelo crítico de rádio César Afonso:

“Da mesma forma que, num jornal, um leitor procura os anúncios, outro procura a Bolsa, outro o folhetim, outro o futebol, e assim por diante, também na rádio o ouvinte procura aquilo que especialmente lhe interessa, pondo de lado o aparelho logo que a sua curiosidade se encontra satisfeita. De maneira que para uns a rádio será música, para outros será o folhetim, a anedota, o relato de futebol, e tantas outras modalidades por que se reparte a atividade da rádio. [...] E como os gostos variam e em muitos casos são antagónicos surgem os conflitos, por vezes no seio da família”¹²⁵. (Santos, 2014:9).

Em comparação com o que acontece em Portugal, podemos também resenhar a situação da Rádio no Reino Unido. Ou seja, depois do surgimento da rádio, houve a necessidade de se apostar na “rádio local¹²⁶ que compete com a rádio nacional”¹²⁷. Além das cinco emissoras nacionais da BBC (*One FM, Radio Two, Radio Three, Radio Four e*

¹²⁴Cf. Matumona (2002:76).

¹²⁵ Cf. Santos (2014:9). Definição feita por Caetano Afonso, crítico de rádio da Flama.

¹²⁶Chantler, Paul & Harris, Sim (1998:18), *Radiojornalismo*, São Paulo, Summus Editora. A rádio local surgiu em 1967, quando a BBC colocou no ar a Rádio Leicester, em caráter experimental. Antes disso, existiam programas regionais nas rádios nacionais, mas nada que se assemelhasse a uma rádio local. A BBC teve monopólio desse serviço por seis anos, até que a primeira emissora comercial, a LBC, comesse a transmitir de Londres, em 1973. Ela foi seguida, alguns dias depois, pela Capital Rádio. Durante a década de 1970 e início de 1980, o número de emissoras comerciais e da BBC continuou a crescer pelo Reino Unido.

¹²⁷ Idem (1998:19).

Radio Five Live), há três estações comerciais nacionais (*Classic FM*, *Virgin Radio* e *Talk Radio*). Este fluxo de diversas rádios locais, no entendimento dos autores Chantler & Harris (1998:19), que denominaram como proliferação tem provocado o número total de pessoas que ouvem rádio parece permanecer o mesmo. Por um lado, a existência de muitas rádios no Reino Unido trouxe outras exigências em termos de se fazer informações, tais como a questão da competitividade entre as rádios locais assim como a rádio nacional que se estende no mesmo território. Por outro lado, exigiu dos proprietários e jornalistas a montagem de uma estrutura excelente de rádio, o profissionalismo dos funcionários sobretudo a dedicação na apuração das matérias ou dos assuntos sociais em geral, tanto por acidentes, catástrofes, incêndios, *press releases*¹²⁸ das instituições públicas ou privadas, informações da polícia, os bombeiros e serviços de ambulância que constituem como serviços de emergência (Chantler & Harris, 1997:38-40).

À semelhança com o que acontece no Reino Unido, a situação da proliferação das rádios locais começa a emergir no país, embora a sua extensão ainda seja embrionária devido à responsabilidade através de a lei da comunicação ser só permitida para a Rádio Pública. Deste modo, como o monopólio da extensão dos serviços da rádio está sob responsabilidade da Rádio Nacional de Angola, a mesma tem representações nas 18 províncias do país de acordo com o *quadro nº 3*. Entretanto, as rádios locais estão presentes em alguns municípios segundo o *quadro nº 4*. No entanto, uma terceira dimensão seria representada por rádios comunitárias, mas na lógica da compreensão das rádios comunitárias e do jornalismo comunitário as mesmas não se enquadram como pertencentes às rádios comunitárias, visto que têm conexão direta com a Rádio Nacional de Angola e são sustentadas através do Orçamento Geral do Estado, além de fomentarem a divulgação de informações do governo e do partido MPLA (Cf. Quadro nº 5).

Quadro nº 3. Extensão das Rádios provinciais.

Nº	Denominação da Rádio	Província	Frequência	Observação
1	Rádio Provincial do Bengo	Bengo	87.09	
2	Rádio Provincial de Benguela	Benguela	92. FM	Duas Regionais
3	Rádio Provincial do Bié	Bié	95.03	

¹²⁸Chantler & Harris (1998:40). Os *Press Releases* são uma fonte excelente de informações básicas, mas precisam ser tratados com cuidado. Eles são distribuídos por pessoas que querem divulgar um fato a sua própria linguagem. Na realidade, o que eles querem divulgar nos *media*, muitas vezes, não chega a ser uma notícia, como lojas informando a data do início das liquidações de inverno. Mas podem, às vezes, ser uma notícia parcial. Por exemplo, quando querem divulgar a festa de um partido político.

4	Rádio Provincial de Cabinda	Cabinda	Modulada	
5	Rádio Provincial do Cuando Cubango	Cuando Cubango	Modulada	
6	Rádio Provincial do Cuanza Norte	Cuanza Norte	89.00	Uma Regional
7	Rádio Provincial do Cuanza Sul	Cuanza Sul	97.06	Duas Regionais
8	Rádio Provincial do Cunene	Cunene	92.02	
9	Rádio Provincial do Huambo	Huambo	88.05	Duas Regionais
10	Rádio Provincial da Huíla	Huíla	96.06	Uma Regional
11	Rádio Provincial de Luanda	Luanda	99.90	Três Regionais
12	Rádio Provincial da Lunda Norte	Lunda Norte	93.03	
13	Rádio Provincial da Lunda Sul	Luanda Sul	Modulada	
14	Rádio Provincial de Malanje	Malanje	92.01	
15	Rádio Provincial do Moxico	Moxico	Modulada	
16	Rádio Provincial do Namibe	Namibe	94.08	Duas Regionais
17	Rádio Provincial do Uíge	Uíge	91.00	
18	Rádio Provincial do Zaire	Zaire	Modulada	Duas regionais

Fonte: Rádio Nacional de Angola: [http://. www.rna.ao](http://.www.rna.ao). (Acesso aos 23.02.2017).

Além da extensão das rádios a nível das províncias, o Estado angolano tem procurado criar as rádios locais, na conjuntura dos municípios de todo o país, mas o fraco investimento na área das telecomunicações torna o processo retardado na medida em que o grau de extensão ainda não atingiu a metade dos municípios do país. O quadro nº 4 indica muito bem este pressuposto.

Quadro nº 4. *Representação das rádios locais do Grupo Rádio Nacional de Angola.*

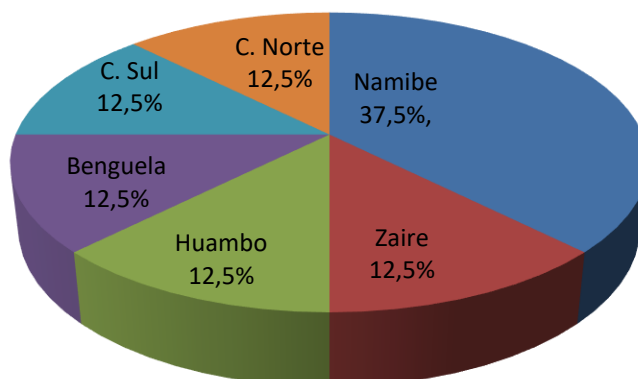
N	Denominação	Município	Província	Observação
1	Camucuio	Camucuio	Namibe	
2	Dondo	Cambambe	Cuanza Norte	
3	Waku Kungo	Seles	Cuanza Sul	
4	Lobito	Lobito	Benguela	
5	Mungo	Bailundo	Huambo	
6	Soyo	Soyo	Zaire	
7	Tombwa	Tombwa	Namibe	90.03
8	Virei	Virei	Namibe	

Fonte: Rádio Nacional de Angola. [http://. www.rna.ao](http://.www.rna.ao). (Acesso aos 23.02.2017).

Assim sendo, o *quadro nº 4* pode ser também compreendido através da representação gráfica que se segue em termos de localização em seis províncias onde há rádios locais criadas pelo Governo.

Gráfico nº 2-Rádios locais do Grupo Rádio Nacional de Angola

Localização das rádios locais do Grupo RNA



Quadro nº 5. *Denominadas como Rádios Comunitárias, mas pelo exercício de transmissão não são consideradas comunitárias.*

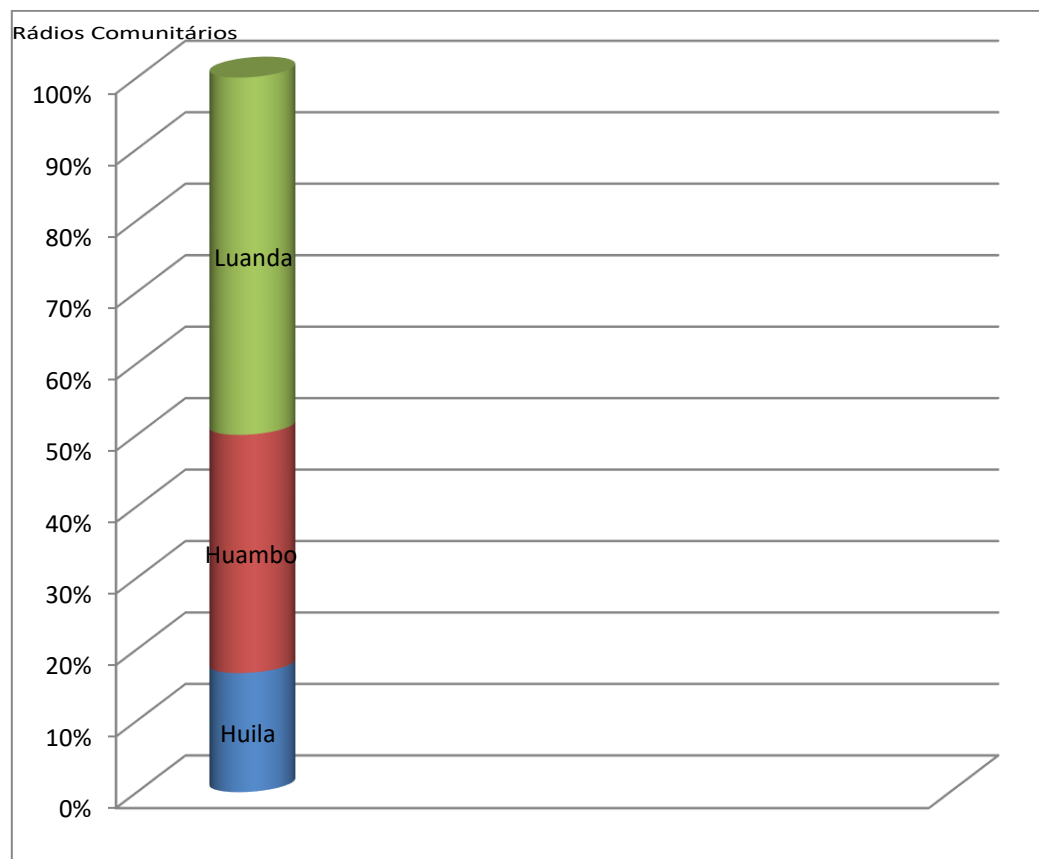
Nº	Denominação da Rádio	Município	Província	Início	Observação
1	Rádio Bailundo	Bailundo	Huambo	2013	
2	Rádio Caála	Caala	Huambo	2013	
3	Rádio Cacuaco	Cacuaco	Luanda	2012	
4	Rádio Cazenga	Cazenga	Luanda	2012	
5	Rádio Quilengue	Quilengues	Huíla	2013	
6	Rádio Viana	Viana	Luanda	2012	

Fonte: Rádio Nacional de Angola: <http://www.rna.ao>. (Acesso aos 23.02.2017).

Nesta representação gráfica, a província de Luanda possui três rádios comunitárias (Cacuaco, Cazenga e Viana), Huambo com duas rádios (Bailundo e Caála) e Huila com uma rádio (Quilengues) de acordo com o quadro nº 5. A compreensão de rádio comunitária em Angola por parte do governo passa a ser um fiasco e falta de conhecimento do Ministério da Comunicação Social assim como de vários agentes sociais, pois as rádios Cacuaco, Cazenga e Viana não respondem aos critérios de rádios comunitárias. Elas estão em conexão direta com a Rádio Nacional de Angola e a sua gestão depende das autoridades do Estado (Governo) e transmitem tudo que acontece na província de Luanda, assim como em todo o território nacional além das informações do mundo e o envolvimento em servir o governo no poder através do Movimento Popular de Libertação

de Angola (MPLA) que está no Poder. Possuem filosofia de transmissão a partir de uma linha editorial voltada às exigências e obrigações políticas do MPLA.

Gráfico nº 3. Rádios Comunitárias de acordo com o Ministério da Comunicação Social.



Como já frisamos, a denominação destas rádios como comunitárias não responde ao conceito dado por autores e investigadores que estudam a linhagem de rádio comunitária. Este assunto é também sustentado por Candumba (2015), que nega esta situação, pois Candumba atrela-se nas postulações feitas por Callado e Estrada (1985); Bordenave (1982 e 1993) e Luz¹²⁹ (Sem ano de Publicação) que sustentam os critérios da existência das rádios comunitárias no Brasil e na América Latina. O assunto rádio comunitária pode ser também compreendido a partir do que é dissertado por Dioclécio Luz.

“Rádio Comunitária é uma emissora administrada por um conselho da comunidade, sem fins lucrativos; não pertence à religião, partido ou empresa; seu objetivo maior é o desenvolvimento da comunidade. Conforme a legislação, as RCs vão operar em FM. Ela deve ser plural e democrática – tem que abrir espaço para todas as pessoas, todos os partidos, todas as religiões. Não pode

¹²⁹Luz, Dioclécio (S.D.), Rádios Comunitárias: Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo.

fazer proselitismo religioso (propaganda religiosa, catequese). A religião pode pertencer ao Conselho comunitário, mas não pode ser a entidade única no Conselho, para não caracterizar a propriedade”. (Luz, S.D:165).

4.2. A atividade informativa da televisão em Angola

A atividade informativa da televisão em Angola é praticamente nova devido ao atraso do registo dos primeiros ensaios sobre a Televisão. Este assunto encontra sua história a partir da obra de Paulo Coelho, ao escrever o livro de *História e Estória da Informação em Angola*. O autor é sucintamente, apresenta como foram dados os primeiros passos das emissões de TV no país, num período ainda sob domínio de Portugal. Foi então na década de 1960 que os primeiros passos foram dados no Huambo, no ano de 1962, posteriormente em Benguela e toma a sua eficácia em Luanda em 1971. Este assunto também é apontado por Matumona (2002:19-20). Entretanto, estes ensaios demoraram na implementação, visto que encontravam barreiras junto das autoridades portuguesas fazendo com que as iniciativas perdessem as suas fundamentações no tempo e no espaço.

Mas, a vontade de se ter acesso ao sinal de TV era enorme para os idealizadores nacionais, segundo as postulações de Coelho. Percebe-se que a partir desta reflexão histórica apresentada por Coelho, o assunto da televisão não traz uma abordagem profunda sobre o aparecimento da própria TV em Angola, visto que em sua pesquisa pouco material foi encontrado em arquivos e tampouco depoimentos de pessoas ligadas às mesmas descobertas. O que foi pesquisado por Coelho constitui o grosso sobre os primeiros momentos do surgimento da TV em Angola e que serve como material para sustentar o campo televisivo angolano.

No período em que Angola era uma colônia de Portugal, quase não se conseguiu ter um registo eficiente sobre as iniciativas da implantação da televisão em Angola assim como em outros países da zona Austral ou mesmo em muitos países sob tutela na altura das potências europeias que submeteram os países africanos, América latina e até mesmo asiáticos como suas colônias. O medo de perderem os direitos de governar as terras e sacarem os bens desses países através da abertura da comunicação ou que a visão do mundo seria facilmente percebida, fez com que muitas potências limitassem a dar abertura para a instalação da televisão nessas terras. Muanamosi Matumona ao falar sobre os aspetos da comunicação no que diz respeito à televisão, também não apresenta linhas novas em relação ao que já foi dissertado por Coelho, embora sua pesquisa decorra em momentos diferentes, isto é, no século XXI, precisamente no ano de 2002. Em sua obra

sobre o “*Jornalismo Angolano, história, desafios e expectativas*, Muanamosi Matumona, ao fazer abordagem sobre e televisão apresenta o seguinte:

“É de assinalar que a televisão era um dos grandes tabus do colonialismo português, no sentido de boicotar, por todos os meios, as possibilidades de informação e educação do povo angolano. E sempre permaneceu a convicção de que os governos de Lisboa e Pretória tinham acordos secretos, que estabeleciam impedimentos à instalação de canais de televisão em Angola, Moçambique e África do Sul”. (Matumona, 2002:19).

Depois da independência, a Televisão Pública de Angola teve uma estrutura de responsabilidade na distribuição do sinal de TV para todo o país, embora esta situação ainda não seja uma realidade para a vida de toda a população angolana. Ou seja, a TPA só tem instalações nas capitais das 18 províncias (Cf. Quadro nº 7) devido à responsabilidade que o Estado atribuiu a mesma.¹³⁰ Outrossim, podemos aferir que o sinal de distribuição de televisão em outras partes do país, exceto Luanda, só pode ser feito, como já fizemos referência, pela Televisão Pública de Angola. Mas, em contrapartida, a TV Zimbo e Palanca TV têm feito suas coberturas nacionais. A TV Zimbo tem representações nas províncias de Benguela e Huíla. A delegação de Benguela é responsável pela cobertura nas províncias do Bié e Huambo, além das equipas de repórteres que se têm deslocado por todo o país.

Quadro nº 6. Representação das Delegações Provinciais da Televisão Pública de Angola.

Nº	Delegações nas Províncias	Cidade	Outras cidades	Observação
1	Província do Bengo	Caxito	Não	
2	Província de Benguela	Benguela	Idem	
3	Província do Bié	Cuito	Idem	
4	Província de Cabinda	Cabinda	Idem	
5	Província do Cuando Cubango	Menongue	Idem	
6	Província do Cuanza Norte	Ndalatando	Idem	
7	Província do Cuanza Sul	Sumbe	Idem	
8	Província do Cunene	Ondjiva	Idem	
9	Província do Huambo	Huambo	Idem	
10	Província da Huíla	Lubango	Idem	
11	Província de Luanda	Luanda	Idem	
12	Província da Lunda Norte	Dundo	Idem	
13	Província da Lunda Sul	Saurimo	Idem	
14	Província de Malanje	Malanje	Idem	

¹³⁰ Cf. Dembe (2018:40). Que apresenta a estrutura da Televisão Pública de Angola com uma composição de dois canais, sendo canal 1 (visto em todo o país) e canal 2 (é visto apenas na capital, Luanda. Existe também a TVC, que apenas vende o espaço publicitário da TPA. Atesta-se aqui que no ano em que foi publicado o livro “*Angola na Imprensa Ocidental (2002-2004)*”, a TPA já tinha o seu canal Internacional, mas o autor não faz referência na sua pesquisa.

15	Província do Moxico	Luena	Idem	
16	Província do Namibe	Moçamedes	Idem	
17	Província do Uíge	Uíge	Idem	
18	Província do Zaire	Mbanza Congo	Idem	

Fonte: Site da TPA: [http:// www.tpa.ao](http://www.tpa.ao). (Acedido aos 03/01.2017).

As pesquisas de Coelho e Matumona são essenciais para se compreender esse aspeto das primeiras iniciativas sobre o surgimento da televisão em Angola. Assim sendo, o profissional que trabalha em televisão, grosso modo, por inerência, passa a ser um produtor de imagem, pois a televisão trabalha com a imagem que sempre está ligada ao texto. Este assunto também pode ser percebido de forma filosófica a partir das colocações de Immanuel Kant. O esquema¹³¹ é esse produtor de imagens, de representações que, desdobrando-se na temporalidade interna do sujeito, são aglutinadas numa espécie de monograma da imaginação pura *a priori*. Ou seja, percebe-se nesta ideia que, de acordo, com a percepção de Ricardo R. Terra, atesta de que “a imagem pura de todas as grandezas para o sentido externo, é compreendido como o espaço”, de acordo com a percepção de Kant (1986:145). O autor espelha também que, ao falarmos do espaço, é necessário estabelecermos de forma coesa atribuir o próprio tempo, que é a imagem de todos os objetos de sentido em geral.

Ao contrário disso, para a reflexão do papel da televisão na sua dimensão social e sua atuação na produção e transmissão assim como o direcionamento dos públicos, podemos também recorrer, sobre este assunto, ao que é discorrido por Anthony Giddens, na sua imensa obra denominada como “*Sociologia*”, fazendo uma análise a respeito dos programas que são transmitidos na televisão. Desta feita, Giddens enaltece o seguinte aspeto:

“Embora existam algumas exceções, análises dos programas televisivos destinados a crianças leva-nos às mesmas conclusões. Estudos sobre os desenhos animados vistos mais frequentemente mostram que virtualmente todas as principais figuras são masculinas e que estas dominam as ocupações ativas representadas. Imagens semelhantes encontram-se nos anúncios publicitários que aparecem em intervalos regulares entre os programas”. (Giddens, 1997:209).

¹³¹C.F. Ricardo R. Terra (1986:145), Ideia de uma História Universal de um ponto de vista Cosmopolita: Immanuel Kant.

No que é apresentado por Giddens (1997), também é praticamente sustentado por Roger Silverstone ao falar da questão da tele-realidade da televisão. Como salienta Silverstone (2002) a emergência e o sucesso da *tele-realidade* não dizem outra coisa. Ela é, nesse sentido, um lugar de leitura das contradições da comunicação. É de bom criticá-la, mas ela é em primeiro lugar o espelho da nossa sociedade. Ela representa certamente o que há de contestável sobre a realidade económica da televisão que, a pretexto de mobilizar jovens, cria as situações mais artificiais, excita os narcisismos e o desejo de competição.

Assim sendo, Silverstone (2002:51) entende que a tele-realidade só tem o nome, porque tudo é encenado e artificial, condensa bem a dupla dimensão da comunicação. Para alguns, é um jogo entre tantos, revelador da expectativa dos jovens, para outros é o plano inclinado da evolução natural da televisão, onde tudo se pode vender e pôr em competição para o maior prazer “voyeur” e dos interesses económicos. Dito isto, a dimensão espelho da sociedade é pelo menos tão importante quando a ideia de “decadência”. Se tantos espetadores, cientes da mistificação, veem estes programas, é porque eles exprimem alguma coisa. Se o público nem sempre tem razão, é difícil, no entanto, negar-lhe qualquer competência.

Outrossim, o autor entende que “a tele-realidade é, reveladora da necessidade de ultrapassar certos esquemas. Não se trata de sexualidade, mas sim de sentimentos, de jogo, de valorização recíproca, de fuga de solidão, de capacidade de jogar e de se transcender”. (Silverstone, 2002:51). A procura de si e da sua expressão é afinal a consequência da nossa sociedade individualista habituada a falar livremente. A televisão talvez nem sempre esteja à altura deste desafio mas, pelo menos, mediu-lhe a importância. É certo de que as abordagens do autor leva-os a refletir e querer que a tele-realidade não tem grande ligação com a realidade que é suposta representar, mas o que ela diz, sobretudo, é uma psicologia crescente das relações sociais e o desmoronamento das grandes narrativas coletivas que acontecem nos *media* em geral, ou ainda, todavia, na literatura no seu todo.

A televisão trouxe para o mundo o momento de cada sujeito poder estar em casa e acompanhar a partir dela os acontecimentos de seu país e do mundo. Pois, como se conhece, a televisão através deste aspeto da divulgação de diferentes assuntos ou o que se adotou muito no planeamento e produção de eventos, ela passou a ser o espelho das residências onde enxergamos o mundo. Assim, Silverstone assegura ainda:

“A tele-realidade, como prova definitiva da vulgaridade da televisão, serve de bode expiatório, porque a maioria das mutações sociais e culturais que sofremos nada têm a ver com a televisão. *A tele-realidade de um espelho*. Com ela, como com a maior parte dos espetadores saem igualmente das suas casas, divertem-se e por vezes aprendem alguma coisa. Nada indica que eles aprovam. Mas isso, no entanto, põe em causa os dirigentes, os *media* e os produtores, porque afinal o público vê o que lhe mostram. A televisão é coisa que não existe em si. Existem decisões, programas, públicos. Mas é mais fácil pôr em causa a “televisão” e a estupidez do público que o resto da cadeia das responsabilidades.” (Silverstone, 2002:52).

O serviço de televisão em Angola teve início em 1962, quando o mundo já vivia quatro décadas do serviço de televisão desde que Vladimir Zworykin descobriu o Iconoscópio em 1923, em seguida os primeiros testes de transmissões em 1927.¹³² Com efeito, segundo Dembe (2018:40), o fenómeno da televisão por subscrição já chegou em Angola. A primeira a entrar no mercado foi a Multichoice Angola, que tem um conjunto de vários canais internacionais (incluindo a RAI Internacional, a CNN, a RTP África, a BBC, a TVE, a TV5 Monde, a MTV, a TVGlobo, a TV Record, etc). A segunda empresa de televisão por subscrição a entrar no mercado foi a TV Cabo Angola, de banda larga, concorrente da Multichoice. A Televisão Pública de Angola (TPA), com dois canais, é a única TV local autorizada em Angola.

4.2.1. A concentração do audiovisual da rádio e da televisão em Luanda e suas filiais

O processo de extensão de serviço de rádio e televisão passa por um momento difícil em termos de localização, pois as sedes dos meios de comunicação estão concentradas na capital do país de acordo com o poder público angolano. Assim sendo, Luanda por ser a capital do país concentra todas as redes de emissoras de rádio e de televisão, embora em alguns casos, é possível neste paradigma encontrarmos rádios privadas do grupo SOPOL¹³³, como a Rádio Comercial, na província de Cabinda, a Morena em Benguela e Rádio 2000 na Huíla. A concentração das rádios em Luanda também acontece porque maior parte dos pequenos grupos económicos que existem em Angola tem suas iniciativas

¹³²Paternostro, Vera Íres (199:24), O texto na TV. Manual de telejornalismo. Vladimir Zworykin, um russo naturalizado americano, inventa o iconoscópio - um tubo a vácuo com uma tela de células fotoelétricas. O iconoscópio faz, na verdade, uma varredura eletrónica da imagem: é, até hoje, a base do olho da TV. Quatro anos mais tarde, Zworykin consegue transmitir imagens a uma distância de 45 quilómetros, utilizando o iconoscópio. Ele trabalhava para a empresa norte-americana RCA – Radio Corporation of America. Nessa mesma época, na Inglaterra, John Baird também faz uma demonstração de Transmissão de imagem, e a BBC – British Broadcasting Corporation – o contrata para realizar a transmissões regulares em carácter experimental.

¹³³ SOPOL - Sociedade Poligráfica, SARL, Impressão OFFSIT/Encadernação. Tem a sua sede em Luanda, na Avenida Deolinda Rodrigues.

em Luanda, o que não acontece nas demais províncias do país. Deste modo, a Rádio Despertar, Rádio Eclésia, Rádio Mais, Rádio FM, Rádio LAC, Rádio Maria e a Rádio Global possuem seus escritórios na cidade de Luanda. Já o Grupo Económico Rádio Nacional de Angola é o único com os seus escritórios centrais em Luanda e com representações nas 18 Províncias e alguns municípios (Cf. quadros 3, 4 e 5) do subtítulo anterior.

A Rádio Mais já tem representações nas províncias de Benguela, Huambo, Huíla e correspondentes quase em todas as províncias, o que difere das Rádios Despertar e Eclésia que não possuem representações, visto que o governo angolano ainda não deu permissão para que as mesmas possam ter escritórios em todo o território nacional.

Quadro nº 7. Representação da 'Rádio Mais' por províncias.

Nº	Representações provinciais.	Cidade	Frequência	Observação
1	Província do Bengo	Caxito	-----	Delegação
2	Província de Benguela	Benguela	-----	Delegação
3	Província do Bié	Cuito	-----	Delegação
4	Província de Cabinda	Cabinda	-----	Delegação
5	Província do Cuando Cubango	Menongue	-----	Delegação
6	Província do Cuanza Norte	Ndalatando	-----	Idem
7	Província do Cuanza Sul	Sumbe	-----	Idem
8	Província do Cunene	Odjiva	-----	Idem
9	Província do Huambo	Huambo	-----	Delegação
10	Província da Huíla	Lubango	-----	Delegação
11	Província de Luanda	Luanda	99.10	Escritório Central
12	Província da Lunda Norte	Lucapa/Dundo	-----	Delegação
13	Província da Lunda Sul	Saurimo	-----	Idem
14	Província de Malanje	Malanje	-----	Idem
15	Província do Moxico	Luenha	-----	Idem
16	Província do Namibe	Moçamedes	-----	Delegação
17	Província do Uíge	Uíge	-----	Idem
18	Província do Zaire	Mbanza Congo	-----	Idem

Fonte: Site da Rádio Mais.

É única rádio privada que tem sua sede central em Luanda, mas com delegações ou representações em todo o país, diferente das demais rádios como Eclésia, Despertar que lutam perante o Governo angolano para a obtenção de autorização em todo o país. Até agora, desconhecem-se as razões que estão na rápida aceitação da referida rádio ter representações em quase todo o território angolano, com escritórios e representações e

montagem de emissores próprios e de uma programação local, visto que a mesma só surgiu em 2008 em relação às rádios Eclésia e Despertar que existem desde o século XX. Na reflexão de muitos autores e uma parte do público mais atento ao campo da comunicação sustentam que a Rádio Mais, por ser do Grupo Media Nova que pertence a um grupo de generais das Forças Armadas Nacionais e com ligação ao Governo no poder facilitou essa abertura de extensão territorial. Na sua programação apresenta um serviço razoável com programas de entretenimento, informação e generalista. O programa “*Grande Informação*” é o que mais se destaca e que marca maior audiência em termos de informação e tempo de três (3) horas de emissão, assim como o jovem locutor Jorge Gomes. Destaca-se também pela interação com o ouvinte além das denúncias que recebem dos mesmos e dos problemas do dia-a-dia do cidadão da cidade de Luanda.

Quadro nº 8. Representação de Correspondentes da Rádio Eclésia em todo o país.

Nº	Localização	Cidade	Caraterização	Observação
1	Província do Bengo	Caxito	Correspondente	
2	Província de Benguela	Benguela	Correspondente	
3	Província do Bié	Cuito	Correspondente	
4	Província de Cabinda	Cabinda	Correspondente	
5	Província do Cuando Cubango	Menongue	Correspondente	
6	Província do Cuanza Norte	Ndalatando	Correspondente	
7	Província do Cuanza Sul	Saurimo	Correspondente	
8	Província do Cunene	Ondjiva	Correspondente	
9	Província do Huambo	Huambo	Correspondente	Padre
10	Província da Huíla	Lubango	Correspondente	
11	Província de Luanda	Luanda	Sede Nacional ¹³⁴	Central de Transmissão
12	Província da Lunda Norte	Dundo	Correspondente	
13	Província da Lunda Sul	Saurimo	Correspondente	
14	Província de Malanje	Malanje	Correspondente	
15	Província do Moxico	Luenha	Correspondente	
16	Província do Namibe	Moçamedes	Correspondente ¹³⁵	Ana Ngueve ¹³⁶
17	Província do Uíge	Uíge	Correspondente	
18	Província do Zaire	Mbanza Congo	Correspondente	

¹³⁴A Rádio Eclésia tem a sua sede na província de Luanda, mas não tem autorização do governo para a abertura de delegações nas províncias assim como a extensão do sinal de emissão. O novo governo já autorizou a extensão da Rádio Eclésia, durante o discurso de tomada de posse de João Lourenço.

¹³⁵Em visita a província do Namibe, foi possível constatar um escritório onde trabalham os funcionários da Rádio Eclésia no Namibe com uma estrutura inovada, mas sem nenhum Transmissor ou emissor para o funcionamento da rádio. Está localizada e gerenciada pela Diocese do Namibe. Trata-se de um simples escritório de representação, não como uma delegação de Rádio, como acontece com a Rádio Nacional de Angola e Rádio Mais, às únicas que se desdobram em Angola. (*Nota do autor*).

¹³⁶Ana Ngueve é a correspondente da Rádio Eclésia na província do Namibe. Ela reporta os assuntos sociais da província como os principais assuntos da vida religiosa da Igreja Católica naquela área do sul de Angola. (*Nota do autor a partir do encontro que mantivemos em janeiro de 2017, no Namibe*).

Fonte: Rádio Nacional de Angola e Página da Rádio Eclésia.

A Rádio Eclésia tem uma cobertura nacional como acontece com as demais rádios como a Rádio Nacional de Angola, Rádio Mais e Despertar, mas apresentam problemas de alcance, o que tem provocado o ruído na receção de informações. Ou seja, este não é só um problema encontrado no funcionamento da rádio Eclésia mas sim em todo o serviço de Rádio no país. Por outro lado, este problema também é visto até na própria capital do país, onde o sinal das rádios não alcançam todas províncias, tampouco os municípios, comunas e aldeias ou com diversas dificuldades para poder sintonizar as frequências. Isto deve-se à complexidade geográfica do país, entre montanhas, montes e de florestas densas, assim como da frágil aposta nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em Angola.

Esta situação é preocupante, pois como sabemos, o Governo angolano não permitiu a abertura de representações da Rádio Eclésia em todo o país, isso tem dificultado a captação da emissora por falta de emissores localizados fora de Luanda. Como foi frisado, o sinal mesmo em Luanda não oferece melhores qualidades de representação e de alcance pelo público. O fraco investimento, por parte da Igreja Católica para a mesma rádio, é também outra situação encontrada neste estágio. Em termos de divulgação, a Rádio tem feito um trabalho diferenciado na transmissão de informações, visto que recentemente foi classificada como a mais imparcial na cobertura da Campanha Eleitoral de 2017 pelo Sindicato de Jornalistas Angolanos (SJA). “A não expansão da Rádio Eclésia consiste numa morte dos valores e princípios da Unidade Nacional como Estado Democrático, pois não pode existir divisão de células quando se objetiva um fim nacional”. (Dom Francisco Viti, entrevistado no dia 22.01.2017).

Quadro nº 9. Representação de Correspondentes da Rádio Despertar em todo o país.

Nº	Denominação das Províncias	Província	Frequência	Observação
1	Província do Bengo	Bengo	Sem Frequência	
2	Província de Benguela	Benguela	Idem	
3	Província do Bié	Bié	=	
4	Província de Cabinda	Cabinda	=	
5	Província do Cuando Cubango	Quando Cubango	=	
6	Província do Cuanza Norte	Cuanza Norte	=	
7	Província do Cuanza Sul	Cuanza Sul	=	
8	Província do Cunene	Cunene	=	
9	Província do Huambo	Huambo	=	
10	Província da Huíla	Huíla	=	
11	Província de Luanda	Luanda	91.01	Sede/Luanda
12	Província da Lunda Norte	Lunda Norte	Sem	

			Frequência	
13	Província da Lunda Sul	Luanda Sul	Idem	
14	Província de Malanje	Malanje	=	
15	Província do Moxico	Moxico	=	
16	Província do Namibe	Namibe	=	
17	Província do Uíge	Uíge	=	
18	Província do Zaire	Zaire	=	

Diferente da Rádio Eclésia e um pouco da Rádio Mais, a Rádio Despertar apresenta-se como a mais pragmática para a sua extensão em todo o país, ou seja, por ser uma rádio pertencente ao partido UNITA e, todavia, não é vista com bons olhos por parte do Governo angolano devido à maneira como a mesma divulga os fatos, principalmente os que acontecem em Luanda, onde está sediada (Cf, Quadro nº 9). Entretanto, pode-se postular sobre a Rádio Despertar como uma entre as rádios do país que busca denunciar os problemas que não passam nos serviços de transmissão de outras rádios ou mesmo em toda a conjuntura dos *media* em Angola, principalmente em Luanda, denunciando casos de corrupção que envolvem elementos da máquina do governo, crimes contra a população, casos de polícia, desigualdade social, falta de luz, saneamento básico, política, falta de água canalizada e casos que acontecem em localidades fora de Luanda, ou seja, a nível das demais províncias, através de correspondentes isolados ou não e de denúncias da população.

É uma rádio com uma programação direcionada para as questões da sociedade, embora muitas vezes se percebe também em alguns programas de debate a intervenção de especialistas em diversas áreas sociais, mas que são militantes da UNITA, às vezes, com outros que são neutros. Em contrapartida, o debate, como explica Emílio Prado, dele “devem surgir os dados necessários para justificar cada postura e, em consequência, para esclarecer o tema polémico (Prado, 1989:93). Em termos de pessoas ligadas ao governo, estas não se têm feito presente devido ao medo de punição junto das suas instituições ou do governo, segundo o que foi afirmado pelo Diretor da Rádio Despertar, o jornalista Emanuel Malaquias:

“Muitas das vezes nós convidados as pessoas do governo ou que ocupam cargos nas instituições públicas para participarem em alguns debates ou como fontes de certos assuntos da vida pública da população para serem escutadas e provocar o contraditório, mas elas não aceitam por medo de represálias. Isso

tem dificultado a boa produção de informações para a nossa realidade e funcionalidade da Rádio”¹³⁷.

Assim sendo, a Rádio Despertar destaca-se também pela situação das características que surgem numa série de fatores de eficácia como a clareza e locução¹³⁸, o mesmo que acontece na Eclésia e Rádio Nacional de Angola devido às exigências que nelas são impostas pela técnica e enunciativa. A rádio deve ser, principalmente, no que tange à informação ágil e dinâmico sem a divisão de pessoal de redação e da locução, estas duas situações devem confluir na mesma pessoa, com que ganhará autenticidade na expressão (Prado, 1989:19).

Este assunto tem levado à discussão sobre essa situação, mas o governo tem vedado constantemente essa possibilidade de extensão do sinal destas rádios. Nota-se que estas mesmas rádios têm correspondentes em outras localidades fora do perímetro de Luanda, mas sem muito poderio de produção e de liberdade para poderem fazer um serviço de radiojornalismo que se enquadra nas premissas de gestão das mesmas empresas. Às vezes, isso não se reflete em todas as províncias, ou seja, enquadram-se nisso as Rádios Despertar e Eclésia que apresentam esse estágio de cobertura, mas com e/ou sem estruturas capazes, apresentando só um funcionário ou simples colaborador. Assim sendo, as demais estações de rádios ainda não mostraram preocupações para esse tipo de situação de estender representações para as demais províncias do país.

Mas, outras rádios também estão localizadas em Luanda. Surgidas nesta segunda década do século XXI, apresentam uma programação num regime de rádios locais generalistas com tratamentos de informações sociais e educativas, muitas com um direcionamento mais voltado para a cultura. São assim, destacadas as rádios FM, Global FM, Kairós, Rádio Escola (esta que pertence ao Centro de Formação de Jornalistas), Rádio UNIA (de cunho Universitário, ou seja, pertence à Universidade Independente de Angola). Outras rádios pertencem ao Grupo Rádio Nacional de Angola (Rádio 5, Rádio Luanda,

¹³⁷Cf. Candumba (2015).

¹³⁸ Prado, Emilio (1989:19), Estrutura da Informação Radiofônica, São Paulo, Summus Editora. A técnica determina uma transmissão adequada, sem ruídos no processo e com combinação adequada dos recursos expressivos do veículo. A *clareza* enunciativa tem, por sua vez, dois aspetos: o da redação e da locução. Já a *locução* no terreno informativo, aspeto que nos ocupa, deve ser responsabilidade da mesma pessoa que elabora os textos, rompendo assim com a expressão fria, impessoal, de máquina falante, que veiculam os locutores profissionais quando leem um texto jornalístico.

Rádio Ngola Yetu, Rádio Cacuaco, Cazenga e Viana) e a Luanda Antena Comercial, de acordo com o que se pode ver abaixo. (Cf. quadro nº 10).

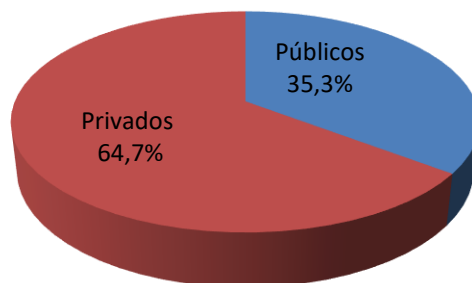
Quadro nº 10. *Concentração do serviço de rádio em Luanda.*

Nº	Grupo Responsável	Denominação de Rádios	Quantidade	Caraterização	Observação
1	CEFOJOR	Rádio Escola	1	Estatat/Escolar	88.50
2	Despertar	Rádio Despertar	1	Privada/partidária	91.00
3	Global FM	Rádio Global FM	1	Privada	99.05
4	Igreja Católica	Rádio Eclésia e RádioMaria	2	Privada /Religiosa	97.50
5	Igreja Metodista	Rádio Kairós	1	Privada/Religiosa	98.40
6	Igreja Tocoísta	Rádio Tocoísta	1	Privada/Religiosa	89.20
7	SOPOL	Luanda Antena Comercial (LAC)	1	Privada	95.50
8	Media Nova	Rádio Mais	1	Privada	99.10
9	Interative	Rádio FM	1	Privada	96.50
10	RNA Rádio Nacional de Angola	Rádio Luanda, Rádio 5, Rádio Angola Yetu, Rádio Cacuaco, Rádio Cazenga, Rádio Viana.	6	Estatat/Pública	A Rádio Nacional de Angola tem Canal A e B.
11	Rádio Jovial	Rádio Jovial	1	Privada	
12	Universidade Independente de Angola	Rádio UNIA	1	Privada/Universitária	92.30
12	Rádio Essencial	Rádio Essencial	1	Privada	

Segundo o quadro acima, Luanda concentra 19 rádios que são responsáveis pela divulgação de informações diversas para os públicos diversos, mas com restrições em termos de distribuição e de receção pelos ouvintes. Os municípios de Belas, Cacuaco, Cazenga e Viana por terem emissores nas suas cidades captam melhor o sinal da Rádio Nacional de Angola, ao contrário dos municípios de Icolo e Bengo e Quiçama que ainda não possuem emissores locais. Já o município de Luanda por concentrar a maioria das rádios, o sinal é favorável, mas em algumas localidades é difícil também ter acesso às demais rádios. Supremacia para às rádios Luanda, LAC, Escola, Ngola Yetu, Eclésia, Kairós, FM, Tocoista, Mais, Global FM e Rádio 5.

Gráfico: 4. Representação das rádios em Luanda (públicas e privadas).

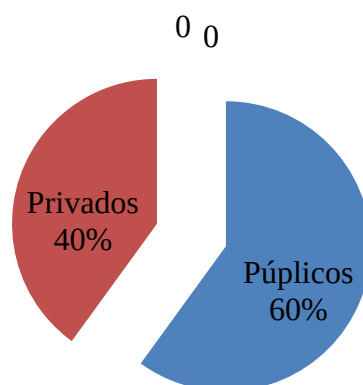
Concentração de rádios públicas e privadas em Luanda



Além da representação das rádios na província de Luanda, nossa pesquisa também buscou mostrar como elas se posicionam em termos de audiência e aceitação do público, embora em alguns casos se tenha registado uma divergência. Os *media* públicos continuam a ser os de maior audiência na província de Luanda, enquanto haja uma convergência e concorrência da programação da rádio Eclésia e Rádio Mais, principalmente no período da manhã de segunda-feira a sexta-feira, através do Programa Grande Informação que é de carácter generalista. O mesmo tem conquistado o público ouvinte das províncias do país devido às suas variáveis de informação com notas importantes de educação ao trânsito, educação familiar, socialização, comportamento, ética e o incentivo para o cidadão procurar enquadrar-se socialmente nos novos desafios do país.

Gráfico nº 5. Audiência da rádio em Luanda.

Audiência de Rádios Públicas e Privadas em Luanda



Por outro lado, a situação da televisão em Angola não foge muito do que acontece com a rádio em termos de distribuição ou de concentração na medida em que, em termos de distribuição de sinais de TV, também atravessa os mesmos problemas desde a falta de estruturas apropriadas para à sua implantação pelo governo em termos de obtenção e receção do sinal de TV, assim como as delegações da Televisão Pública de Angola só estão presentes nas sedes das capitais das províncias, em alguns casos com centros de produção, enquanto em outras sedes sem os mesmos. Destaque aqui para as províncias do Bié (aguarda a construção de um novo centro de produção), Cabinda, Cuanza Norte, Huambo, Huíla, Malanje, Namibe e do principal Centro de Produção de Angola¹³⁹, localizado na zona de Camama em Luanda.

Assim sendo, outras televisões funcionam em Angola, mas de acordo com a legislação elas são ilegais até ao momento do funcionamento do Concelho Nacional de Comunicação em Angola que deu lugar à Entidade Reguladora da Comunicação em Angola (ERCA), aprovada em Agosto de 2017, que tinha como presidente o Jornalista Luís Fernandes¹⁴⁰. Mas, para efeito, apresentamos a concentração das TVs em Luanda como forma de conhecermos as que existem e funcionam neste território. Ademais, ainda

¹³⁹O Centro de Produção da Televisão Pública de Angola não é usado totalmente pela empresa pública, mas sim pela Produtora Semba Comunicações que gere o Canal 2 da Televisão Pública de Angola. A estrutura deveria favorecer melhor montagem de estúdios para os serviços de informação e entretenimento, mas por questões de gerência e ingerência da direção da Semba Comunicações não se faz uso para as transmissões do TPA. (Nota do autor).

¹⁴⁰ Atualmente é Director de Comunicação Institucional da Presidência da República.

nesta mesma lógica de pensamento e observação sobre a televisão, os canais estrangeiros do Brasil (TV Bandeirantes, TV Globo e TV Record) Portugal (TV I, SIC e RTP) possuem representações em Luanda sem escritórios nas outras províncias.

Quadro nº 11. Localização e Concentração das TVs em Luanda.

Nº	Denominação da TV	Caraterização	Sistema de Funcionamento	Grupo	Observações
1	Palanca TV	Privada	Assinatura/DSTV	Interactive	-----
2	Televisão Pública de Angola	Pública	Aberta/ Assinatura	TPA/ Estado	-----
3	TV Yetu	Privada	On Line	Independente	-----
4	TV Zimbo	Privada	Assinatura	Media Nova	-----
5	TV Marçal	Privada	TV a Cabo	Comunitária	Diferenciada da comunidade
6	TV Raiar	Privada	Banda Larga	UNITA	Regime Experimental
7	TV Rocha Pinto ¹⁴¹	Privada	TV a Cabo	Comunitária	-----
8	TV Viana	Privada	TV a Cabo	Comunitária	-----
9	TV Kikobelás	Privada	TV a Cabo		-----
10	ZAP TV ¹⁴²	Privada	ZAP TV	Semba Comunicações	-----

Fonte: Nossa elaboração de acordo com a pesquisa feita.

A distribuição do serviço de televisão em Luanda é o mais relevante nos dias de hoje pelo público dado o desenvolvimento tecnológico registado desde o século XX. Em Luanda, este serviço é mais procurado pelo público, visto que a televisão cria maior impacto junto dos indivíduos assim como a criação de personagens que viram marcas. Assim sendo, a TV pública ainda tem maior domínio através da Televisão Pública de Angola em termos de serviços de informação e de programas, embora sem muita qualidade. O acesso é ainda o mais fácil de obter, pois o serviço privado só pode ter acesso quem tem recursos financeiros adequados. O maior público que vive em Luanda é residente na periferia, possuindo um salário base de KZ 50.000.00 kwanzas equivalente a EU 100 Euros. Este estágio faz com que o público procure mais o serviço da TPA através de seus três canais (TPA 1, 2 e Internacional) em relação as TVs privadas que só podem ser encontradas no serviço de TV por assinatura e a Cabo. O mesmo acontece com a audiência (Cf. Gráfico 7).

¹⁴¹A TV Rocha Pinto não está funcionar no momento segundo Nelson Neto, antigo funcionário da mesma, licenciado em Jornalismo Pelo Imetro (Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola, entrevistado no dia 28 de outubro de 2017).

¹⁴²Apresenta uma programação de funcionalidade de entretenimento sem os serviços de notícia. Possui um melhor sistema de tecnologia entre as TVs existentes em Angola.

Gráfico nº 6. Serviço público e privado de Televisão em Luanda.

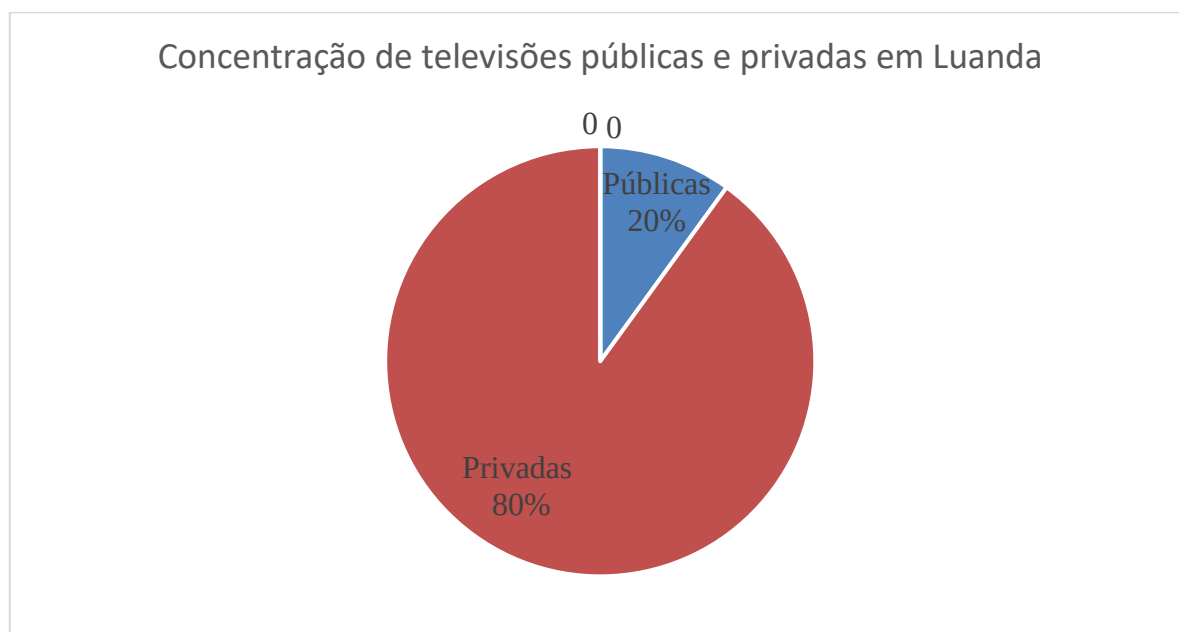
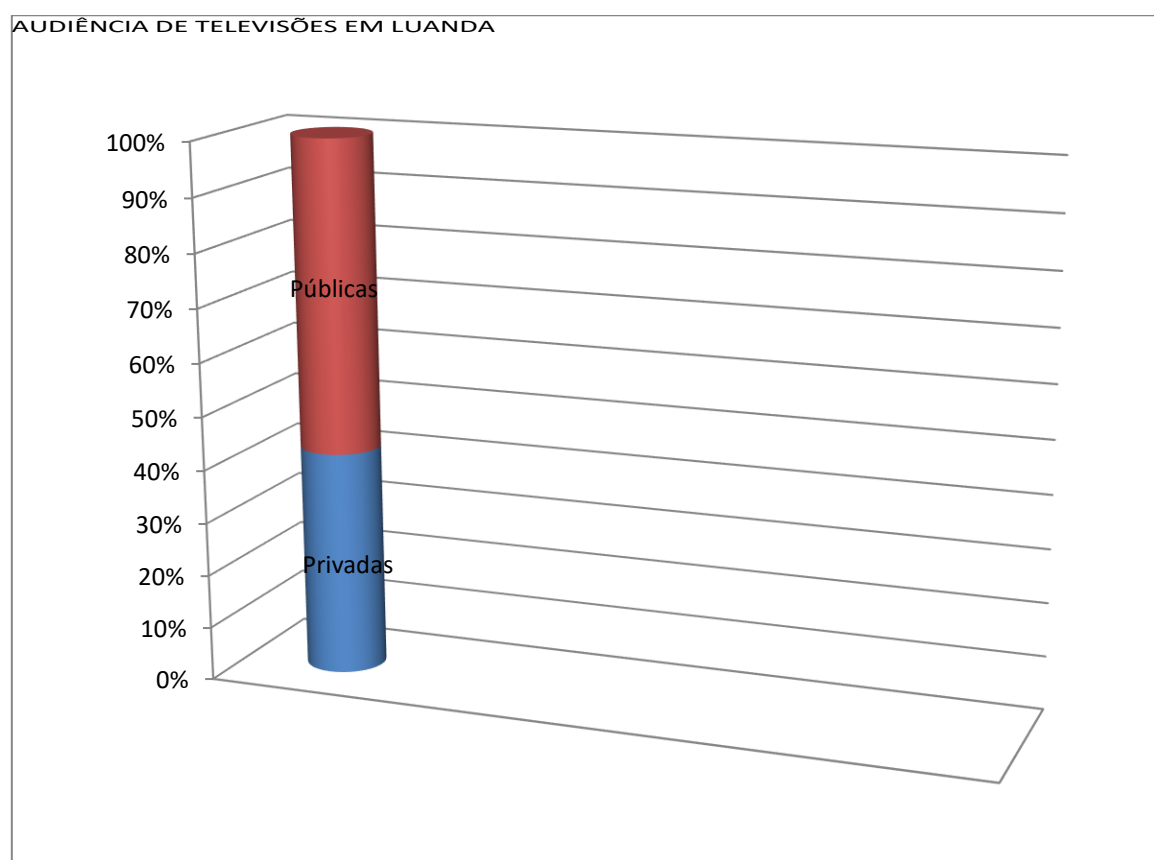


Gráfico nº 7: Audiência de informações através da televisão.



Deve-se destacar que o serviço de TV Comunitária nas três TVs apresentadas não é muito fiável, embora sejam assim denominadas, visto que estão presentes em todos os

tipos de atividades das instituições públicas e privadas, além da própria abordagem e enquadramento das informações que fogem os princípios do jornalismo comunitário. O desconhecimento do termo tem provocado essa falta de responsabilidade das pequenas empresas que escolhem essa linha de se fazer televisão comunitária, ao contrário do que acontece no Brasil, onde o jornalismo comunitário é eficiente. Em suma, os serviços de audiovisual têm encontrado as suas funcionalidades no meio geográfico da província de Luanda, embora com muitas restrições através da lei e de seus representantes de gestão.

4.2.1.1. A produção de notícias pelos *media* audiovisual em Angola

O espaço para o campo do audiovisual angolano é praticamente rico para a produção de conteúdo informativo que dá essência para o desdobramento dos meios de comunicação social como tal. Há uma permeabilidade em termos de busca de informações a partir dos profissionais da comunicação dentro das diversas áreas onde ocorrem os fatos, os eventos, os encontros e outras formalidades que demarcam a produção cultural. Esta produção no audiovisual pode determinar o desdobramento para a produção de informações de cunho de noticiabilidade como muitas vezes podem ser simples informações.

Por outro lado, assistimos muitas vezes à produção de conteúdo nos meios audiovisuais principalmente nos meios públicos, isto é, a Televisão Pública de Angola e a Rádio Nacional de Angola, por exemplo, por terem a maior representatividade territorial e a nível de estrutura estão mais assentes na produção de informações provenientes das instituições públicas assim como das privadas. As redações, neste caso, 80% do material produzido para a área de notícias ou que ocupam os telejornais assim como jornais é proveniente das assessorias de imprensa das instituições públicas, assim como organizações diversas da sociedade devido às linhas editoriais que determinam sempre como prioridade as matérias de cunho governamental.

Assim sendo, as matérias de sociedade, muitas vezes, ocupam 20% nos serviços de noticiabilidade do audiovisual. Neste mesmo estágio seguem-se também as televisões privadas que em situação idêntica com a RNA e TPA não há muita diferença em termos de produção ou o que é emitido. Pois, nesta dimensão, podemos aferir que a TV Zimbo, a primeira TV de carácter privado em Angola constata-se uma produção praticamente institucional, embora as reportagens isoladas de sociedade passem nos serviços de notícia mas sem muita relevância. Em 2008 quando a TV Zimbo surgiu em Angola, trouxe para o

cenário televisivo angolano uma forma de produção e de desenvolvimento de matéria nunca vista em Angola, mas depois de dois anos no ar tudo mudou optando um novo itinerário de produção de conteúdos que não agrada muito o público.

É mesmo neste estágio do audiovisual, ainda elencando a área da televisão, que também encontramos a Palanca TV que durante os seus primeiros anos de trabalho, isto é, desde 2015 que a mesma entrou para o ar num sistema de transmissão por assinatura que tem produzido matérias de reportagens de forma limitada devido à sua linha editorial mais voltada para os assuntos de carácter institucional, como acontece com a TV Zimbo, a Palanca TV, visto que seguem os mesmos padrões em termos de produção. O que muda nesta lógica é a forma de produção, tratamento, divulgação e transmissão, já que o conteúdo tem sempre a mesma origem. Ou seja, o que faz “x” também é feito por “y” respetivamente.

Em relação as demais TVs, como a Banda TV, Ingombotas, Kikobelas, Maianga, Marçal, Raiar, Rocha Pinto, Viana TV e TV Yetu devido às suas formas de sistemas de transmissão, assim como os modelos escolhidos que se assentam em assinaturas e a cabo apresentam maiores dificuldades em termos de produção de conteúdos. O que está em cena podemos aqui elencar várias situações contextuais: fragilidade dos funcionários que trabalham nestas organizações; falta de estruturas adequadas para o funcionamento das mesmas; funcionários não qualificados, ou seja, são formados no meio das redações jornalísticas e sem experiências profissionais; funcionamento empírico e sem responsabilidades sociais nas atividades; fraco investimento por parte de seus responsáveis ou proprietários; e por último, a não inovação no recrutamento do pessoal. Por conseguinte, percebe-se nas reportagens feitas por muitos repórteres destas empresas que o conteúdo informativo não satisfaz, pois não obedece aos critérios de produção ou de noticiabilidade defendidos pelos autores contemporâneos como (Traquina, 2007:73; Lage, 2002:41; Paternostro, 1999:45-50; Prado, 1989:27; Chantler & Harris, 1998:111 e Barbeiro & Lima, 2005:92) que postulam as teorias de jornalismo nos *media* em geral. Desta feita, isto acontece na imprensa escrita, rádio, televisão e nas revistas. Hoje com o surgimento da Internet e das novas plataformas de comunicação tem facilitado a produção, filtração e investigação de diversos conteúdos.

Em seguida, o surgimento da Zap TV que ainda não começou a produzir um serviço de informação noticiosa, podemos afirmar que a sua produção cultural é muito diferente

em relação às TVs já referenciadas, pois, possui um capital alto que permite a direção montar uma estrutura inovadora em termos de produção de conteúdos de entretenimento dentro da área cultural, contratação de profissionais experientes e de gabarito como o caso de Jorge Antunes que ocupa a função de Diretor Executivo de Produção desta mesma emissora além de duas portuguesas que também fazem auxílio na produção e seleção do pessoal. Como responsável de produção e também de programação, a Zap TV tem conseguido convencer boa parte do público angolano e moçambicano com a sua produção de conteúdos de cultura, assim como a programação existente. Com diversos canais, a Zap é hoje, em termos de produção cultural, a nova lente de enxergar a televisão em Angola com seus canais nacionais e internacionais. (Cf. anexo M).

A televisão visa uma síntese da rádio e do cinema, que é retardada enquanto os interessados não se põem de acordo, mas cujas possibilidades limitadas prometem aumentar o empobrecimento dos materiais estéticos a tal ponto que a identidade mal disfarçada dos produtos da indústria cultural pode vir a triunfar abertamente (Duarte, 2003:53).

Muitas vezes as empresas não conseguem contratar pessoal de forma séria e responsável devido à situação de nepotismo que se regista no país, este problema não se confina apenas aos meios de comunicação social, mas configura-se em todo o país; afeta as empresas públicas, principalmente, mas também as privadas. Esta situação tem provocado a má qualidade de produção e do trabalho dos meios de comunicação social, visto que as pessoas contratadas não são selecionadas por intermédio de concursos mas sim por, indicações de dirigentes políticos, religiosos ou familiares. Em alguns momentos, são realizados concursos por via de *casting*, mas percebe-se também que o pessoal que avalia os concorrentes são os mesmos que foram indicados pelas circunstâncias já frisadas nesta discussão. Um exemplo recente foi o *casting* realizado pela TV Yetu, no dia 09 de julho de 2017. Segundo alguns participantes, o *casting* foi mal realizado, ou seja, o mesmo só serviu para beneficiar a própria televisão porque os participantes foram apurados numa outra fase. No mesmo concurso, os concorrentes pagaram um valor de Kz 5.000.00 (Cinco mil Kwanzas). Muitos desistiram antes mesmo da realização do mesmo por considerarem inadequado e falta de seriedade dos organizadores e do pessoal que fez a avaliação.

Já no quesito das rádios, podemos destacar uma diversidade de elementos em termos de produção e de transmissão de informações que muitas vezes surpreendem o público

ouvinte e a sociedade como todo. Nas nossas observações servem como destaques a Rádio Luanda, Rádio Eclésia e Rádio Despertar que apresentam em suas programações e o conteúdo produzido sempre revestido de coisas inéditas e de relevância social. A rádio Luanda tem seu foco virado para as situações do dia-a-dia da população de Luanda que vive numa correria tal, onde os problemas sociais de delinquência, violações, crimes de diversas índoles são aqui retratados, casos de famílias abandonadas, lares, desigualdade social, pobreza, fome encontram aqui espaço de noticiabilidade. Mas, estes males são ainda mais aprofundados pelas rádios Eclésia e Despertar por terem funcionários mais dedicados à atividade jornalística, experiência e responsabilidade social como compromisso de etiqueta. Diferente do tratamento muitas vezes feito pela Rádio Luanda em questão de profundidade das entrevistas. Mas, isso não retira a valorização da rádio Luanda que tem feito também um trabalho para o bem da população de Luanda. O repórter Veigas Paulo é um entre os funcionários desta casa de rádio que se tem destacado muito nessa atividade, informando os problemas emblemáticos que fazem eco na cidade e em toda província.

As demais rádios de que já refirimos no item anterior estão mais inclinadas numa produção de matérias de recreação cultural, dependem muito das notificações das empresas ou instituições para o preenchimento de suas agendas que depois são feitas para os espaços de notícia. A província de Luanda é rica para a produção de pautas que podem dar reportagens excelentes e de relevância social, mas a falta de criatividade e de iniciativa das próprias equipas de reportagens e de seus gestores contribui para fragilidade produtiva de notícias, devido aos pontos acima mencionados. Muitas das vezes, os chefes de redações e de produções ou produtores desconhecem a responsabilidade para a produção de pautas como para a seleção de temas que dão origem para às boas reportagens.

Temos como exemplo, a Televisão Pública de Angola, que muito antes de 2011 não tinha uma área específica para a produção de notícias, ou seja, existia um setor que era responsável para a produção normal como de ver equipamentos e selecionar os funcionários para fazer cobertura de um determinado evento ou atividade, mas não precisamente para a produção de notícias como tal. No fim do tempo de exercício do Administrador de Informação, Arquivos e Documentação Ernesto Bartolomeu, em algumas reuniões de concertação com outros profissionais da Direção de Informação da TPA, foi sugerido a criação de um Departamento de Produção de conteúdos para a

empresa¹⁴³. Essa sugestão mereceu por iniciativa do jornalista Félix Candumba, Jornalista Repórter de Primeira da mesma direção. A execução aconteceu em 2013, já com um novo Administrador o repórter Gonçalves Yhanjica, que nomeou a apresentadora Maria de Lourdes para dirigir o mesmo departamento¹⁴⁴. Mesmo com a criação deste departamento de produção¹⁴⁵ devido à fraca experiência na seleção de temas e por outro a escassez de produtores adequados, a funcionalidade do departamento não trouxe coisas inovadoras, pois está mais centrado na produção de informações relativas a datas históricas, doenças, eventos e o que vem das instituições e programas de debates (atualmente: Grande Entrevista, Especial Informação, Política no Feminino e Sociedade Aberta). Casos relevantes de crimes e corrupção ficaram sempre sob responsabilidade do programa “*Segurança Pública*”¹⁴⁶, que tem uma equipa própria de produção em conjunto com a Polícia Nacional. Entretanto, compreende-se ainda que a modernização do sistema nacional da comunicação social também é necessária para a dinamização dos processos de comunicação como práticas sociais e para uma melhor inserção do país no mercado global e os atuais desafios da imprensa angolana passam pela afirmação social da profissão e pela recriação dos modos de contar as realidades nacionais e internacional (Becker e Carlos, 2015). Os mesmos autores sustentam ainda sobre a preocupação que os jornalistas angolanos têm sobre o campo da comunicação no espaço angolano:

“os jornalistas demonstram uma forte preocupação em enfrentar os desafios da globalização sem perder a *angolanidade*, a singularidade dos valores culturais e das identidades nacionais, tentando investir em formatos e conteúdos noticiosos mais analíticos e contextualizados. A sociedade angolana, por sua vez, tem reivindicado seu reconhecimento como ator social relevante na arena pública, reivindicando outras maneiras de narrar a história do país e de estabelecer relações com o mundo globalizado”. (Becker e Carlos, 2015:8).

Nilson Lage é, portanto, um entre os vários escritores contemporâneos e ao mesmo tempo na área de língua portuguesa que escreve sobre a comunicação social e jornalismo. Assim sendo, em sua obra *A Reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* explica alguns elementos importantes que marcam concretamente os

¹⁴³Pela dimensão da Televisão Pública de Angola, este Departamento deveria passar para uma Sub-Direção ou mesmo como Direção de Produção de Conteúdos Informativos, mas funcionando em conexão com a Direção de Informação como acontece em muitos setores dos meios de comunicação. (Nossa nota).

¹⁴⁴O primeiro a dirigir o Departamento de Produção foi o Repórter Sénior José Neto, atualmente Diretor Adjunto de Informação para a área de Reportagem da TPA.

¹⁴⁵ Atualmente é dirigido pela Flávia Nzinga, finalista do curso de Comunicação Social, Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto (Falta a apresentação do Trabalho de Fim de Curso – Monografia. Informações fornecidas no dia 23.10.2019 pela mesma funcionária).

¹⁴⁶ O programa segurança Pública está fora da grelha de programação da TPA, desde 2019.

fundamentos da produção de qualquer informação nos meios de comunicação social, embora o autor destaca com mais profundidade a área de jornalismo:

“Estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima possível da realidade (a lei das três fontes: se três pessoas que não se conhecem nem trocaram impressões contam a mesma versão de um fato que presenciaram, essa versão pode ser tomada por verdadeira); que a relação com as fontes deveria basear-se na troca de informações; e que seria necessário, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo”. (Lage, 2001:18).

A produção de notícias deve ser fundamental e obrigatória nas redações para facilitar a feitura de reportagens imparciais que atinjam os ouvintes e telespectadores com eficiência. O público consumidor do audiovisual já não é mais leigo. É agora, e desde já um público exigente e inteligente que espera dos meios de comunicação um serviço feito com rigor e responsabilidade, mesmo que, no nosso contexto angolano, ainda registemos pessoal não letrado ou sem perceber esta dinâmica de exigências. Todavia, em Luanda, onde se concentra o principal serviço de audiovisual, já é possível observar estas exigências e cobranças por parte do público tanto em rádio como na televisão. O público está mais atento face à diversidade de produção das redações assim como a pluralidade de informações nas televisões estrangeiras através da TV Cabo, Assinatura e *On Line*.

Entretanto, o trabalho de repórter no audiovisual angolano, muitas vezes não encontra ainda a sua essência desde a produção, que se revela arcaica ou, como já foi referenciado, depende das instituições, organizações e fontes individuais e anónimas.

4.3. O público e os *media*: relação, contribuição e desafios

Público e *media* caminham sempre juntos na mesma dimensão se refletirmos de forma universal, embora nem sempre assim aconteça. Os *media* jogam um papel importante para informar, entreter e formar a sociedade com responsabilidade social. Este papel é assumido desde o seu surgimento e tornou-se objeto de pesquisa na temática entre o público e os *media*. O tema além de ser objeto de estudo em várias sociedades, passou a ser uma preocupação para se conhecer como o público se relaciona com os *media* e como isso acontece, buscando conhecer os seus efeitos, vantagens e desvantagens que resultam dessa relação. Por outro lado, nesta sentença destacamos também a contribuição que acontece entre os dois estágios, assim como os desafios que podem ser traçados para a melhoria da

qualidade de conteúdo produzido nos *media* e, grosso modo, é algo que o público recebe para ser informado dos acontecimentos que passam na esfera social de cada país, localidade ou região.

Nesta perspetiva, partimos do princípio das abordagens de alguns profissionais para abordar o assunto, que caracterizam de forma individual a situação mediática dos *media*, aqui filtrando o paradigma do audiovisual. Assim sendo, podemos também aferir que a relação do público e os *media* não pode ser feita empiricamente, mas sim numa forma de fiabilidade. O nosso estudo está direcionado numa abordagem mais teórica, assim sendo, a entrevista é a forma correta encontrada para essa abordagem. No entanto, essa relação para o nosso contexto não carece de uma medição por inquérito, mas a partir das reflexões, discussões e observações até do dia-a-dia, sobre como o público se comporta perante os *media*, principalmente por fatores como a programação, o conteúdo apresentado e os apresentadores ou locutores.

A programação, muitas vezes, é criticada em muitos meios de comunicação social em Luanda, ou seja, a falta de programas educativos, de entretenimento que respondam mais aos anseios do público passou a ser objeto de crítica e, todavia, de descontentamento do público. O estudante Mateus João Mateus do curso de Comunicação Social e Imagem do I.S.I.A., dissertou que a atual programação das TVs angolanas não apresentam uniformização para dar respostas à demanda dos telespetadores que são cada vez mais exigentes. O estudante faz referência da nova programação do canal 2 da TPA que não convence o público de acordo com a nova grelha de programação. Já para Abel Abraão¹⁴⁷, jornalista da Rádio Bié, sustenta que a relação entre os *media* e o poder público é boa, pois facilita o trabalho dos funcionários dos *media*: “Podemos atestar que as relações são boas, até certo ponto, visto que facilita a ação da nossa função como repórteres e jornalistas na busca de informação, mas considero que muitas das matérias produzidas registam a falta de rigor das regras jornalísticas”, disse Abel Abraão¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Abel Abraão morreu no dia 26 de novembro de 2019, vítima de doença na cidade do Cuito.

¹⁴⁸ Entrevistado no dia 08 de janeiro de 2017, no Cuito. Abel Abraão foi Jornalista da Rádio Provincial do Bié, do Grupo Rádio Nacional de Angola. Destacou-se na cobertura da Guerra que aconteceu na cidade do Cuito em 1993/1994.

Numa visão religiosa, mas voltada para a comunicação social, Dom José Nambi¹⁴⁹, ao analisar os aspetos da comunicação social em Angola, precisamente na circunscrição do Bié, disse que a relação neste governo liderado por João Lourenço, é positiva, visto que “os ventos estão mudando, embora a comunicação atual esteja mais virada para o poder político”.

O conteúdo tem sido também outro paradigma de discussão. Em muitos programas de rádios e de televisão, a produção de conteúdos não satisfaz o público ouvinte e dos telespetadores, originando assim a “fuga” para emissoras que estejam mais a um passo do que é esperado pela maioria. Hoje, o público passou a ser mais exigente devido à diversidade de conhecimentos sobre determinados assuntos que captam em outras emissoras e estações, rádios e televisões, respetivamente. A concorrência tem permitido ao público o poder de selecionar o que pretende consumir, assim com o fluxo de diversidade de conteúdos produzido pelos *media* tanto os tradicionais e modernos.

Em países desenvolvidos onde a produção mediática é muito mais bem elaborada, a seleção dos assuntos que fazem parte da grelha de programação obedece aos critérios jornalísticos, às teorias e normas além de uma perspetiva ética do jornalismo, da comunicação e profissional. Portanto, casos de Portugal, Brasil, França, EUA, Canadá, Reino Unido e outros países, a produção de informações carece sempre de saber os princípios engendrados por Lasswell em 1948, mas que sua elaboração aconteceu nos 1930. Mesmo já passados quase 72 anos desde que estes passos foram apresentados, é sempre uma obrigação fundamental saber e conhecer o que se vai construir ou elaborar para ser emitido para o público (Lasswel, 1948:84, apud Wolf, 2003:29).

Em seguida, apresentamos a situação que acontece no nosso panorama comunicacional sobre os apresentadores ou locutores que muitas vezes são responsáveis pela desistência do público em ouvir ou assistir aos determinados programas. Os apresentadores nem sempre possuem competências e potencialidades para apresentar determinados programas, quer informativos, quer de entretenimento. Assim sendo, a emissora de rádio ou estação televisiva perde audiência por uma simples situação derivada

¹⁴⁹Entrevistado aos 12 de janeiro de 2018, na cidade do Cuito. O religioso sustentou também que mesmo com as novas áreas apresentadas no domínio da comunicação, ainda muita coisa falta para ela atingir o seu verdadeiro papel em Angola, visto que a verdadeira Liberdade de Expressão e de Imprensa não se faz sentir devidamente na sociedade angolana.

do apresentador. O público seleciona seus programas, conteúdo e apresentadores. Fica ao critério dos gestores saberem selecionar de forma criteriosa seus apresentadores, programas e conteúdo. Por outro lado, a falta de estudos de campo para se saber os programas que mais atraem o público assim como os apresentadores que mais cativam o público passou a ser um entre os vários problemas para determinar essas premissas e como a aceitação do público se caracteriza nos meios audiovisuais.

Mauro Wolf orienta-nos em suas pesquisas como essas características são analisadas no contexto dos *media* do audiovisual. Nesta situação, buscamos simplesmente apresentar o que é postulado por Wolf acerca da análise de conteúdo e das características dos ouvintes. Assim sendo, na análise feita pelo autor, entende-se que:

“O primeiro processo consiste em partir de uma análise do conteúdo do programa, o que permite tirar conclusões acerca daquilo que os ouvintes extraem do conteúdo ou, pelo menos, eliminar algumas outras possibilidades. É certo que se pode supor que as pessoas não ouvem colóquios sobre histórias da arte grega para obterem conselhos sobre a maneira de cozinhar [...]”. (Wolf, 2003:48-49).

Uma outra situação que merece também realce nesta abordagem é a exigência dos ouvintes que se colocam de forma diferente perante um certo meio de comunicação, aqui concretamente com a rádio. Por conseguinte, a respeito das características dos ouvintes, o autor enfatiza o seguinte teor:

“O segundo processo de se saber o que o programa significa para os ouvintes é fazer uma análise atenta e diferencial dos vários grupos de ouvintes. São conhecidas as diferenças psicológicas existentes entre sexos, idades e grupos sociais. Se um programa é escutado predominantemente por um grupo social, é possível compreender-se a natureza do seu atrativo. Suponhamos, por exemplo, o caso de duas comédias: se a audiência de uma é constituída por pessoas com um nível de escolaridade mais elevado do que o da audiência da outra, pode deduzir-se que a primeira comédia oferece um tipo de humor mais sofisticado do que a segunda [...]”. (Wolf, 2003:49).

Se essas obrigações de análise e características postuladas por Wolf são comuns nas rádios, na televisão, a obrigação é ainda mais profunda, pois o telespectador assiste ao programa com todos os detalhes fornecidos pela tecnologia. Ele enxerga cada passo e deslize do apresentador, do cenário, os convidados e toda a situação que se passa durante a apresentação do programa. Todavia, surge a obrigação dos fazedores de TV terem atenção e estudarem as características do público. No nosso contexto, é um caso ainda equidistante entre os *media* e o público, embora este consiga selecionar o que quer assistir e consumir como produto mediático.

As nossas TVs passaram a fazer ou produzir conteúdos de acordo com as suas ideologias sem perceber o estilo ou características do público. Mas, ainda sobre isso, às vezes, parte do público mesmo residente em Luanda, devido ao poder financeiro não consegue redefinir a sua grelha de programas ou os programas a assistir, visto que não tem como definir por falta de opção. Quem se encontra nesta situação, a ordem é ficar com a programação da TPA através dos seus dois canais abertos, ao contrário de outros com mais soluções e poder financeiro de escolher as outras cadeias televisivas nacionais e estrangeiras por assinatura e TV a cabo.

Analisando o nosso campo do audiovisual, devido às situações já colocadas anteriormente e foram também retomadas ainda neste capítulo no ponto 4. A questão da contribuição do público pode ser encarada em dois parâmetros essenciais: no primeiro caso fica a responsabilidade dos próprios *media* através da sua programação, produção de conteúdos e seleção de pessoal garantir a transmissão de informações credíveis que ajudem na construção da mentalidade do próprio público e da democracia em Angola. No segundo caso, o público deve ser exigente e cobrar dos *media* um trabalho imparcial, isento de qualquer interferência dos organismos do Estado ou que atrapalhe o serviço de toda a comunicação mediática. Por conseguinte, nesta compreensão podemos rebuscar o seguinte:

“Em muitos países, os telespectadores e ouvintes são convidados a telefonar e dar sua opinião e conselho, que é transmitido ao vivo, e se bem que muitas destas pessoas possam não ser de confiança, ou mesmo que não seja verdade o que afirmam, vale a pena transmitir o que relatam porque é importante para o público ouvi-las. Os pontos de vista ou juízos de valor não devem ser tomados à letra; têm um objetivo e cumprem uma função, que é lançar um certo tipo de debate, sendo, por este motivo, procurado e transmitidos”. (Sorlin, 1997:59).

Perante este cenário, deparamo-nos também com os desafios que o público e os *media* podem proporcionar dentro de uma sociedade. Assim sendo, é obrigação dos *media* planejar novos sistemas e modelos de distribuição de informação para o público, como é importante que o público deva auxiliar no enriquecimento de produção de conteúdos a ser transmitidos nos *media*. A relação entre os repórteres, produtores e membros de direção dos *media* com as fontes de informação deve ser feita de forma permanente na sociedade. Assim, estes aspetos favorecem, de certa forma a capacidade de produção, transmissão e emissão de informações fiáveis.

No entender de Djawymy Sicato Symutho, a relação entre os *media* e o poder público configura-se boa, mas de forma fictícia, visto que a liberdade de imprensa só se faz sentir numa das páginas da Constituição da República, mas na vida real não dignifica o processo de desenvolvimento do país, ou seja, é mais uma fantasia dessa relação mesmo com a recente abertura que se vive em Angola.

4.3.1. A sociedade angolana e a crítica mediática no audiovisual

Não há concretamente pesquisas direcionadas sobre uma crítica mediática no audiovisual, mas pode-se atestar que a sociedade angolana, através do seu público, consegue perceber a partir dos conteúdos apresentados na rádio e na TV que não é satisfatório para ser consumido. Em muitos países, a própria crítica mediática tem contribuído para a produção e seleção de conteúdo credível para a sociedade que enaltece no desenvolvimento educativo e social dos cidadãos.

As críticas sobre os meios de comunicação acontecem de forma isolada como já foi adiantado. A falta de fóruns próprios para essa discussão tem sido o grande empecilho para a implementação da crítica. Mas, no decorrer desta década é possível encontrarmos críticas, quer intelectuais da área de comunicação, quer de outras áreas do saber, em programas direcionados como acontece com o programa “Mais Comunicação” da Rádio Kairós. Em outros locais é possível também essa discussão, principalmente com os estudantes dos cursos de Comunicação Social das universidades, onde os professores levam a responsabilidade de analisar as grelhas de programas dos meios, a forma de tratamento e emissão dos conteúdos.

Um dos casos mais recentes e que mereceu uma crítica de toda a sociedade foi a divulgação da morte do General João de Matos pela Televisão Pública de Angola, TVZimbo e Rádio Luanda. Este assunto mereceu críticas severas por parte de pessoas de vários estratos sociais. Para salvaguardar a comunicação social, o ex-ministro da Comunicação Social João de Mello teve que convocar conferência de imprensa urgente para desmentir o caos provocado pelas empresas de comunicação social. João de Matos morreu dias depois deste incidente da comunicação social angolana.

Para Erasmo Adriano, o estudante do 3º no curso de Comunicação Social, habilitação de Jornalismo do Imetro, entende que quando as empresas não apostam na eficiência de se fazer um jornalismo sério vão continuar a cair no erro de noticiar o que não aconteceu. O

estudante adianta que “a falta de uma equipa de produção coerente e de maior gabarito com profissionais sérios descredibilizam a função do meio assim como da própria comunicação social como um todo”. Edgar Casimiro, também estudante do Imetro, mas já como finalista do mesmo curso, salienta que o caso deve merecer uma investigação séria para punir os culpados, pois isso cria descontentamento e danos morais à família. “As empresas de comunicação que desenvolvem a parte do jornalismo não podem informar conteúdos que não sejam verdadeiros, pois é notório que neste caso houve falta de apuração dos fatos para a credibilidade da matéria. Talvez, a falta de profissionalismo e rapidez em passar a informação em primeiro lugar levou a TPA e TVZimbo a informar sem a devida apuração”, sustentou o Edgar Casimiro.

A sociedade angolana, em relação ainda à realidade da crítica, parece ainda sem muito direcionamento, embora, como foi já avançado, se faça sentir em alguns locais. Mesmo nas próprias redações há a própria crítica dos meios de comunicação social, mas devido à falta de lideranças sociais mais assentes na responsabilidade social não é muito visível. Uma, duas ou três pessoas com uma visão mais eficiente realizam as críticas dentro e fora dos meios de comunicação, visto que ainda reside o medo de não ser apontado ou culpado de criticar o local em que trabalha. Nas empresas públicas ainda reside os Serviços de Informação Criminal (SIC), antes denominados como SINFO e/ou pertencente a ex-Segurança do Estado na época do partido único, isto é, antes do multipartidarismo que só surgiu na década de 1990 depois da assinatura dos Acordos de paz de Bicesse.

O Sindicato dos Jornalistas de Angola (SJA) tem sido um organismo que crítica a atuação dos *media* no país, principalmente em Luanda que é praça central da atividade da comunicação social. As críticas são apontadas para os meios de comunicação públicos, principalmente na era da segunda e terceira legislaturas do país. O início da quarta legislatura mostra-se diferente dos anos anteriores, visto que o novo líder da Nação João Lourenço pretende que a comunicação social possa atingir e fazer o serviço que ela merece sem limites. Em 08 de janeiro de 2018, João Lourenço, através do seu Secretário de Comunicação Institucional e Imprensa, Luís Fernandes, convocou a imprensa angolana e internacional para uma conferência Coletiva, mostrando assim aquilo que consta do seu projeto de governação de “estar mais próximo dos jornalistas”. O mesmo aconteceu em 2019.

Leal Mundunde é finalista do curso de Jornalismo pelo Imetro. Ele enxerga o estado atual da comunicação como sendo embrionário, precisando de mais abertura tanto pelo governo como por parte dos funcionários da comunicação social. Já o estudante Yuoran Mendes, que concluiu o curso de Língua Portuguesa e Comunicação na Universidade Metodista de Angola, compreende que “é necessário que o novo governo saído da recente Eleição seja mais transparente com a comunicação e que os profissionais da área mostrem mais capacidade de funcionalidade evitando o amiguismo e a bajulação com os gestores públicos, deve se cobrar mais sobre a gerência dos mesmos”.

Para o jornalista Amadeu Cassinda, produtor do “Programa Mais Comunicação”, considera que a crítica é um processo que existe desde muito tempo e deve prevalecer na conjuntura dos profissionais da comunicação social com o objetivo de se levantar os problemas na sociedade. Como é abordado por Rodrigo Duarte, aqui é possível compreender desde já os modos de padrões que resultariam originariamente das necessidades dos consumidores. Na verdade, isso é o círculo de manipulação e necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema concentra-se cada vez mais densamente. Cala-se, aqui, sobre o fato de que o solo, sobre o qual a técnica adquire poder sobre a sociedade é o poder daqueles economicamente mais fortes sobre a sociedade (Duarte, 2003:51, apud, DA, 142). Para o Padre Adriano Carlos Katiavala¹⁵⁰, da Diocese do Huambo, assegura que os fazedores de programas de informação de Rádios e Tvs em Angola precisam de ter mais capacidade na hora da assumirem a função de produtores ou líderes de produção de conteúdos informativos. “Os fazedores de programas de informação devem possuir arte em todos os aspetos, capazes de selecionar o conteúdo com o objetivo de informar e formar o nosso público que carece muito da contribuição dos *media*”, frisou Adriano Katiavala. Ao que tange a relação entre os *media* e o poder público, Katiavala sustentou o seguinte:

“Nós não temos jornalistas com um perfil apropriado para o exercício da prática do jornalismo como acontece em outros países, pois nossos repórteres e funcionários não conhecem o mundo técnico dos *media*, desde os apresentadores, repórteres, jornalistas, produtores, locutores e redatores. Estão mais virados numa posição de agradar as forças políticas, das instituições, do governo e organizações. Abandonaram o jornalismo de verdade que prima por severa apuração e investigação das matérias que constituem noticiabilidade”.

¹⁵⁰Padre Adriano Carlos Katiavala é Mestre em Sociologia, linha de pesquisa Famílias Mono Parentais. Possui ainda formações em Filosofia, Comunicação Social e Teologia. Além de religioso, é Professor do Curso de Comunicação Social do Instituto Superior Politécnico de Ciências da Humanidade (ISUP), na província do Huambo.

argumentou o religioso”. (Padre Adriano Katiavala, entrevistado no dia 05/01/2017).

A atuação dos meios de comunicação sempre foi um problema de pesquisa e de preocupação desde o século XIX com o surgimento dos primeiros ensaios sobre a rádio e a TV, embora também tenham já existido essas preocupações com as publicações em jornais, revistas e outros meios. Contudo, essa situação estendeu-se até aos nossos dias com o conteúdo emitido no audiovisual. Ou seja, já há registos de preocupações com os grandes autores da Escola de Frankfurt, nomeadamente Adorno e Horkheimer que denunciaram como falacioso o argumento apologético, segundo o qual a padronização e o baixo nível dos produtos culturais é reflexo daquilo que o público deseja acompanhar assistindo e escutando nos serviços de audiovisual. Estes tipos de situações e que merecem a crítica ainda nos *media* audiovisual continua a ser um problema da conjuntura mediática em todo o mundo (Duarte, 2003:51).

Estas observações também recaem como preocupações dos mesmos autores no campo comunicacional, agora com os moldes tecnológicos em detrimento de uma sociedade de disputa com mudanças de modelos de estado, em que os autores falam do capitalismo liberal para o modelo monopolista a evolução de outras ferramentas como o telefone e do surgimento do rádio. Nesta ordem de ideia, os autores consideram que o uso do telefone na sociedade é de forma liberal permitindo que as pessoas desempenhem o papel do sujeito. Enquanto isso, o rádio é um meio de comunicação “democrático”,¹⁵¹ visto que transforma os antigos interlocutores em meros ouvintes, “para entregá-los autoritariamente aos programas das estações” (Duarte, 2003:52).¹⁵²

4.3.1.1. O debate que acontece nos *media* e a opinião pública

Os *media* desempenham um papel fundamental na sociedade servindo como um catalisador de comunicação entre os povos. Nesta lógica, a programação de conteúdo através de um debate permite também a construção dos aspetos de uma opinião pública. Portanto, o contexto angolano, principalmente em Luanda, a respeito do debate que

¹⁵¹Duarte (2003:52, citando DA, 143). O termo democrático denota aqui, naturalmente, não o direito de voz e voto do povo, mas o fato de que os dispositivos tecnológicos empregados pela indústria cultural possibilitam uma comunicação de massa. Ao contrário, o caráter autoritário desses meios é atestado pelo fato de que “nunca se desenvolveu qualquer dispositivo de réplica e as emissões privadas são submedidas a rígido controlo”.

¹⁵²Duarte (2003:52).

acontece nos *media* audiovisuais suscita muita reflexão devido aos temas muitas vezes debatidos assim como a forma de mediação feita pelos próprios funcionários. No entanto, esse sistema tem permitido que o público tenha conhecimento com o que é discutido em rádios e televisões existentes no país, que tratam assuntos registados em Angola, como outros consumidores também assistem em televisões estrangeiras através do modelo de TVs por assinatura e a Cabo, ou ainda do acesso a partir da Internet.

Em contrapartida disso, os *media* audiovisuais em Angola têm direcionado nos últimos anos o debate de temas que são de interesse público e que encontram a contribuição da população para a melhoria de soluções. O que acontece, por vezes, a falta de uma melhoria na comunicação e de conhecimento sobre o assunto tem dificultado também a proporcionalidade de entendimento para a cristalização da opinião pública. Muitos convidados, por exemplo, que aparecem para falar de alguns temas relevantes nos meios de comunicação públicos não são bem vistos pelo público, visto que o discurso apresentado não demonstra um pluralismo em termos de se ter uma opinião pública. O que se assiste, todavia, o discurso está mais voltado para “A” em relação ao “B”. E, isso quando acontece, os apresentadores e locutores não conseguem fazer uma mediação correta perante os convidados ou especialistas no assunto. Assim sendo, as questões sociais e políticas que envolvem o governo são sempre parciais, dando favoritismo ao governo como se este desempenhasse sua função com muita autonomia, eficiência na construção de um estado democrático e de direito.

É necessário o uso de uma força de competências e de potencialidades de quem trabalha nos *media* para poder fazer um trabalho que se cumpra nos meios de comunicação social de acordo com as premissas neles decorridos de serem imparciais perante a sociedade na divulgação de informações. O sujeito é o motor de toda essa atividade. Como disse Arendt, o sujeito é o “indivíduo que necessita de força”.¹⁵³

As televisões (TPA e TV Zimbo) têm sido as mais criticadas por não responderem aos princípios de atribuírem aos convidados a mesma autonomia, ou dos chamados

¹⁵³Arendt (2001:238). A força de que o indivíduo necessita para qualquer processo de produção, seja intelectual ou puramente física – torna-se inteiramente inútil quando se trata de agir. A história está repleta de exemplos da importância do homem forte e superior que é incapaz de angariar o auxílio ou a cooperação dos seus semelhantes – fracasso que é frequentemente atribuído à fatal inferioridade da multidão e ao ressentimento que os homens eminentes inspiram aos medíocres. Mas, por verdadeiras que sejam estas observações, não vão ao fundo da questão.

comentadores que favorecerem sempre o governo como dono da razão, mesmo quando se conhece que determinado projeto está ser mal executado, assim como a forma de gerenciamento nas instituições públicas e privadas. Por conseguinte, o uso inadequado dos espaços nos *media*, a partir dos programas, conteúdos, forma de mediação, a seleção dos comentadores e outros elementos podem dificultar a opinião pública assim como a edificação de uma esfera da comunicação rumo à democracia representativa. A ausência de seriedade no discurso temático, encadeamento das ideias, a busca de soluções para os problemas a partir do debate, a pressão sobre o governo dificulta a teorização e prática do jornalismo de desenvolvimento como é acentuado por autores como (Kunczik, 2002:131-150; Barreiros, 2012:92-124; Arendt, 2001 [1958]:177; Bobbio, 2013:68 e Kovach & Rosenstiel, 2004:29-75).

A discussão de temas nos *media* quando é feita de forma seria e célere pode constituir um elemento fundamental para a construção de uma opinião pública. Por exemplo, a opinião pública surgida, em 1983, na Polónia, não surgiu diretamente dos meios de comunicação social, mas de uma imprensa clandestina quando parte do público usava equipamentos manuais e antigos, como câmaras de vídeo e fazer seus próprios documentários, e depois exibidos de forma clandestina em porões de igreja (Kovach & Rosienstiel, 2004:28). Esta é uma forma de opinião pública muito diferente nos meios surgida através dos *media*, ou seja, uma altura em que não se falava ainda da sociedade de informação ou sociedade em rede.¹⁵⁴ A forma de participação do público na Polónia fez o governo criar institutos para estudar o assunto, através de uma pesquisa de opinião, e que teve seu fluxo, através de outras instituições na Europa Oriental, como também acelerou o fim do comunismo.¹⁵⁵

Segundo Donsbach (1984:19, citado por Kunczik, 2002:190), a justificação formal dos privilégios de comunicação dos jornalistas é a reinvenção de que estão criando um mercado público de opiniões. No entanto, “numa sociedade democrática, espera-se que os meios de comunicação de massa reflitam a opinião pública e sirvam de vínculo entre o povo e seu governo”.

¹⁵⁴Cf. Manuel Castells (2005). Sociedade de Informação.

¹⁵⁵Kovach & Rosienstiel (2004:28-290).

Para uma uniformização de informação ou do conteúdo que deve passar em todos os *media*, é preciso que os mesmos profissionais tenham capacidade suficiente para o cumprimento dessa empreitada. É nesta lógica, como acontece na televisão de muitos países, a seleção de temas de reportagens obedecem a uma responsabilidade de acordo com o interesse do público. Segundo Kunczik, 2002:1991), “a seleção das notícias para a televisão se baseava em uma imagem similar dos telespectadores, cuja curiosidade devia ser rapidamente satisfeita, mas que, por outro lado estavam interessados sobretudo no relaxamento e na recuperação”. Hannan Arendt disserta que há “na modalidade de produção introduzida pela automação, a diferença entre a operação e o produto, bem como a precedência do produto sobre a operação (que é apenas o meio de produzi-lo), perdem o seu sentido e tornam-se obsoletos” (Arendt, 2001:189).

Já Price (1994:30), entende que mesmo com tantas influências proporcionadas pela opinião pública, grosso modo, ela também tem seus problemas dentro da sociedade ainda que haja esse interesse dos participantes: ou seja, o autor entende que os principais problemas a “*la opinión Pública*” está na base dos escritores da ilustração, apesar da sua ênfase na razão humana e o progresso da sociedade através da Educação, não desejaram compreender os aspetos não racionais e emocionais da opinião pública.

Para Sorlin (1997:59), “os debates em rádio e na televisão são basicamente construídos por conversas separadas e interligadas entre os entrevistados e o seu anfitrião, podendo qualquer um intervir, se assim desejar. O objetivo é atingir um tipo de conversa autossustentada, estando o anfitrião presente para encorajar e guiar, evitando que se torne polémica ou confusa”. Como disse Barreiros (2012:92), os públicos de cidadãos que compõem as audiências dos *media* constituem parte a considerar na ponderação do questionamento e formulação da configuração social e política dos processos de informação e comunicação pública que decorrem via *media*. Mas adiante, o autor Kunczik ainda disserta:

“Aos *media* compete uma função de interesse público, cuja concretização depende do modo como conseguem convocar públicos que componham audiências de consumidores; aos públicos interessa a possibilidade de encontrar nas propostas dos *media* recursos que tornem a pertença à audiência gratificante face à existência quotidiana e à cidadania. A correspondência entre ambos passa por articular competências das propostas dos *media*, pela adequação às expectativas e características dos públicos e por cuidar dos vários planos da relação de reciprocidade e interdependência entre ambos. Constitui desígnio de interesse público que atuações dos *media* e nos *media* contribuam para o

equilíbrio da comunicação pública, a qualificação dos sujeitos, públicos de *media* e cidadãos, a competência dos desempenhos públicos por que se tecem a democracia e a cidadania”. (Kunczik, 2002:92).

4.3.1.2. O contributo do poder público para o desenvolvimento dos *media* no país

É possível perceber que o poder público em Angola tem feito algo para a contribuição do desenvolvimento dos *media*, visto que no decorrer destes 42 anos de independência, tem-se registado, embora de forma tímida, o crescimento do campo dos *media*, principalmente dos públicos (Estatais). Esta contribuição parte relativamente ao fato de que antes da independência, Angola não tinha um campo de comunicação estável, ou seja, dependia muito da Rádio e Televisão de Portugal, este como potência colonizadora. O que existia até 1975 era uma estrutura sem realce praticamente para a cobertura nacional e tampouco servia para dar informação a população visto que a mesma não vivia dentro dos padrões de liberdade de expressão ou de imprensa, embora essa liberdade já tenha sido estipulada em 1845, desde o funcionamento do primeiro Boletim Oficial que circulou em Angola colonial.

Assim sendo, o campo foi ocupando um espaço e dando azo para a implementação de uma comunicação mediática de carácter nacional a partir do momento em que o país atingiu a independência, mas devido ao processo de organização da própria estrutura social, muita coisa ficou sem direcionamento. Os meios audiovisuais como a Rádio e a Televisão estavam totalmente sem direcionamento, só em 1976, por iniciativa de António Agostinho Neto, começou a valorizar o campo de comunicação social, incentivando os funcionários que comesçassem a trabalhar na transmissão e emissão do produto informativo durante as visitas realizadas no mesmo período, isto é, dia 05 de outubro visitou a Rádio Nacional de Angola e dia 18 do mesmo mês esteve na Televisão Pública de Angola¹⁵⁶. Este mesmo cenário estendeu-se também no jornalismo impresso, precisamente, no Jornal de Angola como o único naquela fase do pós-independência.

Por outro lado, podemos também reportar que a retomada da guerra no país, praticamente desde o fim da década de 70 até ao ano de 2002, fez com que muita coisa não acontecesse no desenvolvimento dos *media* em Angola, embora muitas localidades não tenham sido atingidas inteiramente pela guerra e que mereciam ter estruturas, recursos

¹⁵⁶Antes com a denominação de Televisão Popular de Angola até em 1992.

técnicos e humanos muito melhor e de qualidade em relação ao que é apresentado nos dias de hoje, depois de quatro décadas de independência.

A falta de recursos materiais, financeiros e até humanos fez com que se registasse um atraso no alargamento dos meios de comunicação social em Angola, embora se registre um esforço por parte do Governo na implementação deste processo. Queiramos ou não, este processo pode ser compreendido em dois estágios, no que diz respeito ao contributo do poder público no desenvolvimento dos *media* em Angola. Num primeiro momento cinge-se a uma dimensão de que o governo tenta fazer investimentos no campo da comunicação com a abertura de novos emissores de transmissão de rádios e construção de centros de produção para a Televisão Pública de Angola. O segundo estágio desta ordem há uma aposta para a extensão dos sinais de Rádio e de Televisão em todo o país de forma a garantir estabilidade ao acesso de informação ao público. Opondo a essa situação, o Governo, por outro lado, mesmo com estas apostas que são realizáveis, ainda consideramos, no entanto, o que tem feito nesse campo é muito pouco, ou seja, com recursos financeiros que o estado possui deveria fazer mais para a qualidade dos serviços de transmissão e emissão de informação, na medida em que tanto a Rádio Nacional de Angola como a Televisão Pública de Angola, os sinais não chegam a todas as zonas do país, grosso modo, nas áreas em que o sinal chega apresenta muitas debilidades na escuta de rádio como para quem assiste ao sinal da televisão.

Neste mesmo paradigma de oposição, surge também a falta de sensibilidade do governo de não permitir que o sinal das rádios privadas não sejam estendidos em todo o país como acontece com a Rádio Eclésia e a Rádio Despertar que lutam praticamente com o Ministério da Comunicação Social para que lhes seja permitida a cobertura de informação em todo o território. Em suma, este contributo parece, de certa forma, a nosso ver, muito restrito, mesmo que o ex-Ministro da Comunicação Social, José Luís de Matos, durante a inauguração do centro de Emissão da Rádio Waku Kungo, na província do Cuanza Sul, frisar que, com a abertura da Rádio Regional de Waku Kungo, se estabelece como eficácia do projeto de uma comunicação pluralista, isenta e eficaz para Angola. Ainda um outro elemento que desfavorece o pouco que se faz na comunicação social, está na falta de lisura em relação a responsabilidade social do campo da comunicação social quando o Governo realiza censura nos meios de comunicação social do Estado assim como

a limitação de extensão de sinais da rádio e até da TV, ou seja, de forma geral, todos os meios de comunicação social privados devem ter suas sedes em Luanda, capital de Angola.

O outro assunto é a falta de concursos públicos para o ingresso de funcionários, ou seja, criou-se um projeto denominado de “*Jornalistas de Especialidades*” nos meios de comunicação social públicos, geralmente, funcionários com ligação ao partido político do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Ou seja, muitos deles provenientes da ex-Segurança do Estado ou outros que militam nos ex-Serviços de Contra Inteligência (SINFO) do país para controlar e censurar os funcionários que contrapõem as falhas do aparelho do governo, assim como para garantir a continuidade eficaz da linha editorial. Epstein (1993:35)¹⁵⁷ discorre que o poder exercido nas inter-relações humanas pode ser o de uma pessoa sobre a outra (agenciado em múltiplas circunstâncias), de uma categoria, de uma classe, de um partido político, de uma empresa, de um sindicato ou de um país. Por outro lado, Epstein (1993:34) disserta que a dimensão do contributo de um campo ou de uma estrutura também pode ser analisado a partir do poder de criar um código e poder de comandar segundo um código estabelecido. Para tal, ao contrário do que é característica em Epstein, “o poder de um homem consiste nos meios que dispõe para alcançar alguma vantagem futura [...]” (Hobbes, 1952:71). Assim sendo, segundo Weber (1944:43), o poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade. Discorrendo num outro pensamento ideológico, podemos perceber também que o poder, na colocação de Parsons (1967:43), é a capacidade generalizada de assegurar o desempenho de obrigações quando estas são legitimadas com referência ao seu impacto sobre muitas coletivas e onde, no caso de recalcitrâncias há um pressuposto de imposição de sanções.

Segundo Epstein (1993:38), a multiplicidade de situações em que ocorre o exercício do poder torna oportuno e necessário o estabelecimento de alguns parâmetros. Um deles se refere ao fato de que o poder é apenas uma negatividade expressa por uma ordem, seja para “fazer” ou para “não fazer” (no que uma positividade, fato que já havia sido notado por Foucault (1982:7-8)¹⁵⁸). Uma outra retomada é feita por Sodré (1996:62-63), também

¹⁵⁷ Isaac Epstein (1993:31). Gramática do Poder, São Paulo, Editora  tica. O autor é Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁵⁸ Sodré, citando Foucault (1996:63). O notável na pesquisa de Foucault é a demonstração de uma lógica sutil nas diferentes distribuições do poder, segundo as épocas e lugares. Ele faz distinção entre o unilateralismo dos “Estados de dominação” e a multiplicidade das relações de poder. O poder não aparece

rebuscando o que é postulado por Michel Foucault ao apresentar uma demonstração a partir de uma reflexão genealógica do poder fora do ciclo das leis e das instituições estatais. Aqui, segundo Sodré, ele apresentou as formas de dominação, com seus usos e operadores materiais, técnicas e táticas de dominação em vários sistemas de determinação social (psiquiatria, sexualidade, política). Este duplo sinal de poder, visto como positividade e como negatividade, pode ser desdobrado em um correlato que é a duplicidade de significados da palavra “ordem”.

Assim, podemos fazer corresponder à natureza positiva do poder um primeiro significado do termo “ordem” que chamaremos de *Ordem*, e que corresponde ao estabelecimento ou criação de um arranjo, de uma disposição, de uma regra, de uma lei, mas também de uma estrutura, de um estilo, de maneira geral, de uma forma. Em todos estes sentidos, há quem conserva significado de seu código que lhe dá Eco – isto é, código enquanto sistema, seja em seu aspeto sintático.¹⁵⁹ A sua característica mais importante, em termos de teoria da informação, é a sobre determinação em relação à capacidade combinatória de seus elementos constituintes, isto é, a ocorrência da redundância. Esta pode caracterizar o próprio “estilo” da ordem estabelecida. Assim sendo, podemos também recorrer nas postulações feitas por Hobbes para a compreensão da premissa do poder que se assenta na ordem:

“O soberano de um Estado, que seja uma assembleia, ou um homem, não se encontra sujeito as leis civis, dado que tem o poder de fazer e revogar as leis, e pode quando lhe aprouver libertar-se dessa sujeição, revogando as leis que o estorvam e fazendo outras novas, por consequência já antes era livre. Porque é livre quando pode ser livre quando quiser. E a ninguém é possível estar obrigado perante si mesmo, pois quem pode obrigar pode libertar, portanto quem está obrigado perante si mesmo não está obrigado”. (Epstein, 1993:38, apub, Hobbes, 1952:130).

Entende-se por outro lado, que a questão do poder recorre quando se examinar a possibilidade de o poder político instaurador conservar a mesma (Ordem), por ele outorgada, ou mudá-la. Em seguida, a ideia de poder, associada ao poder do Estado, sedimentou camadas de significados que se superpondo na história. Isso mereceu também

como um foco centralizador de decisões, mas primeiro como uma “microfísica” de táticas criadas a partir de situações particulares e depois eventualmente consolidadas em articulações mais extensas e coerentes por estratégias de classe social.

¹⁵⁹ Epstein, Isaac (1993:38, citando Eco, 1980:29). O código enquanto sistema, seja em seu aspeto sintático (como uma série de sinais regulados por leis combinatórias internas), seja como sistema semântico, enquanto séries possíveis de conteúdo.

a apreciação de Aristóteles em engendrar a dimensão do poder em “poder do pai sobre os filhos, do senhor sobre os escravos, do governante sobre os governantes” (Cf. Sodré, 1996:62). [...] A palavra poder revestiu-se do sentido, a um tempo, vago e maléfico, que possui em nossa fala cotidiana, e isso graças aos deslocamentos conceituais, por vezes surpreendentes (Leibren, 1981:36, citado por Epstein, 1993:46).

Já para Correia (2006:22), trata-se aqui de uma questão recorrente nos estudos da comunicação, parte essencial, e desde o início por muitos considerada a mais importante, das grandes linhas de investigação implícitas, já há mais de meio século, no célebre paradigma de Lasswell: “*quem, diz o quê, a quem, através de que canal e com que efeito*” (Cf. Wolf, 2003:29). Mas, a questão do poder dos *media* é inseparável de outra, que é a do poder dentro dos *media*, isto é – e eis-nos aqui perante uma problemática frequente e deliberadamente ignorada, em alguns casos percebe-se porquê... -, o poder dos *media* está condicionado e não pode ser analisado independentemente do poder de quem manda nos *media*. “O poder dos *media*, ou seja, a força da sua influência sobre o público (ou os públicos), não é algo que possa ser analisado em abstrato, esquecendo quem comanda os mecanismos que fazem com que essa influência se exerça neste ou naquele sentido”. Para tanto, essa situação mediática em Angola, como já foi dito anteriormente, regista um crescimento paulatino de novas organizações de meios de comunicação como até de Grupos Económicos, mas, na sua maioria, está atrelado ao próprio Governo, ou seja, são propriedades dos membros que compõem o aparelho do Governo e das Forças Armadas Angolanas (FAA). Há o registo de novas empresas na comunicação que crescem em termos de números, mas a qualidade de produção e de responsabilidade social de servir o público está longe dos olhos de quem consome as informações, pois vivenciam-se ainda os aspetos da censura, portanto, o que é produzido não ajuda na construção do projeto social mediático que se espera dos *media* através do seu papel de formador de educação e opiniões.

Para Correia (2006:23), a formação e o modo de funcionamento de fortes grupos empresariais revelam-nos o poder dos *media* enquanto, digamos, poder delegado daquele que nas nossas sociedades está a ocupar o lugar no topo da hierarquia, o poder económico-financeiro a nível nacional e transacional. Ainda que, sublinhe-se, o funcionamento dos *media* e a ação dos agentes produtores de informação, desde logo os jornalistas, sejam dotados de uma lógica própria e de uma relativa autonomia, que impedem qualquer análise

de tipo simplesmente determinista. Por outro lado, para este enquadramento sobre a situação do que se pode elencar do poder, o Padre Jerónimo Kahianga, quando falava na Rádio Eclésia, explicou que “o poder é dado por Deus para alguém governar a sociedade” (25.08.2017).

O termo poder, segundo Giddens (1997:870), entende-se como a capacidade de indivíduos ou membros de um grupo alcançar objetivos ou favorecer os seus interesses. O poder é um aspeto presente em todas as relações humanas. Muitos conflitos de uma sociedade são lutas de poder, porque quanto mais poder um indivíduo ou um grupo tiver maior é a capacidade de conseguir o que quer (à custa de outros).

4.3.1.3. O posicionamento dos *media* privados perante o poder público

A comunicação tem suas doricidades no que concerne ao seu posicionamento na sociedade a partir da responsabilidade social de cada veículo ou grupo económico que pode ser coletivo ou muitas das vezes de forma isolada. É nesta perspetiva que este assunto está centrado na discussão de como funciona a comunicação social em Angola, partindo do seu posicionamento dos mesmos na nossa sociedade angolana. O próprio percurso da comunicação angolana apresenta etapas difíceis desde o aparecimento do primeiro serviço de informação que surgiu em Angola, isto é, o *Boletim Oficial* do governo Ultramar. Esta situação, como vimos no capítulo três, sofreu vários processos quanto à implementação de uma imprensa livre em Angola. Podemos compreender essa realidade a partir do surgimento dos primeiros jornais,¹⁶⁰ posteriormente, da Rádio e da Televisão¹⁶¹ nos séculos XIX e XX, como já frisamos nas observações de Lopo (1965); Ervedosa(1980); Coelho (1989) e Muatumba (2002). Como sustenta Pierre Sorlin, em sua obra *Mass Media*, “o surgimento da rádio assemelha-se, numa escala reduzida, ao que acontecera anteriormente à imprensa e a que tem sido a tendência dominante da evolução dos *mass*

¹⁶⁰ Cf. Giddens, Anthony (1997:528). Os jornais têm a sua origem nos panfletos e de folhas de informação imprensa e dificuldades desde o século XVIII. Os jornais só se tornaram “diários”, com muitos milhares de leitores, a partir dos fins do século XIX. O jornal representou um desenvolvimento extremamente importante na história moderna dos meios de comunicação, pois continuam vários tipos de informação num formato limitado e facilmente reproduzível.

¹⁶¹ Idem. A televisão é hoje em dia um grande negócio e, na maioria dos países, o Estado tem estado diretamente envolvido na sua administração. Exemplo, na Grã-Bretanha, a BBC, que iniciou a nível mundial os primeiros programas de Televisão, é uma empresa pública. É financiada por taxas pagas por todas as casas que possuam um aparelho de televisão.

media desde o século XVIII, nomeadamente a propensão para o monopólio detido por poucas pessoas” (Sorlin, 1997:102).

O processo de controlar ou impedir em muitos casos os *media* não está só em Angola, mas também em muitos países até aqueles que já possuem uma democracia estável e bem cimentada. Mas, nos países do terceiro mundo precisamente africanos, asiáticos e da América Latina, o processo decorre de uma forma diferente, principalmente aos da América Latina que depois das ditaduras, hoje em dia, os serviços como por exemplo, no Brasil, os *media* jogam um papel importante. Sorlin apresenta-nos um exemplo do que é a atuação dos *media* em muitos países do mundo.

“A luta pelo controlo da imprensa escrita, da rádio e da televisão em sistemas liberais não pode ser entendida sem qualquer referência à natureza da oferta no mercado dos *media*. A informação concentra-se em maior escala no que é vulgarmente considerado como política, isto é, a atividade de eleger um governo e de preencher os cargos da função pública, o que é somente uma parte limitada das atividades de um país e não interfere muito com a vida do cidadão comum, embora seja isto que os políticos se preocupam.” (Sorlin, 1997:103-104).

Por outro lado, a literatura angolana através de seus vários escritores procurou também contribuir com suas abordagens que muito exaltavam a busca de um bem-estar da população em geral, desde a educação, a habitação, o fim da opressão colonial, a implementação das liberdades essenciais, assim como a implementação da fabricação de informações a partir de jornais, como Ervedosa faz referência em sua obra denominada “*Itinerário da Literatura Angolana*”:

“Merece aqui realçar a consciência que todos possuíam da necessidade da instrução do povo, ponto de partida no desenvolvimento dum país, problema com o qual, aliás, se debatia a própria metrópole, onde os *escritores progressistas da época*¹⁶² denunciavam o quase total analfabetismo da população.” (Ervedosa, 1980:45).

Esta situação foi se arrastando desde o século XIX de forma mais perigosa devido à impossibilidade de se fazer uma comunicação mais imparcial a partir dos meios de comunicação social, principalmente através dos jornais, embora no final desse mesmo século registou-se a abertura de uma imprensa livre, visto que os nativos já poderiam fabricar informações, montar suas próprias reprografias embora ainda sobre a censura e retalhações do governo português (Ervedosa, 1980). O sistema de governação de Portugal

¹⁶²Itálico por nossa iniciativa.

em Angola estendeu suas implicações até ao século XX, praticamente, um sistema que encontrou barreiras e fim, então no ano de 1975 com o alcance da independência, registou a feitura de algumas tiragens de jornais em pequenas escalas ou proporções jornalísticas. Desta feita, podemos postular que o poder público do período antes da independência funcionava como uma casta de opressão a liberdade de expressão, ou seja, de todas as liberdades universais. A esperança de uma liberdade eficaz estava presente na conquista da independência.

Depois da independência, a esperança de uma imprensa livre que daria melhor posicionamento para aos ditames da construção de uma nova identidade do povo, vai também sofrer sua mutação, pois não se cumpriu o que foi aprovado no Acordo de Alvor sobre a independência. Desta feita, nesta linha de pensamento, os movimentos envolvidos na luta de libertação nacional (FNLA, MPLA e UNITA) não se compreenderam e criaram um clima complexo para a implementação, ou seja, o MPLA proclamou a Independência no dia 11 de Novembro de 1975 sem a presença dos outros partidos (FNLA e UNITA), de acordo com o Artigo 4, do texto Integral que espelha o seguinte: “a independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975 em Angola, pelo presidente da República ou por representante seu, expressamente designado” (Manual de História, Acordo do Alvor, 10 a 15 de Janeiro de 1975:2).¹⁶³ O Texto Integral pode ser conferido no Apêndice nº I, de acordo com o Capítulo 1 – (Da Independência de Angola).

Portanto, é perceptível que a situação do posicionamento dos *media* privados perante o poder público encontra diversas barreiras na nossa sociedade, visto que ainda deparámos com o problema da censura por parte do governo angolano que tem como partido no poder desde 1975, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a falta de concretização das liberdades essenciais, embora constantes da Constituição da República, mesmo até aos nossos dias, mas que a sua implementação carece de discussão e análises.

¹⁶³Texto Integral: No seguimento da “plataforma de Mombança” estabelecida entre FNLA, MPLA, e a UNITA, no dia 4 de janeiro do corrente, teve lugar no Alvor, de 10 a 11 do mesmo mês, a Cimeira entre o Estado Português e os três Movimentos de Libertação para tomada de decisões quanto à forma e às vias de acesso de Angola. De acordo com seu alto significado e a sua transcendente importância, arquivamos aqui o acordo então assinado. O Estado Português e a Frente de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Alvor, no Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para discutir e firmar o acesso de Angola à independência, acordam no seguinte: Cf. Artigo 1º-).

Por outro lado, confrontamo-nos também com problemas na obtenção de um determinado meio de comunicação social, seja jornal, revista, rádio, TV ou Site, que não encontra os direitos de autorização por parte do governo, ou seja, compreende isso como as próprias barreiras impostas pelo poder público em Angola.

Por conseguinte, o país vive um momento de ideologias diferentes que se estendem desde a violação das postulações constantes na Constituição da República,¹⁶⁴ de acordo com as liberdades nela contidas (Cf. Art. 40º – Liberdade de Expressão e de Informação; Art. 41º - Liberdade de Consciência, de Religião e Culto; 43º - Liberdade de Criação Cultural e Científica; 44º - Liberdade de Imprensa; 46º - Liberdade de Residência, Circulação e Emigração; 47º - Liberdade de Reunião e de Manifestação; 48º - Liberdade de Associação; 49º - Liberdade de Associação Profissional e Empresarial e 50º- Liberdade Sindical), assim como das violações das situações conjunturais das democracias participativas, representativas e da comunicação, a partir da própria esfera pública angolana.

Por um lado, em muitos parâmetros da vida do cidadão angolano, essas ideologias quebram não só a comunicação social, mas todo o padrão do espaço público, onde os direitos de liberdades encontram entraves em todos os sistemas. Por outro lado, essa situação tem levado os fazedores e produtores de comunicação e informação a vários questionamentos da vida social. Pode-se afirmar aqui que a situação dos *media* privados perante o poder público angolano não é salutar, pois precisa-se mais de democracia, mais liberdade, mais autonomia para esse exercício e que o governo não pode traçar medidas que impossibilitam o crescimento comunicacional através de seus valores de noticiabilidade e da melhor forma de produção e de divulgação de informações para a sociedade. Estas abordagens, de certa forma, contrariam as reflexões de Umberto Eco ao falar de um universo de saber a partir das ideologias que podem ou são aplicáveis à comunicação na sociedade:

“As ideologias são sistemas de expectativas do universo do saber. Há mensagens informativas que revolucionam os sistemas de expectativas no universo dos signos... É possível, certamente, propor uma revisão das expectativas ideológicas recorrendo a um redundante, a uma função puramente referencial das mensagens. Desse modo quem quisesse denunciar as imoralidades da união familiar (conturbado, indubitavelmente, sistemas de

¹⁶⁴C.f. Constituição da República (2011: 18-21).

expetativas ideológicas) poderia comunicar essa sua decisão através de mensagens construídas segundo todas regras de previsibilidade retórica (do tipo: ‘sustento que a família não é um núcleo natural e desenvolve função corrupta’).” (Eco, 1976:86).

Eco está certo também de que o exercício de uma boa comunicação pode também começar pela construção de ideologias mais assentes no projeto comum e que pode ser entendido nos vários estratos da sociedade. Aqui, o autor convoca o critério da família. Os *media* privados, como qualquer classe dos *media*, buscam o cumprimento da sua obrigação com a sociedade e com o público que consiste na divulgação das informações em todos os sentidos desde que seja de forma coerente. Porém, para atingir estes desideratos, é fundamental o cumprimento do direito de informação que ainda, grosso modo, é violado pelo poder público. Matumona, perante esta abordagem, analisando o processo de comunicação em Angola, como docente e funcionário do Jornal de Angola, faz de forma lógica na sua interpretação, quatro perguntas: *que tipo de sociedade Angola tem e o que quer? Uma sociedade anárquica, sem leis? Ou aquela onde impere a confusão? Ou aquela cujo suporte seja o consenso e a balança de interesses?*¹⁶⁵ (Matumona, 2002:72).

Estas questões feitas por Matumona ainda não foram respondidas depois de passados 18 anos desde que as mesmas foram colocadas, ou seja, ainda esperam de respostas por parte da sociedade, mas principalmente pelo poder público angolano. O autor fez essas perguntas num momento em que o país se encontrava num processo de organização e de reunião das forças políticas depois do cessar-fogo entre as forças da UNITA e as do Governo no poder. Se estas perguntas continuam, é sinal de que ainda há muito por se fazer no que concerne à atuação dos *media* em Angola. O que se assiste, ainda hoje, decorre de um monopólio sociocultural dos *media* por parte do poder político que tenta controlar de todas as formas os meios de comunicação do país com criação de leis que favorecem todo o processo de controlar e censurar o posicionamento dos meios de comunicação social tanto eles públicos como os privados, estes que são os mais penalizados numa censura indireta, às vezes de forma direta em muitos casos. Ademais, a aplicação de leis impróprias que beneficiam o governo, tem sido criticado por muitos atores da sociedade, sendo assim uma violação do artigo 44º que fala da Liberdade de Imprensa, de acordo com os seus quatro pontos constantes da Constituição da República:

¹⁶⁵Itálico do autor. Cf. Matumona, 2002:72.

- 1- É garantida a Liberdade de Imprensa, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura prévia, nomeadamente de natureza política, ideológica ou artística.
- 2- O Estado assegura o pluralismo de expressão e garante a diferença de propriedade e a diversidade editorial dos meios de comunicação.
- 3- O Estado assegura a existência e o funcionamento independente e qualitativamente competitivo de um serviço público de rádio e de televisão.
- 4- A lei estabelece as formas de exercício da liberdade de imprensa (Constituição da República, 2011:19).

Entretanto, é fácil perceber aqui o quão é difícil compreender a complexidade do posicionamento do Estado perante as próprias leis que estão plasmadas na Constituição da República, mas, todavia, são violadas pelo próprio Governo no poder, ou seja, o que denominamos nesta sentença como Poder Público. Por outro lado, como disse Wime Venda, citado por Candumba, ele acredita que “a lei de imprensa faz menção aos aspetos em que o jornalista tem liberdade de ir às fontes para investigar e informar a sociedade com verdade. Ser impedido de realizar essa tarefa desvaloriza a própria informação transmitida para o público e faz com que o cidadão vê alguma notícia na TV e simplesmente desliga-a ou lê o título do jornal e não lê a notícia” (Candumba, 2015:39). Na mesma linha de abordagem, ainda é possível perceber essa situação no que é estipulado por Salas Neto que, para ele, “A liberdade de expressão em Angola perdeu muito com esse reforço do poder, já houve mais liberdade do que agora” (Cf. Candumba, 2015:39).

4.4. As fontes de informação e o jornalismo atual em Angola

Partimos desde já numa abordagem que está mais assente no nosso meio geográfico angolano sobre o posicionamento das fontes perante os meios de comunicação, precisamente com os repórteres ou se quisermos como se colocam nesta categoria do jornalismo em Angola. Olhando nesta categoria, todavia, a obtenção de informação é entendida como “um princípio universal, no que se inscreve no direito de informação – Declaração Universal dos Direitos Humanos” divulgada pela ONU em 1948, por si só justificaria a essência da necessidade de divulgar informações da Ciência e Tecnologias para o público como forma de socialização do conhecimento. Por conseguinte, Oliveira (2005:13) entende que o grau de desenvolvimento científico e tecnológico dos países pode estar diretamente associado à melhoria de sua qualidade de vida. Nesta ordem de ideia, ao falarmos de princípios, recorreremos também ao Artigo 2, da UNESCO que postula o seguinte quanto ao acesso de informação:

“O acesso do público à informação deve garantir-se mediante a diversidade das fontes e dos meios de informação de que disponha, permitindo assim a cada pessoa verificar a exatidão dos fatos e fundamentar objetivamente sua opinião sobre os acontecimentos. Para este fim, os jornalistas devem responder às preocupações dos povos e indivíduos, favorecendo assim a participação do público na elaboração da informação. (...)”. (UNESCO, Artigo 2, apud Karam, 1997:97).

Por outro lado, é possível observar também na mesma obra de Karam, fazendo uma incursão, todavia, recorrendo ao Artigo 10, no seu ponto 10, segundo o qual “é importante que se estimule uma circulação livre, uma difusão mais ampla e mais equilibrada da informação” (Karam, 1997:97)¹⁶⁶.

O critério de contatar as fontes constitui um elemento fundamental para esta premissa de obtenção de informações a partir das fontes que fazem parte do nosso meio ou circunscrição assim como aquelas fontes de outros ciclos geográficos fundamentais. Por exemplo, para quem quer ter um trabalho diferenciado numa redação assim como se diferencia na concorrência com os outros meios de comunicação social. Geralmente, compreende-se então, a necessidade de termos as nossas fontes de informação nos meios de comunicação social ou nas redações, a partir das pessoas, organismos, documentos credíveis que sempre carecem de análise, instituição que transmite informações aos repórteres para a elaboração de uma determinada notícia assim como nas investigações para reportagens e grandes reportagens, quiçá em documentários (Paternostro, 1999:143).

No contexto angolano, analisando essa mesma ótica, podemos buscar a compreensão deste pressuposto no trabalho de monografia da Maria Suzete de Carvalho Alfredo, com o título “*O Jornalista na Obtenção de Informação em Angola*”.¹⁶⁷ Ela buscou na sua investigação uma observação sobre o assunto a partir do que acontece com os repórteres nas redações. No mesmo trabalho, Alfredo entrevistou o repórter Teixeira Cândido, do Jornal de Angola e, em contrapartida, o repórter frisou “que sem informação não há jornalismo”. É nesta perspetiva em que se objetiva uma demonstração que a falta de informação proveniente das fontes pode condicionar de certa forma a qualidade de jornalismo, assim como o desenvolvimento de uma sociedade, ou seja, o contexto angolano (Alfredo, 2015:41).

¹⁶⁶UNESCO, Artigo 10, citado por Karam, 1997:97.

¹⁶⁷Alfredo, Maria Suzete de Carvalho. *O Jornalista na Obtenção de Informações em Angola*. Luanda: Universidade Metodista de Angola, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso “Monografia”, do Curso de Língua Portuguesa e Comunicação.

O processo de produção de informação permite também saber como os critérios de produção no audiovisual podem ser processados para determinar os assuntos selecionados e que passam a ser produtos de consumo para o público. Mauro Wolf compreende este assunto buscando as postulações feitas por Tuchaman. Assim, Wolf faz uma abordagem sobre o *newsmaking*: critérios de importância e noticiabilidade fala também das conexões e as relações existentes como sendo dois aspetos que constituem o ponto central para estudos sobre o *newsmaking*. Ele aponta este aspeto a partir das perguntas¹⁶⁸ que determinam ou definem o mesmo âmbito:

“O objetivo declarado de qualquer órgão de informação é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes. Apesar de ser, evidentemente, um propósito claro, este objetivo é, como muitos outros fenómenos aparentemente simples, inextricavelmente complexo. O mundo da vida quotidiana – a fonte das notícias – é constituído por uma superabundância de acontecimentos [...]. São esses acontecimentos que o órgão de informação deve selecionar. A seleção implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo. O objetivo de selecionar tornou-se mais difícil devido a uma característica posterior dos acontecimentos. Cada um deles pode exigir ser único, fruto de uma conjunção específica de forças sociais, económicas, políticas e psicológicas que transformaram um acontecimento ‘neste acontecimento particular’ [...]. Do ponto de vista do órgão de informação, é impossível aceitar essa pretensão quanto a todos os acontecimentos. Como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar sobre fenómenos idiossincrásicos. Tem de reduzir todos os fenómenos a classificações elaboradas propositadamente, como os hospitais que ‘reduzem’ cada doente a um conjunto de sintomas e de doenças [...]. Estas exigências, que são devidas à superabundância de fatos que acontecem, indicam que os órgãos de informação, para produzirem notícias devem cumprir três obrigações:

- 1- Devem tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável;
- 2- Devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada fato ocorrido a um tratamento idiossincrásico;
- 3- Devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada. Estas obrigações estão relacionadas entre si”. (Tuchaman, 1977: 45, apud Wolf, 2003:189).

Em outra perspetiva sobre as fontes, o jornalista Ismael Mateus afirma que no dia em que as fontes se calarem, o jornalismo acaba. No mesmo trabalho ao responder às questões que lhe foram colocadas, ele ainda continuou acrescentando “os jornalistas não inventam

¹⁶⁸ Wolf (2003:188, citando Golding e Elliott, 1979:1). “Que imagem do mundo fornecem os noticiários televisivos? Como se associa essa imagem às exigências quotidianas das produções de notícias, nos organismos rádio e televisivos”?

notícias, por esta razão se as fontes não falam, o trabalho dos jornalistas é cada vez mais pobre” (Alfredo, 2015:41). Quase na mesma lógica, embora de forma diferente, o jornalista Luís Fernandes, ex-Diretor do “*Jornal de Angola*” e do “*O País*”, atualmente como presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social em Angola (ERCA),¹⁶⁹ também entrevistado por Suzete Alfredo, salientou que se “os jornalistas não têm informações fidedignas, podem cair na tendência de produzir matérias baseadas na especulação, suposição e na adivinhação e, por outro lado, não podem fazer um jornalismo marcado pelo rigor e pela verdade”.¹⁷⁰

Já o assessor de Comunicação e Imagem do Comando Provincial da Polícia Nacional de Angola, Nestor Goubel disse que o fornecimento de informações para os jornalistas deve obedecer a um conjunto de procedimentos internos e, por estas circunstâncias ele não fala à imprensa sem orientação superior, sob pena de incorrer a infrações passíveis de punição. “Nós achamos que devemos informar o que se passa na sociedade de Luanda, mas isso só pode ser feito com rigor, verdade e disciplina. Os repórteres muitas vezes pedem informações que não estão em condições de esclarecimento naquele exato momento, pois estão em situações de averiguação pelos sistemas de investigação e que não merecem ainda ser passadas nos *media*. Este processo tem desestabilizado a posição dos jornalistas dando culpa a direção da polícia, mas na verdade é uma situação de critério que nós não informamos casos em processo investigativo pelos motivos adiantados (Alfredo, 2015:44). Ou ainda como encontramos na mesma linhagem a seguinte abordagem:

“Os jornalistas muitas vezes pedem informações que não estão em condições de prestar pelos motivos que apresentou e nos casos em que as investigações estão a decorrer de forma sigilosa e, muitas vezes, os jornalistas dirigem-se ao Gabinete de Imprensa do Comando da Polícia para pedir informações que são do domínio do Ministério Público”. (Alfredo, 2015:44).¹⁷¹

Portanto, nesta mesma progressão das fontes e o jornalismo angolano, aprofundamos o caso com a reflexão do professor Matondo Júnior sobre o fornecimento de informações por parte dos funcionários públicos, salientando também numa forma metafórica.

¹⁶⁹Nesta Quarta Legislatura de Angola, o Jornalista Luís Fernando, ocupa o cargo de Director de Comunicação Institucional da Presidência da República.

¹⁷⁰Alfredo, Maria Suzete de Carvalho (2015:41).

¹⁷¹Idem (2015). Entrevista concedida por Nestor Goubel.

“Notamos que em algumas instituições funcionam com uma certa censura, para se filtrar o que vai ao público e o que deve ser mantida em segredo. Impera-se o sentimento de desconfiança, face aos meios de comunicação social motivado pelas questões de natureza política e tipo de governação vigente em Angola. Esta realidade é mais acentuada entre os órgãos privados, pois me parece que os profissionais dos órgãos públicos andam conformados com a situação e, por outro lado, temem as represálias, pois é comum ouvir-se a expressão que *‘não quero perder o meu pão’*”. (Júnior, 2014, entrevistado por Alfredo, 2015:44).

A reflexão de Matondo Júnior está muito assente e contextualizada na relação entre as fontes e os dirigentes das organizações públicas e privadas. Uma situação que desfavorece os critérios de produção, apuração e publicação de conteúdo jornalístico. Por conseguinte, muitas vezes perante as denúncias dos cidadãos, os repórteres dos órgãos públicos não são confiantes para a produção de informações ou numa pesquisa, por exemplo, principalmente quando envolve entidades do governo ou figuras públicas da província de Luanda.

Em outras situações, o que acontece é que os dirigentes públicos ou os responsáveis da área de comunicação social e imagem não contribuem muito no fornecimento de informações das suas instituições ou se o fazem acontece de forma tardia e, às vezes deturpadas e contraditórias as informações, horário e local ou os presentes na mesma atividade. O pouco conhecimento sobre o assunto, principalmente em termos de novidades ou da área em si da comunicação e imagem, leva muitos assessores a cometerem erros constantes ou a não cobertura das atividades que realizam. O jornalismo só existe com a presença das fontes num determinando contexto. Assim sendo, é sempre responsabilidade do repórter em não dispensar a presença das fontes na feitura de suas reportagens ou na apuração das informações. A presença das fontes é que dá credibilidade ao trabalho do repórter e sustentabilidade de um jornalismo credível nesta profissão. Por isso, desde já a produção de reportagem obedeceu sempre aos critérios que se colocam nos manuais de jornalismo sobretudo os critérios ou teorias do jornalismo.

Em seguida, apoiando-se em Ricardo Noblat, na sua obra intitulada *“A Arte de Fazer Um Jornal Diário”*, é possível perceber o papel das fontes no jornalismo. O autor explica como o repórter ou o jornalista deve seleccionar ou dar créditos as fontes para a recolha de informações que sejam credíveis para a construção de uma determinada reportagem onde se encontram as boas histórias. Ele entende que a busca de pessoas especializadas no

assunto é a melhor forma em relação a um simples gestor que responde a um conjunto de situações.

“Foram vocês mesmos, que são pagos para encontrar boas histórias, a melhor fonte de informação não é a que sabe tudo, mas a que nos conta o que sabe. E aí um pauteiro da Bolsa de Valores de São Paulo pode ser melhor fonte do que o governador do Paraná. A melhor fonte é também a que tem jeito de jornalista. Sabe observar, valoriza o detalhe e guarda tudo na memória. Descobri que um simples funcionário de repartição poderia ser melhor fonte de informação do que um ministro de Estado quando comecei a perder as fontes que tinha no primeiro escalão do governo do presidente José Sarney”. (Noblat, 2003:62).

Lopes (2000:84) enfatizando, diz que quando o jornalista entra em contato com uma empresa, em busca de informações para realizar o seu trabalho, ele sempre retorna à redação com alguma impressão sobre esta organização. É necessário estabelecer um relacionamento estável e amigável com os jornalistas, como é essencial fazê-lo com qualquer público que se relacione com a empresa, mantendo sempre disposições para um diálogo transparente. “A Rádio deveria ser um fator de unidade nacional o que não aconteceu durante o período de Campanha Eleitoral de 2017” (Padre Malamba).

4.4.1. O produtor de informação no audiovisual e a satisfação dos consumidores

O serviço de produção de informação não é fácil para quem trabalha nesta área e deseja encontrar a excelência. O produtor de informação, antes de tudo deve ser um profissional com bastante capacidade de criação, raciocínio rápido, desenvoltura em termos de conhecimentos dos diversos assuntos que passam na sociedade e no mundo. Como fizemos referência no ponto 4.2.1.1, este trabalho é que dá validade às redações à área de produção dos programas de informação nos dois estágios deste nosso estudo. Por essa razão, sendo, o produtor tem a responsabilidade de empenhar-se nas atividades de produção, na escolha de temas, na seleção dos mesmos, escolher os que são mais relevantes e imediatos em termos de notícias, como também as temáticas dos programas de entretenimento ou de debates que não se enquadram muito como notícias.

O produtor deve também saber selecionar as fontes que devem ser entrevistadas para um determinado tema atual, histórico ou que poderá acontecer nos próximos dias. A elaboração de pautas com precisão, lucidez de aspetos importantes, enquadramentos, direcionamentos, ângulos de abordagens e possíveis deixas são algumas premissas importantes para a produção exemplar e exata de informações. O pauteiro é, todavia,

também um profissional que desempenha um papel relevante nas redações, coordenação de programas ou em centros de produção das emissoras de rádio e televisão. O pauteiro está sempre em ligação com os produtores, equipas de reportagem e/ou os setores ligados aos programas. Em muitas estações (Rádios e TVs) os produtores também são responsáveis na organização dos estúdios, cenários, cabines de locução, leitura dos *off*, como na receção dos convidados ou fontes de informação.

Muitos jornalistas com uma vasta experiência são sempre os responsáveis na produção de suas pautas para as futuras reportagens, como também produzem pautas para os colegas. Por conseguinte, a área de produção está sempre recheada de notificações de denúncias, temas de última hora, assim como aquelas que são agendadas pelos diversos profissionais da empresa ou por *releases* institucionais. Como escreve Lage, “a notícia ganhou sua forma moderna, copiando o relato oral dos fatos singulares, que, desde sempre, se baseou, não na narrativa em sequência temporal, mas na valorização do aspeto mais importante de um evento (Lage, 2001:18). Por outro lado, o produtor “é o profissional responsável pelas tarefas de produção, também denominado de produtor de jornalismo” (Paternostro, 1999:148).

Por outras palavras, uma boa equipa de produção com seus pauteiros e repórteres determina a audiência da estação ou emissora numa determinada região ou local, ou mesmo país como acontece com as emissoras de primeira linha ou as chamadas de grandes cadeias televisivas ou emissoras radiofónicas. O produtor é responsável pela boa parte das condições materiais e do conteúdo do telejornal. Funciona como elo entre jornalistas e técnicos e acompanha a edição do programa desde o início. Participa do *switcher*, responsabiliza-se pela organização do *script* e dos VTs. O produtor coordena a preparação do telejornal dentro e fora do estúdio, atento às condições necessárias para que o programa vá ao ar. É ele quem está mais envolvido na organização e apresentação do telejornal (Barbeiro e Lima, 2005:92).

Como já foi dito, as pautas, no seu processo de produção, diferem-se muito de acordo com os meios de comunicação, no nosso caso as rádios e as TVs, assim como os programas ou áreas afins. No caso das pautas, para os serviços de informação no sentido de notícias, são mais exigentes de acordo com o que é postulado pelos autores brasileiros Barbeiro e Lima. “Na televisão a pauta tem uma importância maior que em outros veículos por suas peculiaridades. A atenção exigida aos detalhes necessários para a elaboração de

uma reportagem na TV aumenta a importância no planeamento” (Barbeiro e Lima, 2005:89). Para estes autores, a pauta deve obedecer a 22 dicas, aqui seguem algumas, enquanto as outras estão nos Apêndices deste trabalho (Cf. Apêndice nº III):

“1- O pauteiro atua decisivamente na construção da reportagem sugerindo perguntas e caminhos para o repórter. Este tem liberdade de interpretar a pauta, mudá-la no meio do caminho, ou simplesmente comunicar que ela é inexecutável por motivos que devem ser explicados à chefia; 2- a preocupação com a imagem está presente em todas as etapas da produção de uma reportagem de TV, desde a pauta. Não basta elaborar o assunto sem avaliar a obtenção de imagens. 3- Tudo o que for relevante para a sociedade é objeto e interesse jornalístico e de pautas: política, economia, cultura, religião, comportamento, meio ambiente, desporto, problemas da cidade, etc. O que deve ser avaliado é a importância dos assuntos, a partir da ótica do interesse público. 4- A notícia não é algo mágico que aparece de repente ante o repórter. Ela requer apuração, tratamento e elaboração. 5- O pauteiro busca sugestões para o desenvolvimento de reportagens em fontes como agências de notícias, Internet, jornais, *fax*, reclamações de telespetadores, relatórios de repórteres e rádio escutas¹⁷², revistas, acompanhando o noticiário de outros veículos, presenciando um fato na rua, etc. Obviamente que tem mesmo um competente grupo de pauteiros pode apontar tudo o que está acontecendo. Por isso, sugerir pautas deve ser suma iniciativa de todo jornalista”. (Barbeiro e Lima, 2005:89-90).

Os vários pontos que foram apresentados aqui pela dupla de autores brasileiros para esta compreensão de produção demonstram a importância da existência de uma área de produção nas redações. Assim sendo, alguns pontos desta sessão ficam de fora para essa nossa apresentação, mas destacamos os que são mais precisos nessa caminhada de investigação e produção de conteúdos no audiovisual. Este exemplo apontado pela dupla de autores do Brasil também acontece em muitas redações de emissoras no mundo. Discorrendo ainda sobre este assunto, por exemplo em Portugal o assunto também está muito presente nas redações dos organismos de comunicação, assim como em matérias lecionadas nos cursos profissionais de “Apresentação de Direitos, Técnicas de reportagens e entrevistas que são ministrados no CENJOR, Lisboa”. (Cf. www.cenjor.pt)¹⁷³.

A busca e planeamento de reportagens não devem limitar-se aos assuntos do dia-a-dia, ao que é imediato. É preciso criar, contextualizar e avançar com outras ideias e temas que favorecem a produção de novas reportagens e temáticas diversas. O aprofundamento aguça a reflexão crítica de orientar novas abordagens e desdobramentos (Barbeiro e Lima, 2005:89).

¹⁷²Cf também em Paternostro (1999:143). Escuta ou rádio escuta: Jornalista que levanta informações através dos noticiários do rádio. O escuta também tem por obrigação checar as informações que apuram.

¹⁷³CENJOR. Centro de Formação de Jornalistas. Localizado em Lisboa, Portugal.

Este processo de produção de informação audiovisual em Angola, concretamente em Luanda ainda precisa de ser muito bem observado pelos fazedores de informação e de seus gestores. É fácil ainda constatar nos redações tanto em rádio como em televisão com muita fraqueza no que tange à produção, ou seja, em muitos programas de rádios os produtores passaram a acumular também as funções de locutores ou apresentadores e, por vezes, como editores ou realizadores. É o caso do jovem Jornalista Amadeu Cassinda, que produz e apresenta o programa “*Mais Comunicação*”, da Rádio Kairós (Cf. Apêndice nº VIII)¹⁷⁴. Num outro exemplo, encontramos Manuel Augusto que tem três programas na Rádio LAC. Ele é produtor e apresentador dos mesmos programas. Casos idênticos são pontuais em várias rádios. Ou seja, estes casos acontecem muito nos programas de entretenimento, o que é diferente nos programas de notícias.

O próprio campo académico também não está suficientemente forte no sentido de capacitar rigorosamente os alunos dos cursos de comunicação social em Angola na área de produção como tal. O que se assiste no curso de Cinema e Televisão, ministrado no Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO), é a existência da disciplina de “Produção de TV”, assim como no curso de Jornalismo no mesmo instituto a existência da disciplina de “Produção Jornalística”. Porém, nos demais institutos que ministram cursos na área de comunicação como na Universidade Independente de Angola, Universidade Privada de Angola, Universidade Agostinho Neto, Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola e Instituto Superior Técnico de Angola não ministram disciplinas voltadas para a produção de conteúdos.

Por outro lado, este fato é mesmo marcante nas redações onde não há exigências necessárias para o cumprimento cabal da área de produção de informações. Isso tem dificultado na produção de conteúdos de relevância social e de fiabilidade para os interesses do jornalismo e do público.

Como escreve James Carey, citado por Correia (2006:115), “quando os jornalistas medem o seu sucesso apenas pela dimensão da sua audiência, pelos lucros das empresas ou pelos seus salários, estatuto e visibilidade, caíram na tentação de se julgarem (falsos) deuses e trocaram o seu património profissional por um prato de lentilhas”. As pessoas podem ser substituídas por outras quando se refere à execução de tarefas concretas, mas

¹⁷⁴Cf. Anexo L. Temas discutidos no Programa “*Mais Comunicação*” da Rádio Kairós, 2017.

ninguém pode substituir a ninguém quando se consideram as dimensões estritamente pessoais da vida humana: a atuação ética, a amizade, o amor (Artigas, 2005:422). A imanência humana tem um caráter intencional, que significa uma abertura que capacita a pessoa para entrar em relação com o resto dos seres. O homem autodetermina-se de modo voluntário, o que é possível somente em um ser que possui conhecimento intelectual. A atividade livre fundamenta-se em juízos de valores, que supõem o conhecimento do bem.

Nesta nossa busca de compreendermos a área da produção de conteúdos, deparamo-nos também com o que é sustentado por Umberto Eco, concretamente o que acontece com a técnica da publicidade, ou seja, na produção do material a ser publicitado nos meios de comunicação social. Neste contexto, o autor atesta o seguinte sobre a técnica:

“A técnica publicitária, nos seus melhores exemplos, parece baseada no pressuposto informacional de que um anúncio mais atrairá a atenção do espectador quando mais violar as normas comunicacionais adquiridas (e subverter, destarte, um sistema de expectativas retóricas). Existe, é fato, um tipo de excelente comunicação publicitária que se baseia na proposta de arquétipos do gosto que preenche exatamente as mais previsíveis expectativas, oferecendo, por exemplo, um produto feminino através da imagem de uma mulher dotada de todos os atrativos reconhecidos na mulher pela sensibilidade corrente”. (Eco, 1976:157).

Se por um lado, Eco está muito atento à questão da produção de uma técnica na publicidade, ele é também categórico em plasmar um segundo aspeto que está voltado com a linguagem, neste caso os ditames utilizados com uma determinada língua. Aqui ele destaca as relações como necessárias nesta lógica de produção de conteúdo não só no audiovisual, mas em todos os órgãos de comunicação, entre elas a decisão de negar-se a dignidade de língua a sistemas de comunicação que não possuíssem a dupla articulação reconhecida como constitutiva da língua verbal num determinado processo de comunicação na sociedade, assim como de uma envergadura produtiva de informação” (Eco, 1976:122).

5. OS NOVOS MEDIA NA SOCIEDADE ANGOLANA E O JORNALISMO DE CIDADÃOS: CASO DE LUANDA

5.1. A Internet e a participação dos jovens nas discussões dos problemas sociais

O mundo da Internet trouxe para a sociedade outra forma de enxergar os aspetos que se desenvolvem no seio dos indivíduos através de diversas formas de manifestações socioeconómicas, culturais, políticas e desportivas entre outras práticas. Um campo que praticamente uniu as pessoas localizadas em espaços temporais diferentes e distribuídos em todos os continentes. Este campo da Internet estende-se em todos os domínios da vida social, mas através da comunicação de massa, encontrou caminhos mais excelentes e primordiais para exercer a sua função no campo mediático ultrapassando assim barreiras em relação aos outros meios de comunicação social. Ela trouxe para os indivíduos uma autenticidade de cada sujeito ser um produtor de conteúdo, pois basta ter os recursos necessários para o exercício desta tarefa de produção. Antes, as pessoas só dependiam dos *media* tradicionais (jornal, revista, rádio, televisão e até do telefone), mas hoje, com o surgimento da Internet já há mais recursos para essa produção de conteúdos. Este processo pode ser compreendido a partir das postulações de Wolton, ao afirmar que “daqui a alguns anos constataremos talvez a Internet tenha sido o apogeu e o tórumulo da ideologia técnica. Apogeu porque entre 1995 e 2000 só se falava da “revolução da Internet” (Wolton, 2006:65)¹⁷⁵. Numa outra dimensão, Thompson (2011:130-144) nas suas reflexões denominou por “cimento social”, ao fazer a crítica da indústria cultural sobre as considerações apresentadas por Horkheimer e Adorno, devido à receção e consumo dos produtos da indústria cultural.

É com a Internet que a mensagem atinge uma velocidade quase nunca vista anteriormente no mundo com essa força que cresce todos os dias. Por outro lado, segundo Arendt (2001 [1958]:213), considera estes avanços como a força superior da máquina que se evidencia na sua velocidade, muito superior à da força intelectual humana; graças a essa velocidade superior, a máquina pode dispensar a multiplicação, que é o expediente técnico pré-eletrónico para acelerar a adição.

¹⁷⁵Wolton (2006:65). Tudo que a informática, depois as auto-estradas da informação nos anos 80 e 90, não conseguiram resolver, deveria ser resolvido pela Internet. A “web” e as redes instalavam a economia da informação, iam diminuir o fosso entre o norte e sul, subscrever os regimes autoritários, regenerar as velhas democracias e criar um homem novo.

A participação dos jovens hoje passou a ser algo fundamental para as sociedades em geral, pois a Internet tem contribuído muito para o desenvolvimento educacional e cultural da globalização social. A produção massiva de informação e da comunicação para as massas consumidoras também possibilitou uma visão diferenciada para as pessoas a partir do comportamento e formas de se apresentarem na sociedade. Assim, este paradigma é fruto do desenvolvimento tecnológico que o espaço da Internet trouxe para o mundo. Todavia, aquilo que o autor Manuel Castells denominou como sociedade em rede é, no entanto, resultado de uma transformação global de pluralidades que compreende a tecnologia, a economia, a cultura, a educação, a organização e a gestão das empresas, a estrutura de emprego e de classes, as instituições políticas, os valores e as atitudes (Cardoso, Cadima e Cardoso, 2009:57). Assim sendo, uma outra denominação sobre a Internet muito antes de Castells, é de “laço social” que é de autoria de Wolton (1999:101-116, citado por Silva, 2009:58).¹⁷⁶

O percurso da Internet pode ser compreendido a partir das abordagens feitas por três autores portugueses que investigam este campo, designadamente, por um lado, Paquete de Oliveira, Cardoso e Barreiros (2014:15) consideram a “Internet como infraestrutura mundial de informação e comunicação que assume um papel cada vez mais preponderante na redefinição das representações existentes acerca da sociedade da informação”.

Por outro lado, Cardoso et al. (2009) fala da “criatividade aberta ou *open source* da vida”. Deste modo, por via da segmentação de mercados e de produtos, permitida pelas tecnologias de informação, “a criatividade é hoje, quando transformada em inovação ou *spin-off* de produtos, a principal fonte de criação de riqueza para as empresas e consequentemente para os estados” (Benklet, 2006; Castells, 2005, citado por Cardoso et al., 2009:29). Também para os cidadãos em geral, por via de uma mudança ética nas nossas sociedades – do trabalho como obrigação, ou ética protestante de Weber (Castells, 2000; Himanen et al., 2001), para o trabalho como prazer, ou ética *haker* (Himanen et al., 2001) -, a criatividade ganhou um novo olhar.

Por outro lado, Cardoso et al. (2009:56), enaltecendo, diz que as novas tecnologias de informação e comunicação o são exatamente porque capitalizam o cruzamento entre os sistemas de informação e as telecomunicações. Depois da mudança capital da Internet é a utilização de um mesmo padrão pela comunicação interpessoal e pela comunicação de

¹⁷⁶*Media*, Redes e Comunicação: Futuros Presentes (2009:53-69), organizado por Cardoso, Cadima e Cardoso. Augusto Santos Silva escreve o artigo sobre “Os media em mudança e as novas formas de problemas antigos.

massas (Cardoso, 2006:185-196).¹⁷⁷ A convergência representa, enfim, o duplo entre meios que aproveitam várias plataformas de distribuição, difusão e recetores que se servem de um único ou de poucos suportes para acederem a diferentes meios. Da parte dos meios de comunicação, multiplicam-se as plataformas de circulação, os suportes tecnológicos e os modos de contato possíveis com os respetivos públicos.

Segundo Erzensberger (1979:43), com o desenvolvimento dos meios eletrónicos, a indústria da consciência converteu-se em marca-passos do desenvolvimento socioeconómico na sociedade industrial. Infiltra-se em todos os demais setores da produção, assume cada vez mais funções de comando e de controlo, e determina a norma da tecnologia dominante. entretanto, o autor disserta ainda que,

“Em vez de definições normativas, eis uma relação incompleta das inovações que se produziram durante os últimos vinte anos: satélites de comunicação, televisão a cores, televisão por cabo, televisão por cassetes, videotapes, vídeo-recordes, videofones, estereofonia, técnica Lazer, processos de cópias eletrostáticas, sistemas eletrónicos de impressão rápida, máquinas de composição e de automatização de aprendizagem, microfichas eletronicamente operacionadas, impressão telecomandadas, computadores *time sharing*, bancos de dados”. (Erzensberger, 1979:43).

Continuando ainda com as postulações de Erzensberger, o autor explica de maneira sucinta como os meios de comunicação funcionam numa sociedade assim como a dinâmica de relação entre o emissor e o recetor numa determinada mensagem. No entanto, esta mesma situação estabelece no entender do autor:

“A transformação de um mero meio de distribuição num meio de comunicação não oferece qualquer problema de natureza técnica. Essa transformação evita-se conscientemente, justificada pelas boas razões de uma política. A diferenciação técnica entre emissor e recetor reflete a divisão social do trabalho entre produtores e consumidores, juízo este que adquire uma significação política especial no campo da indústria da consciência. Em última análise, ela está baseada na contradição essencial entre as classes dominantes (isto é, entre o capital e a burocracia monopolistas de um lado, e as massas dependentes do outro)”. (Erzensberger, 1979:45).

Ainda sob a análise de Erzensberger, o autor acrescenta igualmente outra reflexão sobre o campo dos *media*, mas precisamente o uso de recursos sólidos e estruturados na produção, receção, emissão e consumo de informações através dos meios eletrónicos da sociedade.

“Pode-se seguir essa analogia estrutural até o menor detalhe. À

¹⁷⁷Cf. Cardoso et al., (2009:185).

programação do cartel das emissoras corresponde uma programação política de um cartel de poder, constituída por partidos de caráter autoritário. Em ambos os casos, diferenças marginais das respetivas plataformas simulam uma aparente competição que, entretanto, não existe nas questões decisivas. A participação pessoal dos eleitores e espetadores é mínima: como nas eleições parlamentares, num sistema bipartidário, o *feedback* fica reduzido às cifras-índice. A manifestação da vontade popular reduz-se a um processo simples de três alternativas: escolher o Primeiro Programa, escolher o Segundo Programa, desligar o aparelho (abstenção)”. (Erzensberger, 1979:45).

Erzensberger (1979:49) apresenta-nos um exemplo do que é caracterizado como mecanismos estruturais nas sociedades modernas, retomando neste exemplo, a Alemanha, mas também nas sociedades em que se desenvolvem em vários campos, do mesmo modo em muitas delas com um passado de sobressaltos sociais através de conflitos. Assim, para estágios de géneros, há a própria força mobilizadora que é constituída como o segredo mais patente dos meios de comunicação eletrónicos, o momento decisivo que, até hoje, suprimido ou desfigurado, está esperando a sua vez.

O campo da Internet facilita esse processo de participação dos indivíduos através de uma conexão participativa que pode ocorrer de forma passiva e ativa entre os usuários. Muitos estados adotaram a promoção de políticas educacionais nas comunidades, bairros e cidades, fazendo com que os jovens e adolescentes tenham uma educação apropriada sobre os *media* na sociedade. Por exemplo, na Inglaterra, a educação para os *media* faz parte do currículo escolar há largos anos. Pelo menos desde 1983, é assumida oficialmente como parte da disciplina de Inglês, começando a ser introduzida logo aos cinco anos.¹⁷⁸ Este processo foi consolidado em 1989, quando Angela Rumbold, Ministra da Educação, dizia, na abertura do congresso da British Action for Children’s Television.

Para tal, a Internet desde o seu surgimento permitiu levar os educandos a assumir no seu quotidiano uma atitude e um comportamento pautados por uma inteligência crítica dos *media* [...] que leve a formar cidadãos que não sejam nem apocalípticos nem integrados’ (Umberto Eco); desenvolver, através da reflexão sobre os conteúdos e os processos dos *mass media*, uma positiva de educação moral e cívica; identificar e compreender as principais funções e propósitos dos vários *media*, nomeadamente o divertimento, e informação e a formação (Santos, 2003:28). Segundo McLuhan, citado por José Rodrigues

¹⁷⁸Santos (2003:28-33). Aqui os envolvidos por tal ação assumam um papel mais ativo na comunicação e sejam capazes de utilizar eficazmente as possibilidades técnicas.

Santos, “a comunicação social transformou-se numa espécie de extensão cognitiva do homem, um pouco na linha do que havia sido já pensada”.¹⁷⁹

A capacidade de aceder, analisar, avaliar e produzir informação através de uma variedade de formas de *mass media*. Portanto, os *mass media* incluem rádio, televisão, filme, revistas de cinema e livros (manuais), jornais, tecnologias informáticas *on-line* e interativas, a ambientes culturais (centros comerciais, autoestradas etc.), música popular e tecnologias que incluem a realidade virtual. Mas, mesmo com todo o processo social de participação dos indivíduos na sociedade através dos meios de comunicação de massa, particularmente com o arcabouço da Internet, o autor Anthony Giddens apresenta-nos também os possíveis limites espaço-temporais que podem advir desta mesma conjuntura política comunicacional. Deste modo, o autor do período da Globalização e da sociedade de informação, postula o seguinte:

“Os limites de autoridades dizem respeito estabelecidos pelo sistema de poder numa comunidade ou sociedade mais ampla. O poder que as pessoas têm para viver onde querem, por exemplo, é limitada pelos seus recursos financeiros. A maioria das pessoas poderia querer viver em bairros elegantes e casas luxuosas, mas só relativamente poucos têm recursos para o fazer. As regras estabelecidas pelo planeamento urbano também limitam com frequência o tipo de habitação que deve ser construído em diferentes áreas”. (Giddens, 1997:138).

5.2. O surgimento das novas plataformas de informação

O surgimento das novas tecnologias de comunicação trouxe para a sociedade a produção e reprodução de conteúdos, ou seja, cada indivíduo se tornou um produtor ou reprodutor de informação, que pode ser encontrada em várias plataformas das redes sociais, fruto do recurso tecnológico da modernização das TICs, através da Internet. Ou seja, a denominação de sociedade em rede por Castells encontra aqui o seu verdadeiro lugar, antes também denominada por sociedade de informação ou ainda muito anterior a chamada “comunicação de massa”. A importância e a abundância da informação que o cidadão recebe, principalmente, através dos meios de comunicação social, assim como a influência positiva e negativa que daí decorre, determinaram nos últimos anos uma maior consciência social do problema e a procura de uma resposta eficaz da parte dos sistemas educativos.

¹⁷⁹Santos (1992: 99). O seu efeito de agendamento parece refletir-se, na definição do que constitui ou não um tema da atualidade.

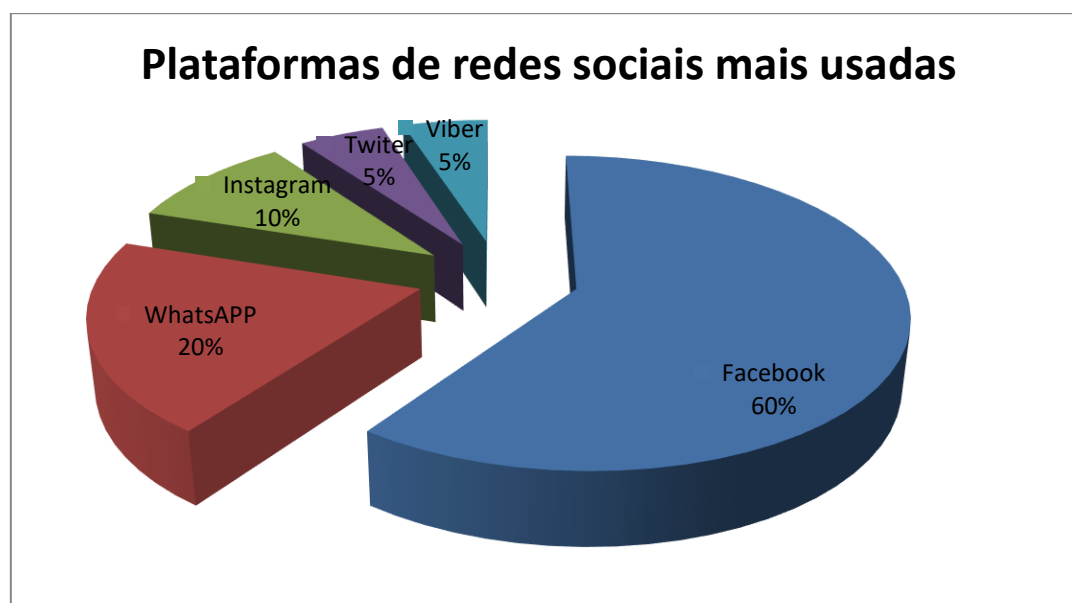
Este fenómeno mereceu profunda análise, que denominou o fantástico desenvolvimento que se produziu no século passado neste campo, e que se prevê ainda maior produção e adesão no século XXI. A necessidade de dotar os cidadãos de uma formação básica em matéria de comunicação social em todos os níveis sociais é uma questão inadiável e de obrigação para todas as nações do mundo (Ministério da Educação e Cultura, 1989:53, citado por Santos, 2003).

Quadro 12. *Plataformas de informação usadas pelo público*

Nº	Tipo de Plataforma	Caraterização	Público	Percentagem	Observação
1	Facebook	Genérico	Geral	79% ¹⁸⁰	Excelente
2	Messenger	Razoável	Académico	70%	O mesmo...
3	Launcher	_____	_____	_____	Negativo
4	Instagram	Razoável	Académico	2%	Suficiente
5	Viber	Razoável	Académico	3%	Médio
6	Twiter	Razoável	Académico	5%	Médio
7	WhatsApp	Médio	Académicos	10%	Bom
8	LinkedIn	Razoável	Académico	1%	Negativo

Fonte: Nossa autoria de acordo com a pesquisa realizada.

Gráfico nº 8. Representação das Redes sociais usadas em Luanda.



¹⁸⁰Os 79 % dos usuários do Facebook não corresponde a mesma percentagem do Messenger, visto que nem todos usuários fazem uso do Messenger, mas sim do Facebook zero que é totalmente gratuito.

Deste modo, as novas plataformas de informação que constituem como os novos modelos de comunicação, em Angola, mas com relevância nas cidades, a Rede Social do Facebook continua a ser a que mais usuários possui face ao seu grau de acesso e facilidade de adquiri-la (Cf. quadro nº 12 e gráfico nº8). Atesta-se que 60% da população angolana faz uso do Facebook, isto é, pessoas com idades compreendidas dos 15 a 85 anos, embora na sua maioria localizada nos centros urbanos. Por outro lado, grande parte destes usuários está localizada na cidade de Luanda, enquanto cidades como Benguela, Huambo, Lubango, Namibe, Cuito, Malanje e Uíge seguem o mesmo itinerário. As redes WhatSapp e Instagram somam 20% e 10% respetivamente em termos de aceitação do público de acordo com o sistema de organização que cada uma apresenta. O Viber e o Twiter aparecem em último, enquanto outras são ainda desconhecidas no contexto angolano.

Para Schmidt e Conhen (2013:283), a verdadeira substância da organização – a sua solidez e competência, a gestão financeira, a boa ou má qualidade dos programas – importará menos. Como os revolucionários mais verdes que privilegiam o estilo sobre a substância, os novos protagonistas hão-de encontrar forma de explorar os ângulos cegos dos seus patrocinadores terem apenas uma vaga noção da verdadeira situação no terreno. A sociedade de informação assenta em cinco contradições maiores. A primeira é económica¹⁸¹, a segunda consiste na segmentação,¹⁸² terceira corresponde à necessidade

¹⁸¹ Ministério da Educação e Cultura de Portugal (1989:70). Quem paga na sociedade da informação? A abundância de informação não significa gratuidade. Desde há vinte anos, o fascínio pelas ferramentas é tal que a problemática da economia, problemática central para a reestruturação do capitalismo, não é colocada diretamente, primeiro porque é difícil definir uma economia e um preço da informação; depois, porque os pontos de referência existentes já não estão muito bem adaptados e que a revolução informática torna caducas as diferentes economias do valor; finalmente, porque a convergência das técnicas informática-telecomunicações-audiovisual não facilita o estabelecimento de uma norma económica. Na realidade, na economia da informação, ainda não sabemos muito bem o que deve ser pago, e quem deve pagar. Isso prolonga o tempo utópico, delicioso, em que uma nova mercadoria, essencial para a sociedade, seria ao mesmo tempo gratuita. E isso não impede, o triunfo da lógica capitalista: uma concentração mundial gigantesca, reforçada pela desregulação dominante desde há vinte anos, é perfeitamente benéfica às indústrias da cultura e da comunicação.

¹⁸² Idem (1989:71). Os media de massa têm uma dupla função, essencial, de abertura ao mundo e de ligação social. Os novos *media* contribuem também para a abertura, mas reforçam ainda mais o individualismo e a segmentação dos espaços. Quando o mundo inteiro está em rede interativa, é necessário sair desses laços individuais para reencontrar o espaço do coletivo e do heterogéneo. A rede é de domínio da problemática do *mesmo*. A sociedade, por sua vez, gere a questão do *outro*. Não é porque muitas informações passam por muito mais canais que a questão da alteridade comunicacional fica mais bem resolvida...a fuga na informação nunca foi suficiente para fazer avançar a problemática da comunicação.

dos intermediários¹⁸³, a quarta consiste na traçabilidade¹⁸⁴, enquanto que a quinta responde à contradição¹⁸⁵.

O contexto da sociedade de informação apresenta duas dimensões sobre a liberdade e igualdade de acordo com o que é plasmado a partir do MEC, citado por Santos, pois compreende-se isso a partir da sociedade individualista de massas:

“É preciso gerir as duas dimensões da liberdade e da igualdade. As novas tecnologias são eficazes no que respeita à liberdade, muito menos no que respeita à coesão social. São ao mesmo tempo individualistas e comunitárias, mas pouco coletivas e sociais. Para gerir estas duas dimensões, é preciso na realidade valorizar o papel *complementar*, essencial, da imprensa, da rádio e da televisão que se dirige a todos. Tarefa indispensável no momento em que as nossas sociedades fabricam novos processos de precarização e de segmentação”. (Ministério da Educação e Cultura de Portugal, citado por Santos, 1989:71).

Assim sendo, os *media* de massas, pelo seu carácter mais aberto, e porque são heterogêneos, constituem uma espécie de “rede” social e cultural de divulgação e obtenção de informações de diversos quadrantes, facilitando decerto modo a passagem entre os mais velhos e os mais jovens, entre os públicos do passado e os públicos contemporâneos, porque nunca existe realmente rutura entre o passado e o presente. Por outro lado, coloca-se desta feita o desafio da sociedade de conseguir fazer a ligação entre as questões do passado e de hoje¹⁸⁶.

¹⁸³Ministério da Educação e Cultura de Portugal (1989:72). O progresso foi muitas vezes identificado com o *do it yourself*. O “faça você mesmo” era afirmar-se individualmente e libertar-se dois intermediários sociais, religiosos, culturais, profissionais vistos com toda a razão como pesos. Isso correspondia ao profundo movimento de individualização das relações sociais, onde a informação era uma condição da autonomia. A sociedade da informação não é apenas a soma de indivíduos livres e multiligados; coloca a problemática da *solidariedade* e da *espessura* das relações humanas e sociais. Não estamos sempre *on line*. Além disso, a sociedade é outra coisa que a soma das comunidades. É nisso aliás, que a escola, desde a mais tenra idade, desempenha um papel essencial na socialização, fazendo compreender à criança que existe outro espaço para além do espaço familiar.

¹⁸⁴ Ide (1989:73-74). A *traçabilidade*, questão política importante porque questiona as liberdades privadas e públicas. Nos últimos trinta anos, assistiu-se a um tal fascínio pelos avanços nos sistemas de informação que muitos, de boa, deixam para mais tarde a questão da relação entre sistema de informação e traçabilidade. Não são apenas cibercriminalidade, os desvios que estão em causa, mas também as piratagens, a ideologia securitária, a conexão dos ficheiros. Em suma, instala-se toda uma cultura do controlo e da segurança, totalmente em contradição com o discurso sobre “liberdade” dos sistemas de informação.

¹⁸⁵ Idem (1989:74). Demasiada informação mata a informação. O correio eletrónico simboliza este problema. No passado aceder à informação era um privilégio. Hoje, com a Internet nas empresas e em outros locais, todos somos invadidos pelos e-mails. É uma verdadeira tirania.

¹⁸⁶Ibidem (1989:74-75).

Se em muitos países da Europa, o contexto da sociedade de informação é uma preocupação dos governos que procuram traçar e aplicar políticas comunicativas para a construção da sociedade de informação através de investimentos nas comunicações, tecnologias e das telecomunicações. Em Angola, o processo é ainda maculado pela situação do governo que enxerga a comunicação como adversária, principalmente, o uso das redes sociais que deveriam contribuir para traçar caminhos na construção sólida da democracia. Como cita Santos, ao observar o que acontece na Europa e, todavia em Portugal, na realidade, “há um imenso trabalho a fazer para *transcrever* no tema da sociedade da informação, que se ocupa apenas de “liberdade de informação”, uma conceção política da informação, sem grande relação com a “economia da informação”.¹⁸⁷

5.2.1. O uso das redes sociais: discussão mediática e pública

Para esta sentença sobre o uso das redes sociais, nossa pesquisa parte numa perspetiva inicial de perceber o campo a partir das postulações feitas por Thompson (2014:120-136), sobre as formas de interações apresentadas pelo autor. Assim sendo, o uso das redes sociais na cidade de Luanda encontra seu espaço e campo, na sua maioria, por jovens académicos, universitários, estudantes das escolas do ensino médio, assim como jovens pertencentes a igrejas, empresas públicas e privadas ou aqueles que não estão associados a nenhum dos grupos ora referenciados. Assim sendo, segue-se então a tabela das interações segundo a adaptação apresentada por Thompson (2014:123), ao fazer uma divisão sobre as interações.

Quadro nº13. *Tipos de interação de acordo com a divisão feita por Thompson.*

Caraterísticas interativas	Integração face a face	Integração mediática	Quase integração mediática
Espaço-tempo	Contexto de copresença; sistema referencial espaço temporal comum	Separação dos contextos; disponibilidade estendida no tempo e no espaço	Separação dos contextos; disponibilidade estendida no tempo e no espaço
Possibilidades de deixas simbólicas	Multiplicidade de deixas simbólicas	Limitação das possibilidades de deixas simbólicas	Limitações das possibilidades de deixas simbólicas
Orientação da	Orientada para	Orientada para	Orientada para um

¹⁸⁷Ministério da Educação e Cultura, citado por Santos (1989:72-75).

atividade	outros específicos	outros específicos	número indefinido de recetores potenciais
Dialógica/monológica	Dialógica	Dialógica	Monológica

Fonte: Thompson (2014:123). *Tipos de interação. Adaptação ao modelo de Thompson.*

O modelo acima indica os tipos de interação que podem ocorrer de acordo com os sistemas de conversas entre os indivíduos. Nossa pesquisa não se estabelece em fazer uma descrição de género, mas dizer que entre os três tipos de interação apresentados por Thompson podem também ocorrer entre os usuários das redes sociais na cidade de Luanda, na qual se situa a nossa pesquisa. Por outro lado, tanto pelas características interativas como pelos tipos de interação podem ocorrer também com os quadros que são apresentados nesta sentença. A interação face a face pode ocorrer de forma subjetiva sem a real presença dos participantes, devido ao contexto social e político do país, principalmente se se tratar de assuntos políticos ou de análises sobre as políticas do governo. Deste modo, as redes sociais, o telefone e outros recursos da Internet são os mais patentes nesta dimensão narrativa dos assuntos e temas. As demais interações, mediada e quase mediada que deveriam ter espaço nos canais tradicionais de comunicação ou em outros modelos de comunicação, encontros e conferências ou reuniões encontram espaços alternativos, mas com restrições nas formas de discussão e de abordagem discursivas de acordo com o que é analisado em Luanda. (Cf. Anxos B e C).

Nos meses de julho e agosto de 2017, em Angola, principalmente em Luanda, o espaço mediático, através das redes sociais, ocupou mais discussões dos cidadãos angolanos nas questões políticas e sociais. Este processo suscitou-nos maior observação sobre o assunto visto que decorreu num processo em que se realizaram as Eleições Legislativas no país para a escolha dos governantes da “*Quarta Legislatura*” em Angola. O público estava mais determinado nas discussões políticas do país e em perceber também o próprio ambiente da campanha política. As discussões em torno da agenda política, isto é, dos projetos de governo, as críticas e contribuições tiveram realce durante este processo. Isto não quer dizer que antes não tenha havido discussão, mas percebemos que nestes dois meses em que se realizou a campanha política, o público, principalmente os jovens, estava mais atento e interessado nas discussões políticas do país.

Por conseguinte, algumas páginas individuais também se destacaram nas publicações de temas que mereceram sempre destaque e atenção de muitos usuários. Destacam-se páginas como as do jornalista Ismael Mateus e Luísa Rogério, ou ainda a página da Olinda Ko Viê que tiveram sempre a maior atenção do público. (Cf. Quadro 14). Não com muita incidência mas que sempre esteve atento com o processo ou seus comentários embora muitas vezes sem foco ou usando um humor desleal, a conta do Celso Manovekeno.¹⁸⁸

Por outro lado, as páginas de grupos como Debate Livre de Universitários, Universidade Metropolitana, Grupo Kimbundu, Jornal Welwitschia Mirabilis, Opinião Pública em Foco, Grupo Administração de Empresas e Mariano Almeida tiveram seus destaques para as discussões políticas, sociais, económicas, regionais ou culturais, casos das universidades e outros de acordo com a filosofia dos grupos. (Cf. Quadro 15).

Nesta dimensão estão também outros grupos políticos nas páginas das redes sociais e como sempre com mais realce e presença durante o processo eleitoral de 2017. Evidenciam-se as páginas do MPLA, UNITA Alemanha, UNITA Bruxelas, CASA-CE, FNLA, APN, PRS, muitos deles surgiram só no período eleitoral, são os casos da FNLA, APN e PRS. Já os casos da UNITA, MPLA e CASA-CE já tinham as suas páginas muito antes desta dinâmica da comunicação política. Ou seja, são páginas criadas com o objetivo de divulgar os serviços dos mesmos partidos, suas políticas, agendas, projetos assim como a marca dos partidos, nestes casos os líderes partidários, como cabeças de lista das eleições realizadas em 2017. (Cf. Quadro 16).

Muitas discussões aconteceram de forma coletiva ou individual, ou ainda, entre grupos já existentes nas diversas plataformas de comunicação em redes sociais. Para o público, hoje, as redes sociais tornaram-se como os meios mais fáceis para o uso comunicacional entre os diversos públicos da sociedade. No entanto, em Angola, o *Facebook* é a mais usual em todo o país, devido à facilidade de acesso, cujo custo é praticamente zero. Isso tem permitido a grande adesão e de aceitação de muita gente. Por outro lado, a simplificação na hora de adesão, isto é, sem muitas exigências facilitou a reunião de mais pessoas. O mesmo já não acontece com as outras redes sociais de acordo com o quadro seguinte.

¹⁸⁸ Ex-Secretário de Estado da Comunicação Social, nomeado neste governo até maio de 2020, depois da reestruturação ministerial.

Quadro nº14. Páginas individuais na rede Faceebook.

Nº	Denominação	Comentários, seguidores e amigos	Gostos	Mediação
1	Celso Manovekeno	200/19.968/5000	Bom	O próprio
2	Luísa Rogério	280/25.876/5000	Muito Bom	A própria
3	Ismael Mateus	300/30.453/5000	Excelente	O próprio
4	Olinda Ku Viê	230	Muito Bom	A própria
5	Marcolino Moco	76	Bom	O próprio
6	João Lourenço ¹⁸⁹	450	Muito Bom	Equipa política
7	Isaías Samakuva	453	Muito Bom	Pessoal ¹⁹⁰
8	Abel Chivukuvuku	449	Muito Bom	Pessoal
9	Mariano Almeida	87/25.179/4999	Normal	Pessoal
10	Reginaldo Silva	190/16987/5000	Normal	Pessoal
11	Ana Paula Santos	457/12987/5000	Bom	Pessoal
12	João Pinto	77/13876/5000	Normal	Pessoal
13	João Paulo Nganga	56/9876/4323	Normal	Pessoal
14	Quintino Moreira	45/14232/4213	Normal	Equipa Política
15	Salas Neto	56/ 18.987/5000	Normal	Pessoal

Fonte: Elaboração de acordo com as visitas e interação pessoal do autor.

A classificação dos comentários e gostos é relativa às temáticas que são aqui apresentadas de acordo com os temas e contextos apresentados pelos proprietários das páginas ou equipas que as gerem. A seguir apresentamos a interação que acontece por grupos.

Quadronº15. Páginas de Grupos Sociais na Rede Facebook

Nº	Denominação do grupo	Caraterização	Nº de membros	Assuntos mais discutidos	Adesão
1	Debate Livre de Universitários ¹⁹¹	Grupo Público	341.491	Académicos e sociais	Positiva
2	Grupo Kimbundu	Limitado	456	Cultura social	Regular
3	Grupo Metropolitana	Público	145.764	Problemas escolares dos	Positiva

¹⁸⁹É uma página que foi criada no quadro do Processo Eleitoral com o objetivo de persuadir o pessoal com idade a exercer o voto em escolher o partido no qual foi candidato à presidência da República.

¹⁹⁰Além de pessoal também foi usada durante o processo da Campanha Eleitoral.

¹⁹¹Debate livre de universitários surgiu para mostrar o que é verdadeiramente um debate livre e não como de alguns grupos que existem por aí cheio de regras, é um grupo aberto e pertence a todos.

				Universitários, emprego e diversos.	
4	Gestão e Administração de Empresas	Fechado	123	Problemas gerais mas com foco em Administração e Gestão de Empresas	Regular
5	Jornal Informativo Wiweltschia Mirabilis	Público	148.383	Políticas de educação, partidárias, sociais	Excelente
6	Opinião Pública em Foco ¹⁹²	Público	185	Sociedade em geral	Normal
7	Debate Livre de Universitários ¹⁹³		346.703	Educação	Positiva
8	Amigos do Elson El Israel	Grupo Público	253	Sociedade e política	Positiva
9	Diálogo em Família ¹⁹⁴	Grupo Público	2.902	Família	Normal

Fonte: Elaboração de acordo com as visitas realizadas. ([http:// www.facebook.com](http://www.facebook.com)).

Muitos grupos são limitados em termos de integrantes assim como em termos de interação entre as discussões dos assuntos que são agendados e postados no grupo, o que dificulta muitas vezes a intervenção de outros elementos por vezes que não fazem parte de um determinado grupo. Isso tem acarretado também a contribuição de outras ideias ou de opiniões diferentes a respeito da filosofia existente de um grupo. Já muitos grupos como o *Jornal Wiweltschia Mirabilis*, *Debate Livre de Universitário* são mais abertos nas suas discussões permitindo que qualquer usuário que tenha acesso aos mesmos consiga

¹⁹²É uma página que já existe há dois anos mas teve pouca participação porque não tem um gestor próprio para realizar as publicações necessárias.

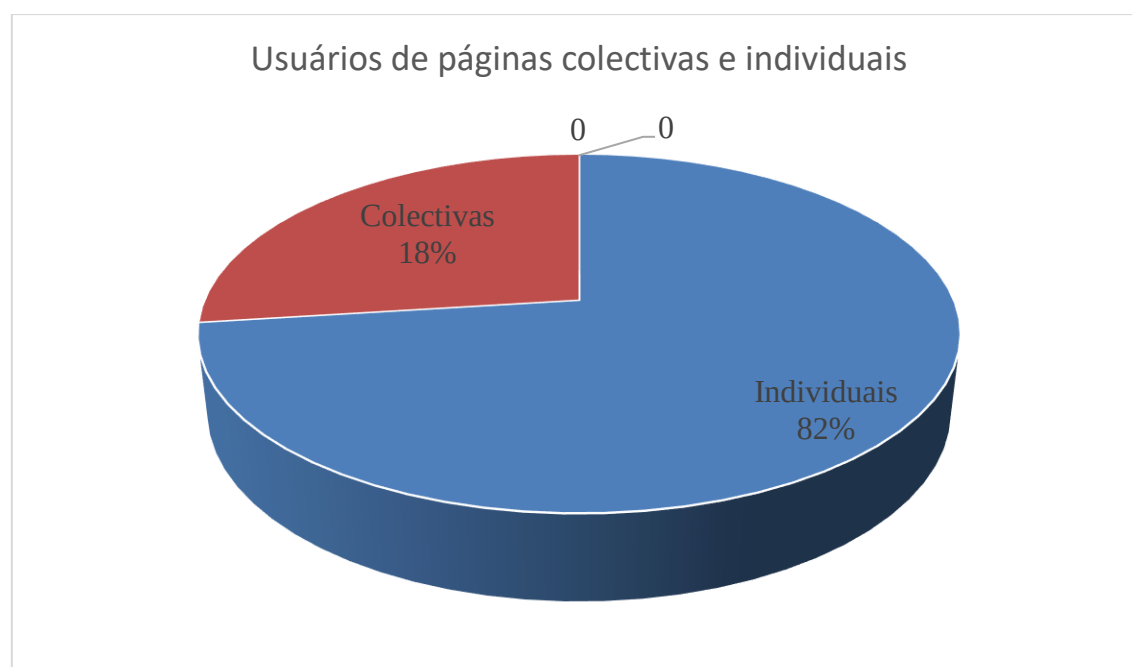
¹⁹³ Faz referência a um segundo grupo dos universitários também da província de Luanda, mas responde a uma interação nacional e não só.

¹⁹⁴*Diálogo em Família*, o programa da família angolana. Hábitos de convivência a dois, compreender o parceiro, transformação dos defeitos em virtudes, educação dos filhos, amor, construção de novas personalidades, lares sólidos e felizes, a cooperação com os amigos, ética, boa educação, músicas, entretenimento e palavra. Boa animação e muito mais. Você terá o prazer de ouvir no programa diálogo em Família, todas as terças e quintas-feiras das 20 h às 22 h, com Gaspar João e Filipe Vidal na Rádio Tocoísta, frequência 89.2. (Facebook, 23.11.2017).

argumentar eficazmente com os membros do grupo que podem concordar ou não com as ideias apresentadas.

Desta feita, o domínio de usuários nas duas principais plataformas das redes sociais, de acordo com o que se pode observar em Luanda, assim como em Angola, é de caráter individual, ou seja, centra-se nas contas pessoais da rede do Facebook (Cf. gráfico nº 9), através dos números de telefones das duas redes telefónicas existentes no país (Unitel e Movicel). Da mesma forma, observamos também que o telemóvel continua a ser o principal instrumento de comunicação. (Cf, Anexo B).

Gráfico nº9. Páginas coletivas e individuais no Facebook.



Quadronº16. Páginas de grupos políticos durante a Campanha Eleitoral de 2017.

Nº	Denominação da página	Nº de Membros	Assuntos mais discutidos	Gostos	Comentários	Observação

1	CASA-CE	985.000	Política	Excel.	Comentários dos membros e outros ¹⁹⁵	Grau elevado de aceitação
2	FNLA	276.000	Política	Sufic.	Membros do grupo	Criado no período eleitoral/Pouca aceitação
3	MPLA	876.000	Política	Excel	Membros do grupo	Realiza campanha anualmente/Aceitação média
4	PRS	236.545	Política	Sufic.	Membros do grupo	Criado no período eleitoral
5	UNITA-Alemanha	2.000	Política	Bom	Membros do grupo	Criado antes das eleições, mas deu suporte
5.1	UNITA-Bruxelas	3.400	Política	Bom	Membros do Grupo	Criado antes das eleições, mas deu suporte
6	UNITA	913.000	Política	Excel.	Geralista ¹⁹⁶	Página principal do partido/Boa aceitação

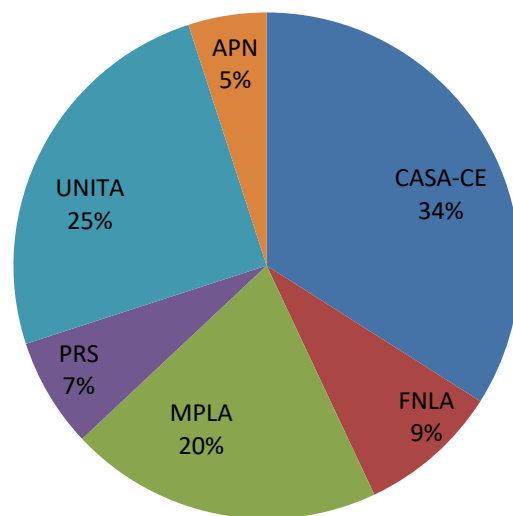
Fonte: Elaborado de acordo com os dados das páginas e grupos.

Gráfico nº 10. Distribuição de grupos políticos durante as Eleições de 2017.

¹⁹⁵Boa aceitação e participação por parte dos jovens com mentalidade de renovação na gestão política, de acordo com o projeto e discurso usado pela Coligação durante o período da Campanha Eleitoral “Mudança”.

¹⁹⁶Público diferenciado que participa e adere ao *Site*. A dinâmica foi sempre de atrair mais membros, amigos e simpatizantes do partido sem escolha de idades e géneros assim como o nível de escolaridade.

Aceitação dos Grupos políticos



Como já fizemos referência, o telefone passou a ser o mais utilizado pelos usuários das redes sociais em Luanda e em Angola, de modo geral, na medida em que este aparelho quase existe em todas as residências e famílias, tanto para adolescentes, jovens, adultos, velhos e idosos. Com ele, as pessoas além de usá-lo na comunicação habitual passou a ser o mais usado na comunicação das redes sociais. Em seguida, o computador de mesa em ambiente laboral, portanto, referimo-nos a jovens e adultos que trabalham no mercado formal, enquanto em residência passou a ser para as pessoas com um poderio financeiro elevado/médio ou para estudantes que já se ocupam também de uma atividade laboral e/ou filhos de pais que trabalham e auferem quatro a seis salários de acordo com a tabela base.

Para Majello (1957:20), em clima de liberdade, sustenta que o público é a soma de muitas pessoas e expressão tácita e eloquente de reações e ações de muitos indivíduos que tenham todos a mesma importância, porque cada um é titular dos mesmos direitos para consigo mesmo e para com os outros, assim como está vinculado aos mesmos deveres para consigo e para a sociedade. Ainda segundo Majello (1957:31), o dever de informação é responsabilidade de cada um de nós: para aumentar o próprio conhecimento e participar com maior maturidade e responsabilidade na troca de ideias, de notícias, de opiniões e de críticas construtivas. Neste contexto, Habermas (1996:109) postula que poderemos entender uma interação como a solução do problema de como os planos de ação de diversos agentes podem ser coordenados de tal forma que ações do Alter possam ser

ligadas às do Ego. Aqui a “ligação”, para o autor significa, numa primeira fase, “a mera redução do leque de possibilidades de escolha contingentemente discordantes a um ponto que possibilita uma integração radical dos tópicos e ações dos espaços sociais e do tempo histórico”.

Por um lado, Habermas (1996:111) considera, no entanto, devido ao fato de estar dependente da utilização da linguagem orientada para o entendimento, que a ação comunicativa tem de satisfazer certas condições rigorosas. Os agentes participantes tentam adequar os seus respetivos planos cooperativamente, dentro do horizonte de um mundo da vida partilhado com base em interpretações comuns da situação.

Por outro lado, este processo de desenvolvimento da ação participativa dos cidadãos também é analisado por autores como Habermas. Por conseguinte, nesta lógica de análises e de estudos, Habermas (1996:139) salienta que o conhecimento vai sendo comprimido – na rede de interações dos grupos sociais – em valores e normas, e condensa-se, através de processos de socialização, em atitudes, competências, modos de perceção e identidades. As componentes do mundo da vida resultam da continuação do conhecimento válido, da estabilização das solidariedades de grupo e da formação de agentes responsáveis, fatores que são igualmente responsáveis pela sua manutenção. “A rede de práticas comunicativas quotidianas estende-se pelo campo semântico dos conteúdos simbólicos da mesma forma que nas dimensões do espaço social e do tempo histórico, constituindo o meio através do qual a cultura, a sociedade e as estruturas de personalidade se desenvolvem e se reproduzem”.¹⁹⁷

De acordo com Habermas, a cultura é aquilo que definimos como reserva de conhecimento à qual os participantes da comunicação, ao entender-se uns com os outros, vão buscar as suas interpretações, enquanto a sociedade consiste nas ordens legítimas através das quais os participantes na comunicação regulam as suas filiações em grupos sociais e salvaguardam a solidariedade (Habermas, 1996:139). Para Habermas (1996:169), as pretensões de validade têm uma orientação intrínseca para o reconhecimento intersubjetivo pelo falante e pelo ouvinte, apenas podendo ser justificadas com razões, ou seja, dedutivamente, reagindo o ouvinte a elas com posições de “sim” ou “não” racionalmente motivadas. Por conseguinte, a atividade na Internet, segundo Damásio

¹⁹⁷ Habermas (1996).

(2009:124), a Internet é particularmente complexa. Antes de mais, não é uma tecnologia homogênea. É um conjunto de funcionalidades tão diversas como o correio eletrónico, os jogos, os jornais *on-line*, o chat, os blogues, o YouTube ou o HI5. A Internet é um espaço discursivo por excelência e, por isso, é um objeto de estudo de maior relevância para a compreensão do estatuto e do valor da atividade no contexto da emergência destas novas plataformas. O problema é na Internet que encontramos em grande escala variáveis comportamentais originais, como seja por exemplo a dispersão de atividades. Assim, o utilizador pode estar em simultâneo a jogar jogos, a fazer trabalhos escolares ou a ver vídeos. Tal fenómeno obriga a que de início se pressuponha que neste caso o uso do meio não circunscreve à totalidade das atividades do sujeito em relação a ele.

5.2.2. O posicionamento do poder público com o campo dos novos *media*

A Internet facilita a comunicação entre os sujeitos de uma determinada sociedade. Um processo muito social que determina a discussão dos problemas sociais em busca de um fim para todos embora podemos encontrar restrições por parte de alguns intervenientes da sociedade, principalmente pelo detetor do poder público. Em Angola, um país ainda com uma filosofia embrionária em termos democráticos, este processo é patente, pois o poder público tenta através de suas forças impedir o avanço dos novos *media* em termos de participação como já fizemos referência em sentenças dos capítulos 3 e 4, assim como no discorrer deste capítulo. O posicionamento do poder público se estabelece na falta de políticas de desenvolvimento dos *media*, a sua extensão, a criação de uma melhor oferta dos serviços de Internet e das Telecomunicações, a censura através do controlo nas redes sociais e outros mecanismos.

Mas, este campo tem sido superado, pois a Internet mesmo com as dificuldades que ela apresenta e que está sujeita em Angola, o público mais ativo e atento encontra formas de superar esses problemas através do processo de interação, ultrapassando assim todos os arcabouços que impeçam o funcionamento e progresso dos novos *media* em Luanda e quiçá em todo o país. “Quando o poder é demais a humildade desaparece e a ética esmorece-se perante o exercício do poder que é verdadeiramente político. A democracia é um estilo de vida, não basta ir votar, é sobretudo, a maneira de olhar o outro. A humildade

política desaparece quando um líder ocupa o trono” (Padre Malamba, entrevistado no dia 25.08.2017).¹⁹⁸

O serviço da aplicabilidade da Internet pode retirar em certa medida o poderio autoritário exercido por um governo que não se demonstra como ideal para um determinado povo ou que tenta dominar e gerir a nação pelo uso da autoridade e da força. Exemplos desta dimensão já aconteceram em muitas partes do mundo. Para o contexto africano basta recordarmos os acontecimentos de 2010 e 2011 na Tunísia e no Egito. As redes sociais ou que muitos autores denominaram como era digital teve grande impacto para derrubar os governos desses dois países da África Branca. Este assunto pode ser também compreendido a partir das análises feitas pela professora Isabel Babo¹⁹⁹:

“A ação desempenhada pelo uso das redes sociais, Internet e telemóveis, a par dos meios de comunicação tradicionais, como a televisão por satélite, introduz novas modalidades comunicacionais no espaço público, que se subtraem aos dispositivos clássicos. Na medida em que os *media* tradicionais (imprensa escrita e audiovisual) submetidos ao poder e sem liberdade para criticar o regime vigente, são os *media* digitais ou as redes sociais que se tornam o suporte comunicacional e de informação das manifestações. Estas ligações e novas modalidades comunicacionais e também jornalísticas tornam-se utensílios nas formas do público a vários níveis: ao nível da multiplicação das mediações, ou seja, dos meios e dispositivos usados na circulação e troca de informações e de notícias, e dos meios de formação de opiniões públicas (no plural); ao nível da pluralização (e fragmentação) dos espaços públicos (locais, regionais, nacionais, internacionais; políticos, culturais, constituídos por questões de cidadania, etc.); ao nível da diversidade dos públicos”. (Babo, 2013:802).

Por conseguinte, a Internet, segundo a postulação de Babo (2013:805), “é o lugar de uma experiência mediada, da simulação da proximidade, do devir, da desterritorialização, sendo também o meio pelo qual interesses pessoais e coletivos (desejos, motivos, crenças, expectativas, receios, compromissos) são divulgados e partilhados. A experiência incorpora assim a mediação de meios tecnológicos eletrónicos”.

O trabalho de Babo espelha, grosso modo, a importância do uso das redes sociais numa determinada comunidade para fazer pressão ao Estado que proíbe a circulação e desempenho dos *media* tradicionais. Este exemplo na Tunísia e Egito são cruciais na produção de um espaço público, assim como da feitura de um jornalismo público ou também denominado como jornalismo dos cidadãos. Mas, para esta tarefa é necessário o

¹⁹⁸ Padre Malamba durante a Entrevista realizada pela Rádio Eclésia, 25 de agosto de 2017, em Luanda.

¹⁹⁹Babo, Isabel (2013). As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011. A semântica dos acontecimentos nos *media* e o papel das redes digitais.

domínio e a responsabilidade do manuseio da Internet assim como os recursos para a aquisição, ou seja, o poder de ter a Internet ou de telefone.

Majello (1957:30) explica que o homem deve conhecer para compreender, deve entender para saber, deve saber para escolher, para dar ou negar a sua adesão, a sua participação ativa ao processo. Para conhecer, o homem deve ser informado com maior escrúpulo; através das relações públicas, esta deve ser a base para um colóquio sistemático e contínuo entre quem recebe, entre quem vende e quem compra, entre quem administra e quem é administrado. Em Price (1994:36, citando Ginsberg, 1986), indica que com o advento da democracia eleitoral, a relação tradicional adversa entre o povo e o Governo se suplantou por uma relação de dependência. Agora, as pessoas apoiam voluntariamente o Estado, pois se tem convertido em um crescimento dependentemente de seus vícios.

Segundo Fagen (1971:47), os guardiães automeados da fé concentram todos os esforços para assegurar-se se as massas estão completamente associadas nas metas do Estado conforme eles, os guardiães, as definem. Esta relação entre dirigentes e dirigidos subentende uma rede de comunicação pública muito diferente encontrada em qualquer outro sistema. Segundo João Heitor, sociólogo português, que vive em França, entrevistado pela (TSF, 09.07.2016), “o poder público se consolida em algo antitético que apenas é agenciável por aqueles que lhe são meros subordinados e que, de início, só encontram nele a sua própria definição negativa”. O sociólogo adianta ainda que “eles são as pessoas privadas que, por terem qualquer cargo burocrático no Estado, estão excluídos da participação no poder público”.

Essa dimensão poderá ainda ser ultrapassada com a entrada do funcionamento do Satélite angolano “*Angosat 1*” que foi lançado em 26 de dezembro de 2017 (Cf. Anexo I). O objetivo é que o primeiro satélite angolano, o quarto na história do continente africano possa trazer melhor fluidez no processamento dos serviços de Internet e de toda conjuntura mediática. Assim sendo, este processo poderá beneficiar a participação do público em determinadas discussões, facilidade ao acesso aos diversos *media*, ampla comunicação e obtenção de informações sem as irregularidades que se registam atualmente. Assim sendo, poderá provocar maiores dificuldades do poder público em controlar os conteúdos que os angolanos consomem e o que produzem. Ou seja, é uma conquista para a democracia, para à área das Tecnologias de Informação e Comunicação de todo o país (TICs).

O governo eleito nas Eleições Gerais de 2017, já mostrou que pretende ter um posicionamento diferenciado em relação aos governos passados. Pretende dar abertura ao diálogo com todas as forças da sociedade angolana, liberação da imprensa e melhor oferta para o acesso as informações e que cada indivíduo seja livre em consumir e produzir informações que contribuam para o desenvolvimento do país. Esta iniciativa mereceu observações positivas de muitos agentes sociais, reflexões em vários pontos da esfera pública angolana, principalmente em Luanda, nas escolas, universidades, ruas, lares e restaurantes, além do ciclo das redes sociais, como podemos constatar num estrato retirado da rede do *Facebook*:

“A muito que não via uma media mais comprometedora e responsável na forma de divulgação das informações. Verifica-se um público mais livre e propenso há novas ilações relativamente aos órgãos de Comunicação Social. Já as rádios e TVs parecem que acordaram com a chuva de fusíveis certos. Agora, já podemos perceber que as rádios e as TVs estão a ganhar musculatura no país face as informações divulgadas, têm rigor, objetividade, simplicidade e seriedade acima de tudo. Há quem diga mesmo que a linha editorial é outra e que Angola pode vir a ser um exemplo de bom jornalismo africano e quiçá, até internacionalmente. Parece que o quadro da Comunicação Social em Angola alternou tendo em conta a mudança das administrações dos setores da Comunicação Social”. (Amadeu Cassinda, Página Pessoal do *Facebook*).

Por conseguinte, podemos também retirar um outro trecho na página do Jornalista Amadeu Cassinda que faz referência sobre o jornalismo em Angola, tendo como análise numa reflexão de discussão e de partilha na rede do *Facebook*. O assunto obteve até a data da pesquisa dez partilhas, 87 comentários e 163 gostos.

“O jornalismo angolano precisa alinhar-se às exigências que a complexidade social de hoje lhe obriga, que consistem em estar em consonância com ‘o seu potencial e sua vocação nobre de instrumento leitor da realidade’ com o foco no ser humano, objetivando a ‘busca da ampliação’ de sua consciência crítica, de sorte a ‘ construir com outras forças existentes uma realidade psico-sócio ecológica mais condizente com o propósito de evolução da vida inteligente, nesta porção do universo’”. (Vicchiatti, 2005:29)²⁰⁰.

Na compreensão de Habermas, “as ocupações do público consumidor de cultura no tempo de lazer ocorrem, no entanto, elas mesmas, num clima social em que não precisam encontrar alguma continuidade em discussões com a forma privada sobre o assimilado” (Habermas, 1984:193).

5.2.3. As literacias como lugar de discussão sobre a democracia em Angola

²⁰⁰Consultado na página do Facebook do Amadeu Cassinda, aos 11.11.2017.

Entende-se aqui como o processo de uma nova linhagem que fortaleça as aquisições de ensino e aprendizagem de forma que possam enriquecer o contributo das discussões sociais dos vários temas da agenda mundial. O mundo vive momentos inovadores nas formas de comunicação que têm permitido dar solução aos problemas através da educação escolar nas organizações e grupos ou comunidades a partir das políticas que são traçadas. A educação atrelada aos mecanismos dos meios de educação joga também um papel importante e inadiável para o florescer dos indivíduos.

A discussão que acontece no campo das literacias nem sempre tem sido acompanhado pela conjuntura da relação escola e dos *media* em Angola. Trata-se de um processo que ainda é considerado tardio de acordo com as consultas feitas com os alunos de duas escolas do ensino médio no distrito do Rangel, província de Luanda. Nesta viagem de investigação sobre as literacias de educação constatou-se que há a ausência dos recursos de aplicabilidade do funcionamento das mesmas no sistema escolar nacional. De acordo com o Ministério da Educação, este assunto já consta no programa nacional de educação, mas ainda não foi acionado para a sua concretização nas escolas.

Em muitos países da Europa, essa desenvoltura tornou-se mais eficiente através das literacias da educação em conjunto com o campo mediático. Por um lado, a educação para os *media* é uma ação pedagógico-didática adequadamente organizada em ordem a promover uma atitude crítica relativamente ao produto dos *media*, uma compreensão da linguagem audiovisual, da estrutura e papel dos *mass media* e, finalidade, a incentivar capacidades e aptidões em ordem.

Por outro lado, as escolas têm um importante papel a desempenhar na relação entre as crianças e os *media*, destacando desta feita o recurso da televisão. Podem desenvolver a consciência crítica nos alunos. É importante que todas as crianças sejam ajudadas na escola a desenvolver as suas faculdades críticas, no melhor sentido da palavra crítica, de modo a que possam perceber e avaliar a apresentação de fatos e de ficção nos *media*. A capacidade de ler textos mediáticos – isto é, de os ver à luz dessa consciência e avaliação críticas, e de compreender os processos que os produzem – é uma capacidade importante para os cidadãos de hoje e do futuro (Bazalgente, 1989: 142).

É a partir deste processo da relação entre a escola e os *media* que os jovens aprendam desde cedo os pressupostos de crescimento e de discernir os aspetos de

construção de uma sociedade coerente e clara. Assim sendo, atesta-se o seguinte como elemento essencial a esta relação:

“A integração da educação para os *media* no projeto educativo da escola constitui um dos pontos mais importantes da sua adaptação à evolução da sociedade [...]. É preciso dar a todos os alunos, desde o jardim-de-infância, os meios para serem autónomos face à cultura mediática; ver-se-á rapidamente que uma nova convivência irá estabelecer-se entre o jovem e a escola, uma vez que ele terá encontrado nela o eco fiel e integral da sua vivência doméstica”. (Groupe de Pédagogie et Audiovisuel, 1992:14-15).

A educação para os *media* é integrada em todos os níveis da escolaridade. É objeto de um ensino específico e acumulativo que entra nos planos de estudos e é abordada em todas as disciplinas e em todos campos de conhecimento. É parte integrante da formação inicial e contínua de todos os professores (Grave, 1993:1, citado por Santos, 2003:39).

O desenvolvimento acelerado dos novos *media* e das novas tecnologias eletrónicas da comunicação e da informação em todos os domínios deve, provocar alterações profundas na sociedade e na família. A educação deve, por isso, ter em conta um ‘mundo mediático’ cada vez mais condensado, com um âmbito e uma profundidade de ação crescentes no comportamento individual e social. O significado do ambiente mediático para as crianças e para os jovens aumentou. O mundo mediático pertence ao quotidiano da família e da escola. Os *media* tornaram-se autênticos co-educadores para as crianças e jovens. [...]. No centro das relações com os *media*, a escola tem que educar os cidadãos fortalecendo assim os laços sociais entre as pessoas em busca de um sentido mais democrático onde a harmonia seja cristalizada entre os indivíduos.

A contribuição do processo de literacias nas escolas pode ser um caminho atraente e eficaz para a edificação das sociedades e de seus integrantes. Todavia, é uma responsabilidade de todos os intervenientes sociais à participarem neste conjunto de planos interdisciplinares dentro das escolas, assim como da relação com o campo mediático através das novas linhas dos meios de comunicação social. O novo recurso centra-se então com o aparecimento da Internet.

Neste campo da Internet, a educação dos *media* pode também exercer um papel fulcral se for devidamente aproveitado, mas isso parte da lógica de como são caracterizados os mecanismos e recursos de utilização da Internet na sociedade a partir das escolas, unidades de ensino superior e/ou empresas públicas ou privadas, assim como das

instituições não-governamentais e igrejas. A coordenadora do Departamento do Curso de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação do ISCTE-IUL, Rita Espanha, no artigo *A Saúde em Comunicação*, fala de “saúde e tecnologias de informação e comunicação. Neste mesmo artigo, embora falando de saúde, é possível perceber o que a autora apresenta no que concerne ao da Internet nas sociedades modernas, atestando o seguinte:

“A distribuição e o acesso à informação são crescentes, e os aspetos e temas em que se verifica a democratização da informação do conhecimento são muitos, dispersos e diversificados. São sociedades em que as relações entre pessoas, e entre as pessoas e as instituições, as organizações e os diversos sistemas se diversificam, intensificam e complexificam, motivadas precisamente pela possibilidade de circulação e de acesso à informação e à comunicação, que deriva, principalmente, da evolução das tecnologias de informação e comunicação e da sua penetração no quotidiano dos indivíduos”. (Espanha, Cf. Cardoso, et al., 2009:133).

Como disse Emídio Rangel²⁰¹ “os meios de comunicação proporcionam às crianças incontáveis horas de vivas emoções, de contínuas sensações visuais e sonoras, de viagens pelo imaginário, de pessoas, culturas e povos, os mais longínquos e os mais vizinhos, moldaram-nas pelo culto da intuição, do imediato, do ilógico, do fragmento, da aparência, num ambiente informacional encantado com os *media* e com os seus mediadores”. Assim sendo, Wolton (2006:127) argumenta de que no meio da relação da comunicação social e com a escola, com a educação, “o problema reside, como sempre, nos fundamentos, naquilo que as pessoas pensam que é a educação”.

Na sociedade angolana com todas as suas dificuldades educacionais e dos próprios *media*, a situação das implementações das literacias nas escolas ainda estão em desencontro, ou seja não há políticas visíveis sobre isso. Consiste também pelo despreparo dos próprios gestores, pedagogos, diretores, professores e depois os alunos que esperam daqueles a aplicação do estágio das “literacias de educação”. Se a situação está na gestão do próprio organismo de educação no país, o mesmo acontece com o sistema dos *media* que não têm projetos direcionados com as escolas como acontece em Portugal. O caso prático recai ao *Diário de Notícias* (DN) Portugal que possui uma parceria com o Ministério da Educação em auxiliar as escolas de base e do ensino Médio na realização de encontros com os estudantes nas suas instalações. Os alunos têm contacto com a história do jornal, o funcionamento da redação, produzem matérias e montam jornais durante a

²⁰¹Cf. Apresentação do Conselho Nacional de Comunicação realizado em Lisboa (2010:19).

visita. Ao contrário de Portugal, Angola ainda não encontrou esse caminho e não há planos concretos sobre isso.

Segundo Santos (2003:59), *os media* deveriam concorrer para essa pedagogia social, pondo-se ao serviço do bem comum da sociedade em todas as suas componentes. De acordo com a autora, verifica-se que pelo contrário, passam muito frequentemente estereótipos e lugares comuns, que, estigmatizando certas comunidades, antes contribuem para uma visão distorcida da sua identidade”.

A ausência das políticas do uso de literacias que compreende as componentes dos *media* e a educação escolar coloca em risco o manuseio do ciclo das novas tecnologias de informação. O próprio campo dos *media*, se assim entendermos no cenário angolano, mesmo os tradicionais ainda não atingiram todas as populações do país. Como fizemos referência ao longo deste trabalho, o jornal, a rádio e a televisão ainda não alcançaram todo o território. Como o telefone ainda não é objeto que todos os membros de um lar possuem devido às dificuldades financeiras vividas em certas famílias.

Para tanto, este problema pode ser também constatado no artigo de nossa autoria para a Unidade Curricular de “Interação Social da Comunicação” com o título “A Interação da comunicação feita pelos alunos do ensino Medio do IMTSB e ITEL no Distrito do Rangel em Luanda: A Relação da Interação Social e comunicativa entre os alunos e o uso do telemóvel”. Neste mesmo artigo foi possível observar que os 64 alunos questionados durante a pesquisa, “possuem o telemóvel como um mecanismo para a comunicação com os outros, mas também para o processo de formação mesmo com as dificuldades que cada um encontra desde a compra de um telemóvel como também para conseguir créditos para manter a comunicação no dia-a-dia ou para os assuntos escolares” (Candumba, 2016:12)²⁰².

Por outro lado, o processo da falta de políticas do campo das literacias de educação e dos *media* atrasa também o processo do debate para a construção de uma esfera pública digital. Ou seja, se em Luanda há o registo de faltas dessas políticas de literacias, para as demais províncias o problema ainda é maior. O mesmo podemos dizer que Luanda é o

²⁰²Cf. Candumba, João Félix Pedro. Artigo apresentado para a avaliação da UC de Interação Social da Comunicação no curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Os alunos frequentam a 10^a, 11^a e 12^a classes do Ensino Médio.

município que concentra as principais e melhores escolas do ensino médio com maiores estruturas em relação aos demais municípios da província de Luanda, mas não há políticas para este campo.

5.2.4. Os problemas discutidos a partir do campo dos *media* em Luanda

Olhando para o cenário do campo dos *media* em Luanda, observa-se uma participação do público sobre os problemas que mais afetam os cidadãos. Aqui, é possível enxergar problemas diversos, mas, todavia, a água, a energia, o saneamento básico, a violência, o desporto e a saúde são os que mais ocupam espaço nos meios de comunicação audiovisual. Ou seja, estes problemas fazem parte da agenda diária das redações ou áreas de produção das empresas de comunicação social como destacamos as rádios e televisões. O mesmo acontece com as publicações de jornais e revistas através de suas editorias.

A rádio através de seus diversos programas de informações como do entretenimento durante as programações diárias, semanais e, às vezes, mensais apresentam sempre um ou outro problema para ser discutido. A Rádio Nacional de Angola e suas filiais regionais, isto é, em Luanda são unânimes em produzir encontros de debates e informativos destes problemas.

Também seguem no mesmo caril as rádios privadas que tentam apresentar um trabalho radiofónico diferenciado. Nesta Quarta Legislatura do país, o assunto parece mais assente na responsabilidade social, visto que o novo Executivo quer ver uma comunicação social diferente dos anos passados. O ex-Ministro da Comunicação Social João da Silva Melo tinha feito cobranças para a melhoria do setor da Comunicação Social. Numa primeira perspetiva, o ministro exonerou os Presidentes de administração dos órgãos públicos do país. No sistema audiovisual, registou-se a saída na Televisão Pública de Angola do Hélder Barber dos Santos e em substituição nomeou José Fernando Gonçalves Guerreiro (Cf. www.angop.ao, consultado dia 11.11.2017). O mesmo aconteceu com a Rádio Nacional de Angola.

Na segunda perspetiva, o ex-ministro tivera feito cobrança de um jornalismo diferenciado que tratasse mais os assuntos nacionais e africanos para melhor informar e situar os angolanos e o mundo. Para muitos profissionais e responsáveis dos meios de comunicação social no país, querem mais valorização dos profissionais da comunicação por parte do ministério de tutela. Teixeira Cândido, secretário do Sindicato dos Jornalistas de Angola, disse que “é necessário que os jornalistas sejam valorizados no decorrer da atividade jornalística e garantir um pacote de remuneração para a reforma dos mesmos,

visto que nem todos trabalham nos órgãos públicos”. O sindicalista adiantou também que “é necessário rever as categorias dos jornalistas nas suas empresas assim como a atribuição de salários dignos e que não pode deferir entre os profissionais, mas sim ter uma convergência salarial entre os jornalistas”.²⁰³

O que se coloca em estado de dúvida, por vezes, é a forma como estas discussões são apresentadas no sistema audiovisual pelos profissionais e comentadores especialistas ou não sobre o assunto em destaque, assim como o elogio que é feito ao Governo ou certa entidade que ocupa cargo público que pode ser institucional ou não. O problema em muitas situações há este debate, mas sem relevância das postulações dos convidados em falarem a verdade dos casos. Desta feita, este desvio rompe os aspetos da imparcialidade que muito se precisa em Angola para se fazer uma comunicação mais fundamentada e nos princípios dos critérios de noticiabilidade. Ou seja, as discussões dos problemas acabam em agradecimentos como se tudo estivesse em bom ritmo para a satisfação do bem-estar social dos cidadãos.

Assim sendo, através dos novos *media* de comunicação, os jovens e alguns adultos são os que apresentam mais discussões severas e críticas sobre as políticas engendradas pelos governantes e dos problemas sociais que acontecem em Luanda. Destacam-se quase grupos nas redes sociais como no *Facebook* e *WhatsApp*, que fomentam encontros entre diversos cidadãos ou mesmo a partir da interação destes grupos debatem os assuntos diretamente. Ou seja, muitos jovens mesmo não pertencendo ao mesmo grupo, tomam conhecimento do que está a acontecer num determinado grupo a partir dos comentários, partilhas e gostos, ou mesmo o envio de mensagens e quando são identificados por amigos ou conhecidos.

Os casos de violência, mortes nos hospitais e ausência de assistência nos hospitais são debatidos pelos grupos no *Facebook*, assim como a primeira mensagem do Estado da Nação feita pelo terceiro presidente de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, que foi partilhada no *WhatsApp* e mereceu algumas discussões em vários espaços públicos, salas de aulas²⁰⁴, lares e ruas. Entretanto, mesmo de forma limitada, parece que a cidade começa a criar a sua esfera pública digital, embora ainda muito fechada.

²⁰³ Cf. www.angop.com.ao, (consultado dia 11.11.2017).

²⁰⁴Estudantes do curso de Língua Portuguesa e Comunicação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Metodista de Angola, na disciplina de Sociologia da Comunicação e dos Media, discutiram os principais pontos do discurso à Nação.

Para uma boa comunicação em Luanda, é necessário que a família possa ajudar os educandos a compreender o funcionamento dos *media*, o modo como se inserem na indústria cultural, os interesses e poderes que lhes estão ligados e o seu papel na sociedade; educar para o pluralismo e a tolerância, através do contacto com a diversidade de culturas, de expressões e de formas de vida e, ao mesmo tempo, proporcionar uma visão evolutiva da vida e da história e dos fatores que favorecem ou entram a mudança; compreender o processo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas em relação com as técnicas de comunicação; desenvolver nos educandos instrumentos de observação, análise e interpretação das mensagens veiculadas pelos *media*; incentivar os educandos a formar opiniões próprias relativamente às informações da comunicação social e de outras fontes de informação; identificar as necessidades e assimetrias existentes no plano da comunicação, ao nível institucional, local, nacional e mundial e as ações eventualmente empreendidas para lhes responder; possibilitar a compreensão e avaliação do consumo que cada um faz dos *media* e proporcionar uma abordagem das oportunidade e formas de intervenção nos *mass media*; desenvolver nos educandos um espírito de criatividade, de inovação e de cooperação, nomeadamente através da possibilidade de se expressarem e de comunicarem através dos *media*, mediante a elaboração dos seus próprios produtos (jornal, emissão de rádio, vídeo, fotografia, etc...) (Santos, 2003:45-47).

A relação entre os sujeitos e os *media* que aqui nos ocupa deve ser encarada com base em três pontos de vista que resultam diferentes abordagens de investigação como uma relação centrada no meio, na audiência, ou na cultura.²⁰⁵ Qualquer destas perspetivas pode ser mais bem compreendida em função da relevância que confere aos dois elementos mais sensíveis da relação entre o sujeito e os *media*, ou seja, entre o texto e o contexto. Por outro lado, segundo o que é ainda apresentado por Manuel Damásio, o debate persistente sobre a natureza passiva ou ativa das audiências, e o que tal implica em termos de análise dos processos de construção de sentidos, acaba assim por estar por detrás de muitas das formulações dominantes do conceito de atividade no campo dos estudos de comunicação.

²⁰⁵ Cardoso, et al. (2009:114). Manuel José Damásio: das três perspetivas enunciadas, a que aparenta possuir, nomeadamente em função de seu carácter transacional e internacional, maior relevância para pensarmos o valor central de atividade em todo o processo é aquela que está centrada na audiência e que procura um equilíbrio entre texto e mensagem.

Manuel José Damásio compreende que o campo da Internet em diversos aspetos da utilização pelos indivíduos da sociedade atesta o valor que suscita as discussões entre os participantes. Para ele, o debate é fundamental no seio dos cidadãos:

“O debate persistente sobre a natureza passiva ou ativa das audiências, e o que tal implica em termos de análise dos processos de construção de sentidos, acaba assim por estar por detrás de muitas das formulações dominantes do conceito de atividade no campo dos estudos de comunicação”. (Cardoso, et, al., 2009:115).²⁰⁶

Para o jornalista Djawymy Sicato Symutho, as discussões de temas sociais pelos jovens angolanos nas redes sociais, muitas vezes de acordo com as análises feitas “nada contribuem para a democratização do país, porque não são tidas em conta. Quase todas as discussões são desvalorizadas”.

Gráfico nº 11. Temas discutidos pelos jovens nas redes sociais

²⁰⁶Cf. Cardoso et al. (2009:111-129). Artigo de Manuel José Damásio, em *Media, Redes e Comunicação: Futuros Presentes: Atividade e comunicação: o sujeito perante os media*.



Os temas discutidos pelos jovens através das redes sociais, neste caso *Facebook* e *WhatsApp* ou via telefone, *e-mail* e encontros em diversos locais da cidade de Luanda, têm a ver mais com o futuro do país, assim como muitas vezes com a atualidade do contexto. Os jovens são os que mostram mais interesse nas discussões dos problemas de política, educação e outros de carácter social. Todavia, a camada juvenil feminina é mais reservada nessas discussões, embora uma minoria entra no jogo da discussão de temas relevantes e contribuem com boas ideias.

5.2.5. A construção da esfera pública e formação dos cidadãos no espaço público

A noção da esfera pública é um conceito que já faz parte de todas as sociedades desde a sua origem. Sendo assim, nossa perspectiva é aqui fazer uma abordagem teórica e até mesmo ideológica sobre o termo. A esfera pública representa assim a participação do pessoal em diferentes áreas da sociedade sem a limitação da elite ou superiores a uma maioria dos cidadãos. O cidadão precisa deste espaço para poder participar em discussões sobre o meio em que ele vive, representar-se como indivíduo que tem ideias e convicções sobre a própria vida social que pode ser de forma individual ou coletiva. A construção de uma opinião pública perante a sociedade é também um elemento crucial nesta linha da

esfera pública buscando decerto modo a conquista de um espaço público, onde os *media* estão também relacionados com a sua responsabilidade social.

A construção de uma esfera pública ajuda na formação dos cidadãos em terem suas próprias iniciativas de montar projetos, de discussão dos problemas e dificuldades que afetam a sociedade ou comunidade. Assim sendo, através do papel dos *media*, os cidadãos são informados e formados sobre o que se passa na sua localidade e no mundo. A forma de construção do discurso através de uma linguagem coerente constrói de forma positiva o consciente racional do homem. Em conformidade com esta situação, recorremos ao que é estipulado por Rémo Rieffel, na obra *Sociologia dos Media*, expondo essa relação entre os *media* e a opinião pública que permite, segundo ele, colocar uma série de questões sobre esta mesma relação. Para ele, as questões que podem ser colocadas, muitas continuam sem respostas de acordo com o tempo e o espaço em que elas acontecem sobre os *media* e a opinião pública devido à diversidade social em que estão os indivíduos. Assim sendo, para Rieffel (2006:52), “os *media* tornam-se, cada vez mais, no único padrão de legitimidade para todos os agentes sociais e para todas as formas de tomada de palavra (sondagens, manifestações, debates televisivos, campanhas eleitorais, comunicação em linha, etc)”.

Nesta relação dos dois estágios sociais, Rieffel apresenta duas reflexões para poder compreender essa abordagem na sociedade. Num primeiro caso “leva a relativizar as interpretações em termos de degenerescência do espaço público ou do domínio exclusivo de uma elite política, económica ou cultural. O acesso às arenas e às formas mediáticas é, evidentemente, restrito, mas não está apenas reservado aos detentores do poder: os leigos parecem ter cada vez mais direito a exprimir a sua opinião e não hesitarem em fazê-lo”. Já na segunda reflexão, de acordo com o autor, a mesma “convida-nos a interrogarmo-nos sobre a pertinência de um espaço público unificado”, assim como a participação em forma organizada e conjuntural aos debates que acontecem nos serviços do audiovisual em qualquer sociedade. Este problema, se em muitos países já carrega um historial de muitos anos, nas realidades dos países do terceiro mundo ou em vias de desenvolvimento, ainda se encontram restrições. Em muitos casos onde isso se regista, há, evidentemente, o atraso do desenvolvimento social dos cidadãos o que acarreta a formação destes mesmos indivíduos sociais.

Por conseguinte, de acordo com Rieffel (2006:52), o “debate sobre este assunto permanece em aberto, uma vez que a internacionalização das redes de comunicação,

recordemo-lo, modificará ainda mais a situação”: mas enquanto o autor apresenta essa tese como sendo numa perspectiva do que acontece na sociedade com o crescimento do campo da comunicação social e da própria vida em sociedade, passados quase dez anos, já é possível perceber a resposta da reflexão, além da pergunta que Rieffel (2003:52) colocou em 2006²⁰⁷: “*Será possível perspetivar a criação de um espaço público europeu, por exemplo*”? Para essa resposta, basta percebermos os fatos de como os cidadãos da Europa encontram mais formalidades de participação e discussão nos problemas sociais dos povos assim como a participação dos *media* na educação social dos cidadãos, como disse nesta síntese que difere ainda muitos dos vários continentes.

A construção de uma esfera pública em detrimento continental pode elencar duas situações distintas à medida que o modo de vida dos cidadãos de um determinado grupo, região, país ou continente se apresenta. Assim, para os cidadãos que possuem uma vida urbana ou até dos países desenvolvidos, a percepção sobre a esfera pública passa a ser mais rápida devido à forma de enquadramento dos seus sujeitos nas discussões dos assuntos assim como a participação dos mesmos; neste caso, a maneira de vivência e de convivência pode catapultar novas visões e anseios em participar na mesma construção da esfera pública. Ademais, para os cidadãos dos países africanos, asiáticos e latino-americanos, na sua maioria, apresentam ainda dificuldades de várias índoles para a construção de uma esfera pública eficiente como acontece nos países da Europa e EUA²⁰⁸. Esta situação é mais caricata ainda, principalmente no continente africano, onde o índice de pobreza, escolaridade e modo de vida é tão acentuado até mesmo nas grandes cidades (capitais dos países), além da fragilidade da atuação dos meios de comunicação que estão mais ao serviço dos governos autoritários em detrimento do público.

Um dos exemplos pode ser encontrado na realidade angolana onde a imprensa é praticamente ainda controlada e apoderada pelo próprio poder público, embora a

²⁰⁷Rieffel (2006 [2003]:52). Será possível perspetivar a criação de um espaço público europeu, por exemplo?

²⁰⁸Giddens (1997:140). A vida quotidiana numa perspectiva cultural e histórica: “alguns dos mecanismos de interação social analisados por Goffman, Garfinkel e outros parecem ser universais; mas muitos outros não o são. Providenciar “marcadores” para assinalar o início e o fim de encontros, por exemplo, é, sem dúvida, uma característica da interação humana em toda a parte. Vários meios utilizados para organizar encontros verificam-se, também, em todas as reuniões de seres humanos – como manter o corpo virado de costas para outros, quando se forma um ‘grupo’ de conversa. Não obstante, em muitos aspetos a vida quotidiana nas sociedades modernas ocidentais é muito diferente dos membros de outras culturas. Alguns aspetos da desatenção social, por exemplo, são irrelevantes para o comportamento de membros de sociedades mais pequenas, onde não há estranhos, são raros os contextos, se é que existe algum, onde há pouco mais do restrito número de pessoas se encontra junto.

Constituição da República, como já fizemos referência em itens anteriores, que ela não é de agora, mas desde a era colonial, precisamente, em 1845. Mas, no contexto atual, a situação parece ainda mais melindrosa, se falarmos na contribuição dos meios de comunicação. Basta olharmos para os meses de agosto e setembro de 2017, ou seja, depois da realização do pleito eleitoral, a campanha foi marcada pela parcialidade dos meios audiovisuais que faziam cobertura dos partidos políticos, merecendo mais espaço para o partido político no poder o “MPLA” em relação as demais forças participativas. A divulgação dos resultados no dia 06 de setembro de 2017, grosso modo, trouxe ainda mais o desespero para a sociedade, pois, 48 horas antes, os meios de comunicação emitiram mensagens de medo para o público, sobretudo, do público não circular nas ruas, no dia da divulgação dos resultados, como de uma aeronave que circulou na cidade de Luanda espalhando panfletos com mensagens de desencorajamento à população para não cobrarem ou emitirem suas opiniões sobre o que estava acontecer. Ou seja, uma maioria do pessoal estava descontente com os resultados alcançados pelo MPLA. Por outro lado, as forças armadas e a polícia foram destacadas em zonas estratégicas assim como a prevenção nas unidades militares e o asseguramento às instituições dos meios de comunicação públicos.

Este caso angolano levou os *media* do sistema estatal a serem mais participativos na divulgação da campanha e projetos acabados do governo (MPLA) durante a campanha eleitoral. No dia 08 de setembro, dia consagrado aos jornalistas, o Secretário dos Jornalistas de Angola, Teixeira Cândido, falou da falta de imparcialidade de alguns funcionários da Televisão Pública de Angola e da Rádio Nacional de Angola na cobertura da Pré-Campanha, Campanha Eleitoral e divulgação dos resultados criticando-os severamente.

Podemos entender alguns dos fatores que influenciam os padrões da vida urbana pela simplicidade, embora básica, identificação das características da atividade humana que afetam a forma como tempo-espço é organizado. Três espécies de constrangimentos impõem limites ao desenrolar das atividades diárias, em termos da sua localização no tempo e no espaço.

Entende-se também que os “limites de capacidade são limites impostos pela constituição física dos indivíduos. Por exemplo, todos os seres humanos têm necessidade de comer e de dormir, que tem de ser satisfeita no âmbito do tempo-espço das suas

atividades. Aqueles que trabalham numa certa área de ter refeições e descansar durante a noite” (Giddens, 1997:138).

Mesmo perante a conjuntura ideológica da construção de uma esfera pública onde prevalece a participação dos cidadãos, o papel dos *media* e a opinião pública, ainda é possível encontrarmos na própria sociedade problemas sociais ou interferências que podem perigar a funcionalidade de consolidação da mesma esfera pública. Nesta reflexão, engendramos o que é sustentado por Anthony Giddens:

“Limites de coordenação são limites estabelecidos pela capacidade de pessoas se reunirem em certos lugares para interagirem umas com as outras. Onde (como nas atravancadas cidades tradicionais) há poucas vias que proporcionam fácil acesso de uma área a outra, muitas formas de interação são necessariamente confinadas a distâncias que podem ser facilmente percorridas a pé. Além disso, todos os enquadramentos físicos têm o que Hagerstrand chama de capacidade de armazenar- limites ao número de pessoas que podem ocupar um espaço particular para uma certa atividade. A hora de ponta é um exemplo disto. Existem limites para o volume de trânsito que as estradas podem comportar; na hora de ponta ninguém, de fato, chega rapidamente a qualquer lugar, pois move-se lentamente”. (Giddens, 1997:138).

Ao falar sobre a comunicação e a cultura, Martin-Barbero, é categórico em seus estudos de pesquisa sobre o campo da comunicação, fazendo com que ele priorizasse mais o “ênfase sobre as vinculações entre a comunicação e cultura, desloca-se o foco exclusivo dos meios comunicacionais, que têm seu valor reposicionado, para privilegiar as mediações próprias da recepção televisiva – recepção como o lugar onde ocorrem a negociação e a reprodução de sentido -, enfatizando-se a posição da cultura e o cotidiano. Há um rompimento com as análises apocalípticas, que vêm o recetor indefeso e apático diante do poder indefensável dos meios de comunicação, a qual muitas vezes é apresentada como constituindo uma esfera destinada a cultura. Por esta via, reestabelece-se o bom senso de que, se os recetores não são mais considerados guiados pelas indústrias culturais, a sociedade não é só dos *media*, ou seja, há muito mais dados a serem observados, formando as mediações. Martin-Barbero, ao tratar das mediações que envolvem a recepção e, por consequência, a percepção da realidade, afasta dos *media* a responsabilidade de formadora única dos modos de ser e agir dos seres humanos, sepultando as propostas que viam uma influência direta das primeiras sobre os segundos”.

Por outro lado, Martin-Barbero, transporta-nos numa perspectiva de olharmos os meios de comunicação como produto e linguagens da cultura mediática tendo em conta as “práticas de análise e linguagens da cultura mediática como o exame dos pressupostos e

estratégias metodológicas das práticas de análise de produtos e/ou linguagens da cultura mediática (produtos e/ou linguagens televisivas, fotográficas, publicitários, fílmicas, jornalísticos). Consiste também na análise de receção: elaboração ou tese de metodologias de análise das práticas de receção realizadas por grupos sociais, em situação de apreciação e consumo de linguagem e produtos da cultura mediática. O mesmo assunto em termos de cultura, também pode ser constatado em (Thompson, 2011 e 2014).

Relacionar comunicação e cultura significa um salto, por apreender o fenómeno como integrante de um processo de maior dimensão e não, de forma estanque. Este salto provoca o abandono da posição de solidez que assegura o tratamento da comunicação reduzida a um produto, a um veículo ou a um meio, no máximo, para inseri-la no quotidiano das pessoas. É um processo de rompimento e ampliação que acontece segundo a percepção do que é engendrado por Martin-Barbero:

“Pensar os meios de comunicação a partir da cultura implica deixar de pensá-los desde as disciplinas e os meios. Implica a rutura com aquela compulsiva necessidade de definir a ‘disciplina própria’ e com ela a segurança que proporcionava a redução da problemática da comunicação à dos meios. (...) Por outra parte, não se trata de perder de vista os meios, senão de abrir sua análise às mediações, isto é, às instituições, às organizações e aos sujeitos, às diversas temporalidades sociais e à multiplicidade de matrizes culturais a partir das quais os meios-tecnológicos se constituem”. (Martin-Barbero, 1985:10).

A verdade é que a cultura está nos *mass media* de comunicação, pois o que é transmitido pelos meios de comunicação é cultura. Sob pena de se cair num outro extremo, contudo, deve-se ressaltar que, tanto as culturas alternativas quanto hegemónicas são veiculadas pelos meios, fora deles. Embora a comunicação mediática a cada momento envolva mais e mais as possibilidades de troca de sentido, ela não é única. Ou seja, a produção de sentido não é viabilizada só pelas indústrias culturais, envolvendo ainda – e necessariamente – as mediações.

5.2.6- O jornalismo de cidadãos na educação, formação e construção social

O aspeto do jornalismo de cidadão na educação e construção social em Angola é ainda um paradigma dentro da própria estrutura do país, mesmo em Luanda. Este paradigma pode ser refletido a partir de seis (6) aspetos, designadamente nível de instrução educacional para essa demanda, a falta de recursos financeiros, questão de participação, o local para a publicação, fraco interesse das pessoas e o medo de o fazer. No primeiro aspeto denominado nível de instrução educacional, observa-se que o nível de educação em

Angola é decadente para dar respostas a este aspeto que contribuí na feitura de um jornalismo de cidadãos que favoreça a construção social da identidade das pessoas na produção de mensagens e conteúdos de diferentes ordens e estágios. O que se observa em algumas áreas ou circunscrição é uma produção de conteúdos por pessoas isoladas ou individualizadas e grupos que fabricam certas mensagens, mas sem um carácter de jornalismo de cidadão no seu sentido epistemológico. O segundo aspeto incide na falta de recursos financeiros, ou seja, muitos jovens e até mesmo adultos com alguma instrução ou mesmo grau académico gostariam muito de produzir conteúdos a partir de uma visão jornalística de cidadãos, mas a falta de políticas sociais, organizacionais nas comunidades e nas escolas ou instituições públicas e privadas faz com que este aspeto não encontre espaço para tal. Por outro lado, as pessoas não têm recursos financeiros para a aquisição de telefones, Iphones, computadores, laptops ou outros instrumentos para poderem produzir este tipo de jornalismo, assim como a aquisição do mecanismo da Internet para facilitar a produção e publicação. Ou seja, a Internet é, por conseguinte, ainda péssima em muitas zonas de Luanda, o mesmo acontece em todo o país apresentando muitas e sérias debilidades para quem quer projetar-se nesta atividade. A Internet, através das redes sociais, seria o melhor caminho para essa missão, já que para a produção de conteúdos a partir de outros meios de comunicação seria ainda mais difícil para o fazer. Para Becker e Carlos (2015), entendem que “os custos dos serviços de telecomunicações e dos computadores em Angola são elevados, há falta de pessoal especializado neste setor e déficit de oferta de eletricidade”.

Desta feita, o campo das novas tecnologias de informação e comunicação está em todas as localidades do mundo, mas sua consolidação ainda não é tão presente em muitos países. Neste caso, Angola não foge a regra, pois muito ainda precisa ser feito para o funcionamento dessas tecnologias em todo o país. Assim sendo, podemos sustentar com a seguinte colocação feita por Saleh e Carlos:

“Os atuais usos das tecnologias digitais tendem a se constituir como instrumentos relevantes para legitimar suas aspirações e narrar a realidade cotidiana sob outros pontos de vista em sintonia com o desencadeamento de um processo coletivo de descolonização do olhar e das formas de comunicação em Angola e em grande parte do continente africano por parte das populações de diferentes países, como práticas de resistência simbólica aos discursos dominantes dos países mais ricos e desenvolvidos”. (Saleh, 2010 e Carlos, 2003-04, apud Becker e Carlos, 2015, p.6).

O terceiro aspeto está na fraca participação das pessoas, ou seja, mesmo tendo recursos, muitas pessoas preferem não fazer ou envolverem-se nestas iniciativas. Desta feita, a participação também depende muito do espaço de localização das pessoas assim como a falta mesmo de projetos organizacionais e iniciativas individuais das pessoas. O quarto caso também tem como situação o local para a publicação de conteúdos, isto é, há pessoas que pretendem ou mesmo produzem conteúdos diversos para contribuir na educação social, porém não encontram plataformas para poder publicar o que é produzido, recaindo assim no aspeto dois. No quinto aspeto que é do fraco interesse das pessoas, podemos observar aqui que há pouca adesão das pessoas em fazer também o jornalismo de cidadão devido aos aspetos anunciados anteriormente, ou seja, não há incentivo, vontade e motivação por parte dos cidadãos, assim como do posicionamento familiar, colegas de serviço, amigos e do próprio poder público. Este aspeto dá praticamente origem ao último aspeto que nós consideramos como sendo, embora hipoteticamente, o mais relevante, por ser o que mais coloca limitações às pessoas de não poderem participar nessa demanda, devido às ameaças, controlo, serem mal vistos, a não contemplação de regalias salariais, cortes de direitos nas empresas, a negação nos projetos sociais e tantos outros. A este aspeto denominamos como o aspeto do medo de o fazer.

Os seis aspetos elencados aqui, em suma, desfavorecem a feitura de um jornalismo de cidadão ou também o chamado jornalismo comunitário, pois as iniciativas não são vistas de forma transparente dentro da sociedade angolana. Quem faz nestes dias são pessoas com muita coragem que não se deixam levar praticamente pela luxúria dos cargos públicos no governo ou nas empresas do Estado. Este fracasso tem levado à fragilidade desta construção social, formação de educação dos cidadãos angolanos, assim como a limitação da opinião pública no país.

A opinião pública, em Angola, não é medida por um sistema de sondagem, visto que não há instituições responsáveis para a realização de estudos sociológicos neste campo, mas em termos de observação²⁰⁹ atesta-se que ela não se faz sentir a partir de grupos determinados ou direcionados. O que existe são pessoas isoladas que comentam ou descrevem o estado da “*opinião pública*” nas grandes cidades do país que protestam a forma da atuação do governo e da atuação dos meios de comunicação social. Ou seja, hoje, o campo das redes sociais passou a ser o principal instrumento de discussão para muitos

²⁰⁹ Cf. A descrição e comentários dos entrevistados no 4º capítulo deste trabalho.

cidadãos. Em muitos países, ao contrário que acontece em Angola, a opinião pública continua a ser um objeto de estudos para a orientação dos cidadãos seja em que local for sem o envolvimento central dos problemas políticos ou aos órgãos políticos, mas aos problemas económicos, da melhoria da saúde e de educação como casos básicos (Candumba, 2015:45; Taylor, 2010:4-8; Habermas, 1989:282).

Por outro lado, compreendemos também que a cidadania democrática [...] se refere à participação ativa dos indivíduos no sistema de direitos e responsabilidades que pertencem aos cidadãos no seio das sociedades democráticas. A educação para a cidadania democrática reside na formação dos jovens e dos adultos para o exercício destes direitos e responsabilidades [...]. Envolve um processo global e contínuo, visando introduzir a cidadania em todos os meios educativos numa visão concertada e interativa dos sujeitos que Thompson (2014:15) denominou, por outro lado, como teoria do cimento social (Thompson, 2011:138). Continuando ainda na mesma reflexão sobre a educação para a cidadania, ela implica não só aquisições cognitivas ou modificações adaptativas do comportamento, mas também operações de apropriação dos valores, dos códigos e das competências que têm a cultura democrática. É ao mesmo tempo, um processo cognitivo e sócio afetivo que pressupõe que o sujeito tenha uma parte ativa na formação da sua própria visão do mundo Santos (2003:20-21). É, no fundo, uma educação para o desenvolvimento de competências sociais, de atitudes e valores dos indivíduos.

Outrossim, a democracia implica que cada cidadão esteja ao corrente das ideias e dos acontecimentos que se produzem e que são maioritariamente veiculados pelos *media*. Os aspetos de uma interação face a face, como disse Thompson (2014:120), é um dos passos importantes da consolidação da opinião pública, pois a partir destas discussões, direta ou indiretamente estaríamos a educar e construir um espaço público. A televisão – escola social e público paralelo para compreender a televisão e os *media*, em geral, é necessária a literacia ou alfabetização audiovisual, isto é, capacidades de “leitura” dos produtos mediáticos. Balandier, numa entrevista a Lochard e Ungaro (1993), afirma o seguinte:

“Não há cidadania possível, não há exercício, prática da República possíveis se não houver liberdade efetiva e utilizada, se houver apenas fascinados, cidadãos espetadores, sentados para o espetáculo do mundo. Permite aprender melhor o que são os *media*, as suas funções sociais, o seu papel de filtro e de ecrã entre os poderes (quaisquer que eles sejam) e os indivíduos. Tomando consciência do funcionamento dos meios de informação, compreende-se como se operam as suas escolhas, e como elas influenciam a perceção dos fatos. Em consequência, podemos questionar-nos sobre o papel

que os *media* eventualmente desempenham na formação de opinião”. (Thompson, 2011:160).

Gilles e Guittet (1975) sustentam que uma organização não pode ser definida de uma vez por toda: ela corresponde a um equilíbrio momentâneo das forças em ação. “Um grupo democrático, o mais produtivo dentro do melhor clima, mostra-se a forma ideal de organização”. Gilles e Guittet falam também dos processos de normas que podem ser engendrados na dinâmica do jornalismo de cidadão numa determinada sociedade. Ou seja, toda a comunidade tem seus agentes, e, todavia, estes obedecem certas normas de condutas e de leis. Os jornais feitos pelos cidadãos para atingir os seus objetivos assim como o papel que lhes conferem precisam do cumprimento a certas normas sociais além das obrigações da própria atividade jornalística. Logo, “a normalização exprime a pressão que se exerce durante uma interação em vista da adoção de uma posição aceitável por todos os indivíduos. Num grupo, ela exprime a convergência das opiniões e a adesão a compromisso aceite por todos os membros desse grupo” (Gilles e Guittet, 1975:113).

Como disse Carontini (1979:122), a aceitação de um texto como ideologia determina a própria marcha de uma semiótica que estudando o texto como intertextualidade, o pensa assim na (o texto de) sociedade e na história. A ideologia de um texto é, portanto o centro no qual a racionalidade cognoscente apanha a transformação dos enunciados (por exemplo, o enunciado romanesco) num todo (o texto), bem como a inserção dessa totalidade no texto histórico social”.

Segundo Carontini (1979:123), a teoria freudiana da lógica do sonho, deslocando-se entre o consciente e o inconsciente, pela análise da série irreduzível aos discursos comunicados, indica essa direção que a semiótica do texto poderá elaborar. A ciência do texto é a condensação no sentido analítico do termo, da prática histórica. “Ela é o lugar onde se produz a reflexão do processo histórico numa forma abstrata e teórica consequente, reflexão corrigida segundo leis que o próprio processo histórico real nos propõe, de sorte que cada momento pode ser encarado do ponto de vista da sua produção no lugar em que o processo atinge a plena maturidade e a forma clássica”.

Para o entendimento de Correia (2006:103), os *media* estão longe de ser elementos meramente passivos ou refletores, na medida em que eles próprios agem sobre a sociedade e nela produzem poderosos efeitos. Mas o que parece importante sublinhar é que a ligação entre o jornalismo e a sociedade não se reduz, digamos, há uma troca de influências, na

medida em que assume um caráter mais profundo, de natureza estrutural, com as naturais consequências que uma tal situação acarreta. Em síntese, a prática do jornalismo como um todo em Angola, precisa ainda de crescer muito a partir de seus profissionais que são os responsáveis pela produção de conteúdo, assim como da implementação de políticas de gestão mais assentes ao interesse público e na responsabilidade social.

CONCLUSÕES

Depois de discorrermos o conteúdo pesquisado, agora estamos prontos para apresentarmos algumas considerações daquilo que constitui objeto de conteúdo do estudo que foi realizado sobre o audiovisual em Luanda, assim como o uso de novas tecnologias de informação através das redes sociais. Não nos centramos muito em buscar mais a história sobre os *media* na sociedade em geral, mas como eles estão enquadrados no sistema do contexto angolano.

Sustentamos que o espaço público angolano ainda apresenta várias restrições quanto à sua manifestação e adesão de participação por parte dos indivíduos, fazendo com que o mesmo, todavia, encontre no seu funcionamento pouca gente até mesmo com interesse em participar, embora circule nele. O mesmo acontece com as questões relativas à opinião pública para a construção da esfera pública, que, grosso modo, também não está devidamente enquadrada. Pois, os *media* ainda não encontram uma total circulação na divulgação das informações devido aos fatores da falta de quadros mais competentes, capazes de cumprir com os requisitos consagrados nas cartas dos direitos universais da UNESCO, dos direitos dos homens e da Constituição da República de Angola.

Em suma, esta forma em que se encontram os meios de comunicação social em Angola, é, todavia, que a pesquisa nos proporcionou, em que há o registo de distanciamentos e/ou lacunas na relação dos *media* e o poder público no país que não é salutar, segundo a nossa pergunta de estudo e as outras que colocamos como auxiliares desta investigação. As liberdades de expressão, imprensa, a censura nas redações através das linhas editoriais das principais empresas de comunicação no país, principalmente os de carris estatal, a concentração das sedes das empresas, obrigatoriamente em Luanda, formam também o paradoxo dessa relação dos *media* em Angola, além da autorização da expansão de certos meios de comunicação em todo o país e a legalização de outras empresas de comunicação. Ainda neste quesito, lamenta-se também a não autorização e proibição por parte do poder público da entrada no país de certas emissoras estrangeiras.

A ausência de elementos determinantes para o processo da consolidação da democracia também é taxativamente notória, mesmo que o país tenha realizado em 23 de agosto de 2017, as suas quartas Eleições Gerais para eleger o Presidente da República e deputados à Assembleia Nacional. Ou seja, muitas limitações são vislumbradas no próprio

processo da realização das eleições, principalmente pelo desdobramento dos *media* públicos e privados, estes atrelados à máquina do governo.

Deste modo, deparamos com uma comunicação social ainda assente nos interesses e controlada pelo governo, principalmente os meios públicos, a fraqueza de muitos de seus profissionais que apoiam as políticas do governo através da censura e da liberdade de imprensa para a neutralização de uma comunicação imparcial, tornando-a numa comunicação totalmente parcializada. Isso não significa que a comunicação ou a atividade de seleção, produção, transmissão e divulgação de informações não encontra espaço nos *media*, mas a maneira de como é feito o tratamento, por vezes, regista-se a ausência da responsabilidade social sem o direcionamento do respeito das massas. Há um crescimento dos vários tipos de comunicação que já se fazem sentir no espaço angolano, embora ainda de forma embrionária, mas compreende-se que futuramente este quadro tente a progredir.

O jornalismo, desta feita, não tem contribuído eficazmente para a construção da democracia no país, pois, seu processamento de feitura encontra entraves dentro das redações, dos gestores dos meios de comunicação que preferem agradar os governantes em relação à elaboração de pautas de carácter de interesse público. O pouco que se faz, é mais engendrado ao carácter de favoritismo e benefícios para o Estado ou pessoas renomadas da própria sociedade.

A investigação deste tema, por um lado, tendo em conta os objetivos nele traçados, surge com finalidade de dar resposta à fragilidade de material e obra para o campo da comunicação, mas centrando-se em estudar essa relação entre os *media* e o poder público em Angola. Assim sendo, discurremos que o campo dos *media* em Angola, segundo à **H2** não responde os pressupostos da construção cabal da democracia, embora há registos em alguns casos de discussão do desenvolvimento mediático no país. Uma missão difícil e de grande risco para torná-la concreta, mas a nossa vontade de conhecermos os meandros jornalísticos é, todavia, mais progressiva e contínua. Por outro lado, isto constitui uma quebra da desenvoltura e desdobramento da ação da comunicação social para o desenvolvimento e construção social da esfera pública angolana. Os discursos de propaganda e de publicidade são constantemente emitidos nos serviços dos sistemas audiovisuais em Luanda, assim como em todo o país. Por conseguinte, esse modelo de se fazer comunicação não tem contribuído, no entanto, para o enriquecimento das potencialidades e capacidades intelectuais da cultura de Angola, embora haja o registo de

novos grupos económicos na área do audiovisual, talvez o que mais cresce nestas primeiras décadas do século XXI.

Percebemos também a partir das exortações de Habermas ao falar de “mundo de vida”, ele recorre às análises feitas por Hurssel, ou seja, este apresenta-o como enquadrado “no contexto de uma crítica da razão”²¹⁰. Consideramos também que em Angola os jornalistas estão muito ligados com às fontes de informação a partir do contexto de amizade e de trocas de favores entre as partes, por isso, os problemas mais candentes não são vistos nas emissões dos programas de notícias ou nas principais publicações do país, desfavorecendo assim o cumprimento cabal da responsabilidade social. Assim sendo, é um assunto, todavia, que no nosso entendimento, precisamos recorrer sobre o que é explícito na obra de Ricardo Noblat, que aconselha a maior desligação entre o jornalista e as fontes, ou seja, para ele “não dá certo, amizade com fontes de informação, principalmente com aquelas sobre as quais vocês poderão ter de escrever um dia, elas imaginam que vocês as pouparão por serem amigos”. Partindo dessas explicações, observa-se aqui a presença da consolidação da **H4** que consiste também sobre o público consumidor em rever-se nos meios de comunicação social através dos serviços que são apresentados e das políticas comunicacionais em Angola.

Habermas (1996:111) diferencia a ação comunicativa da ação estratégica, explicando que “a bem sucedida coordenação da ação não se assenta na racionalidade propositada dos respetivos planos de ação específicos, mas sim no poder racionalmente motivante do cumprimento dos feitos de se obter entendimento, isto é, numa racionalidade que se manifesta nas condições para um acordo racionalmente motivado”. Ademais, continuando com a mesma linguagem sobre a ação comunicativa, Habermas (1996:113) exorta ainda nas suas abordagens, como é óbvio, enfatizando que mesmo na ação comunicativa, “as sequências de ação teleologicamente estruturadas de cada um dos agentes dominam os processos de entendimento: afinal de contas, as atividades propositadas levadas a cabo pelos participantes na interação encontram-se ligadas entre si através desse meio que é a linguagem”.

²¹⁰ Hurssel (1996:61) “partindo de um ponto subjacente à realidade que as ciências naturais assumem como sendo a única, afasta-se do já existente contexto das práticas de vida pré-reflexivas e da experiência do mundo como a fundação destituída de significado).

Entretanto, é também com o próprio poder da imprensa que ela se articula em críticas e reflexões dos acontecimentos da sociedade (política, economia, cultura, desporto, violência, etc) a partir da produção de diferentes géneros jornalísticos como a reportagem, a notícia, opiniões, o documentário, o artigo, etc. De fato, da vida política, eminentemente centrada na capital, à produção literária ou do espetáculo, ligada à língua do estado, passando pelas pequenas notícias locais e pelos acontecimentos desportivos polarizados nas equipas nacionais, tudo concorre para marginalizar a atualidade estrangeira.

Em termos de interação no espaço de Luanda, mas que se estende em todo o país embora de forma diferente em algumas localidades de forma limitada, observamos que existe uma interação entre os diferentes indivíduos que pode acontecer de acordo com as premissas de interação social, que se confirma a partir da **H5** que consistiu em saber mais sobre as liberdades de imprensa e expressão. O telefone passou a ser o principal elemento ainda em termos de interação, mesmo com o aparecimento da Internet. Os jovens são os que mais interagem entre si na comunicação desde a partilha de informações diversas, partilhas de vídeos e discussões que acontecem em fóruns nacionais e internacionais, principalmente os que frequentam o ensino universitário. Desta feita, mesmo com todas as políticas que são implementadas nos diversos setores do desenvolvimento em Angola, Luanda continua a ser o espaço de mais discussão entre os jovens.

Constatamos também que mesmo com tantas possibilidades que as redes sociais apresentam para a interação, partilha de informações e outros serviços, o que é colocado em discussão assim como os próprios recursos das novas tecnologias não permitem ainda de forma consolidada a educação, a formação, aprendizagem e conscientização dos angolanos para a construção de um Estado soberano. Os jovens tornaram-se em alguns espaços consumidores através da Internet, mas não é uma maioria, pois como dissemos, a maior parte dos jovens são universitários inseridos em grupos das plataformas das redes sociais como o *Facebook* e *WhatsApp* universitária, o que não responde tampouco o grosso para dar resposta no sentido de participação no processo democrático. Nesta compreensão, afirmamos que a **H6** foi respondida nessa premissa. Esta realidade decorre da falta de recursos para aceder à Internet porquanto, muitas vezes, o acesso é:

- ✓ Precário e sem fluidez no sistema;
- ✓ Os recetores por vezes não são eficientes em discutir os assuntos apresentados;
- ✓ Fragilidade na própria comunicação que se realiza;

- ✓ Muitos jovens não gostam de falar de assuntos que são pertinentes na sociedade com medo de represálias;
- ✓ Limitam-se a falar de assuntos políticos principalmente ou quando envolve figuras do governo;
- ✓ Falta de recursos financeiros para custear os planos de Internet.
- ✓ Controlo feito pelo governo quando se critica as políticas que não respondam aos planos de ação;

Este processo tem também diminuído a presença dos indivíduos em tornarem-se produtores de conteúdos, ou seja, na feitura de informações contribuindo assim para o enriquecimento do jornalismo de cidadãos como vimos, ou que é chamado também por jornalismo comunitário. Assenta-se também nesta ideologia o pouco interesse dos jovens e outros indivíduos devido à fraca educação proporcionada pelos meios de comunicação social, de acordo com o objetivo geral desta pesquisa que nos faz compreender dessa situação sobre a concretização do mesmo.

Os processos de socialização e educação são meios de aprendizagem que estão dependentes das pessoas. Devem ser distinguidos dos efeitos de aprendizagem supra-subjetivos que se manifestam enquanto “inovações socioculturais e encontram expressão nas forças de produção ou estruturas de consciência moral”, (Habermas, 1996:145).

O desenvolvimento do campo da ciência no mundo, assim como através das políticas de educação e de pesquisa científica em Angola nas universidades públicas e privada e o esforço do Governo nesta área, embora ainda de forma limitada na sua aplicabilidade, pode ser considerado como uma boa iniciativa. Podemos compreender a partir da colocação de Artigas, que a direccionalidade na natureza consiste também na determinação do sujeito poder conhecer os aspetos marcantes que a natureza nos apresenta, assim como o sujeito conhece aquilo que ele observa e seus efeitos ou consequências a partir das formalidades da comunicação que os indivíduos estabelecem entre si.

As tecnologias de informação e comunicação e as redes que elas geram expressam as tendências do processo de globalização e a reconfiguração do tempo e do espaço. Através da Internet – a tecnologia de informação e comunicação mais revolucionária das sociedades contemporâneas – vivemos a experiência de circular num espaço-tempo virtual,

que nos possibilita conhecer novos modos de fazer, de ser e de viver no mundo atual, causando alterações de fundo em todas as esferas da ação humana (Espanha, 2009:134).

Os jovens não podem primar em fazer limpeza de lixo, doar sangue em clínicas e hospitais através das denominações partidárias com o objetivo de serem vistos pelos *media*, mas devem é unir-se como jovens de todos os partidos, classes, instituições e associações, sindicatos ou ONG's para um mesmo fim que é de união da construção de uma Angola diferente. “A construção de uma ideologia pensante que esponta os valores da nossa realidade, pois a comunicação social deve contribuir para essa realidade da democracia para todos os angolanos”. (Dom Francisco Viti, 22.01.2017).

A Relação dos *media* e o Poder Público em Angola está centrada em duas vertentes de acordo com a pesquisa realizada. Uma primeira vertente cinge-se aos meios públicos do país, compreendendo os grupos dos sistemas de audiovisuais como a Rádio Nacional de Angola e a Televisão Pública de Angola com as suas determinadas direções provinciais assim como a Rádio Luanda Antena Comercial. Entretanto, mesmo nestes sistemas de audiovisual destes grupos, em termos de funcionários, podemos também encontrar dois subgrupos de funcionários distintos, dos quais atestamos: em primeira instância estão os funcionários que acreditam que a relação dos *media* e o poder público em Angola é salutar. Muitos deles apresentam esse posicionamento porque encontram nos meios de comunicação públicos o único recurso de emprego, na sua maioria são militantes do partido no poder, já trabalham pelo menos há uma, duas, ou mais décadas nestes grupos económicos. Em seguida, encontramos aqueles funcionários mesmo bem posicionados em termos salariais, acreditam que a relação não é boa, visto que o poder público exerce a censura e exige a parcialidade no tratamento das informações, assim como o desvio nas situações de liberdade de imprensa e de expressão (cf. Essa descrição também é sólida pela Pergunta de estudo desta investigação de acordo com as entrevistas e inquérito apresentados).

Na segunda vertente deste estágio encontramos quase uma semelhança com a primeira vertente no que tange às formas de funcionalidades, ou seja, os *media* privados que deveriam ser diferentes em termos de funcionalidade, quanto à seleção, produção e emissão de informações. Há, de um modo geral, uma disparidade em termos de linhagens editoriais e de funcionamento com a responsabilidade social e do interesse público. Uma boa gama dos *media* privados, principalmente como os Grupos Media Nova, Grupo

Interactive, Semba Comunicações e SOPOL trabalha sempre com vínculo direcionado aos interesses do poder público, visto que os acionistas são maioritariamente pertencentes ao poder público angolano. Estes compreendem, assim um primeiro subgrupo da máquina mediática privada que tanto os funcionários como seus proprietários consideram, todavia, positivo o funcionamento dos *media* com o poder público em Angola. Esta tipologia da colocação dos *media* em Angola responde diretamente o que nós colocamos como **H1** desta nossa pesquisa.

Mas, conseqüentemente, mesmo com essas situações, nos grupos privados tanto económicos e isolados é possível encontrarmos pessoas, ou seja, funcionários que são contra a forma de produção e de transmissão das informações considerando, por essa razão, negativa a relação entre os *media* e o Estado angolano. Este posicionamento também é concretizado nos serviços de audiovisual da conjuntura dos meios de comunicação social sobre a preocupação com a seleção, produção e transmissão das informações que satisfazem o interesse público em todas as suas dimensões sociais, segundo o que se discorreu na **H3**. Atesta-se ainda que o serviço de audiovisual em Angola é o mais consumido no país, mas sua produção e transmissão não é educativa como se espera, ou seja, é a mais criticada pelo consumidor, principalmente os serviços de TVs que ainda não chega em todo o espaço nacional.

Por conseguinte, perante essa análise entre os *media* e o poder público angolano, consideramos também, no nosso entender, segundo as normas das exigências das teorias da comunicação social, da própria Constituição da República de Angola, dos direitos universais da comunicação social e dos direitos das liberdades de expressão e de imprensa, que a relação não é positiva, se olharmos para a forma de funcionalidade e de emissão. Existe, portanto, um desnível entre os critérios de seleção, produção, transmissão das mensagens assim como para a audiência dos públicos.

Entretanto, compreende-se também, assim, o posicionamento do indivíduo angolano numa extrema distância de modernidade em relação à capacidade de participar e contribuir com as suas ideias dando respostas às dificuldades e conflitos da sociedade. Como salienta Hannan Arendt (2001 [1958]:53), “o indivíduo moderno e os seus intermináveis conflitos, a sua incapacidade de sentir-se à vontade na sociedade ou de viver completamente fora dela, os seus estados de espírito em constante mutação e o radical subjetivismo da sua vida emocional nasceram dessa rebelião do coração”. Essa fuga dos agentes da sociedade em

não poderem participar como indivíduos tem, por conseguinte, provocado a ausência para a mudança de paradigmas dos processos traçados para alavancar um sistema coerente e sólido na solução destes mesmos conflitos do país, ou através desta ausência, mesmo com o evoluir da indústria cultural, Thompson (2011: 138-1144) denominou em seus escritos como “teoria da ideologia do cimento social”.

Por conseguinte, Manuel José Damásio²¹¹ disserta que *os media* distribuem mensagens, textos variáveis sobre coisas, ações e acontecimentos, com os quais a audiência se relaciona. Essa relação é um processo variável acessível, *os media* propriamente dito, e um lado imaterial, as mensagens que são mediatizadas, que, em conjunto com os sujeitos, constituem o ambiente relacional em que as atividades ocorrem.

Constatamos também que os aspetos da comunicação social em Angola, inicialmente na relação existente com o poder público, neste caso concreto, o Estado angolano, regista-se o descontentamento de muitos agentes sociais que esperam que a comunicação social, através da sua responsabilidade social, possa desempenhar um papel importante na sociedade. Neste caso, recorreremos as palavras sustentadas pelo Bispo da Diocese do Huambo, Dom Francisco Viti, durante o processo de pesquisa deste tema, postulando a necessidade de uma participação de todos os angolanos na consolidação da paz através do processo de comunicação: “É preciso esperar uma comunicação social que permita a união dos angolanos em todos os fóruns nacionais com participação ativa para construir a nossa identidade cultural em Angola”. O líder religioso disse ainda que “o trabalho da comunicação social não pode ser censurado como acontece muitas vezes, pois a divulgação correta e imparcial das informações ou notícias contribui para alavancar mais ainda aquilo que o Governo faz para a consolidação do Estado-Nação” (Dom Francisco Viti, 22.01.2017).²¹²

Concluimos que os meios de comunicação social em Angola no seu todo precisam de cumprir com muitas obrigações das normas de comunicação e jornalismo, além de se libertarem das amarras dos governantes e instituições para se encontrar uma relação positiva que possa contribuir para o processo democrático no país. Essa relação passará também num estágio dos media cumprirem de forma imparcial o dever de informar sem

²¹¹ Cf. Cardoso, et, al. (2009:113).

²¹² Informação recolhida a partir de uma conversa com o Bispo Dom Francisco Viti, no decorrer da pesquisa. Ele lamentava o estado atual da Comunicação Social do país.

medo de represálias ou de qualquer outro sistema de ameaças físicas, psicológicas e morais.

REFERÊNCIAS

- Adorno, W. Teodoro e Horkheimer, Max (1947, [1944]), *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*, São Paulo. <http://antivalor.vilabol.uol.com.br>, acessado aos 23 de maio de 2021.
- Alain, Minc (1993), *O Choque dos Media*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Alfredo, Maria Suzete de Carvalho (2014), *O Jornalista na Obtenção de informação em Angola*, Luanda, Universidade Metodista de Angola.
- Amorim, Deolindo (1985), *O espiritismo e os problemas humanos*, São Paulo, U.S.E. Colaboração de Hermino C. Miranda, 162 p. 21 cm.
- Arendt, Hannah (2001), *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Aristóteles (2002), *Ética a Nicômaco*, Buru, SP, EDIPRO.
- Artigas, Mariano (2005), *Filosofia da Natureza*, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raumundo Lúlio” (Ramon LLuLL).
- Azambuja, Darcy (1995), *Introdução à Ciência Política*, 9ª Edição, São Paulo, Editora Globo.
- Barbeiro, Hérodoto e Lima, Paulo Rodolfo (2005), *Manual de Telejornalismo: Os segredos da notícia na TV*, Rio de Janeiro, Elsevier.
- Barreiros, José Jorge (2010), *Públicos, Media e Vida Pública. Uso e Opinião Sobre Media e Informação em Portugal, na 1ª Década do Século XXI*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL. (Instituto Universitário de Lisboa).
- Barreiros, José Jorge (2012), *Democracia, Comunicação e Media*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Becker, Beatriz e Carlos, Albino (2015), *Midia e Jornalismo em Angola*, in *Revista Brasileira de História*, V.4, Nr.2. (<http://revista.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4185>).
- Becker, Howard S. (2008), *Segredos e Truques da Pesquisa*, Rio de Janeiro, ZAHAR, Jorge Zahar Editor.
- Boas, Sérgio Vilas (1996), *O Estilo Magazine: O Texto em Revista*, São Paulo, Summus Editorial.
- Bobbio, Norberto (1986), *O Futuro da Democracia. Uma defesa da regra do jogo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. Bobio, Norberto (1986), *O Futuro da Democracia. Uma defesa da regra do jogo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ (2007), *Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*, Rio de Janeiro, Elsevier.

- Bordenave, Juan E. Diaz (1982), *O que é Comunicação?* São Paulo, Brasiliense.
- _____ (1982), *O que é Participação*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- _____ (1993), *Além dos Meios e Mensagens. Introdução à Comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Bourdieu, Pierre (1973), *A Opinião Pública não existe*, Naroit, Les Temps Modernes.
- _____ (1980), *L'opinion publique n'existe pas, questions de sociologie*, Paris, Éditions Minuit, pp. 222-235.
- Breton, Philippe (1998), *A Incompetência Democrática. A crise da palavra na origem do Mal-estar na política*, (tradução Constância M. Egrejas Morel), São Paulo, Loyola. Consultado na Biblioteca da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. Dia 12 de outubro de 2016.
- Breton, Roland (1998), *Povos e Estados: A Impossível Equação*, Lisboa, Instituto PIAGET.
- Bucci, Eugénio (2000), *Sobre Ética e Imprensa*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Buzzi, Arcângelo R. (1989), *Introdução ao Pensar: O Ser, o Conhecimento, a Linguagem*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Callado, Ana Arruda e Estrada, Maria Ignez Duque (1985), *Como se faz um Jornal Comunitário*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Candumba, João Félix Pedro (2015), *O Paradigma do Jornalismo de Desenvolvimento na Construção da Democracia em Angola*, Lisboa, ISCTE-IUL. (Dissertação apresentada no curso de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, ao Instituto Universitário de Lisboa).
- _____ (2006), *O Jornalismo Comunitário*. Jornal “O Cidadão” do Bairro da Maré, Rio de Janeiro, Universidade Veiga de Almeida. (Monografia apresentada na obtenção do grau de Licenciatura em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, pela Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, Brasil).
- _____ (2008), *A Justiça a partir de Aristóteles*, Rio de Janeiro, FSB RJ. (Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia pela Faculdade de São Bento do Rio Janeiro “Mosteiro de São Bento”).
- Calhoun, Graing (2005), *Rethinking the Public Sphere*, comunicação apresentada na Ford Foundation, 7 de Fevereiro de 2005. Está disponível em: www.ssrc.org/program_areas/ps/rethinking_the_public_sphere_05_speech.pdf.

Cardoso, Gustavo, (2009), *Media, Redes e Comunicação: Futuros e Presentes*, Lisboa, Obercom & Quimera.

Cardoso, Gustavo; Espanha, Rita; Gomes, Maria do Carmo (2006), *Inquérito da Sociedade em Rede em Portugal 2006*, CIES/ISCTE, Lisboa.

Carrilho, Sónia Maia (2008), *A Criança e a Televisão: Contributos para o estudo da Receção*, Lisboa, Quimera “BonD, Books e Demand”.

Carontini, Eurico (1979), *O Projeto Semiótico: elementos de Semiótica Geral*, São Paulo, Cultrix – USP.

Carvalho, Alexandre, Diamante, Fábio, Bruniera, Thiago e Utsch, Sérgio (2010), *Reportagem na TV: Como fazer, como produzir e como editar*, São Paulo, Editora Contexto.

Carvalho, Claudia e Reis, Léa Maria Aarão (2009), *Manual Prático de Assessoria de Imprensa*, São Paulo, Campus.

Carvalho, Luís Nandin (1999), *Manipulação da Opinião Pública. Atualidade, técnicas e antídotos*, Lisboa, Hugin Editores.

Castells, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – o poder da Identidade*, Fundação Gulbenkian, Lisboa.

Chantler, Paul & Harris, Sim (1997), *Radiojornalismo*, São Paulo, Summus Editora.

Chantler, Paul e Stewart, Peter (2006), *Fundamentos do RadioJornalismo*, /Paul Chantler, Peter Stewart; [tradução Jerusa Guijen Gracia], São Paulo, Roca.

Chaumier, Serge & Mairesse (2013), *La Médiation Culturelle*, Paris, Armand Colin.

Coelho, Sebastião (1999), *Angola: História e Estórias da Informação*, Luanda, Gráfica Maiadouro.

Correia, João Carlos (2005), *A Fragmentação do Espaço Público: novos desafios ético-políticos*”, Atas do III SOPPCOM, VILUSOCOM e II IBÉRICO – Volume III, Covilhã, UBI. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-fragmentação-do-espaco-publico.pdf>.

Correia, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Lisboa, Caminho Nosso Mundo.

_____ (1997), *Os Jornalistas e as Notícias: A Autonomia Jornalística em Questão*, Lisboa, Caminho Nosso Mundo.

Cornu, Daniel (1999), *Jornalismo e Verdade: Para uma ética da informação*, Lisboa, Instituto PIAGET.

Descartes, René (2003), *Discurso do Método*, Mira Sintra, Publicações Europa-América.

Dembe, Supriano (2018), *Angola na Imprensa Ocidental 2002-2004*, Narrativa Editores, Lisboa.

Dias, Maria Oliveira (2010), *Planos de Investigação. Avançando passo a passo*, Viseu, Rainho & Neves.

Dias, Reinaldo (2010), *Ciência Política*, São Paulo, Atlas.

Donsbach, W. (1982), *Legitimations probleme des Journalismes*, Freiburg, West Germany.

Doyle, Gillian (2002), *Media Ownership*, New Delhi, SAGE Publications.

Duarte, Jorge (2008), *Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. Teoria e Técnica*. São Paulo, Atlas. 47.

Duarte, Rodrigo (2003), *Teoria Crítica da Indústria Cultural*, Belo Horizonte, Editora UFMG.

Eco, Umberto (2010), *Como se faz uma Tese*, São Paulo, Perspetiva.

_____ (1998), *Kant e o Ornitorrinco*, Rio de Janeiro, Record.

_____ (1976), *A Estrutura Ausente. Introdução à Pesquisa Semiológica*, São Paulo, Perspetiva.

Epstein, Isaac (1993), *Gramática do Poder*, São Paulo, Editora Ática.

Enzensberger, Hans Magnus (1979), *Elementos de uma Teoria dos meios de Comunicação*, Rio de Janeiro, Tempo Brasiliense.

Ervedosa, Carlos (1980), *Itinerário da Literatura Angolana*, Luanda, O Livro de Angola.

Espanha, Rita; Cardoso, Gustavo; Neto, Pedro Pereira (2007), *Conteúdos de saúde On-Line: Google, www. e blogues, Relatório de Pesquisa*, CIES/ISCTE. E Fundação Calouste Guilbenkian – Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano, Lisboa. Disponível em: <http://sei.isct.pt/docs/utentes.pdf>.

Espanha, Rita; Cardoso, Gustavo; Araújo, Vera (2007), *Utentes e Saúde na Era da Informação: Internet, Telemóveis e media*, Relatório de Pesquisa, CIES/ISCTE. E Fundação Calouste Guilbenkian – Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano, Lisboa. Disponível em: <http://sei.isct.pt/docs/utentes.pdf>.

Esteves, João Pissarra (2005), *O Espaço Público e os Media. Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*, Lisboa, Edições Colibri, FCSH – UNL.

_____ (2009), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte.

Estrela, Edite, Soares, Maria Almira e Leitão, Maria José (2006), *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*, Alfragide, D. Quixote.

Fagen, Richar R. (1971), *Política e Comunicação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Ferin, Isabel (2002), *O que é Comunicação e Culturas do quotidiano*, Lisboa, Quimera-Editores.

Fernandes, Ana Paula (2001), *Televisão do Público*, Coimbra, Minerva Coimbra.

Fernandes, José Manuel (2011), *Liberdade e Informação*, Lisboa, Ensaios da Fundação.

Ferro, Mário & Tavares, Manuel (1995), *Análise da Obra Introdução à História da Filosofia de Hegel*, Lisboa, Presença.

Ferry, Jean-Marc (2007), *Filosofia da Comunicação: da antinomia da verdade à fundação última da razão, justiça política e democracia procedimental*, São Paulo, Paulus.

Festinger, L. (1950), *Informal Social Communication*, *Psychological Review*, 57, 217 – 281.

Filipe, Celso (2013), *O Poder Angolano em Portugal: Presença e Influência do Capital de um País Emergente*, Lisboa, Planeta.

Foucault, Michel (1979), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio D'Água.

Freitas, Ricardo Ferreira e Lucas, Luciane (2002), *Desafios Contemporâneos em Comunicação: Perspetivas de Relações Públicas*, São Paulo, Summus Editorial.

Friedberg, Erhard (1993), *Dinâmica da Ação Organizada: O Poder e a Regra*, Lisboa, Epistemologia e Sociedade.

Fuchs, Christian (2016), *Critical Theory of Communication: New Readings of Lukács, Adorno, Marcuse, Honneth and Hbermas in the Age of the Intrnet*, London, University of London.

Gaudêncio, Francisco e Rego, Torquato do (1987), *Jornalismo Empresarial: Teoria e Prática*, São Paulo, Summus Editorial.

Giddens, Anthony (2000), *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.

_____ (1998), *Política, Sociologia e Teoria Social: Confrontos com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo*, Oeiras, Celta Editora. (pp. 217).

_____ (1997b), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulberakian.

_____ (1997a), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora. (pp. 21 a 31 e toda Introdução).

Gil, António Carlos (1996), *Elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas.

Gilles, Armando e Guilttet, André (1975), A dinâmica da comunicação em grupos, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Goodwin, H. Eugene (1983), Procura-se Ética no Jornalismo, Rio de Janeiro, Editorial Nórdica.

Greene, Robert e Elffers, Joost (2000), As 48 Leis do Poder, Rio de Janeiro, Rocco.

Guimarães, Gláucia (2010), TV e Educação: Na Sociedade Multimidiática; o discurso sedutor em imagem, som e palavra, Rio de Janeiro, FAPERJ “Quartet”.

Habermas, Jürgen (2014, [1984]), Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

_____ (1994 a), Técnica e Ciência como “Ideologia”, Lisboa, Edições 70.

_____ (2010), Direito e Democracia: entre facticidade e validade, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

_____ (1996), Racionalidade e Comunicação, Lisboa, Edições 70.

Halimi, Serge (1998), Os novos Cães de Guarda, Oeiras, Celta editora.

Hernandes, Nilton (2012), A Mídia e seus Truques: O que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público, São Paulo, Contexto.

Husserl, Edmund (2006), Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica, Aparecida, SP, Editora Ideias & Letras.

Jr. Diazard, Wilson (2000), A Nova Mídia: A comunicação de massa na era da informação/Wilson Diazard Jr.:tradução [3ª ed. Norte americana], Edmond Jorge. Revisão Técnica, Tony Queiroga. - 2. Ed. Verificada e atualizada - Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

Karam, Francisco José (1987), O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo, Porto Alegre, Tchê.

Kelly, Celso (1972), Arte e Comunicação, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora.

Kôche, José Carlos (2001), Fundamentos da Metodologia Científica: teorias da Ciência e Prática da pesquisa, Petrópolis, RJ, Vozes.

Kovach, Bill e Rosenstiel, Tom (2004), Os Elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir, 2ª Edição, São Paulo, Geração Editorial.

Kunczik, Michael (2002), Manual de Comunicação. Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul, São Paulo, Edusp.

Lage, Nilson (2002), Estrutura da Notícia, São Paulo, Editora Ática.

_____ (2001), *A Reportagem: Teorias e Técnicas de entrevista e pesquisa jornalística*, Rio de Janeiro, Editora Record.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Mariana de Andrade (2013), *Sociologia Geral*, São Paulo, Editora Atlas, 7ª Edição.

Lima, Edvaldo Pereira (1993), *Páginas Ampliadas: o livro – reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, Campinas, SP, Editora da Unicamp.

Lima, Luiz Costa; Adorno et ali (2000), *Teoria da Cultura de Massa*, São Paulo, Paz e Terra. “Comentários e seleção de Luiz Costa Lima.

Lopes, Marilene (2000), *Quem tem medo de ser Notícia? Da informação à Notícia – A media formando ou “deformando” uma imagem*, São Paulo, Makron Books.

Lopes, Victor Silva (1976), *Iniciação ao Jornalismo*, Lisboa, Quid Juris.

Lopo, Júlio de Castro (1964), *Jornalismo de Angola: Subsídio para a história*: Luanda, Centro de Informaç]ao e Turismo de Angola.

Luz, Dioclécio (S. D), *Rádios Comunitárias: Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo*, Sem local de publicação e editora.

Majello, Carlo (1957), *A Arte de Comunicar*, Lisboa, Editora Pórtico.

Marconi, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria (1999), *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*, São Paulo, Atlas.

Marques, Rafael (2014), *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*, Lisboa, Tinta-da-China.

Martin-Barbero, Jesús (2008), *Dos Meios às Mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

Marx, Karl (2006), *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, São Paulo, Centauro.

Matomona, Muanamosi (2002), *Jornalismo Angolano: história, desafios e perspectivas*, Uíge, SEDIPU.

McQuail, Denis (1997), *Audience Analyses*, California, SAGE Publications.

Mesquita, Mário (1998), *O Jornalismo em Análise: A coluna do provedor dos leitores*, Coimbra, Minerva, 1998.

Meyer, Philipe (1989), *Ética no Jornalismo: Um guia para Estudantes, Profissionais e Leitores*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Monet, Dominique (1996), *O Multimedia*, Lisboa, Instituto PIAGET.

Morin, Edgar (2007), *Cultura de Massas no Século XX: Neurose. O Espírito do Tempo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

_____ (2010), *Ciência e Consciência*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Moscovici, S. (1976), *Social Influence and Social Change*. Londres, Academic Press.

_____ (1985), *Social Influence and Conformity* “en G. Lindzey, y E. Arouson (Camps), *Handbook of Social Psychology*”, p. 347 -412), Nova York, Randon House.

Neveu, Érik (2005), *Sociologia do Jornalismo*, Lisboa, Porto Editora.

Noblat, Ricardo (2003), *A Arte de Fazer um Jornal Diário*, São Paulo, Contexto.

Oliveira, Fabíola de (2005), *Jornalismo Científico*, São Paulo, Editora Contexto.

Parry, John (1967), *Psicologia da Comunicação Humana*, São Paulo, Cultrix, 1967.

Paternostro, Vera Íris (1999), *O Texto na TV: Manual de Telejornalismo*, Rio de Janeiro, Elsevier.

Popper, Karl Rudolf (1977), *Autobiografia Intelectual*, São Paulo, Cultrix/EDUSP.

Poulantzas, Nicos (1997), *Poder Político e Classes Sociais do Estado Capital*, Lisboa, DinaLivro.

Price, Vicente (1994), *La Opinión Pública. Esfera pública y comunicacion*, Barcelona, Editora Paidós.

Quivy, Raymond & Compenhondt (2005), *Manual de Investigação em Ciências*

Sociais, Lisboa, Grávida.

Relvas, José Maria (SD), Gramática Portuguesa: 2ª Edição Revista, Atualizada e Aumentada, Póvoa de Santo Adrião, Europress.

Rousseau, Jean-Jacques (2000), Os pensadores, São Paulo, Editora Nova Cultura.

_____ (1832), O Contrato Social e Outros Escritos, São Paulo [Paris], Cultrix.

Santos, João de Almeida (2012), *Media e Poder: O Poder Mediático e a Erosão da Democracia representativa*. Lisboa, Nova Vega e Autor.

Santos, José Rodrigues dos (1992), O Que é Comunicação, Lisboa, Difusão Cultural.

Santos, Maria Manuela Novais (2003), A educação para os *media* no contexto educativo, Lisboa, Ministério da Educação.

Santos, Rogério (2014), A Rádio em Portugal. “Sempre no Ar, Sempre Consigo”, (1941-1968), Lisboa, Edições Colibri.

Schanhter, S. , (1951), Deviation Rejection, and Communication, *Jornal of Abnormal and Social Psychology*, p.46, 190 – 207.

Schmidt, Eric e Cohen, Jared (2013), A Nova Era Digital: Reformulando o Futuro das pessoas, das Nações e da Economia, Dom Quixote, 1ª Edição, Lisboa.

Seabra, Roberto e Sousa Vivaldo de (orgs.), (2006), *Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas*, Rio de Janeiro, Editora Record.

Sena, Nilza Mouzinho de (2002), A Interpretação Política do Debate Televisivo, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

Sequeira, Cleofe Monteiro de (2005), *Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia*, São Paulo, Summus Editorial.

Severino, António Joaquim (1996), *Metodologia do Trabalho Científico*, São Paulo, Cortez, 1996.

Silverstone, Roger (1999), Por que estudar a Mídia? São Paulo, Edições Loyola.

Simões, Maria Manuel, Antunes, Dias Marisa, Cunha, João Pedro, Marques, Acílio, Lopes, Carlos e Beirão, Inácio (2009), *Marketing e Comunicação Política*, Lisboa, Edições Silábo.

Sodré, Muniz (1996), *Reinventando @ Cultura: a comunicação e seus produtos*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes.

Sousa, Luiz Marques e Carvalho, Sérgio Waldeck (2011), *Compreensão e Produção de Textos*, 15ª Edição, Petrópolis, RJ, Editora Vozes.

Stewart, Daniel K. (1968), *A Psicologia da Comunicação*, São Paulo, Forense, 1968.

Subtil, Filipa (2006), *Compreender os Media: As Extensões de Marshall McLuhan*, Coimbra, Minerva Coimbra. (Os *media* são mensageiros que constituem eles próprios a sua mensagem”.

Tavares, Manuel e Ferro, Mário (1999), *Guia do Estudante de Filosofia: Como estudar filosofia, Análise de Textos, Elaboração de trabalhos: Descartes; Hegel; Kant; Marx; Nietzsche*. Uma Abordagem temática, Lisboa, 4ª Edição, Editora Presença.

Tchingandu, Gabriel (2012), *Ética Profissional de Jornalismo*, Mayamba Editora, Luanda.

Terra, Ricardo R. (Org.), (1986), *Ideia de Uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, Immanuel Kant, São Paulo, Editora Brasiliense, Edição Bilínea, Coleção Elogio da Filosofia. Tradução de Rodrigues Neves e Ricardo R. Terra.

Thompson, John B. (2011), *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, Petrópolis, RJ, Vozes.

_____ (2014), *A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia*, Petrópolis, RJ, Vozes.

Traquina, Nelson (2007), *O que é Jornalismo*, Lisboa, Quimera.

Traquina, Nelson, Cabrera, Ana, Ponte, Cristina e Santos, Rogério (2001), *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Lisboa, Caminho Nosso Mundo.

Venâncio, José Carlos (2000), *O Facto Africano: Elementos para Uma Sociologia de África*, Lisboa, Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas.

Vernant, Jean-Pierre (1972), *As Origens do Pensamento Grego*, São Paulo, Difusão Europédia do Livro.

Verón, Eliseo (S.A), *Ideologia, estrutura e Comunicação*, São Paulo, Editora Cultrix.

Vilelas, José (2009), *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*, Lisboa, Edições Sílabo.

Wolf, Mauro (2003), *Teoria da Comunicação*, Lisboa, Presença.

Wolton, Dominique (2006), *É Preciso Salvar a Comunicação*. Casa de Cambra, Edição e Artes Gráficas, Lisboa.

APÊNDICES

Apêndice I.

OLINDA CÔ VIÊ

Isaac dos Anjos num provável governo da UNITA?

Pessoalmente, não concordo com a ideia de se “sugerir” já nomes de figuras de outros partidos que integrariam um provável governo da UNITA. Estamos em campanha, e esse tipo de sugestão pode causar certo desconforto para as pessoas em causa, no seio dos seus próprios partidos.

Ademais, sou de opinião que nesta fase a prioridade deve ser vencer as eleições. Outrossim, sou ainda de opinião que num provável governo da UNITA, não sejam integradas figuras que já serviram no anterior governo de Angola ou que sejam figuras de destaque de outros partidos. Deve-se sim aproveitar a “expertise” de vários quadros angolanos, não politicamente expostos, integrados nos vários ramos do Estado ou do setor privado.

A aposta deveria ser centrada nos trabalhadores e não nos políticos. Aposte-se nos trabalhadores, independentemente das suas filiações partidárias, origem etnia ou cor da pele. Angola tem muitos bons quadros, muitos deles chefes de departamento, direção, ou técnicos em diversas áreas do país com mais “*know-how*” e experiência do que muitos políticos.

Publicado dia 11/08/2017, 22h45m. Acesso no dia 12/08/2017, às 13 horas, tendo registado 42 gostos, zero partilha e comentário.

Apêndice II

CAPÍTULO 1 – (DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA)

Art. 1º - O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) como os únicos legítimos representantes do povo angolano.

Art. 2º - O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do angolano a independência.

Art. 3º - Angola constitui uma entidade una e individual nos seus limites geográficos e políticos atuais e, neste contexto Cabinda é parte integrante e inalienável do território.

Art. 4º - A independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975 em Angola em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu, expressamente designado.

Art. 5º - O poder passa a ser exercido até a proclamação da independência pelo Alto-comissário e por Governo de Transição, o qual tomará posse em 31/01/1975.

Art. 6º - O Estado Português, e os três Movimentos de Libertação formalizam pelo presente acordo um cessar de fogo geral, já observado de fato pelas respectivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data seria considerado ilícito qualquer ato de força, que não seja determinado pelas ou a agressão externa.

Art. 7º - Após o cessar-fogo, as forças armadas da FNLA, MPLA, e da UNITA fixar-se nos regimes e locais correspondentes a sua implantação atual até que se efetivem as disposições especiais previstas no capítulo 4º do presente acordo.

Art. 8º - O Estado Português obriga-se a transferir, progressivamente, até ao termo do período transitório para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exercer em Angola.

Art. 9º - Com a conclusão do presente acordo, consideram-se amnistia para de todos os efeitos, os atos patrocínios praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis na legislação vigente da data em que tiverem lugar.

Art. 10º - O estado independente de Angola exercerá a sua soberania total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

Apêndice III.

AS 22 DICAS PARA A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA UMA PAUTA.

- 1- O pauteiro atua decisivamente a construção da reportagem sugerindo perguntas e caminhos para o repórter. Este tem liberdade de interpretar a pauta, mudá-la no meio do caminho, ou simplesmente comunicar que ela é inexecutável por motivos que devem ser explicados à chefia.
- 2- A preocupação com a imagem está presente em todas as etapas da produção de uma reportagem para a TV, desde a pauta. Não basta elaborar o assunto sem avaliar a obtenção de imagens.
- 3- Tudo o que for relevante para a sociedade é objeto de interesse jornalístico e de pautas: política, a economia, cultura, ciência, religião, comportamento, meio ambiente, desporto, os problemas da cidade, etc. o que deve ser avaliado é a importância dos assuntos, a partir da ótica do interesse público.
- 4- A notícia não é algo mágico que aparece de repente ante o repórter. Ela requer apuração, tratamento, elaboração.
- 5- O pauteiro busca sugestões para o desenvolvimento da reportagem em fontes como agências de notícias, jornais, *fax*, reclamações de telespectadores, relatórios de repórteres e rádio escutas, revistas, acompanhando o noticiário de outros veículos, presenciando um fato na rua, etc. obviamente que nem mesmo um competente grupo de pauteiros pode apontar tudo o que está acontecendo. Por isso, sugerir pautas deve ser uma iniciativa de todo jornalista.
- 6- O pauteiro, como os demais jornalistas, deve ter uma boa cultura geral, o que o habilita a desenvolver vários assuntos. Mas o ideal é que se especialize em determinada área.
- 7- Os assuntos que vão ser enfocados na programação do dia, o planejamento de reportagens para o dia seguinte e a necessidade de se continuar com determinados assuntos são definidos nas reuniões de pauta.
- 8- O pauteiro deve fazer a proposta de encaminhamento da matéria com informações complementadas, como, por exemplo, o tipo de imagem que o cinegrafista deve fazer e especificar o equipamento que a equipe de reportagem deve levar.
- 9- A reportagem pode se dar tanto na cobertura de um acontecimento previsto na agenda do dia como na construção de uma matéria previamente elaborada. Mas

nunca se deve confundir pauta com agenda. Esta é apenas um indicativo de determinado acontecimento.

- 10- O texto da pauta tem que ser informativo, sucinto, com *lead* e *sublead*, uma vez que serve de roteiro para o repórter. O pauteiro também deve sugerir perguntas, mas sem cair no óbvio. O material de apoio deve sempre estar anexado à pauta.
- 11- Fatos sociais são dinâmicos, por isso, é preciso atenção para que, durante o período de elaboração de uma reportagem, novos acontecimentos determinem a mudança do enfoque ou mesmo a queda da pauta.
- 12- Ganhar tempo é importante. Cabe ao pauteiro incluir na pauta dados sobre os entrevistados, telefones e endereços onde podem ser encontrados e evitar, se possível, marcações muito distantes um do outro para o mesmo repórter. Geralmente se ouve dois ou mais entrevistados cujas falas são relevantes para ilustrar a história contada na reportagem.
- 13- O pauteiro deve conseguir autorizações para que o repórter possa entrar no interior de locais públicos e privados com antecedência, sob o risco do repórter não conseguir desenvolver sua reportagem.
- 14- Nunca deixe um entrevistado esperando e houver queda da pauta ou uma virada em direção de outro assunto. É uma questão de respeito avisar que a entrevista foi cancelada.
- 15- O assédio ao pauteiro por pessoas, instituições e empresas para que seus trabalhos sejam publicados é grande. O pauteiro deve se guiar pelo interesse jornalístico e, portanto, social do conteúdo das pautas sugeridas. Este é o único critério para que uma sugestão de pauta seja aceita.
- 16- As assessorias de imprensa não devem ser discriminadas mas não são fontes primárias de informação. Elas são a ponte entre o jornalista e o entrevistado, entre o veículo de comunicação e a empresa pública ou privada. Quando uma empresa fala somente através da assessoria de imprensa, deve-se divulgar uma nota de pé com a versão da empresa atribuída à assessoria.
- 17- Os *releases* podem ser tanto boas fontes de informação quanto de erros grosseiros, já que são preparados para fins específicos de divulgação. Cabe ao pauteiro checar (ver) a precisão das informações que eles contém e avaliar o interesse para o público.
- 18- Um grande assunto pode valer uma pauta temática. Durante alguns dias os principais programas desenvolvem um determinado tema e procuram explorar

todos os ângulos possíveis do assunto com entrevistas, reportagens, a participação de correspondentes de vários locais do Brasil e do exterior, edições, notas, comentários, etc.

- 19- Há entrevistados que sempre são noticiados precisam de pautas para participar da programação. O presidente da República, o governador, o prefeito, personalidades de renome internacional, etc.
- 20- O pauteiro deve elaborar uma agenda com os principais acontecimentos previstos para os finais de semana e feriados. Saber, por exemplo, o que o prefeito e o governador vão fazer no domingo é importante para o planejamento do plantão.
- 21- Um bom arquivo é fundamental para o pauteiro. Informações que não são utilizadas na pauta de hoje podem ser úteis hoje podem ser úteis amanhã.
- 22- Certa vez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que pelo que lia nos jornais todo dia o mundo e seu governo iam se acabar. Por isso é preciso o bom senso e a crítica para não se convencer que todo político é corrupto, toda modelo é prostituta, todo jornalista é arrogante. As exceções não devem condicionar a realidade. É o caso do coo com metade de sua capacidade com água: está meio cheio ou meio vazio? A tudo isso se opõe uma visão construtiva, ou seja, a noção de informar para transformar. Em outras palavras, o pauteiro deve ter sempre como objetivo moldar a realidade pela razão.

Fonte: Barbeiro e Lima (2005:89-91).

Apêndice IV

UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA UNITA

DECLARAÇÃO DO COMITÉ PERMANENTE DA UNITA SOBRE O PROCESSO ELEITORAL

O Secretariado Executivo do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA felicita o povo angolano por ter manifestado a sua soberania de forma exemplar, no dia 23 de Agosto de 2017.

Contudo, o Secretariado Executivo do Comité Permanente declara que estas eleições foram realizadas sob numerosas infrações, constatadas ao longo do processo eleitoral, sendo a mais recente a não realização do apuramento provincial dos resultados eleitorais em conformidade com a lei.

De facto, a Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais, estabelece no seu artigo 123.º que, para efeitos de apuramento provisório, os resultados eleitorais obtidos por cada candidatura em cada mesa de voto, devem ser transmitidos pelos presidentes das assembleias de voto às Comissões Provinciais Eleitorais. A CNE não agiu dessa forma. Por sua vez, no seu artigo 126.º, n.º 2 a mesma Lei estabelece que “os trabalhos de apuramento provincial iniciam logo após o encerramento da votação, devendo realizar-se ininterruptamente até à sua conclusão”. Ora, isto não aconteceu.

As operações de apuramento provincial iniciaram apenas no dia 26, pondo em causa a integridade das urnas, a lisura e a transparência do processo. Não houve apuramento provincial realizado nos termos estabelecidos pelos artigos 126.º a 130.º da Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais (Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro). A lei estabelece que o apuramento provincial é realizado “com base nas atas das mesas de voto”, e não com base nas atas síntese, não assinadas e sem garantias, das assembleias de voto. Estabelece ainda que após a reapreciação dos boletins de voto reclamados, os membros das Comissões Provinciais Eleitorais devem escrutinar os cadernos eleitorais e as atas das mesas de voto, uma a uma, mesa a mesa, para verificar o número total de eleitores votantes na província, o número total de votos brancos e nulos e o número total de votos obtidos por cada candidatura. Estes elementos de apuramento provincial, não foram observados pela CNE, com a exceção das províncias de Cabinda, Uíge e Zaire. Nas restantes províncias não

houve apuramento provincial dos resultados eleitorais realizado nos termos da lei. Não tendo havido apuramento provincial válido, o apuramento nacional baseado num ato inválido também é inválido. Os mandatários provinciais apresentaram oportunamente reclamações sobre todas essas irregularidades entretanto rejeitadas pelos Presidentes das Comissões Provinciais Eleitorais nalguns casos e outras remetidas a instâncias superiores. Os outros problemas identificados incluem:

Acentuada parcialidade e falta de isenção e transparência no funcionamento dos órgãos da Comissão Nacional Eleitoral e na conduta dos seus membros. Estratificação ilegal do eleitorado e obstrução do exercício do direito de voto de mais de dois milhões de eleitores previamente identificados, para permitir o Partido estado partir para o pleito em vantagem fraudulenta. Isto foi feito através da aprovação, em Junho de 2015, pelo Partido-estado, da Lei do Registo Eleitoral Oficioso, proposta pelo Executivo, e caucionada pelo Tribunal Constitucional, que veio impedir a gestão efetiva da base de dados do registo eleitoral pela Comissão Nacional Eleitoral, colocando-a sob a alçada do Partido Estado, numa clara violação do princípio da reserva da constituição, que estabelece, no artigo 117.º da Constituição da República de Angola, que as competências do Presidente da República só podem ser aquelas que já estão definidas pela Constituição.

Recolha de cartões de cidadãos eleitores por agentes do regime e a não entrega de cartões a eleitores que se registaram e fizeram prova de vida. Manipulação do mapeamento eleitoral e não certificação atempada dos cadernos eleitorais. O universo eleitoral em 2012 era de 9.757.671. Não faz sentido este universo ter descido para 9.317.294, em 2017, quando, segundo o censo de 2014, a população cresceu para mais de 25 milhões e foram registados pela primeira vez mais de dois milhões de novos eleitores em 2016. Ainda assim, dos 9.317.294 eleitores que há meses fizeram prova de vida e indicaram os lugares onde pretendem votar, o Partido Estado excluiu, de forma dolosa, cerca de dois milhões de eleitores. Na véspera da votação, ainda foram feitas alterações na localização das assembleias de voto; também houve assembleias de votos catalogadas que não existiram na realidade ou não funcionaram. Erros crassos na afetação dos eleitores às assembleias de voto perto das suas residências, que, não tendo sido corrigidos até ao dia da eleição, levou a que milhares de eleitores vissem o seu direito de voto obstruído.

Obstrução da fiscalização dos atos dos membros das mesas de voto através de um processo não transparente de credenciamento de delegados de lista e da limitação da sua presença nas mesas de voto. O tratamento desigual e discriminatório das diversas candidaturas ficou patente aos olhos de toda a gente no comportamento dos órgãos de comunicação social públicos, testemunhando total ausência de isenção, favorecendo clara e inequivocamente, o candidato do Partido estado, violando o princípio da igualdade previsto no artigo 23º da Constituição da República de Angola.

Envolvimento direto do executivo e das forças armadas e da polícia nacional em ações de apoio a campanha do candidato do Partido estado. A prática de corrupção eleitoral pelo candidato do Partido Estado em franca violação da lei eleitoral e demais legislações aplicáveis ao oferecer vantagens patrimoniais aos eleitores, incluindo autoridades tradicionais, para persuadi-los a votar na sua candidatura. A instrumentalização das autoridades tradicionais, transformados em agentes de missões partidárias ilegais, como foram os casos de recolhas burlentas de cartões eleitorais em várias províncias.

As Declarações precipitadas dos observadores estrangeiros que confundem o ato de votar com a lisura de todo um processo que foi viciado em vários níveis. Recusa e obstacularização da vinda a Angola de observadores independentes e convidados que não fossem da confiança ou da família política do Partido-estado. Por isso, vai recorrer aos Tribunais e a outras formas de luta democrática para defender a democracia e a soberania popular.

A UNITA reitera a sua disponibilidade para continuar a servir como estuário da democracia e da verdade eleitoral na República de Angola e apela aos seus membros, militantes, simpatizantes, amigos em particular e há todos os cidadãos angolanos em geral, para acompanharem a evolução da situação com calma e serenidade. A UNITA não vai legitimar instituições resultantes de atos que violam flagrantemente a Constituição e a Lei. Porém, tudo se fará nos marcos da Lei.

Luanda, 6 de Setembro de 2017.

O COMITÉ PERMANENTE DA COMISSÃO POLÍTICA DA UNITA

Apêndice V.

REFLEXÃO NO GRUPO KIMBUNDO NA REDE DO FACEBOOK

(Assunto compartilhado por “*German Edger Domingos Edger*”).

Nós africanos só teremos uma África unida quando nós começarmos a educar os filhos com a verdade e sem medo de mostrar a verdadeira origem do cristianismo do islamismo e como os nossos ancestrais foram maltratados, subjugados e torturados noite e dia, até a morte, mostrar como o opressor nos separou dos nossos irmãos para voltarem para a África. Os nossos irmãos na América do Sul vivem a margem do crime, da violência, da pobreza e miséria extrema. Vivem no meio da corrupção, do uso excessivo da droga, as mulheres são sujeitas a viverem da prostituição, e mesmo assim nós ainda admiramos os nossos opressores (entendido também como agressores).

Nós temos que nós unir e metermos em prática as nossas filosofias da umbundurização (termo da língua nacional Umbundu). Eu tenho a plena certeza que muitos dos nossos irmãos não conhecem o Umbundu, porque a verdade é escondida de nós, poucos têm esse conhecimento. Eu já tenho e vou dar a conhecer a quem não tem.

O Umbundu que é a nossa espiritualidade é banalizada. É tido como algo maligno, porque nós estamos em constante desunião connosco mesmos, porque estamos sempre a salvar o que é do opressor, esquecendo-se do que é nosso. Por *Passo Francisco Domingos*. (Acesso no dia 29/12/2017, às 10h05m).

Apêndice VI

GRUPOS DE JOVENS NA REDE SOCIAL WHATSAPP.

Grupos do Whatspp		
Nome do Grupo	Nº de Integrantes	Temas de Debate
Matabicho Motivacional	43	Motivação, Força, animo, e outros assuntos relacionados a saúde mental e auto-estima
Discípula, ae	55	Língua Portuguesa e as Técnicas de Expressão Oral e escrita
PN Efetivos	504	Polícia Nacional, Promoções, eventos, em geral tudo que esteja ligado a PN
Mulheres de Sucesso	334	A Emancipação da mulher, seus ganhos, metas e sucessos
BFA Formação	56	Assuntos relacionados ao dia a dia de um Gestor de Clientes do BFA, com maior ênfase as cenas caricatas dos clientes
Ouvindo a Palavra de Deus	197	Palavra de Deus, milagres, bênçãos e testemunhos de fé e encorajamento
Juristas do Piaget	450	Temas relacionados a área de Direito Público e Privado.

Fonte: Fornecido pelo estudante Yoran Mendes, do curso de Língua Portuguesa e Comunicação.

Apêndice VII.

TEMAS DISCUTIDOS NO PROGRAMA “MAIS COMUNICAÇÃO”

Nº	Tema	Data	Convidado	Observação
1	Comunicação Institucional	06.01.2018		
2	Os Desafios da Publicidade em Angola	2017	Sem dados	
3	Os Desafios da Publicidade em Angola	2017	Sem dados	
4	O Ensino do Curso da Comunicação Social em Angola	2017	Félix Candumba e Mauro	
5	Os Desafios da Comunicação Institucional em Angola	2017	Sem dados	
6	O Investimento Publicitário em Angola	2017	Sem dados	
7	Os Desafios do Profissional de Criação Publicitária em Angola	2017	Sem dados	
8	Os Desafios das Agências de Publicidade em Angola	2017	Sem dados	
9	Marketing em Tempo de Crise	2017	Sem dados	
10	Geopolítica dos Mídias ou Ocidentalização dos Mídias	2017	Sem dados	
11	Estratégias de comunicação do grupo Executive	2017	Sem dados	
12	Estratégias de Comunicação da Refriango	2017	Sem dados	
13	Educomunicação	2017	Sem dados	
14	Comunicação Política	2017	Félix Candumba	
15	A Produção do Jingle em Angola	2017	Sem dados	
16	Criação de anúncios publicitários	2017	Sem dados	
17	Metajornalismo	2017	Sem dados	
18	Marketing Político	2017	Sem dados	
19	Jornalismo vs Propaganda	2017	Sem dados	
20	Marketing Digital	2017	Sem dados	
21	Marketing Desportivo em Angola	2017	Sem dados	
22	Teorias da Comunicação	2017	Sem dados	
23	Acesso as fontes de informação em Angola	2017	Sem dados	
24	Estado do jornalismo angolano	2017	Isaac Nené e Félix Candumba	
25	O ensino da comunicação social em Angola	2017	Sem dados	
26	A condição social dos jornalistas	2017	Sem dados	

	angolanos			
27	Comunicação Pública	2017	Sem dados	

Fonte: Produção do Programa “Mais Comunicação”.

Apêndice VIII

DINIS FRANCISCO SUNGUAHAMANGA DINICK.

Ontem um amigo meu congolês disse que está muito feliz, questionado porquê, ele disse que o seu irmão mais velho que reside em França manteu uma mulher branca e graças a esse relacionamento – racial, terão filhos mulatos.

O povo congolês é o povo em África que mais ama e admira a cor da pele dos brancos. Uma boa parte dos congoleses não se contentam com a própria pele, por isso usam o produto de “**Mecacon que clareia a pele**”). (Autoria do “*Denis Francisco Sunguahanga Dinick*”. Acesso aos 29/12/2017, às 14h00).

Observação: Até a data de acesso, a publicação tinha o registo de 147 gostos, 65 comentários e duas partilhas.

Apêndice IX

COMPOSIÇÃO DOS CANAIS DA ZAP TV

Nº	Ca na l	Denomina ção	Nº	Ca na l	Denomin ação	Nº	Can al	Denominaç ão
1	1	TPA 1	35	35	Moter Vision	69	69	BLAST
2	2	TPA2	36	36	Porto Canal	70	70	ZAP Novelas
3	3	TV Zimbo	37	37	Manchest er	71	71	Sem Canal
4	4	Zap Viva	38	38	Spoting TV	72	72	Globo on
5	5	TVM	39	39	Panda	73	73	TL Novelas
5	6	STV	40	40	Biggs	74	74	TV Ficção
7	7	TVM Intern.	41	41	Sick	75	75	BET
8	8	STV	42	42	Baby TV	76	76	Sem canal
9	9	GlobosJ	43	43	Jin Jan	77	77	SIC Radical
10	10	Globos HD	44	44	Tiji	78	78	Colors
11	11	TVI Intern.	45	45	Disney	79	81	SIC Mulher
12	12	RTP	46	46	Disney Ju	80	82	FLM
13	13	SIC	47	47	TVC1 HD	81	83	TV Sucesso
14	14	RTP Intern.	48	48	TVC2 HD	82	84	Kitchen
15	15	SIC Mulher	49	49	TVC 3 HD	83	85	Food Net
16	16	RTP África	50	50	TVC 4 HD	84	86	Luxe TV HD
17	17	RTP 3	51	51	Hollywoo d	85	88	SIC Caras
18	18	TVI 24	52	52	Fox Movies	86	90	Eventos SD
19	19	BAND News	53	53	Fox HD	87	91	Eventos HD
20	20	CMTV	54	54	Fox Life HD	88	180	ZAP Afrobeasts
21	21	STV	55	55	FOX	89	181	ZAP Pop

		Notícias						
22	22	SportTV África	56	56	TVM	90	182	ZAP Hiphop
23	23	Sport TV HD	57	57	AXN HD	91	183	ZAP Rock
24	24	Benfica TV	58	58	AXNd	92	184	ZAP Dance Club
25	25	ZAP La Liga	59	59	Sem Canal	93	185	ZAP Roggas
26	26	ZAP La Liga	60	60	Idem	94	186	ZAP Música ZAP Rock
27	27	FOX SPORT	61	61	Idem	95	187	SOS France
28	28	FOX SPORT	62	62	Idem	96	188	SOS Música
29	29	RAI Intern.	63	63	TV Séries	97	189	SOS 805
30	30	A Bola TV	64	64	Fox Crime	98	190	H Dance Clubbing
31	31	NBA TV HD	65	65	Fox Center	99	191	The Chil Lung
32	32	NBA TV	66	66	FoxLife	100	192	ZAP Jazz
33	33	Extreme	67	67	Syfy	101	193	ZAP Blus
34	34	Figh Network	68	68	AXNBLA CK	102	194	Classical Musical
						103	199	Canal de Programaçã o
						104	299	Programa de Informação
						105	300	Filme Circuito HD
						106	301	Filmes
						107	302	ZAP Filme
						108	303	Filmes

Fonte: Zap TV, 03/09.2017.Elaboração feita por nós.

ANEXOS

Anexo A: Programação da TV Zimbo, mês de Outubro.

Nº	Horas do dia	Nome do Programa	Dias de Semana	Observação/repetição
1	6 h	Exercício Matinal	Segunda a sexta-feira	
2	7 h			
3	8h/9h30			
4	9h40/10h30	Está na Hora		
5	10h30/11h30	Diário da Covid-19	De segunda à Sábado	00 hora
6	11h30/12h30	Caracol (Novena mexicana)	De segunda à sexta-feira	1 hora
7	12h30/13h30	Jornal da Hora	Segunda à sexta-feira	Repetição às 2 horas
8	14h/14h20	Vitrine		
9	14h25/15h20	Makamba Hotel	Segunda à Sexta-feira	
10	15h30/18h	A Tarde é Nossa Especial	Segunda à Sexta-feira	3hoas
11	18h/19horas	Fala Angola (Nossa Terra)	Segunda à Sexta-feira	
12	19h			
13	20h	Jornal da Zimbo	Segunda à Sábado	Repetição variada
14	20h	Directo ao Ponto	Sábado	
15	21h30/22h30	Cine É Nosso Sexta Show	Quinta-feira/Sexta-feira	
16	Idem	Grande Entrevista	Terça-feira	
17	Idem	Especial Informação	Varia de dia	
18	21h30/22h30	Show da Zimbo	Sábado	
19	23h			
20	00h	Momentos de Louvores	Todos os dias	
21				

Fonte: Nossa adaptação.

Anexo B: Entrevista I: Perguntas direcionadas aos especialistas de forma aleatória. (Estudantes, Jornalistas, Sociólogos, Políticos, Advogados, Estudantes e Repórteres).

- 1- Qual é a relação que existe entre os *media* e o poder público em Angola na divulgação de informações que permitam a educação, formação e conscientização dos indivíduos?
- 2- Será que os cidadãos angolanos encontram liberdade em fazer uso dos meios de comunicação social para um diálogo construtivo?
- 3- Os consumidores estão satisfeitos com a produção de conteúdos feitos pelos meios audiovisuais em Luanda?
- 4- O governo tem contribuído com políticas necessárias para o uso dos meios de comunicação social na divulgação de políticas públicas.
- 5- O cidadão angolano se revê como um produtor de informação para divulgar conteúdo de interesse nas comunidades?
- 6- A liberdade de imprensa é respeitada de forma séria de acordo o que está plasmado na Constituição da República de Angola?
- 7- Os serviços de Internet são positivos e que as pessoas usam normalmente sem interferência do Estado quando criticam o governo ou os governantes do país?

Anexo C: Inquérito/ Questionário direcionado aos jovens

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Nome: João Félix Pedro Candumba. **Aluno:** a21404249. **Curso:** Doutoramento em Ciências da Comunicação.

O presente inquérito tem como objetivo a busca de informações sobre o funcionamento do serviço audiovisual, as redes sociais ou plataformas das redes sociais, a produção de conteúdo por indivíduos de diversas áreas ou estágios sociais em Luanda, assim como em Angola. Além disso, o mesmo centra-se nas temáticas mais relevantes da sociedade angolana, principalmente na cidade de Luanda que é o nosso principal local de investigação para este trabalho. Este inquérito está direcionado para a aquisição de informações subordinado ao tema de pesquisa “**A RELAÇÃO DOS MEDIA E O PODER PÚBLICO EM ANGOLA**” para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, pela Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

As perguntas são colocadas num sistema de respostas fechadas na sua maioria, de acordo com os critérios apresentados pelo inquiridor desta pesquisa.

Informações dos inqueridos.

1- Dados iniciais:

- a) Nome:_____
- b) idade_____
- c) Sexo_____
- d) Ocupação_____
- e) Nível de escolaridade_____.

2- Trabalha em tipo de empresa ou instituição?

- a) Empresa Pública _____ b) Empresa Privada_____c) Trabalho Informal_____.

3- Como consideras a relação dos *media* e o poder público em Angola?

- a) Positiva_____b) Normal _____c) Negativa_____.

3.1- Se for positiva diga porquê ou argumenta?

3.1.1- Se for Normal diga porquê ou argumenta?

3.1.2- Se for negativa também diga o porquê e/ou argumenta?

4- Será que as liberdades de expressão e de imprensa estão patentes no funcionamento dos meios de comunicação social em Angola:

- a) Sim _____ b) Não _____ c) Razoável _____
5. O Estado tem colocado restrições dessas liberdades no funcionamento da atividade dos meios de comunicação?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Em algumas situações _____
6. Os serviços de audiovisual em Luanda tem contribuído para o poder público traçar políticas para a estabilidade da democracia?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Razoável _____
7. A contribuição dos profissionais dos meios de comunicação social na eficácia da informação.
- a) Boa _____ b) Normal _____ c) deficiente _____.
8. Os gestores dos meios de comunicação social do audiovisual em Luanda são fiéis à responsabilidade social em informar o público?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Normal _____.
9. Na sua opinião, os diretores de informação dos meios de comunicação social deveriam ser pessoas formadas em Comunicação Social e sem militância partidária tanto nos meios públicos e privados?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Normal _____
- 9.1- Isso ajudaria na gerência dos meios de comunicação e execução de uma comunicação mais aberta, isente e responsável?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) O trabalho seria excelente _____.
10. O conteúdo produzido no audiovisual é construtivo para a educação da sociedade?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Normal _____
11. A contratação dos funcionários dos meios de comunicação social é feita por concurso?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Nepotismo _____
12. Qual é a melhor forma que os media do Estado devem adotar para contratar novos funcionários?
- a) Concurso _____ b) Casting _____ c) Por Indicação _____ d) Através de amigos _____
13. A formação na área de Comunicação Social deve ser um entre os principais critérios para a contratação de funcionários para os media em Angola (audiovisual)?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Talvez _____

14. Os funcionários dos *media*, principalmente da área de jornalismo não devem ter vínculo com os partidos políticos?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Talvez _____
15. Os *media* públicos (Estado) são vistos pelo público como os que mais fazem censura nas informações relevantes ou que constituem notícias?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Talvez _____
16. Por quê há censura nos *media* públicos e privados?
- a) Para agradar o governo _____ c) Falta de ética jornalística _____
- b) Para não serem julgados _____ d) Para ter bom salário _____
17. Dos dois estágios dos meios de comunicação social em Angola, qual deles viola mais a deontologia e ética profissional quando se pratica a censura e deixam de dizer a verdade da ocorrência dos fatos?
- a) Os *media* Públicos _____ b) Os *media* privados _____
18. O Estado tem contribuído para o desenvolvimento do campo dos novos *media* com o objetivo de alargar o acesso à informação?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Pouco investimento _____ d) Deveria apostar mais _____
19. Qual é o posicionamento do poder público face o surgimento do campo dos novos *media* em Angola?
- a) Positivo _____ b) Negativo _____ c) Normal _____ d) Razoável _____
20. O poder público controla e impede os usuários das plataformas das redes sociais em produzir informações do dia-a-dia do país?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) De forma fachada _____ d) Isoladamente _____
21. Regista-se a censura neste nas redes sociais por parte do Estado angolano?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Muito pouco _____ d) Em alguns casos _____
22. Há políticas traças pelo governo no uso das literacias de educação para as Escolas do Iº e IIº Ciclos de Ensino?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Talvez _____ d) É desconhecido nas escolas _____ e) Não há divulgação nos *media* _____
23. Qual é a rede social que mais usa para interagir com os outros usuários?
- a) Facebook (Messeger) _____ b) WhatsApp _____ c) Instagram _____ d) Twitter _____ e) Viber _____ f) Outras redes _____
24. Tens contas individual e participas também em contas de grupos ou não?

- a) Individual _____ b) Grupo _____ c) Não faz parte de grupos _____
25. Quais são os assuntos mais discutidos no seu dia-a-dia e que ajudam a ter uma percepção democrática?
- a) Políticos _____ b) Sociais _____ c) Culturais _____ d) Religiosos _____
e) Económicos _____ f) Outros _____
- 25.1- Estas discussões ajudam na solução dos problemas do país para o bem-estar social do público?
- a) Sim _____ b) Não _____ c) Algumas vezes _____
- 25.2- Considera a interação social como boa ao tratar dos problemas sociais ou falta ainda aderência do público principalmente dos jovens?
- a) Positiva _____ b) Negativa _____ c) Razoável _____ .
- 25.3- Em termos de géneros, como consideras a participação dos mesmos na discussão ou intervenção aos problemas mais candentes da sociedade angolana?
- a) Masculino _____ b) Feminino _____.
- 25.3.1- Como consideras a participação do público nas discussões das temáticas do país?
- a) Ativa _____ b) Não ativa _____ c) Negativa _____ e) Tem medo de intervir _____.
- 25.3.1.1- Porquê (argumenta se possível) _____.
26. Qual é o instrumento que mais usas na comunicação com outros usuários, família, amigos e colegas?
- a) Telefone _____ b) Computador _____ c) Iphone _____ d) Lecktop _____
- 26.1. Quantos computadores e Lecktopes tens em sua casa? _____.
- 26.2. Quantidade de telefones e Iphones que há em casa? _____.
27. Quais dos locais em que usas mais o computador para manter a comunicação com as outras pessoas?
- a) Em casa _____ b) No serviço _____ c) Casa de família _____ d) Casa de amigos _____.
28. Como consideras o funcionamento do serviço de Internet em Luanda (Angola)?
- a) Excelente _____ b) Muito Bom _____ c) Bom _____ d) Negativo _____
e) Péssimo _____.
29. Quais dos meios de comunicação social que tens mais usado para o acesso de informações?

a) Jornal _____ b) Revista _____ c) Rádio _____ d) Televisão _____ e)
Internet _____ Redes Sociais _____.

30. Dos meios de comunicação social do audiovisual, qual deles te facilita para o acesso de informações?

a) Rádios _____ Televisão _____.

Luanda, 22 de agosto de 2017.

Anexo D: Programação da TPA, Canal I, novembro 2017/janeiro de 2018.

Nº	Horário	Nome do Programa	Dias de semana	Observação
1	00:00	Jornal da Noite	Todos os dias	
2	00:30	A Sua Manhã	Segunda a sexta	Reposição
3	02:30	Janela Aberta	idem	Idem
4	05:30	Ginástica para Todos	Idem	
5	06:00	Bom Dia Angola	Segunda a sexta feira	Direto
6	09:00	Malta da Alegria		
7	09:30	A Sua Manhã	Segunda a sexta	Direto
8	11:00	Ponto Informativo	Idem	Direto
9	11:10	A Sua Manhã	Segunda a sexta feira	Direto, continuação
10	12:00	Jornal Nacional	idem	Direto
11	12:30	Diário Desportivo	idem	Direto
12	13:00	Jornal da Tarde	Todos os dias	Direto
13	14:00	África Hoje	Segunda a sexta	Direto
14	14:30	Angola Hoje	Idem	Direto
15	15:00	Janela Aberta	Idem	Direto
16	16:00	Ponto Informativo	Idem	direto
17	16:10	Janela Aberta	idem	Direto, continuação
18	17:50	Ministério do Comércio	Idem	Gravado
19	18:00	Ecos & Fatos	Segunda/sexta feira: Política no Feminino, às 21horas	Direto
20	18:50	ABC da Educação Financeira	idem	Gravado
21	19:00	Angola Magazine	Idem	Gravado
22	19:30	Telenovela: Proibido Amar	Idem	Gravado
23	20:00	TELEJORNAL	Todos os dias	Direto
24	21:00	Segurança Pública e Especial informação que é emitido de acordo	Terça feira, Sociedade Aberta e Grande	Direto

		com as temáticas que fazem eco de relevância	Entrevista, quinzenal mente	
25	22:00	Telenovela: A Regra do Jogo	Segunda a sexta-feira	gravado
26	23:00	Seriado: Quem Manda na Minha Vida	Idem	

Anexo E: Capa do Jornal “O Cidadão” do Bairro Maré, Rio de Janeiro Brasil



Anexo F: Capa do livro “Diamantes de Sangue” do autor Rafael Marque



RAFAEL MARQUES CONTINUA A SER ALVO PREFERENCIAL DOS GENERAIS

Sete generais e uma empresa mineira exigem uma indemnização de 900 mil euros ao Rafael Marques por, dizem, “denúncia caluniosa”. Nada de novo, portanto. Tudo continua na mesma, havendo quem se julgue acima da lei ou até, tomado como exemplo o mais alto magistrado do país, julgando que são ele próprios como no tempo de partido único a lei é calhar até são. “Fui formalmente notificado do julgamento que vai ser realizado nos próximos dias ou nas próximas semanas. Eu tinha de a sinar um documento para o juiz marcar a data do julgamento e basicamente para tomar conhecimento da acusação formal que pende contra mim”, disse o Rafael Marques.

A indemnização é exigida pelos generais Helder Vieira Dias ‘Kopelipa’, actual ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança da Presidência da República, Carlos Alberto Hendrick Vaal da Silva, Adriano Makevela Mackenzie, João Baptista de Matos, Armando da Cruz Neto, Luís Pereira Faceira e António Emílio Faceira e a Sociedade de Mineira do Uango. De acordo com Rafael Marques, a nova queixa formalizada no 19.08 pelos generais é baseada no relatório de arquivamento da Procuradoria Geral da República relativamente a uma outra queixa que foi apreendida pelo jornalista em 2011 contra os mesmos

provincia da Lunda Norte, uma das regiões diamantíferas do país propriedade dos generais, que também são sócios da Sociedade Mineira do Uango.

Em Portugal, o Ministério Público arquivou, em Fevereiro de 2013, a queixa que o mesmo tinham apresentado por difamação. No despacho, o Ministério Público português “concluiu pela ausência de indícios de prática de crime, atentos ao elementos probatórios recolhidos e o interesse público em causa”, referindo também que a publicação do livro

“se enquadra no legítimo exercício de um direito fundamental, a liberdade de informação e de expressão, constitucionalmente protegido, que no caso concreto se sobrepõe a outros direitos”.

De acordo com Rafael Marques, os generais, na impossibilidade de insistirem numa queixa por difamação, junto da Justiça angolana, “decidiram” pela “denúncia caluniosa”.

Essa coisa ingénua de se achar que existe por cá um Estado de Direito e que ninguém está acima da lei

ler as verdades que, afinal, são normais naquele sistema político que causa alergias graves ao regime e que dá pelo nome de democracia.

De facto, também em matéria de justiça o rei vai nu. Mas o seu conselheiro garante-lhe que vai muito bem vestido com roupas de Hugo Boss e smenegal do Zegna.

Publicado em Portugal em Setembro de 2011, o livro revelou de uma investigação iniciada em 2004 e documenta os casos de homicídio e tortura contra os habitantes na região diamantífera das Lundas.

Relacionado com este caso, 16 organizações de defesa dos direitos humanos, angolanas e estrangeiras, enviaram a 6 de Junho de 2013 uma petição ao Procurador Geral da República de Angola em que classificam como “politicamente motivados” os ataques e acusações feitos a Rafael Marques.

Na petição, as 16 organizações não governamentais instavam o PGR, general João Maria de Sousa, a garantir que Angola respeite os “compromissos internacionais assumidos sobre os direitos humanos e o combate à corrupção, arquivando as acusações e pondo termo ao processo” contra Rafael Marques.

Permitam-nos entretanto que recordemos, por exemplo, que em Outubro de 2001 Rafael Marques dizia que os angolanos não deviam ficar calados perante o que se estava a passar, “porque é preciso começar a resgatar o país

ridades no alegado motim da cadeia de Luanda.

“O que deve ser dito de forma clara e inequívoca é que o que está a acontecer em Angola não merece o silêncio dos angolanos. Merece a denúncia, merece a repulsa”, destacava há sete anos Rafael Marques, acrescentando que na condenação a quatro anos de cadeia do general Miala “Angola não se rege pelas regras do Direito. Rege-se pelas normas do poder arbitrário. Logo a sentença não podia ser uma surpresa”.

“Era preciso eliminar o homem. Um homem que durante muitos anos pensava que estava a servir o país, mas que, na verdade, estava a servir um grupo de indivíduos, encabeçado pelo Presidente da República”, disse na altura Rafael Marques, acrescentando que “o processo do general Miala é similar ao processo de 2012 de Maio”, em que as pessoas que defenderam Agostinho Neto foram mortas para dar lugar, dar espaço às famílias parasitárias que hoje dominam e prilizam o país a seu bel-prazer”.

No caso do jornalista Graça Campos, então condenado a oito meses de cadeia por injúrias e difamação ao ministro da Justiça, Paulo Tjipilica, Rafael Marques disse acreditar estar perante mais uma prova de falta de seriedade do sistema jurídico”.

“Temo em Angola um sistema jurídico que continua a ser dominado por figuras que têm um passado duvidoso o quanto à promo-

Anexo H: Alteração da Lei de Imprensa.

SJA e Misa-Angola exigem alteração da Lei de Imprensa



Em Foco: O Sindicato de Jornalistas e o MISA – Angola contestaram ontem, em conferência de imprensa, realizada em Luanda, a proposta apresentada pelo

Executivo para a composição da futura Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERCA), assim como a atribuição da carteira profissional aos jornalistas. O pacote de Lei de Imprensa vai a debate no próximo dia 12.

Fonte: Jornal O País, Quarta-feira, 03 de agosto de 2016.

Anexo I: Reportagem da antevisão do Lançamento do Satélite AngoSat I. (Fonte: Jornal O País).

Parte A.



Satélite angolano **entra em órbita** na Terça-feira

A entrada em órbita do Angosat1 está prevista para hoje, 26, pelas 19 horas, depois de concluída a fase de integração do satélite angolano ao módulo lançador. O lançamento será feito por meio do foguete transportador ucraniano Zenit, a partir do cosmódromo Baikonur, no Cazaquistão

A informação foi confirmada à Angop, em Luanda, pelo ministro das Telecomunicações e Tecnologias da Informação, José Carvalho da Rocha, nas vestes de coordenador geral do Programa Espacial Nacional.

O Angosat, construído na Rússia, com mil 55 quilogramas e 262,4 quilogramas de carga útil, ficará na posição orbital 14,5 E e terá uma potência de três mil 753 W, na banda C/Ku, com 16C-6Ku repetidores. Terá 15 anos de "vida útil".

Como satélite geoestacionário artificial, o Angosat estará localizado a 36 mil quilómetros acima do nível do mar. A sua velocidade coincidirá com a da rotação da terra e conseguirá cobrir um terço do globo terrestre.

O centro de controlo e missão de satélites do Angosat1 encontra-se na comuna da Funda, Norte da província de Luanda. O satélite angolano vai possuir um centro primário de controlo e missão em Angola e outro secundário na Rússia, em Korolev. Este é um dos sete projectos do Programa Espacial nacional.

A 13 de Novembro de 2017, o vice-primeiro-ministro da Federação Russa, Yuri Trutnev garantiu que o satélite AngoSat-1, construído pela Corporação Energética de Mísil e Espaço da Rússia, para o Governo angolano, está programado para ser lançado neste mês. Em 2009 firmou-se o contrato entre Angola e a Rússia, representados pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias da Informação da República de Angola e FSUE "Rosoboronexport", respectivamente, para a construção, lançamento e operação do satélite ANGOSAT-1. O ANGOSAT é a denominação do primeiro satélite angolano geoestacionário que fornecerá oportunidades de expansão dos serviços de comunicação via satélite, acesso à Internet, rádio,

Parte B. Fotografia do AngoSat-1.



Fonte: Jornal O País, edição nº 975, Terça-feira, 26 de dezembro de 2017.

Anexo J: Temas discutidos no Programa “Mais Comunicação” da Rádio Kairós.

PROGRAMA “MAIS COMUNICAÇÃO”

CONTEXTO

A problemática da comunicação em Angola suscita acesos debates entre os membros da classe e sociedade em geral, numa altura em que os processos dão lugar a novos espaços técnico-operacionais, fruto da construção de um conceito que, apesar de ser já bastante presente no país, ainda encontra grandes barreiras na sua afirmação. Nessa base, os especialistas procuram reforçar o seu andamento com procedimentos mais arrojados, por forma a despertar não apenas o interesse, mas a noção da sua importância na concretização de ideias e programas nos mais variados sectores. Nos últimos tempos, o debate a sua influência, primeiro, e a sua importância, depois, provou ondas de crispação entre pessoas que têm na ciência na comunicação um grande apoio na idealização e manifestação das vontades profissionais, tendo sempre em atenção que o sucesso de seus programas e alcance das suas metas está na forma como podem fazer chegar ao público as suas mensagens. Assim, a constante busca do conhecimento não é uma tarefa fácil, pelo contrário, é uma tarefa árdua que envolve múltiplas determinações colocadas pela

constante dinâmica da realidade. Significa um olhar sobre o simples, sobre o que está posto, mas com a intencionalidade de revelar que este simples oculta elementos concretos que só se revelam num processo de investigação. É, igualmente, neste pensamento que surge o desafio de implementar em 2015, o primeiro programa de rádio em Angola especializado na abordagem de assuntos da área da comunicação. Primeiro com a designação de “*Mídias e Meios*”, depois como “*Mais Comunicação*”, isto é, a partir de 30 de Maio de 2016.

Objetivos:

Lançar na esfera pública as sementes para uma reflexão geral sobre a comunicação e a meta comunicação com um pendor académico através de entrevistas, reportagens e debates. Estimular os estudantes de comunicação social a desenvolverem habilidades cognitivas para o mundo da pesquisa e produção de conhecimento em comunicação à luz do contexto angolano.

Principais temas abordados:

• Os Desafios da Publicidade em Angola • O Ensino do Curso da Comunicação Social em Angola • Os Desafios da Comunicação Institucional em Angola • O Investimento Publicitário em Angola • Os Desafios do Profissional de Criação Publicitária em Angola • Os Desafios das Agências de Publicidade em Angola • Marketing em Tempo de Crise • Geopolítica dos Mídias ou Ocidentalização dos Mídias • Estratégias de comunicação do grupo Executive • Estratégias de Comunicação da Refriango • Educomunicação • Comunicação política • A produção de jingle em Angola • Criação de anúncios publicitários • Metajornalismo • Marketing Político • Jornalismo vs Propaganda • Marketing Digital • Marketing Desportivo em Angola • Teorias da Comunicação • Acesso as fontes de informação em Angola • Estado do jornalismo angolano • O ensino da comunicação social em Angola • A condição social dos jornalistas angolanos.

ANEXO L: Diário da República sobre a criação do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII).

Decreto Presidencial n.º 230/15 de 29 de Dezembro

Considerando a necessidade de se reforçar a divulgação das acções dos Órgãos e Serviços da Administração Pública do Estado, através de informação especializada; Havendo necessidade de se criar um serviço de especialidade em Comunicação Institucional e Imprensa nos Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais e demais Serviços da Administração Pública;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

(Criação e aprovação)

1. É criado o Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, abreviadamente designado GCII.
2. O GCII é o serviço de apoio técnico dos Departamentos Ministeriais e Governos Provinciais na elaboração, implementação, coordenação e monitorização das políticas de Comunicação Institucional e Imprensa da referida Instituição Pública.

ARTIGO 2.º

(Atribuições)

O Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa tem as seguintes atribuições:

- a) Apoiar os Departamentos Ministeriais e Governos Provinciais nas Áreas de Comunicação Institucional e Imprensa;
- b) Elaborar o Plano de Comunicação Institucional e Imprensa em consonância com as directivas estratégicas emanadas pelo Ministério da Comunicação Social e o GRECIMA;
- c) Apresentar planos de gestão de crise, bem como propor acções de comunicação que se manifestem oportunas;

7. A contratação de técnicos externos pode ocorrer em casos excepcionais e de acordo com a legislação em vigor.